



IEG-M/TCESP:
índice de efetividade
da gestão -municipal

ANUÁRIO
exercício 2016



Composição

Outubro de 2017

Presidente

Sidney Estanislau Beraldo

Vice-Presidente

Renato Martins Costa

Corregedor

Antonio Roque Citadini

Conselheiros

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Eduardo Ramalho

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho



Coordenação

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Supervisão

Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi

Elaboração

Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

Apoio Tecnológico



Apresentação

A indignação gerada pela crise política que atravessamos despertou um enorme sentimento de cidadania nos brasileiros. Movidos pela incredulidade, todos hoje discutem o futuro do país com um interesse poucas vezes testemunhado em nossa história.

Cada vez mais, os cidadãos reivindicam o acesso legítimo às informações que lhes permitam avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com a população. É isso, aliás, o que caracteriza o controle social.

Diante dessa conjuntura, a atividade de fiscalização dos governos exige dos órgãos de controle bem mais do que a aferição da conformidade com as normas de execução orçamentária e de regularidade das despesas.

Por isso, pelo terceiro ano consecutivo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apura indicadores reunidos no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M. Criado pelo TCESP em 2015 como um mecanismo para avaliar a correspondência das ações dos governos às demandas das comunidades, o levantamento avalia sete áreas de atuação das administrações públicas: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos e Governança da Tecnologia da Informação.

Em 2016, segundo ano da medição, os mesmos setores foram analisados. Alguns quesitos, entretanto, acabaram sendo aperfeiçoados para que as descobertas refletissem demonstrativos mais precisos de eficiência e eficácia.

O tratamento dos resultados obtidos nesses três anos já produziu uma série de informações que, depois de interpretadas, contribuíram para o aprimoramento do controle externo, indicando pontos que merecem maior vigilância e o aprofundamento da ação fiscalizatória.

Além de colaborar nas auditorias, os dados pesquisados pelo Tribunal de Contas também estão sendo utilizados por Prefeitos e Vereadores como uma valiosa ferramenta de aferição de políticas, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.

O processo tem sido tão positivo que levou à implementação de um IEG-M/Brasil, o que, pelo segundo ano, permitirá a análise do desempenho de municípios de vários Estados brasileiros.

Preocupados com a transparência e o aperfeiçoamento do controle social, disponibilizamos à sociedade os resultados obtidos em São Paulo, entre 2015 e 2017, em um site idealizado para facilitar a compreensão dos dados. Um aplicativo para celular gratuito também foi criado para facilitar o acesso da população ao levantamento. Por esse mecanismo, os cidadãos ainda poderão encaminhar ao Tribunal opiniões sobre os temas abordados no IEG-M.

Mas a criação do indicador só foi possível com a colaboração das Secretarias Estaduais da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Secretaria da Casa Militar, Defesa Civil, do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), da CETESB, da Fundação TODOS PELA EDUCAÇÃO, do Instituto Brava, de técnicos do TCESP e de especialistas de diversas áreas das sete dimensões que compõem o índice.

Assim, mais uma vez agradeço a todos que se empenharam na realização deste trabalho. Espero que os dados apresentados continuem contribuindo para o aperfeiçoamento das administrações municipais.

Nosso objetivo, como órgão de controle, é trabalhar sempre pela melhoria do serviço público e da qualidade de vida do cidadão paulista. Essa é nossa verdadeira missão.



Sidney Estanislau Beraldo

Presidente

1.

IEG-M/TCESP: Índice de Efetividade da Gestão Municipal

O IEG-M/TCESP é o índice de desempenho da Corte de Contas paulista, composto por **07 índices setoriais**, consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático, que, com foco na análise da infraestrutura e dos processos dos entes municipais, busca avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos seus gestores.

A combinação das análises destes 07 índices temáticos “busca” avaliar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isso, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar tanto a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo como também da sociedade, além de servir como parâmetro para a tomada de decisão dos gestores públicos.

Este instrumento, inédito entre os Tribunais de Contas, apresenta uma nova metodologia que incorpora os seguintes atributos de controle externo:

- **Específico:** mede características particulares da gestão municipal de forma clara e objetiva;
- **Mensurável:** permite a quantificação do desempenho dos municípios ao longo do tempo;
- **Acessível:** de modo que seja utilizado como insumo para o planejamento da fiscalização;
- **Relevante:** como instrumento de controle;
- **Oportuno:** elaborado no tempo adequado para utilização pela Fiscalização.
- **Extensível:** a todos os Tribunais de Contas cujo escopo de atuação inclua pelo menos um município brasileiro.

Não menos importante é a possibilidade de comparar desempenhos entre municípios semelhantes, possibilitando identificar as melhores práticas e, conseqüentemente, contribuir para uma melhora no desempenho da Administração Pública Municipal.

Deste o ano passado, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo participa do IEG-M/Brasil, permitindo uma análise da gestão dos municípios de outros Estados, além de visualizar as melhores práticas adotadas por municípios de porte semelhante.

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados governamentais e outras fontes oficiais de informação;
- Dados oriundos de sistemas automatizados de apoio à fiscalização (TAAC – Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador);
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais.

O IEG-M propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração das Cortes de Contas brasileiras e oferece elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo, em complemento às ferramentas hoje disponíveis.

Vale observar que a classificação objeto desta publicação é baseada exclusivamente em informações prestadas pelos próprios Municípios, as quais foram validadas por amostragem pelas equipes de fiscalização deste Tribunal. Desse modo, variáveis como o gasto na educação, por exemplo, somente poderão ser consideradas definitivas após o trânsito em julgado do Parecer emitido pelo Relator das respectivas contas.

2.

Os 7 Índices Temáticos

I-EDUC/TCESP

O Índice Municipal da Educação mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil e Ensino Fundamental, **com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar**. Este índice reúne informações sobre avaliação escolar, Conselho e Plano Municipal de Educação, infraestrutura, merenda escolar, qualificação de professores, transporte escolar, quantitativo de vagas, material e uniforme escolares.

I-SAÚDE/TCESP

O Índice Municipal da Saúde mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal neste tema por meio de uma série de quesitos específicos, **com ênfase nos processos** realizados pelas prefeituras relacionados à Atenção Básica, Equipe Saúde da Família, Conselho Municipal da Saúde, atendimento à população para tratamento de doenças como tuberculose, diabetes Mellitus, hipertensão e cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população.

I-PLANEJAMENTO/TCESP

O Índice Municipal do Planejamento verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis.

Neste confronto, além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar **a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados**, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus

reflexos nos indicadores dos programas.

I-FISCAL/TCESP

Este índice mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

I-AMB/TCESP

O Índice Municipal do Meio Ambiente mede o resultado das **ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas**. Este índice contém informações sobre resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.

I-CIDADE/TCESP

O Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos mede o grau de envolvimento **do planejamento municipal na proteção dos cidadãos** frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil.

I-GOV TI/TCESP

O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação **mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da informação em favor da sociedade**. Este índice reúne informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

3.

Faixa de Resultados

O IEG-M/TCESP possui cinco faixas de resultados, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 07 índices setoriais. O enquadramento dos municípios em cada uma dessas faixas obedece aos seguintes critérios:

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEG-M pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com nota A
B+	Muitoefetiva	IEG-M entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEG-M entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEG-M entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEG-M menor ou igual a 49,9%

Além dos critérios citados acima, outros dois serão observados na definição das faixas de resultados:

- Diminuição de 01 (um) grau na nota geral do IEG-M/TCESP quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;
- Índice Componente - Realocação para a faixa de resultado C – Baixo Nível de Adequação: quando não observar o contido no artigo 29-A da Constituição Federal.

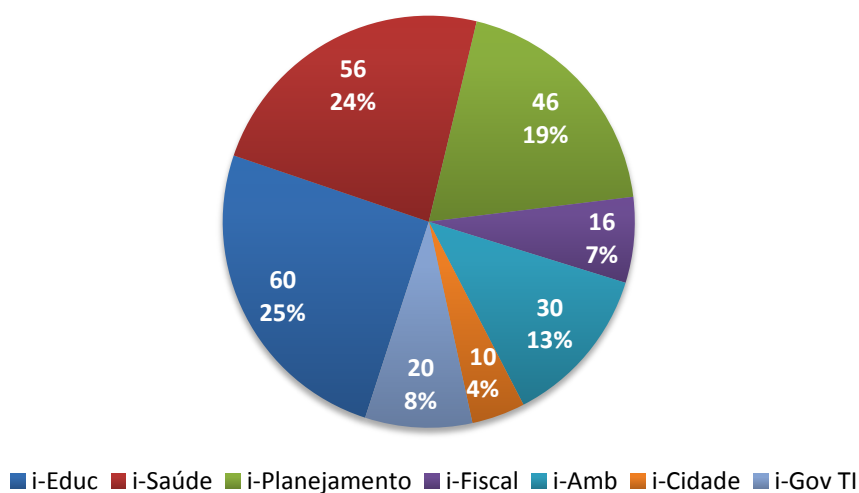
4.

Considerações para a Edição 2016

Todas as áreas de análise foram mantidas para permitir a construção de uma série histórica. Foram acrescentados apenas oito novos quesitos em Meio Ambiente (i-Amb). A mudança ajudou a compor um cenário mais preciso da área nos municípios, mas não afetou a pontuação final do índice.

Vale destacar também que, como os dados foram colhidos em 2017, o envio dos questionários, balancetes e peças orçamentárias referentes a 2016 ficou sob a responsabilidade das administrações que assumiram o comando dos executivos locais no início deste ano.

Quesitos IEG-M 2016



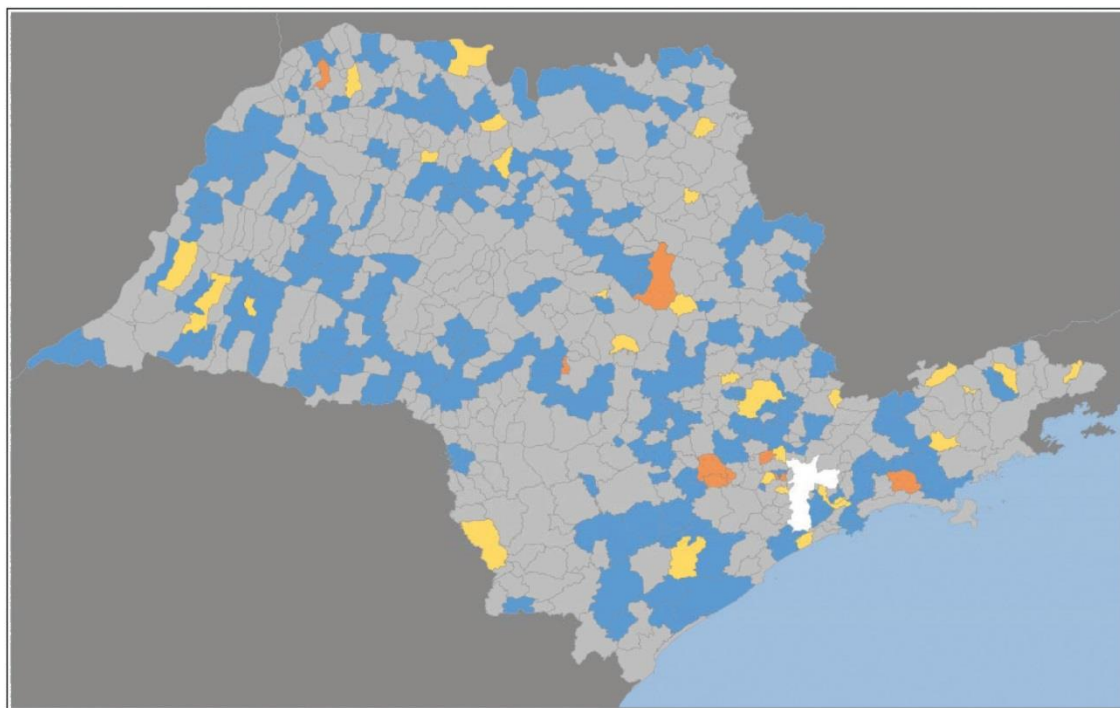
**Visão Consolidada
do IEG-M/TCESP**

5.

Visão Geográfica dos Municípios

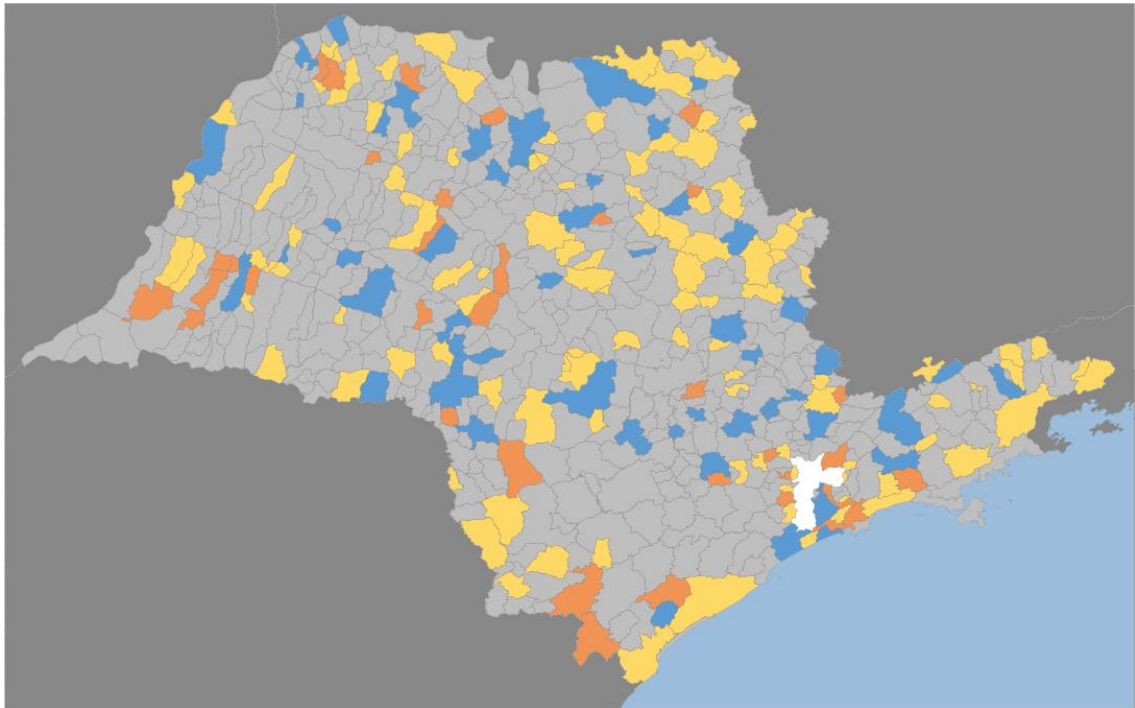
O mapa abaixo evidencia as cores que representam as **faixas de resultados** correspondentes à nota geral do IEG-M/TCESP, obtida em cada um dos 644 municípios incluídos na apuração do indicador. A cor cinza, predominante no mapa, demonstra que, na consolidação dos 07 índices setoriais, a maioria dos municípios (63%) possui uma gestão pública efetiva (Faixa de Resultado B) no ano de 2014.

2014



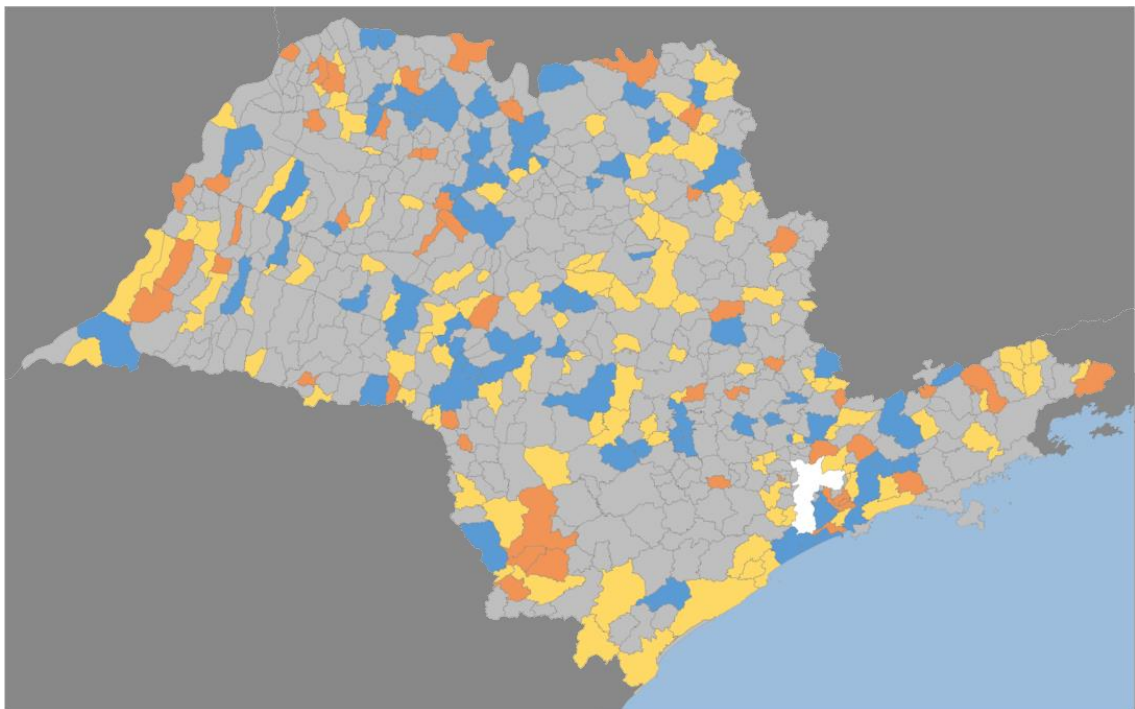
Em 2015, a cor cinza, ainda predominante no mapa, demonstra que, na consolidação dos 07 índices setoriais, a maioria dos municípios (67%) possui uma gestão pública efetiva (Faixa de Resultado B).

2015



Em 2016, a cor cinza, ainda predominante no mapa, demonstra que, na consolidação dos 07 índices setoriais, a maioria dos municípios (62%) possui uma gestão pública efetiva (Faixa de Resultado B).

2016



6.

Médias Apuradas por Região Administrativa – IEG-M/TCESP

A caracterização de uma gestão pública efetiva, também se repete na demonstração da nota geral média do IEG-M/TCESP apurada em cada uma das 16 regiões administrativas do Estado, conforme evidenciado no mapa a seguir tanto para o ano de 2014, 2015 e 2016.

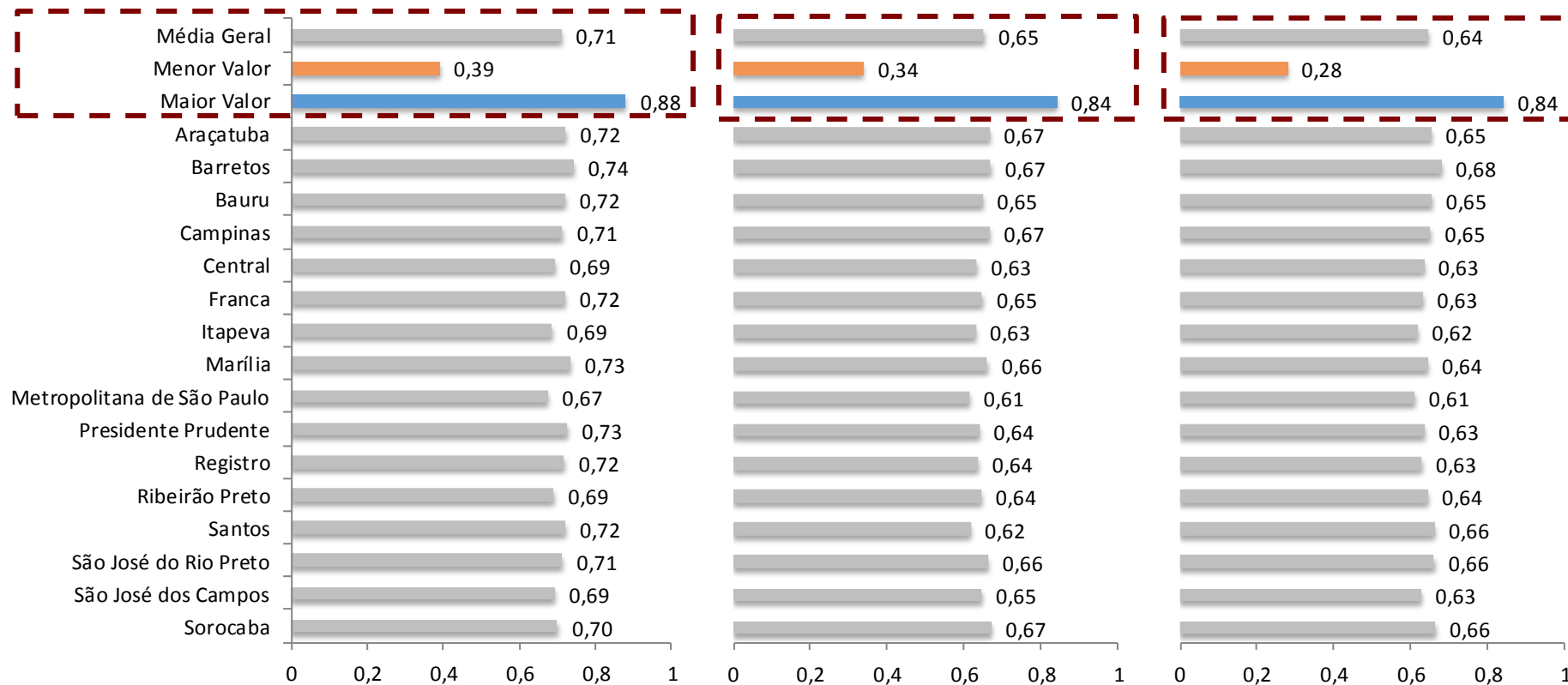


Apresentamos a seguir a nota média geral do IEG-M/TCESP em cada uma das regiões administrativas do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida para este indicador, respectivamente, enquadradas nas faixas B+ (muito efetiva) e C (baixo nível de adequação) em 2014, 2015 e 2016.

2014

2015

2016



Legenda:

A Altamente efetiva

B+ Muito efetiva

B Efetiva

C+ Em fase de adequação


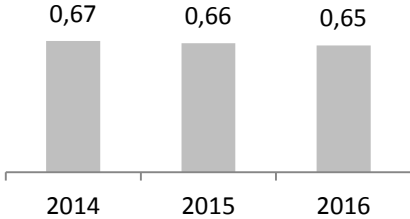
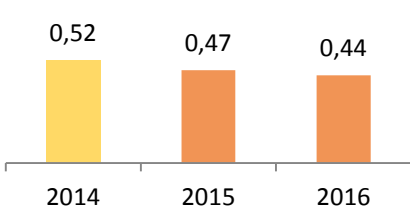
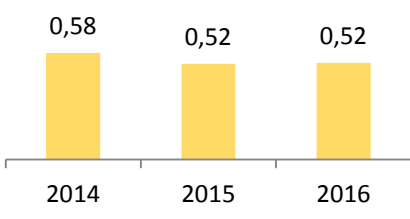
C Baixo nível de adequação

7.

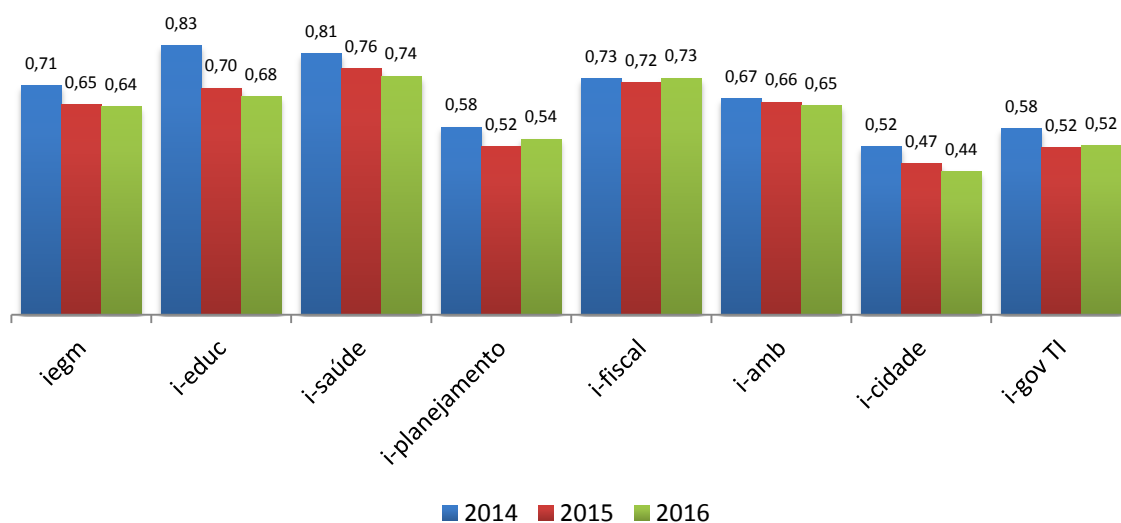
Resultado Consolidado Visual

Apresentamos a seguir a visualização gráfica, em formato de colunas, das faixas de resultados definidas para o IEG-M/TCESP, correspondentes a nota média geral (entre 0 a 1) de cada índice temático.

<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Nota Média</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>0,71</td></tr><tr><td>2015</td><td>0,65</td></tr><tr><td>2016</td><td>0,64</td></tr></tbody></table>	Ano	Nota Média	2014	0,71	2015	0,65	2016	0,64	<p>IEG-M/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: B - Efetiva - Nota: 0,71</p> <p>2015: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,65</p> <p>2016: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,64</p>
Ano	Nota Média								
2014	0,71								
2015	0,65								
2016	0,64								
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Nota Média</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>0,83</td></tr><tr><td>2015</td><td>0,70</td></tr><tr><td>2016</td><td>0,68</td></tr></tbody></table>	Ano	Nota Média	2014	0,83	2015	0,70	2016	0,68	<p>i-Educ/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: B+ - Muito Efetiva - Nota: 0,83</p> <p>2015: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,70</p> <p>2016: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,68</p>
Ano	Nota Média								
2014	0,83								
2015	0,70								
2016	0,68								
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Nota Média</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>0,81</td></tr><tr><td>2015</td><td>0,76</td></tr><tr><td>2016</td><td>0,74</td></tr></tbody></table>	Ano	Nota Média	2014	0,81	2015	0,76	2016	0,74	<p>i-Saúde/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: B+ - Muito Efetiva - Nota: 0,81</p> <p>2015: Faixa Resultado: B+ - Muito Efetiva - Nota: 0,76</p> <p>2016: Faixa Resultado: B - Efetiva - Nota: 0,74</p>
Ano	Nota Média								
2014	0,81								
2015	0,76								
2016	0,74								
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Nota Média</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>0,58</td></tr><tr><td>2015</td><td>0,52</td></tr><tr><td>2016</td><td>0,54</td></tr></tbody></table>	Ano	Nota Média	2014	0,58	2015	0,52	2016	0,54	<p>i-Planejamento/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: C+ - Em fase de adequação - Nota: 0,58</p> <p>2015: Faixa Resultado: C+ – Em fase de adequação - Nota: 0,52</p> <p>2016: Faixa Resultado: C+ – Em fase de adequação - Nota: 0,54</p>
Ano	Nota Média								
2014	0,58								
2015	0,52								
2016	0,54								

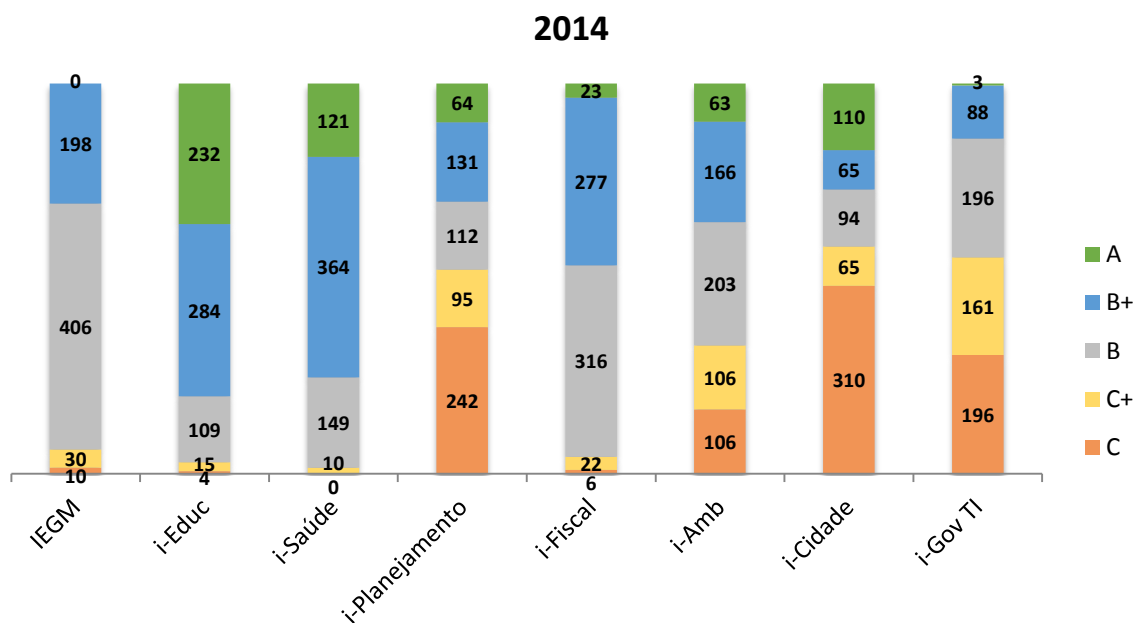
 <p>0,73 0,72 0,73</p> <p>2014 2015 2016</p>	<p>i-Fiscal/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,73</p> <p>2015: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,72</p> <p>2016: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,73</p>
 <p>0,67 0,66 0,65</p> <p>2014 2015 2016</p>	<p>i-Amb/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,67</p> <p>2015: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,66</p> <p>2016: Faixa Resultado: B – Efetiva - Nota: 0,65</p>
 <p>0,52 0,47 0,44</p> <p>2014 2015 2016</p>	<p>i-Cidade/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: C+ - Em fase de adequação - Nota: 0,52</p> <p>2015: Faixa Resultado: C - Baixo Nível de Adequação - Nota: 0,47</p> <p>2016: Faixa Resultado: C - Baixo Nível de Adequação - Nota: 0,44</p>
 <p>0,58 0,52 0,52</p> <p>2014 2015 2016</p>	<p>i-Gov TI/TCESP</p> <p>2014: Faixa Resultado: C+ - Em fase de adequação - Nota: 0,58</p> <p>2015: Faixa Resultado: C+ - Em fase de adequação - Nota: 0,52</p> <p>2016: Faixa Resultado: C+ - Em fase de adequação - Nota: 0,52</p>

Resultado Consolidado

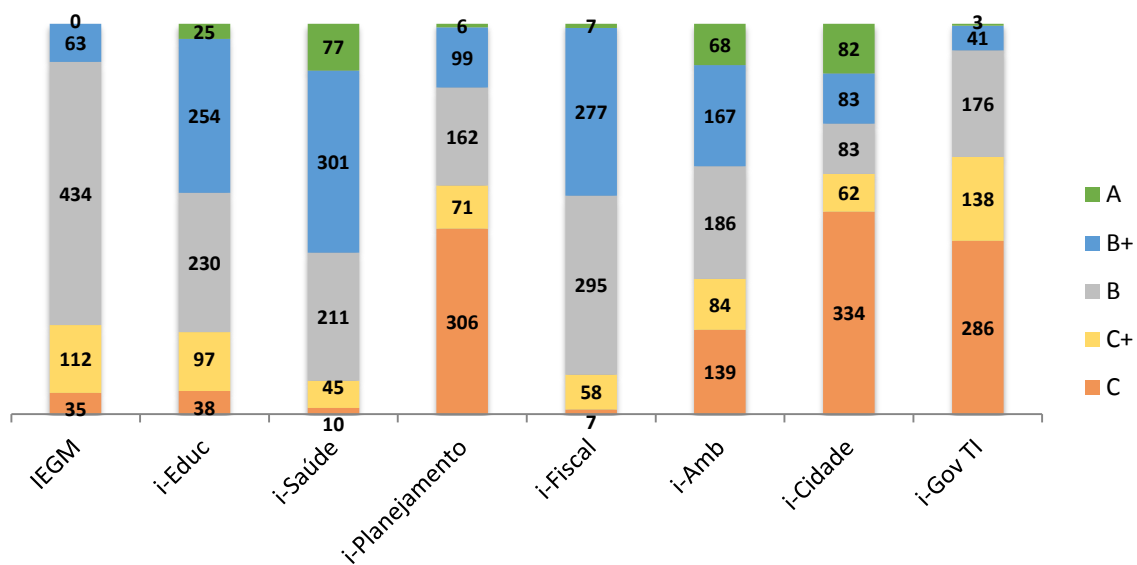


Número de municípios por Faixa em cada índice temático

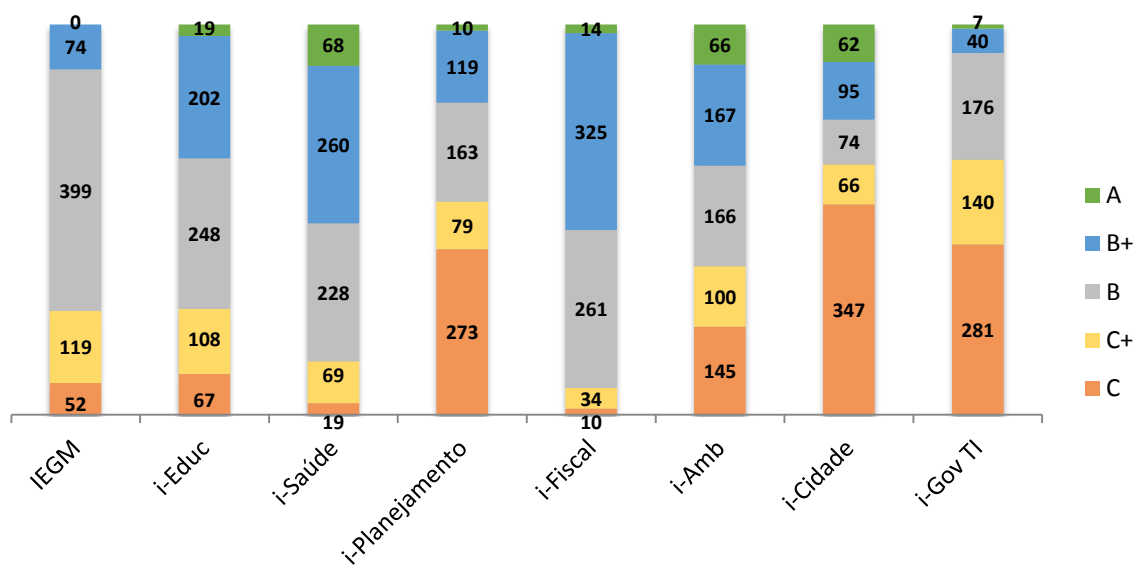
Apresentamos a seguir a visualização gráfica, em formato de colunas empilhadas, do número de municípios em cada dimensão por faixas de resultados definidas para o IEG-M/TCESP.



2015



2016



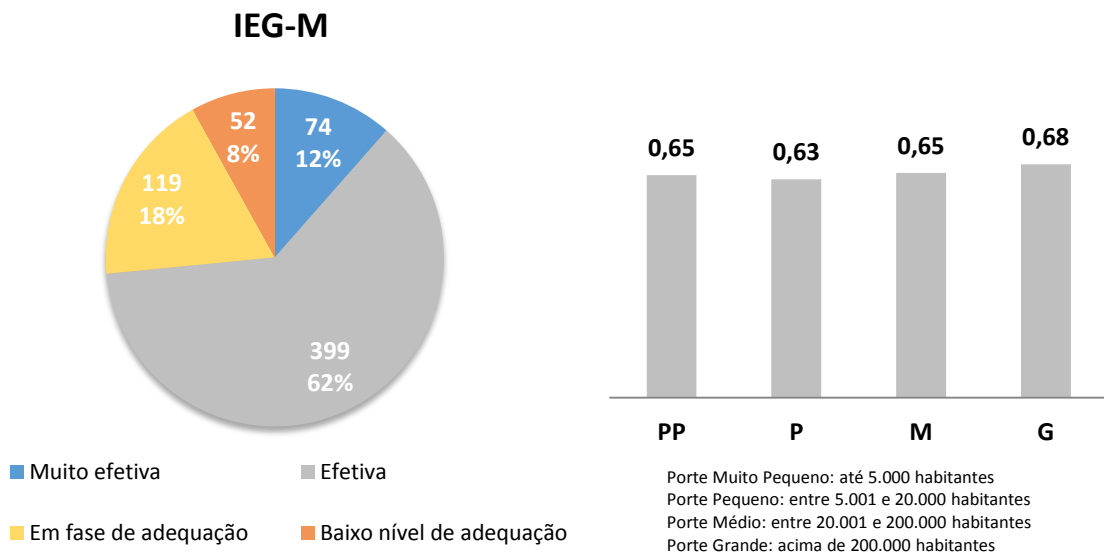
8.

Análises dos Índices Temáticos

SOBRE O IEG-M

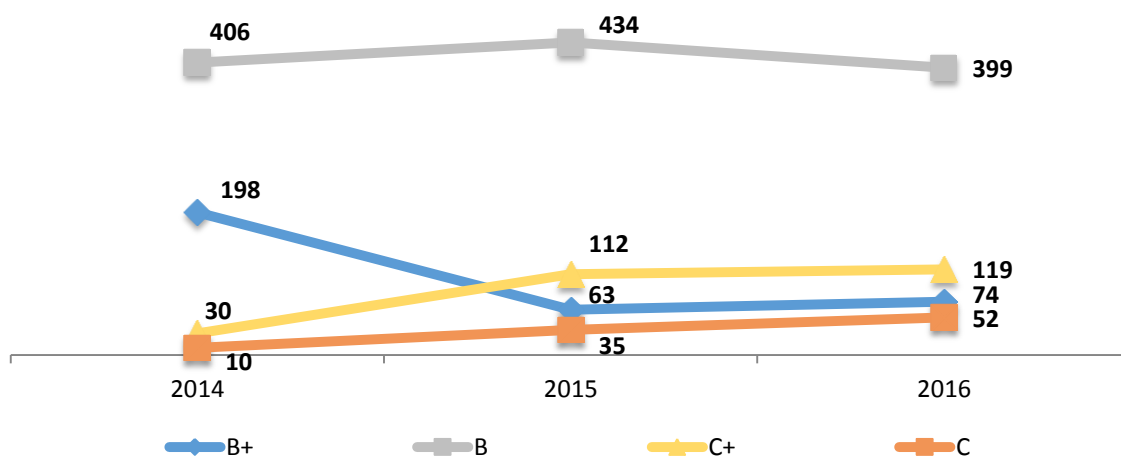
Todas as análises realizadas neste material estão baseadas nas respostas fornecidas pelos municípios por meio do Sistema AUDESP, as quais, por amostragem, foram validadas in loco pelas equipes de fiscalização deste Tribunal.

Em relação aos dados do exercício de 2016, a distribuição percentual dos 644 municípios em cada faixa de resultado, bem como a nota média geral do IEG-M/TCESP por porte, estão representadas nos gráficos abaixo.



A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios nas faixas C+ - Em fase de adequação aumentou 297% (30 para 119) e C - Baixo nível de adequação (420% de 10 para 52). E houve uma redução significativa na faixa B+ - Muito Efetiva de 63% (de 198 para 74), além da redução do número de municípios na faixa B - Efetiva, que reduziu 2% (406 para 399), tendo apresentado um pequeno aumento de 2014 para 2015, porém em 2016 houve queda, conforme representados no gráfico abaixo.

Quantidade de municípios por faixa - IEG-M

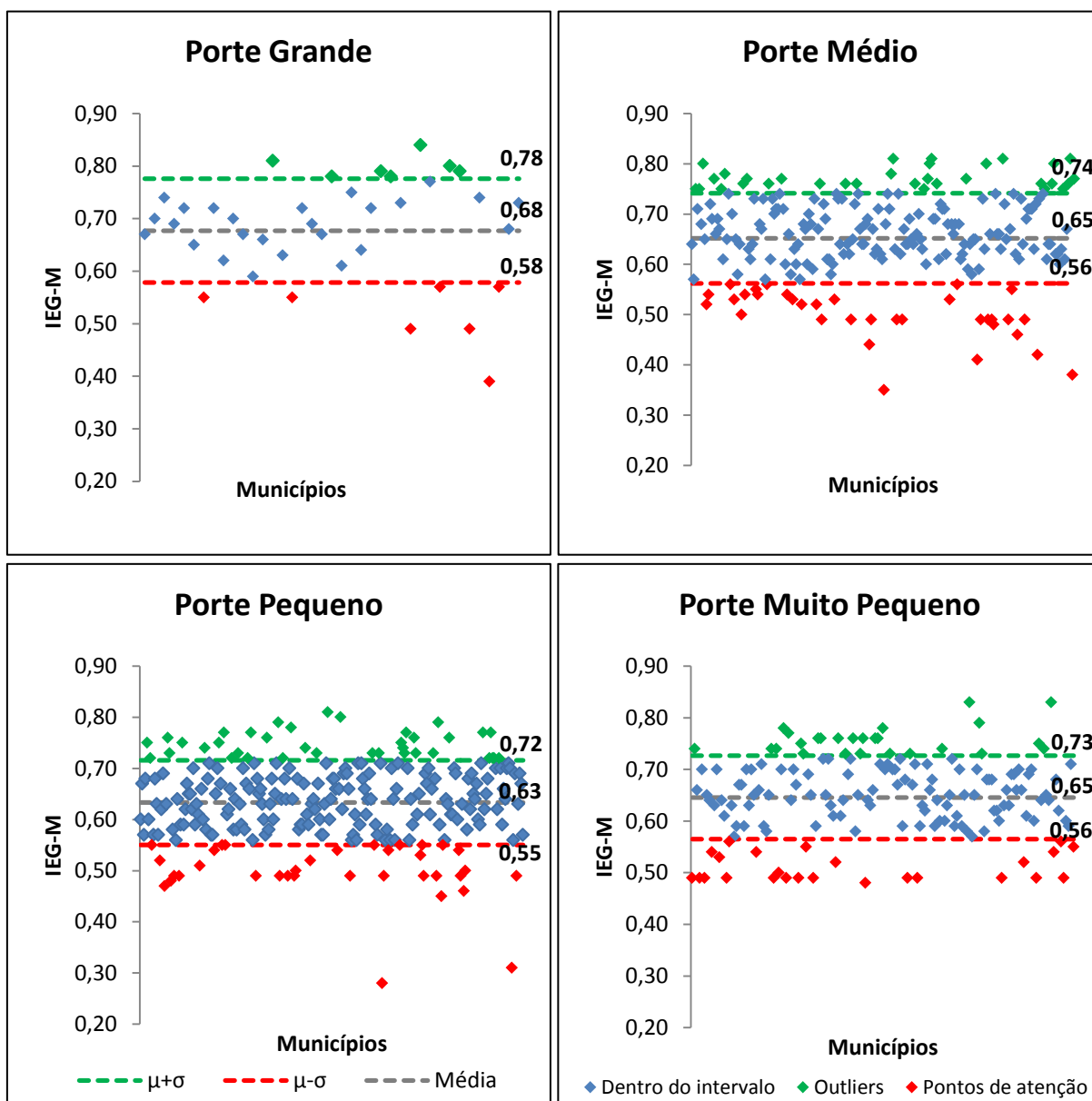


Observações:

- Nenhum município foi classificado na faixa de resultado A (Altamente Efetiva) em 2014, em 2015 e em 2016;
- Dos 644 municípios analisados, 604 (94%) estavam concentrados nas faixas de resultados B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva) em 2014. Em 2015, 497 (77%) estão nestas mesmas faixas, e em 2016 esse número caiu para 473 (73%). Ou seja, verifica-se um aumento na quantidade de municípios com baixo nível de adequação e em fase de adequação.

IEG-M POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota geral do IEG-M/TCEP 2016 em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que o comportamento da nota geral não apresentou relação com o porte do município, tendo em vista que nas quatro faixas populacionais, a nota geral média do IEG-M/TCESP variou entre 0,63 a 0,68 pontos (Nota B – Efetiva).

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

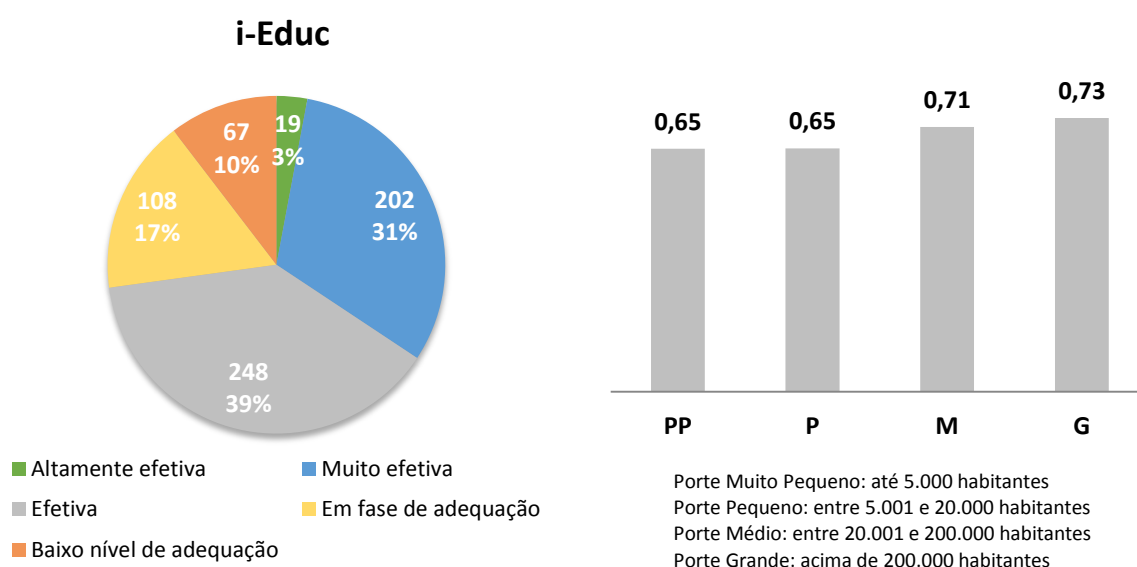
Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	17,95%	15,24%	15,42%	16,77%
Pontos de Atenção	17,95%	16,19%	14,58%	16,13%

SOBRE A EDUCAÇÃO

Neste índice, dos 644 municípios paulistas fiscalizados pelo TCE/SP, 469 (69,88%) estão posicionados nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva), B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva) conforme dados do exercício de 2016. Observa-se uma queda na quantidade de municípios nessas faixas em relação ao exercício anterior (2015), quando 509 (79%) encontravam-se nas faixas A, B+ e B do i-Educ.

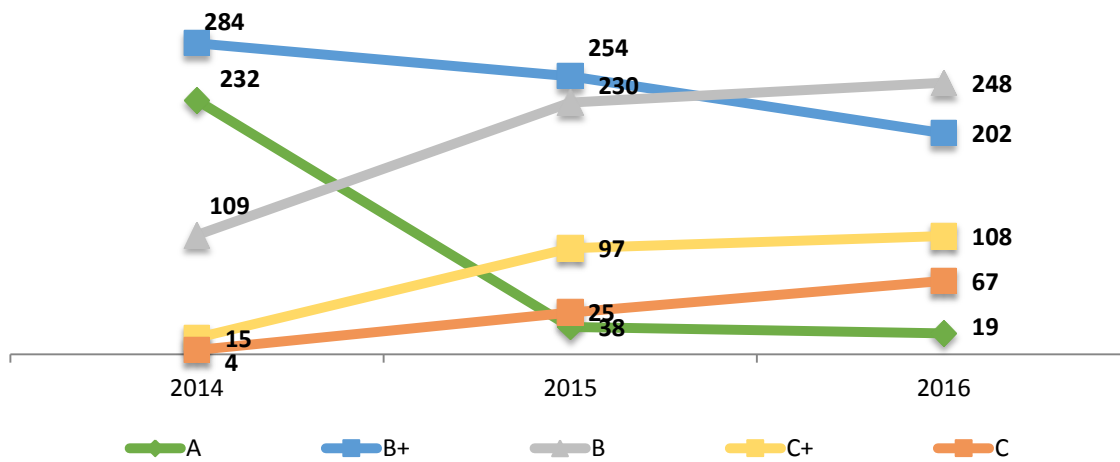
A nota média foi de 0,68 pontos, nível que qualifica estas gestões como efetivas no tocante aos aspectos relacionados à infraestrutura escolar.

Neste tema observamos que os municípios de Porte Médio e Grande obtiveram uma média ligeiramente superior à dos municípios de Porte Muito Pequeno e Pequeno, conforme gráfico abaixo.



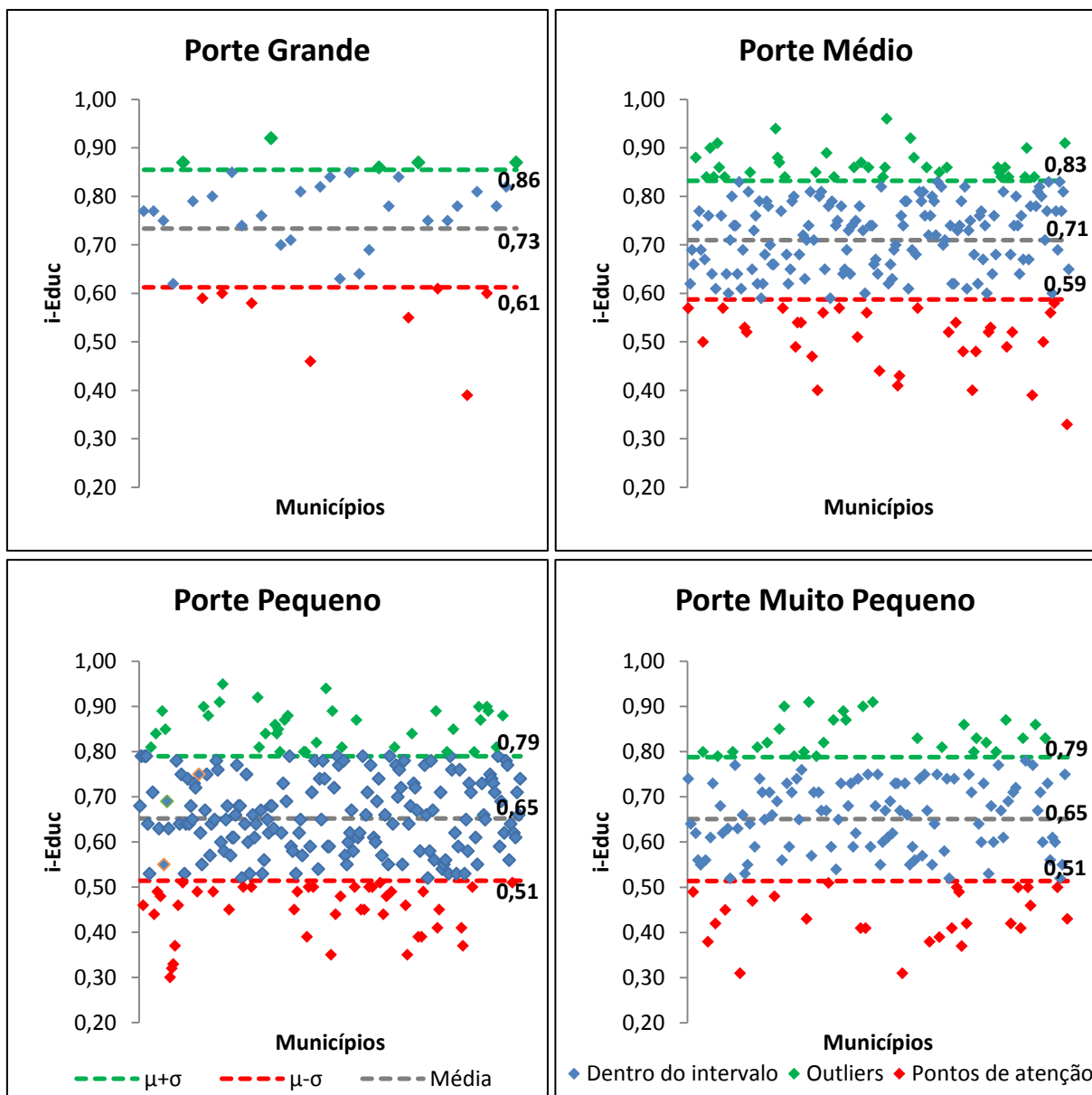
A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios nas faixas C+ - Em fase de adequação aumentou 620% (15 para 108) e C - Baixo nível de adequação (1.575% de 4 para 67). E houve uma redução significativa na faixa B+ - Muito Efetiva de 28,87% (de 284 para 202), além da redução do número de municípios na faixa A - Altamente Efetiva, que reduziu 91,81% (232 para 19), conforme representados no gráfico abaixo.

Quantidade de municípios por faixa - i-Educ



I-EDUC POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Educ em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que o comportamento da nota geral demonstrou que os municípios classificados em porte grande e médio, tendo em vista que nas quatro faixas populacionais, obtiveram nota média do i-Educ superior aos de porte pequeno e muito pequeno, mas mantendo a média dentro da faixa de resultado B (efetiva), variando entre 0,64 a 0,73 pontos.

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

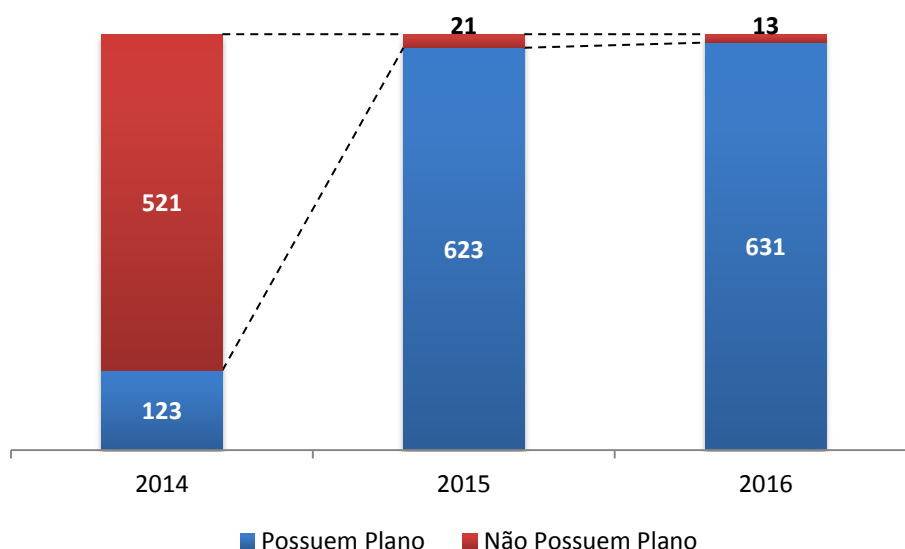
Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	12,82%	16,67%	15,00%	18,06%
Pontos de Atenção	20,51%	15,71%	17,92%	16,77%

ANÁLISES ESPECÍFICAS DA EDUCAÇÃO

Plano Municipal de Educação

Até o final de 2014, 123 municípios (19%) haviam concluído a elaboração do Plano Municipal de Educação, cujo prazo limite era julho/2015 segundo o Art. 8º do PNE – Plano Nacional de Educação. Em 2015, subiu para 623 municípios e em 2016 para 631 municípios (98%) os que informaram que tinham finalizado e promulgado o Plano.

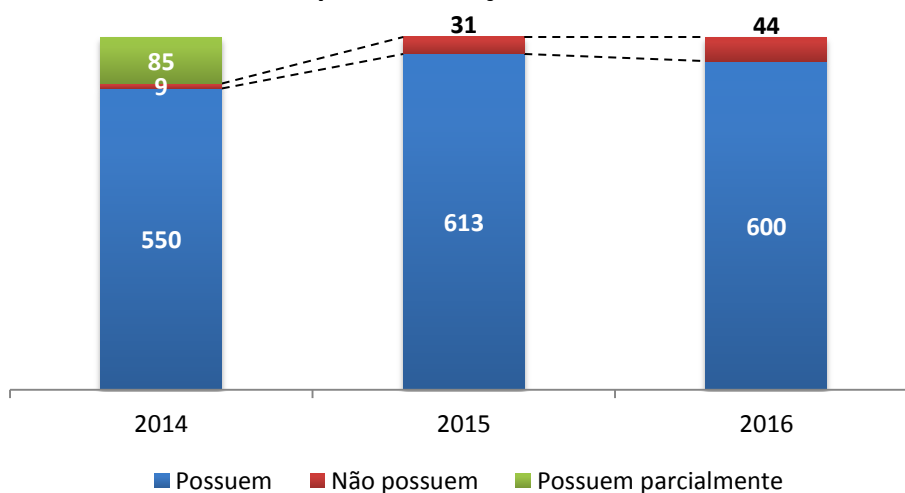


Conselho Municipal de Educação

No exercício de 2014, 550 municípios (86%) informaram que possuíam Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante.

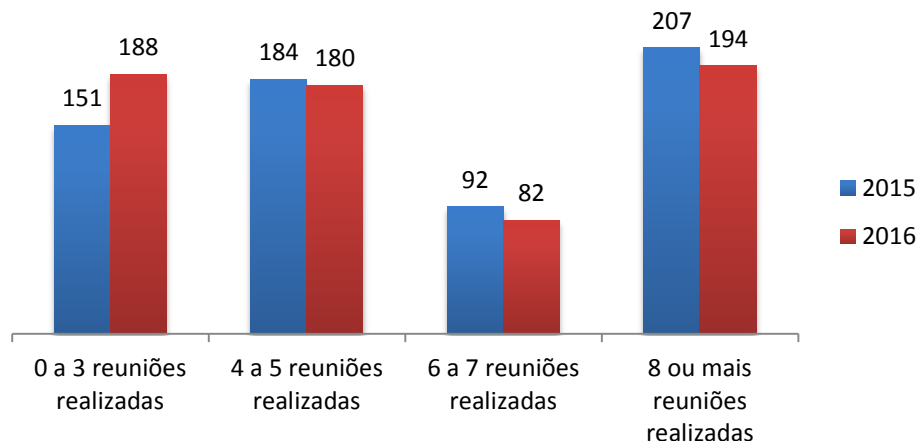
Este quesito foi alterado de "Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante no Município?" para "Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?". Assim, em 2015, 613 municípios (95%) possuem Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação. Este assunto foi tratado no PNE – Plano nacional de Educação na Meta 19 (Estratégia 19.5).

Conselho Municipal de Educação Estruturado e Atuante



Quanto à atuação do Conselho, identificamos que, em 2014, 184 municípios (29%) realizaram mais de 7 reuniões no exercício. Para 2015, reformularam-se as faixas de quantitativo de reuniões, sendo que 207 municípios (33%) efetuaram mais de 8 reuniões anuais e em 2016, este número diminuiu para 194 municípios (30%) .

Reuniões do Conselho Municipal de Educação

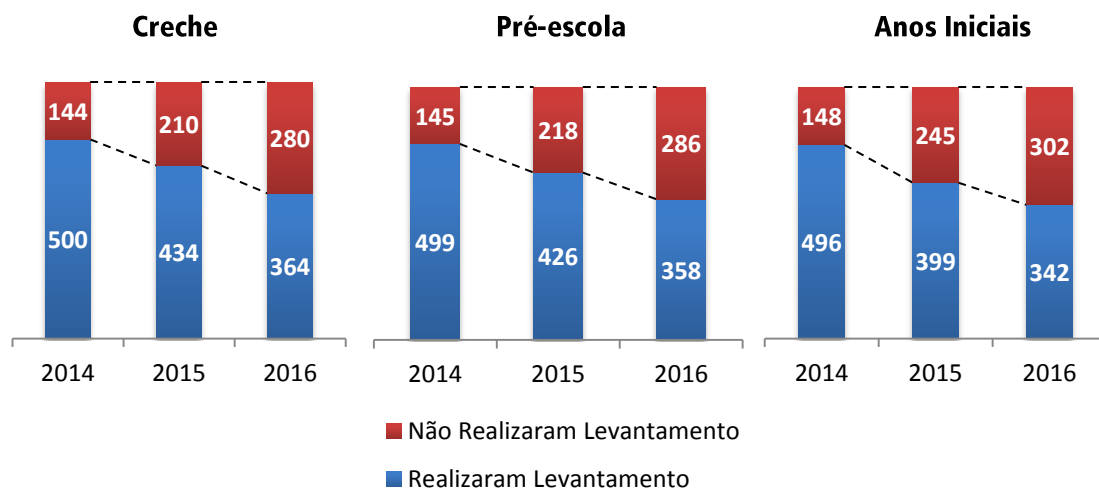


Levantamento da demanda por vagas

Em 2014, o quesito era “A prefeitura municipal fez o levantamento do número de crianças que necessitavam de creches, pré-escola e Ciclo I?” e foi alterado para “A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches, pré-escola e Ciclo I em 2015?”.

Em 2016 houve a atualização do termo “Ciclo I” para “Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)” permanecendo as demais redações sem alterações.

Visualizamos que houve uma redução no levantamento da demanda por vagas por parte dos municípios de 2014 para 2015 e essa redução se manteve de 2015 para 2016 nas três faixas escolares.



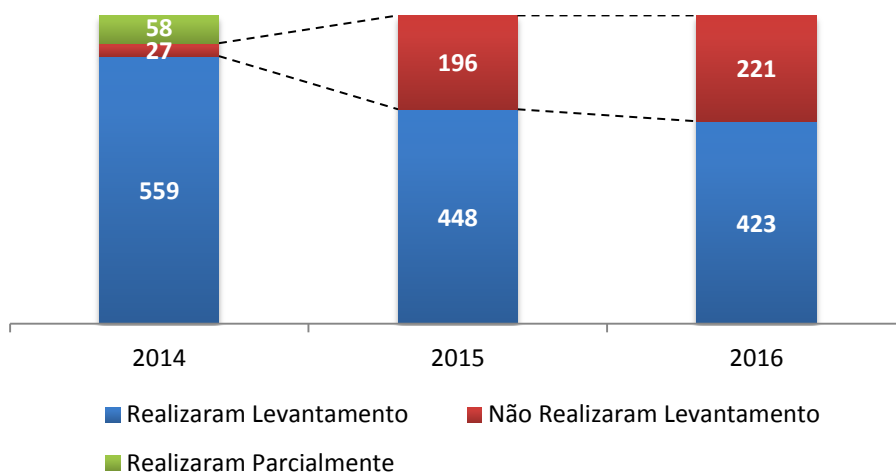
Levantamento da Taxa de Abandono

Em 2014, houve a necessidade de realizar o levantamento de demanda por vagas para elaborar o Plano Municipal da Educação. Em 2015, alguns municípios não mais realizaram este estudo.

Este assunto é abordado no PNE – Plano Nacional de Educação na meta 2.

Houve alteração da questão, excluindo a opção "realizou parcialmente" em 2015. De 2014 para 2015 houve uma diminuição no número de municípios que haviam realizado o levantamento da taxa de abandono escolar e de 2015 para 2016, a diminuição se manteve, indo de 448 (70%) municípios para 423 municípios (66%).

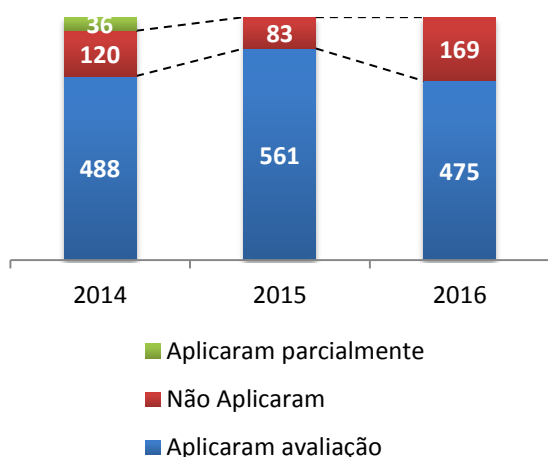
Taxa de Abandono (Evasão Escolar)



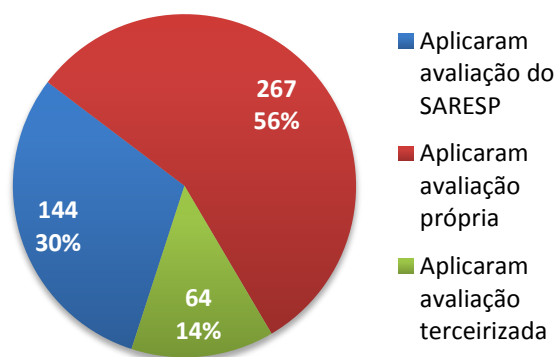
Avaliação do rendimento escolar

Em 2014, 488 municípios informaram que aplicaram algum programa de avaliação do rendimento escolar. Dentre estes, 72 municípios utilizaram metodologia terceirizada (não governamental). Em 2015, houve maior especificação das opções de resposta considerando aplicação de avaliação própria, SARESP, avaliação terceirizada ou não aplicou avaliação. Identificamos que houve uma queda do número de municípios (31%) que não aplicaram nenhum programa de avaliação do rendimento escolar e que a maior parte dos municípios (284) aplicam avaliações próprias. Já em 2016 o número de municípios que aplicaram avaliação, caiu (15%) indo para 475 municípios, sendo que destes que aplicaram, o maior quantitativo foi de avaliação própria (56%), seguido pela avaliação do SARESP (30%) e por último avaliação terceirizada (14%).

Programa de Avaliação do Rendimento Escolar

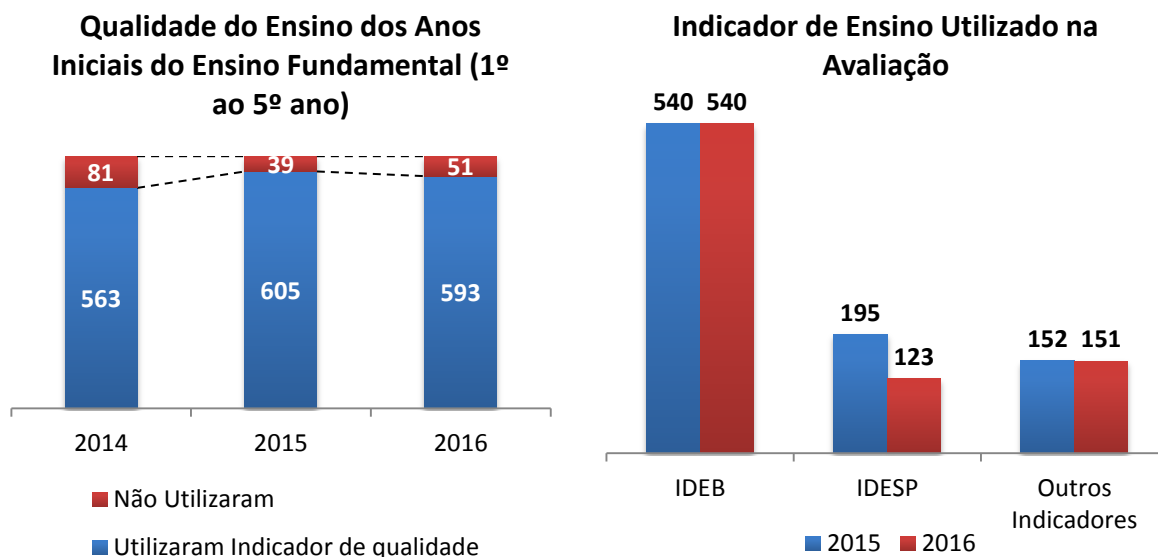


Dos 475 Municípios que aplicaram a avaliação em 2016:



Análise da Educação nos Anos Iniciais

Em 2014, 563 municípios (87%) utilizaram um indicador de qualidade para análise da Educação no Ciclo I. Em 2015, este número aumentou para 605 (94%) e o indicador mais utilizado foi o IDEB, por 540 municípios. Em 2016, houve alteração no quesito do termo "Ciclo I" para "Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)", apresentando uma pequena diminuição de 605 (94%) para 593 (92%) na quantidade de municípios que utilizaram indicador de qualidade. Dentre os indicadores mais utilizados permaneceu o IDEB como primeiro, correspondente a 540 municípios, igual ao exercício anterior.



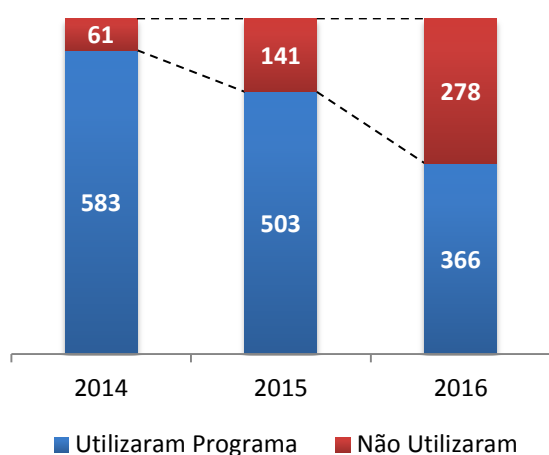
Programa específico para leitura e escrita

Em 2014, 583 municípios (91%) utilizaram um programa específico para leitura e escrita. Em 2015, caiu para 503 municípios (78%), sendo que o percentual médio de alunos atendidos pelos programas de desenvolvimento das competências de leitura e escrita na rede municipal do Ciclo I tende a declinar ano a ano.

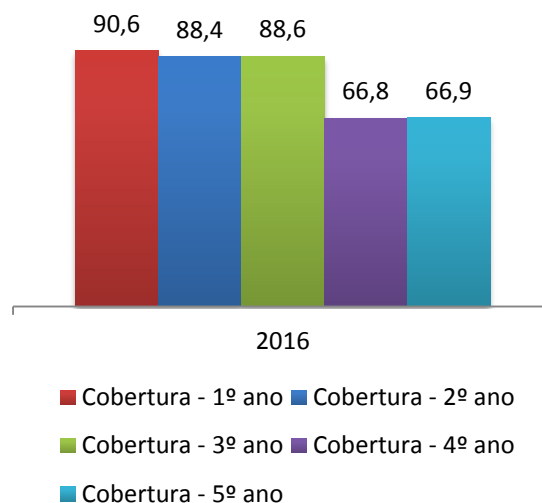
Foi inserida a observação no quesito em 2015: "Não considerar treinamentos voltados para os professores".

Em 2016, houve uma queda maior, indo para 366 municípios (57%) os que utilizaram algum programa que desenvolvesse as competências de leitura e escrita de seus alunos. O grande responsável por essa queda brusca, foi a diminuição na arrecadação durante o período, tendo os municípios que optarem em cortar o investimento para a cobertura do 4º e 5º ano escolar.

Programa de Desenvolvimento de Leitura e Escrita para Alunos



% cobertura em 2016



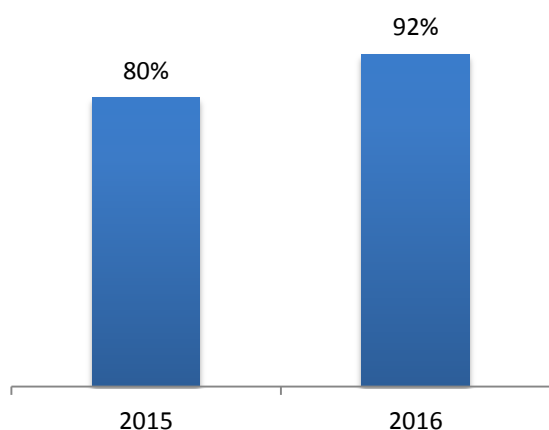
Infraestrutura escolar

No exercício de 2015, foram fornecidas informações adicionais sobre as condições de infraestrutura escolarⁱ. O cenário era de que 80% de todas as escolas dos Anos Iniciais estavam adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais, com Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreaçãoⁱⁱ e que 60% possuíam quadra poliesportivaⁱⁱⁱ coberta com dimensões mínimas (18m x 30m). Em 2016, este cenário melhorou, aumentando para 92% o número de escolas que estavam adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais nos Anos Iniciais.

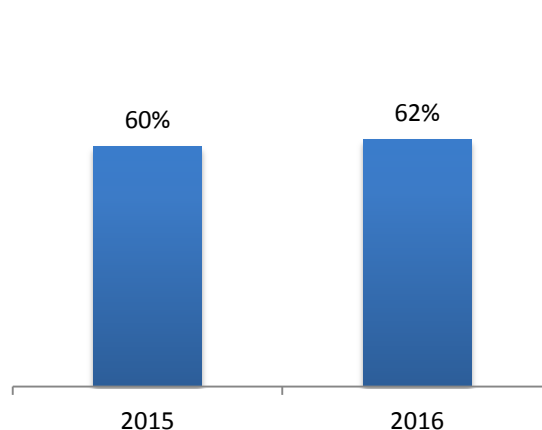
Quanto às escolas de Creche, Pré-escola e Anos Iniciais dos municípios, em 2015, 48% delas necessitavam de reparo (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) e apenas 0,6% foram interrompidas ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura. Em 2016, houve um aumento para 60% no número de escolas que necessitavam de reparos e apenas 0,7% que foram interrompidas por falta de infraestrutura.

Anos Iniciais

Escolas Adaptadas para Portadores de Necessidades Especiais

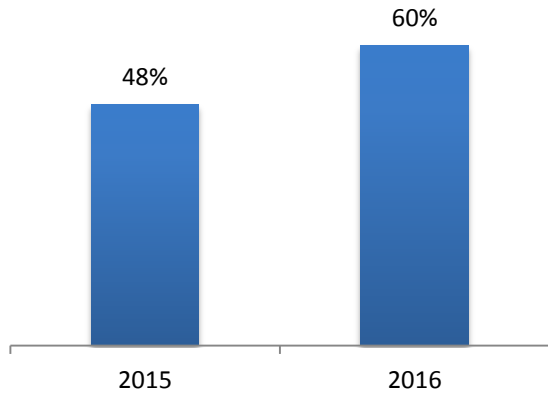


Escolas com Quadra Poliesportiva Coberta



Creche, Pré-escola e Anos Iniciais

Escolas com Necessidade de Reparo



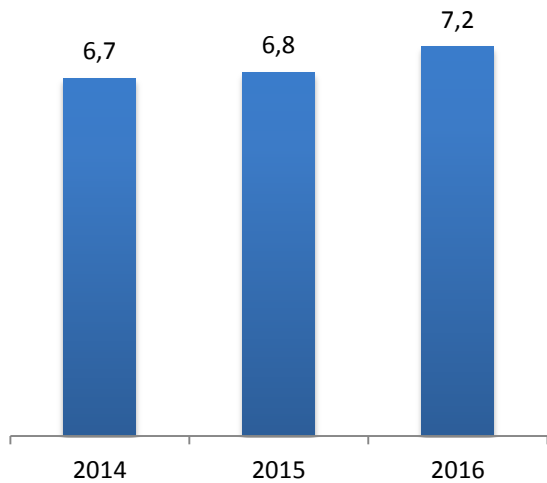
Escolas Interrompidas por Falta de Infraestrutura



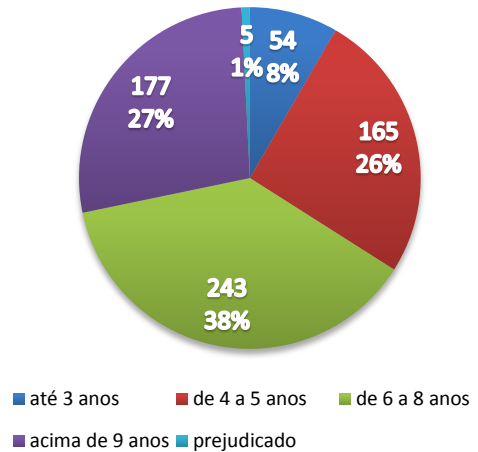
Transporte escolar

De 2014 para 2015, a idade média da frota escolar de todos os municípios aumentou de 6,7 para 6,8 anos. Em 2016, esse aumento foi maior, indo para 7,2 anos a idade média. Apenas 54 municípios (8%) possuem frota escolar com idade média de até 3 anos.

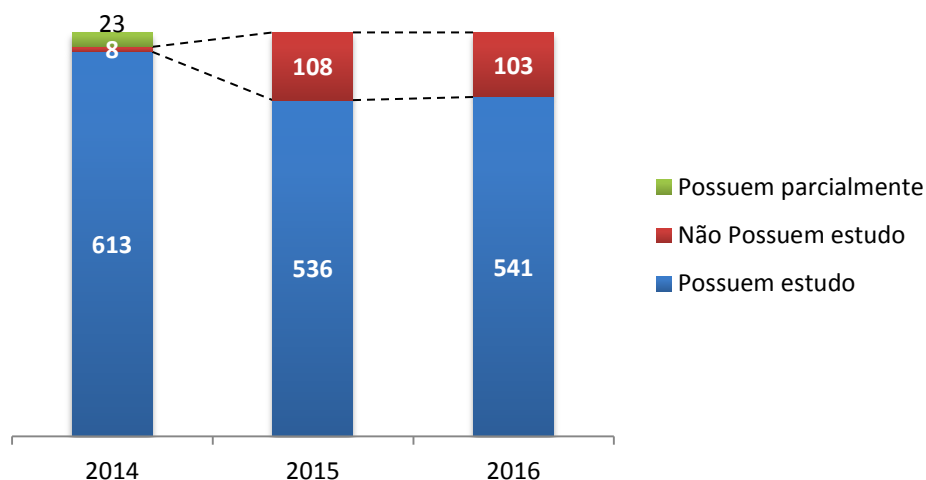
Idade Média da Frota Escolar



Municípios por Faixa de Idade da Frota em 2016

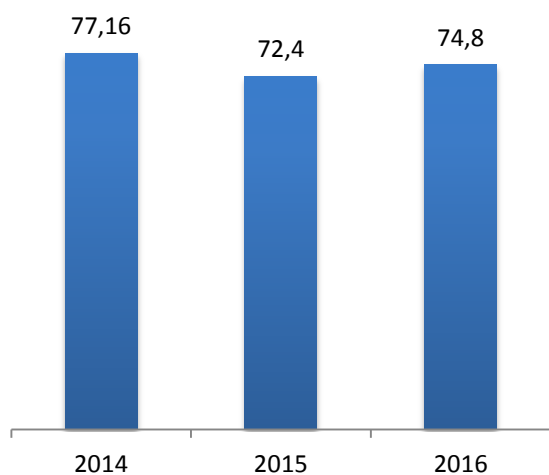


Estudo Anual do Traçado e Tempo da Rota

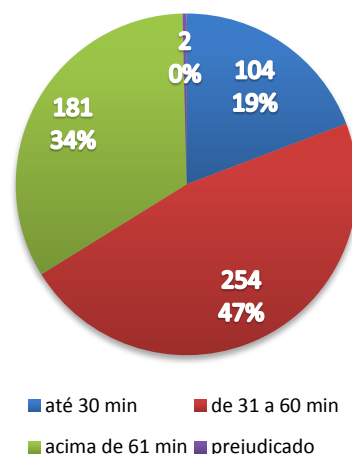


Quanto às rotas de viagem do transporte escolar, houve alteração da pontuação (sem pontuação para 2015. Em 2014, valia 1 ponto a existência de estudo anual e o registro parcial, 0,5) e do enunciado da questão de "A prefeitura tem registro das rotas seguidas pelos veículos do transporte escolar?" para "Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?". Assim, notamos que, em 2014, havia 613 municípios (95%) que possuíam registro das rotas do transporte escolar. Em 2015, este número caiu para 536 municípios (83%) que possuíam um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas escolares e em 2016 aumentou para 541 municípios (84%).

Tempo Médio de Viagem (min)



Municípios por Faixa de Tempo de Viagem em 2016

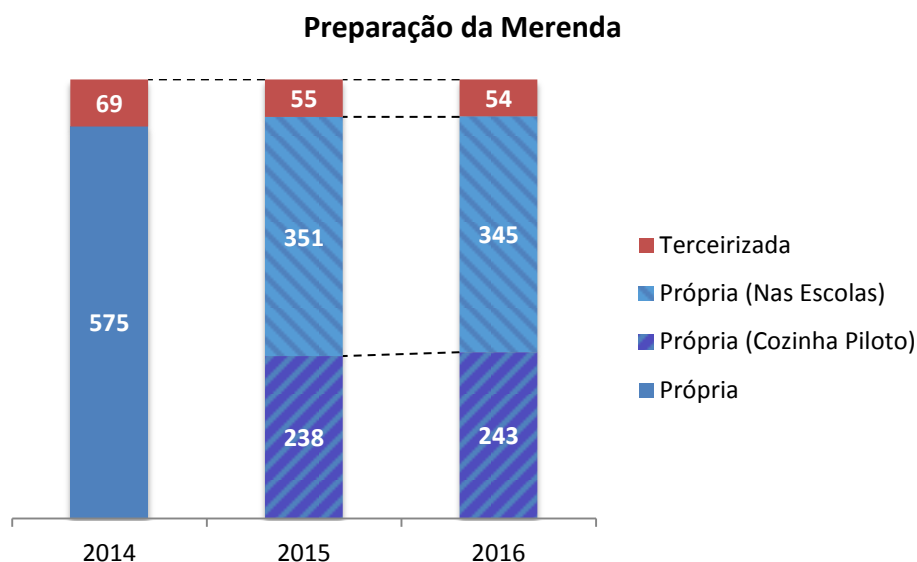


Dos municípios que informaram que possuíam registro das rotas e/ou estudo anual, o tempo médio de viagem das rotas do transporte escolar no ano de 2014^{iv} foi de 77,2 min, enquanto que no ano de 2015^v reduziu para 72,4 min e em 2016 subiu para 74,8 min (aumento de 3%). No gráfico de Municípios por faixa de tempo de viagem em 2016 visualizamos que o tempo médio de viagem foi superior a 1 hora em 181 municípios (34%).

Merenda escolar

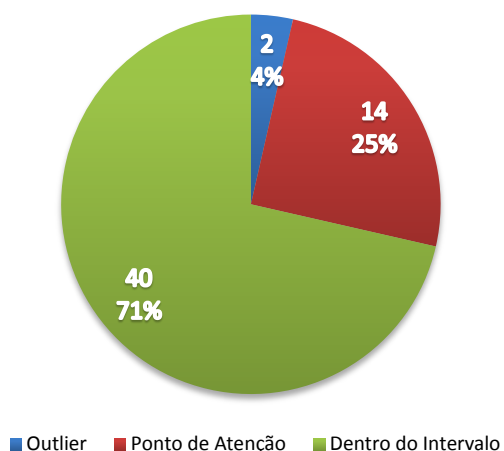
No exercício de 2014, o quesito sobre preparação da merenda questionava se era terceirizada ou não (próprio ou

terceirizado). Para 2015, ampliaram-se as possibilidades de respostas para cozinha piloto própria, nas escolas (com merendeiras próprias) ou terceirizada. Assim, em 2014, 575 municípios (89%) possuíam preparação da merenda própria, enquanto que, em 2015, 589 (91%) possuíam, sendo 238 municípios com cozinha piloto e 351 com merendeiras nas escolas. Já em 2016, este número não sofreu grandes alterações, diminuindo apenas 1 município, indo para 588 (91%), no quantitativo total dos que possuem preparação própria em relação ao ano anterior. A distribuição dentre os municípios que possuem preparação própria de merenda, ficou em 243 municípios com cozinha piloto e 345 com merendeiras nas escolas. Estes dados foram apenas informativos (sem pontuação).



Em 2016, dos 54 municípios que contratam empresas terceirizadas para a preparação da merenda, o custo unitário médio do almoço foi de R\$ 2,89. O maior valor foi de R\$ 5,30 e o menor de R\$ 0,66. Abaixo, classificamos os municípios em Outlier (municípios com boas práticas), Ponto de Atenção (municípios com custo unitário do almoço acima da média + desvio padrão) e dentro do intervalo. Verificamos que apenas 2 municípios pagam menos que R\$ 1,84 a refeição e foram classificados como Outliers.

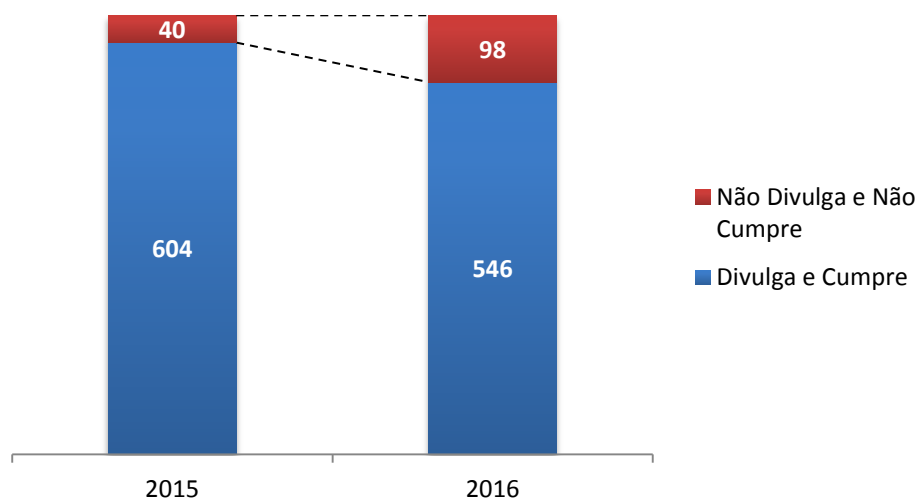
Custo Unitário Médio do Almoço em 2016



Custo Unitário do Almoço	
Média	R\$ 2,89
Outlier	R\$ 1,84
Ponto de Atenção	R\$ 3,95

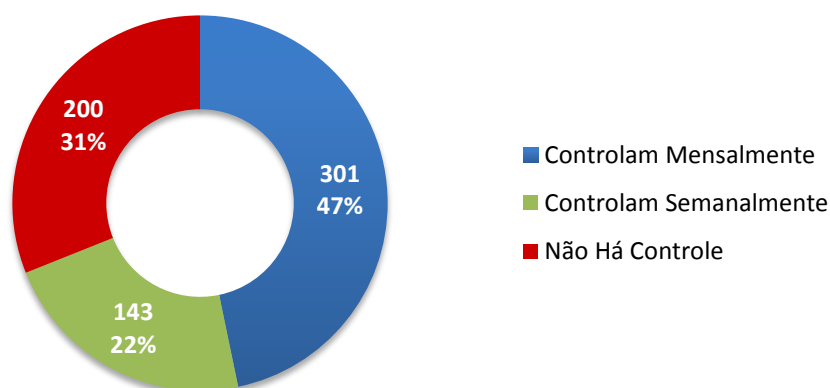
Quanto a divulgação e cumprimento do cardápio escolar, em 2015 foi computado que 644 municípios (94%) divulgam e cumprem o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista. Em 2016, esse número caiu para 546 municípios (85%).

Divulgação e Cumprimento de Cardápio Escolar



Em 2016, 143 municípios (22%) informaram que existe um controle por meio de relatórios semanais elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas / estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal e 200 (31%) não possuem tal controle.

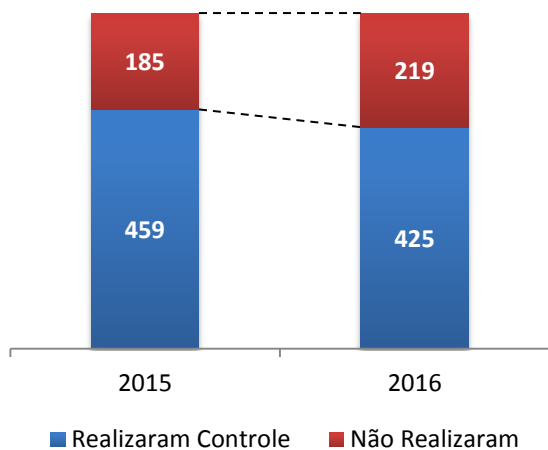
Controle da Merenda por Meio de Relatórios da Nutricionista



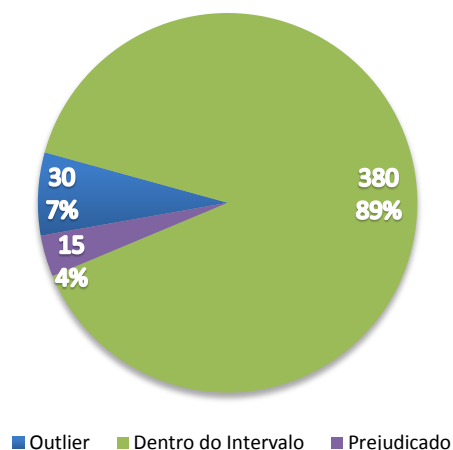
Sobre o CAE – Conselho de Alimentação Escolar, em 2015, 459 municípios (71%) informaram que realizaram controle através da elaboração de atas que permitam atestar as condições físicas / estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço. Este número em 2016 desceu para 425 municípios (66%), sendo que destes, 30 municípios realizaram mais de 7 visitas do CAE. O maior número de visitas realizadas pelo CAE no município foi de 102 e 30 municípios realizaram mais de 17 visitas no ano.

Obs. Número de visitas do CAE no ano iguais a ZERO e maior que 200 foram considerados prejudicados.

Elaboração de Atas pelo CAE (Conselho de Alimentação Escolar)



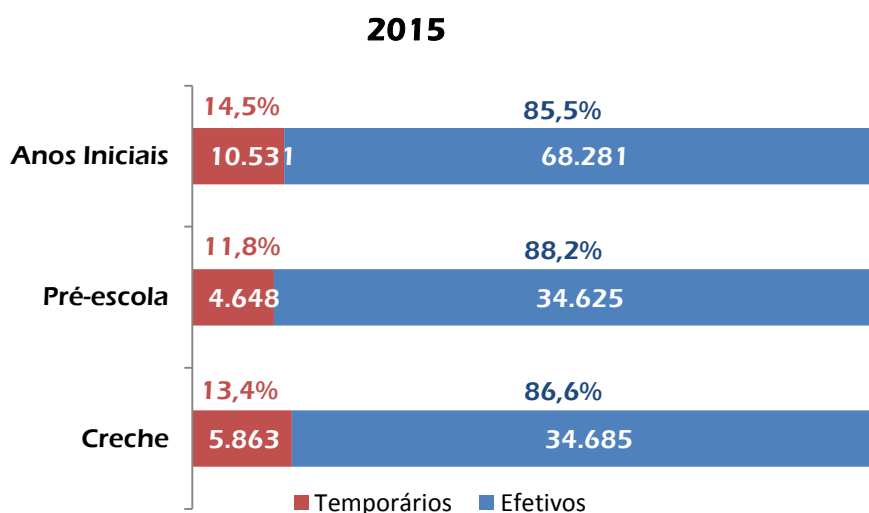
Média de Visitas do CAE (Conselho de Alimentação Escolar)



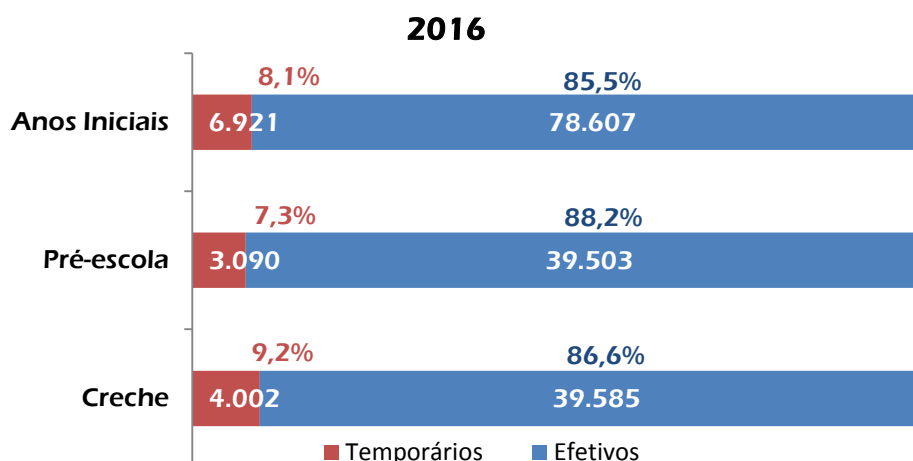
Qtde de Visitas do CAE em 2016	
Outlier	17
Média	7

Professores

No exercício de 2015, considerando os dados fornecidos pelos municípios paulistas^{vi}, os professores efetivos representavam mais de 85% do total de docentes.

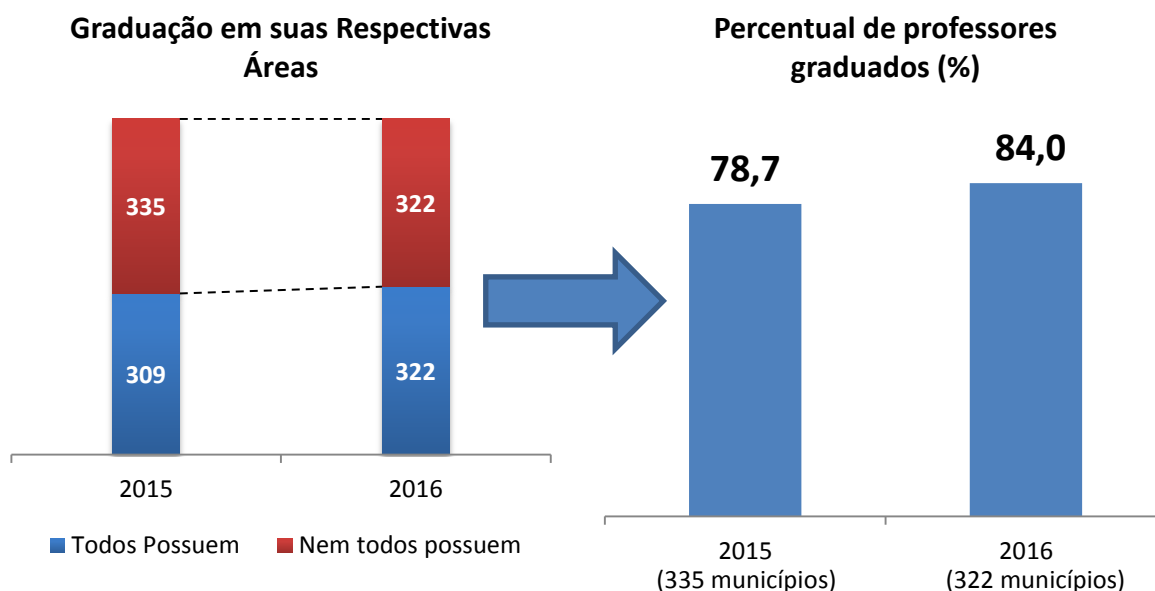


No exercício de 2016, essa proporção se manteve.



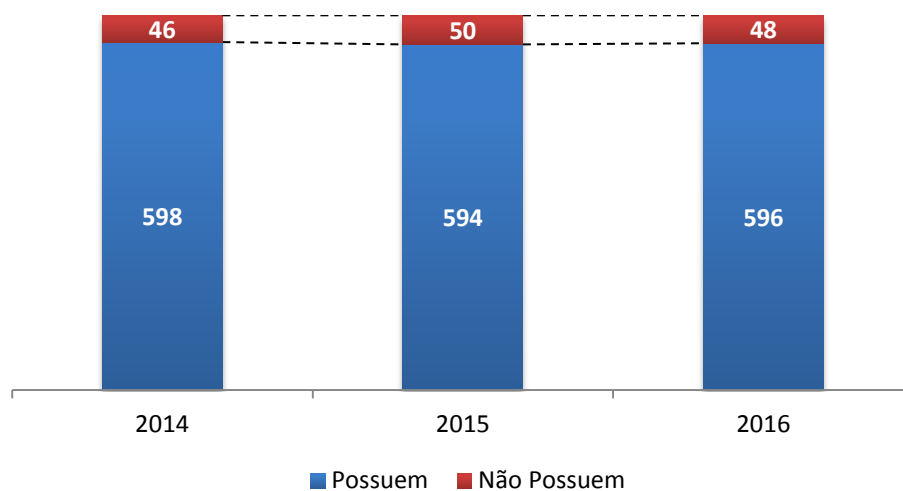
Acerca do nível superior do professor, somente pontuava o município que possuísse 100% dos professores da Educação Básica com formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o que ocorreu, em 2015, com 309 municípios (48%). Já em 2016, observamos uma pequena melhora, aumentando para 322 municípios (50%) que possuíam todos os seus professores com graduação em suas respectivas áreas. Quanto aos demais municípios (335 em 2015 e 322 em 2016), 78,7% de seus professores possuíam formação específica na área de conhecimento em que atuam em 2015, com um aumento para 84% em 2016.

Este assunto é tratado no PNE – Plano nacional de Educação na Meta 15^{vii}, em que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam no prazo de 1 ano de vigência do PNE.



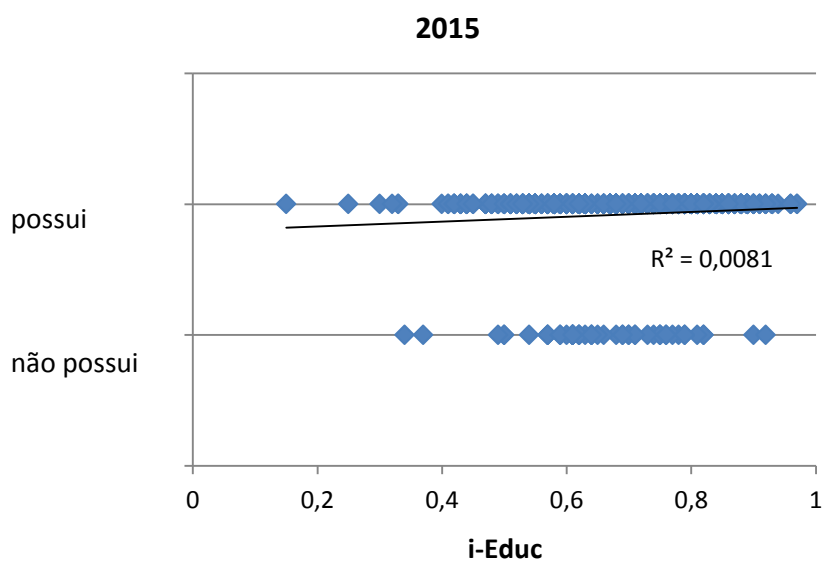
Sobre o quesito de Plano de Cargos e Salários, em 2014, este item não era pontuado. Em 2015 e 2016, o município que não possuísse, perdia 1 ponto no i-Educ. Visualizamos que de 2014 para 2015 houve uma queda do número de municípios que informaram possuir Plano de Cargos e Salários para seus professores. Porém de 2015 para 2016, essa queda cessou e tivemos um pequeno aumento para 596 municípios (92,5%) que informaram possuir um Plano de Cargos e Salários. Este assunto é abordado no PNE – Plano Nacional de Educação na meta 18^{viii}.

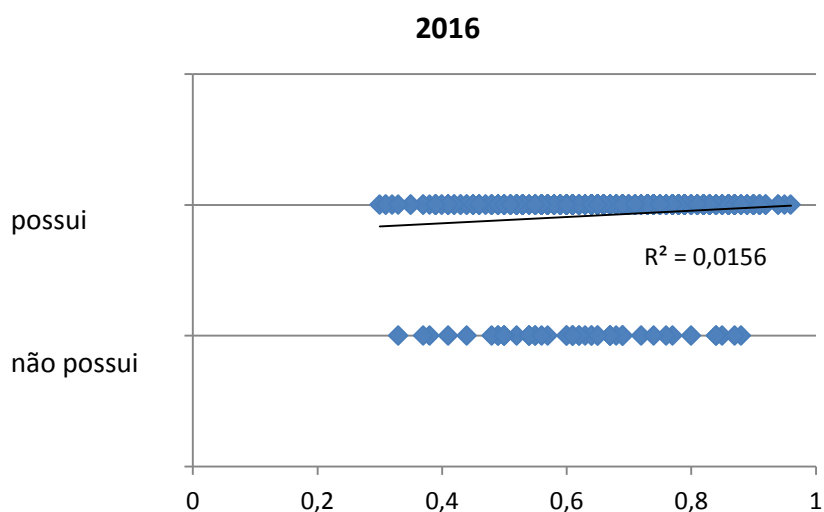
Plano de Cargos e Salários para Professores



Através do gráfico de dispersão, de 2015 para 2016, visualizamos que a correlação, embora pequena, entre possuir Plano de Cargos e Salários e a nota obtida no i-Educ aumentou.

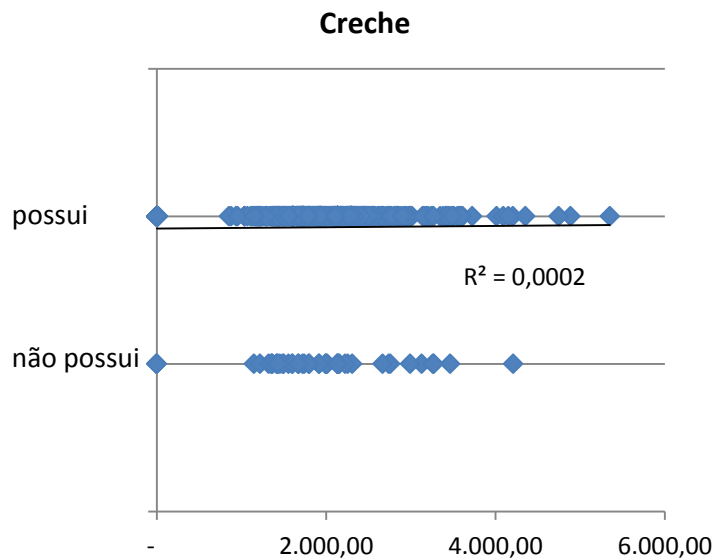
Plano de Cargos e Salários X i-Educ



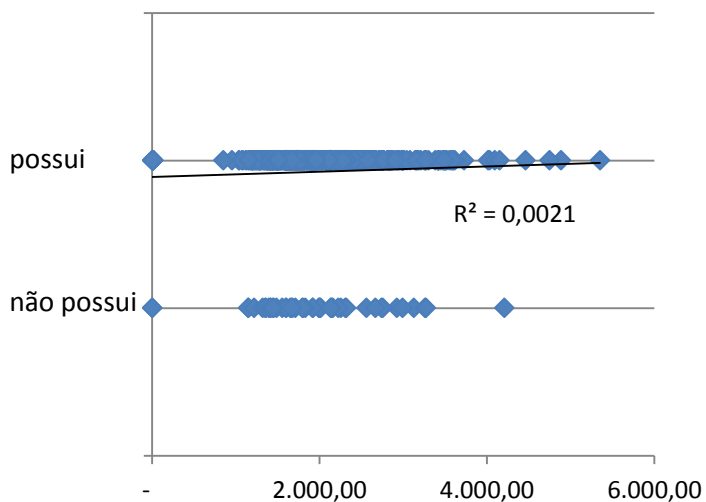


Ao cruzamos os dados do Plano de Cargos e Salários com o Piso Salarial das três etapas da educação infantil (creche, pré-escola e anos iniciais), chegamos a conclusão, referente ao ano exercício de 2016, que não necessariamente quem possui Plano de Cargos e Salários, paga melhor Piso Salarial, conforme visualizamos nos gráficos abaixo:

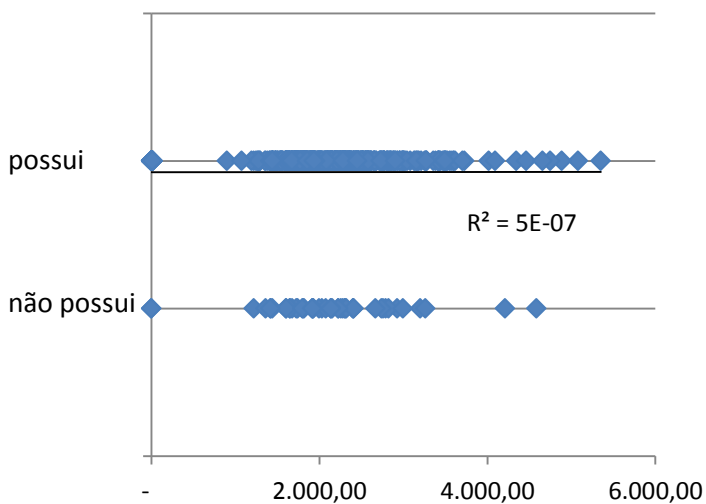
Plano de Cargos e Salários X Piso Salarial em 2016



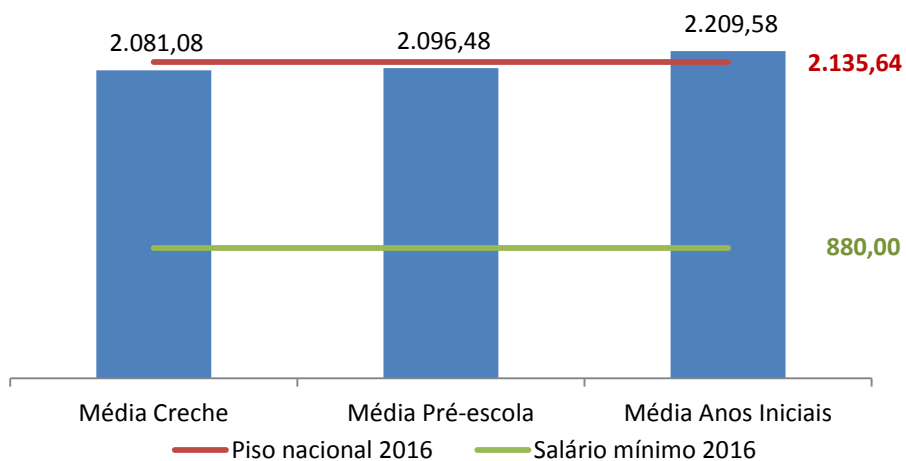
Pré-Escola



Anos Iniciais



Piso salarial mensal

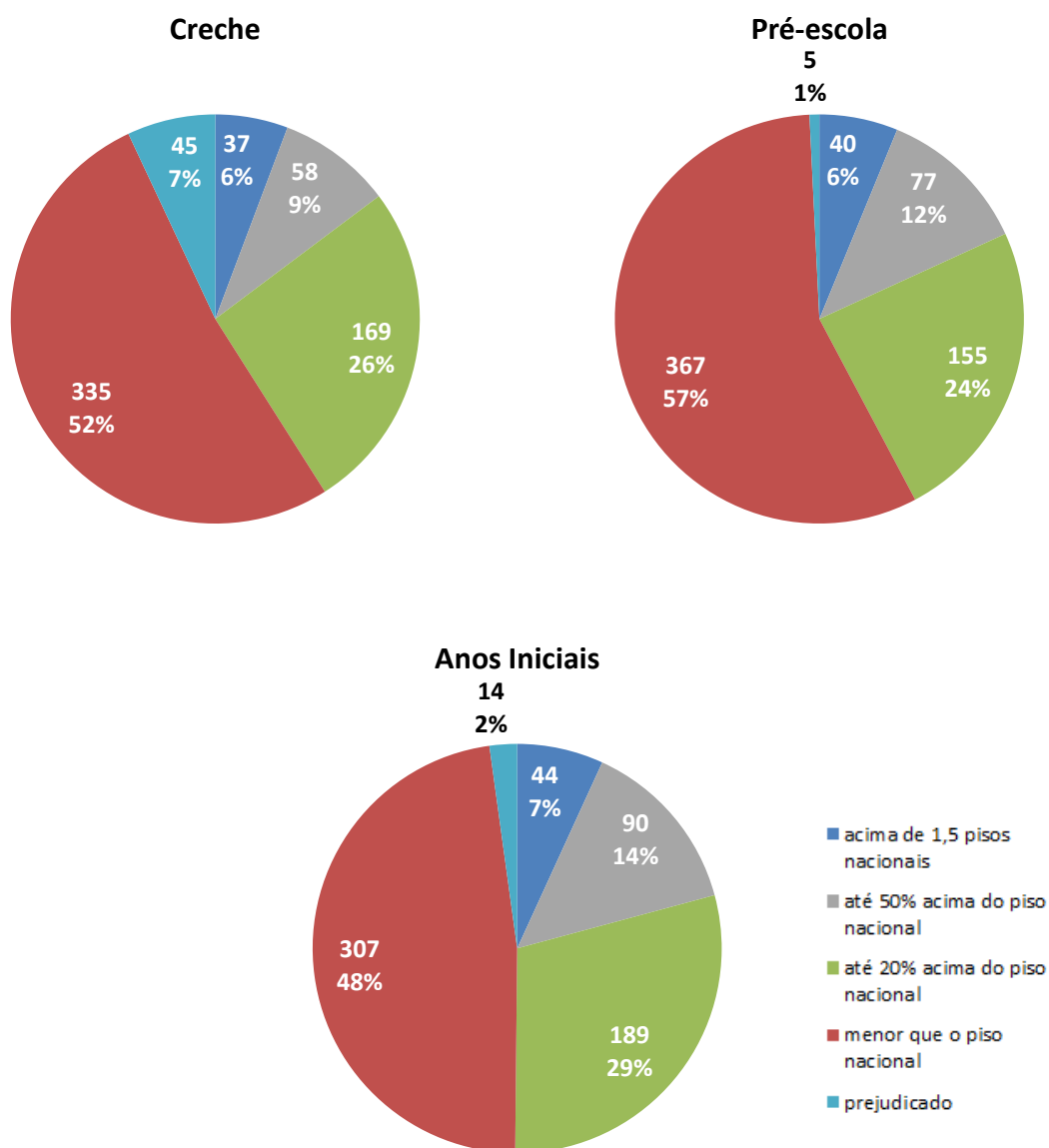


O piso salarial mensal considerado para o cálculo foi informado pelos municípios e equivale a 40 horas semanais.

No gráfico acima, identificamos que a média do piso salarial para professores de creche (R\$ 2.081,08) e pré-escola (R\$ 2.096,48) é menor que o piso salarial nacional estabelecido pelo Ministério da Educação (R\$ 2.135,64). E que a média do piso salarial para professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) é ligeiramente superior: R\$ 2.209,58.

Segregando os municípios por faixa de piso salarial de professores, podemos visualizar que, no caso dos professores de creche, 335 municípios (52%) não cumprem o piso nacional. Resultado semelhante aos professores de pré-escola, em que 367 municípios (57%) pagam salário abaixo do piso nacional.

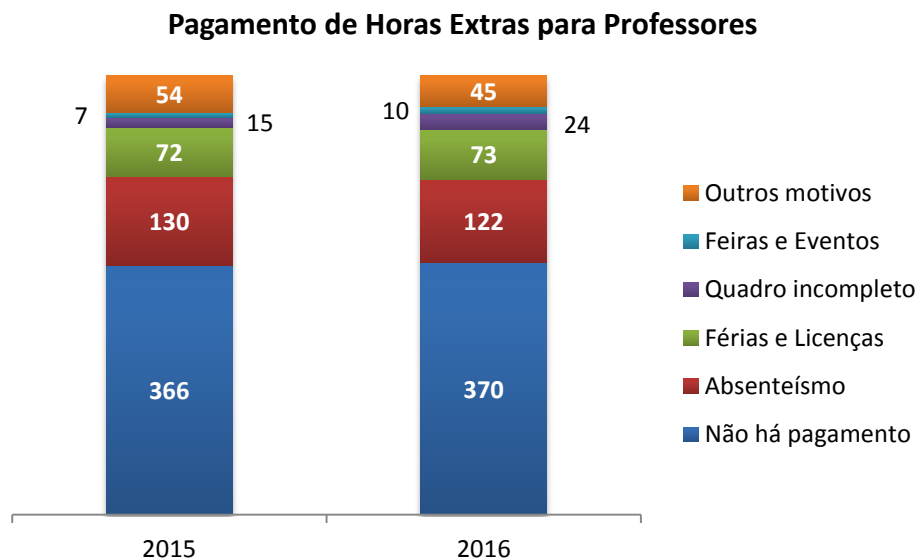
2016



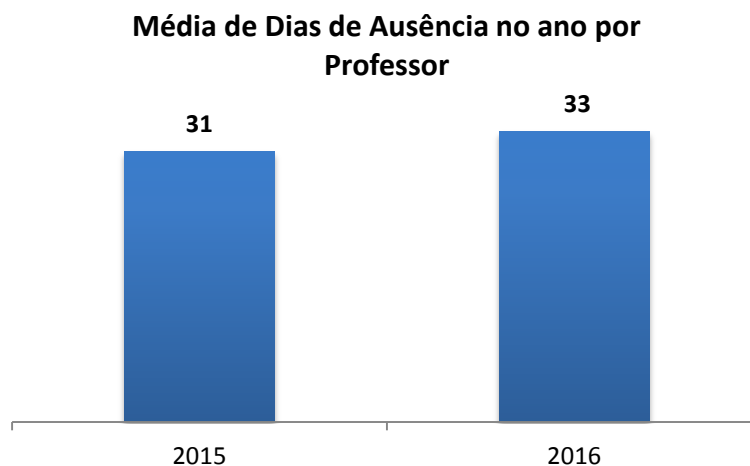
Quanto aos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 307 municípios (48%) pagam o piso salarial menor que o piso nacional.

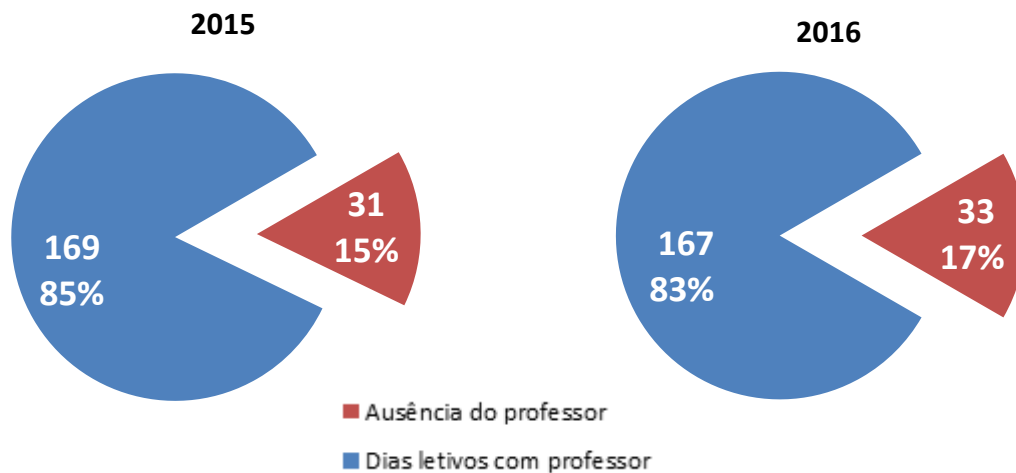
Em 2016, não identificamos uma correlação entre o pagamento de um maior piso salarial mensal para os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com a nota obtida no IDEB 2015.

Em 2015 e 2016, foram requisitados dados sobre a principal razão para pagamento de horas extras para os professores, o que evidenciou que a causa mais citada foi o absenteísmo de professores nos dois anos (130 municípios em 2015 e 122 municípios em 2016).



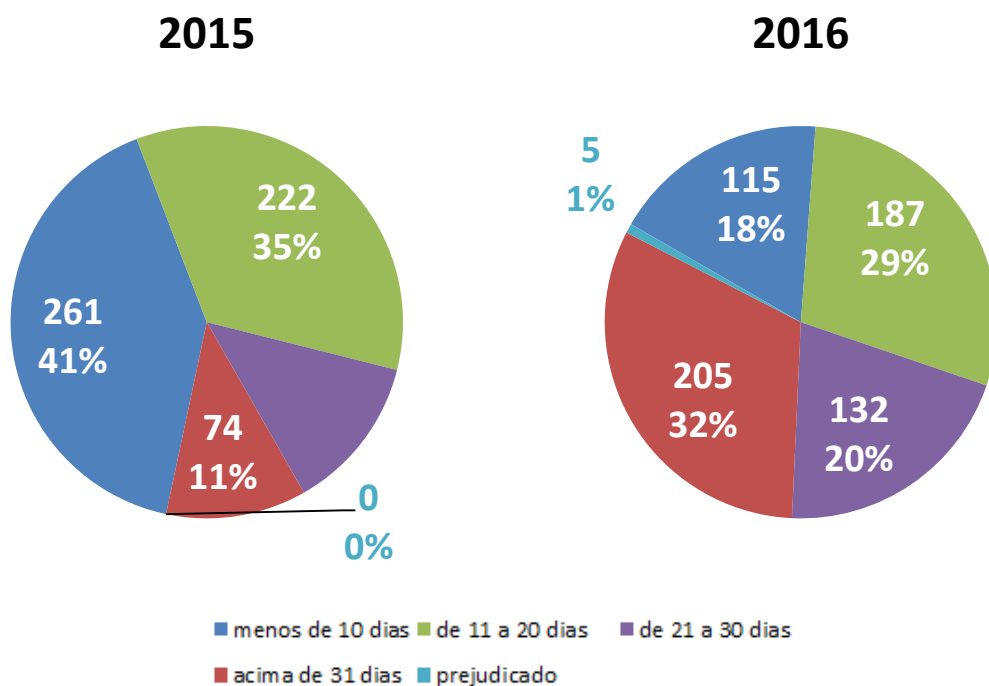
Sobre o levantamento de dados a respeito da ausência de professores dos Anos Iniciais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)^x, o ano letivo será de, no mínimo, 200 dias de efetivo trabalho escolar. Desta forma, somando-se todas as ausências (justificadas, legais e injustificadas), verificamos que, em média, os docentes nos 644 municípios paulistas se ausentaram 31 dias (15,4%) no ano letivo de 2015 e 33 dias (16,5%) no ano letivo de 2016, tendo assim um aumento de 2 dias na média.





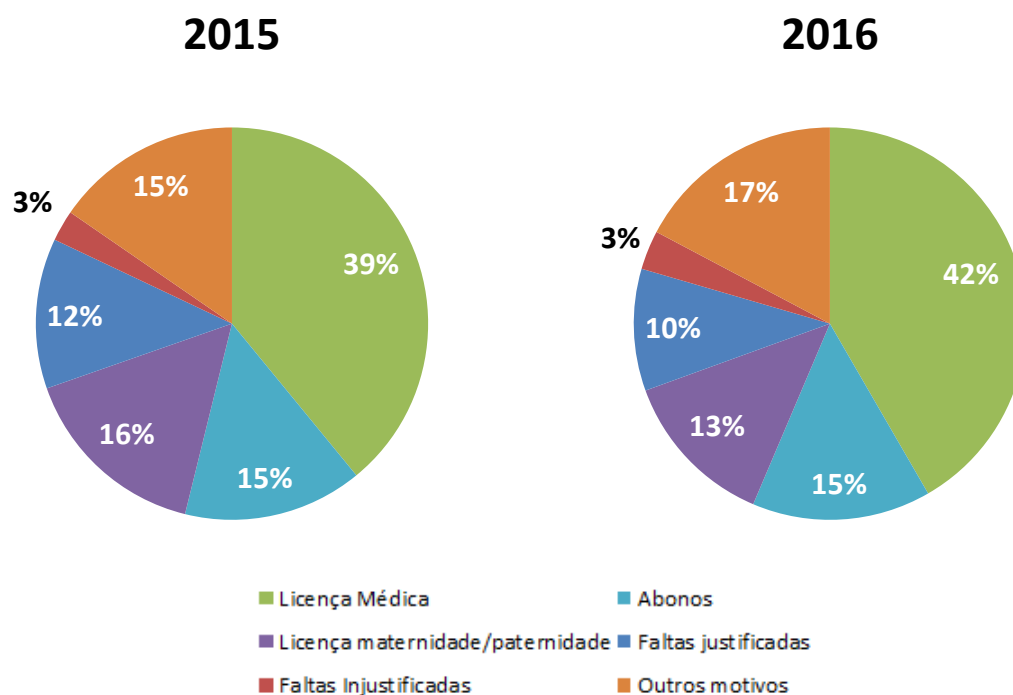
Quando agrupados por faixas, no ano letivo de 2015, tivemos 74 municípios (11%) com professores dos Anos Iniciais que se ausentaram acima de 31 dias. Já no ano letivo de 2016, houve uma piora aumentando 177%, indo para 205 municípios (32%).

Municípios por Faixa de Ausências de professores



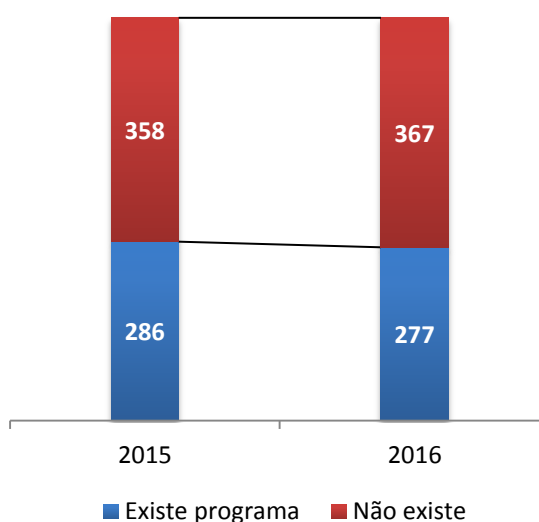
Agrupando-se todas as ausências de professores dos Anos Iniciais dos 644 municípios, verificamos no ano de 2015 que 39% das ausências foram por licença médica e em 2016 esse número continuou a subir, correspondendo a 42% do total, permanecendo como principal causa de ausência dos professores.

Principais Causas de Ausências de Professores dos Anos Iniciais



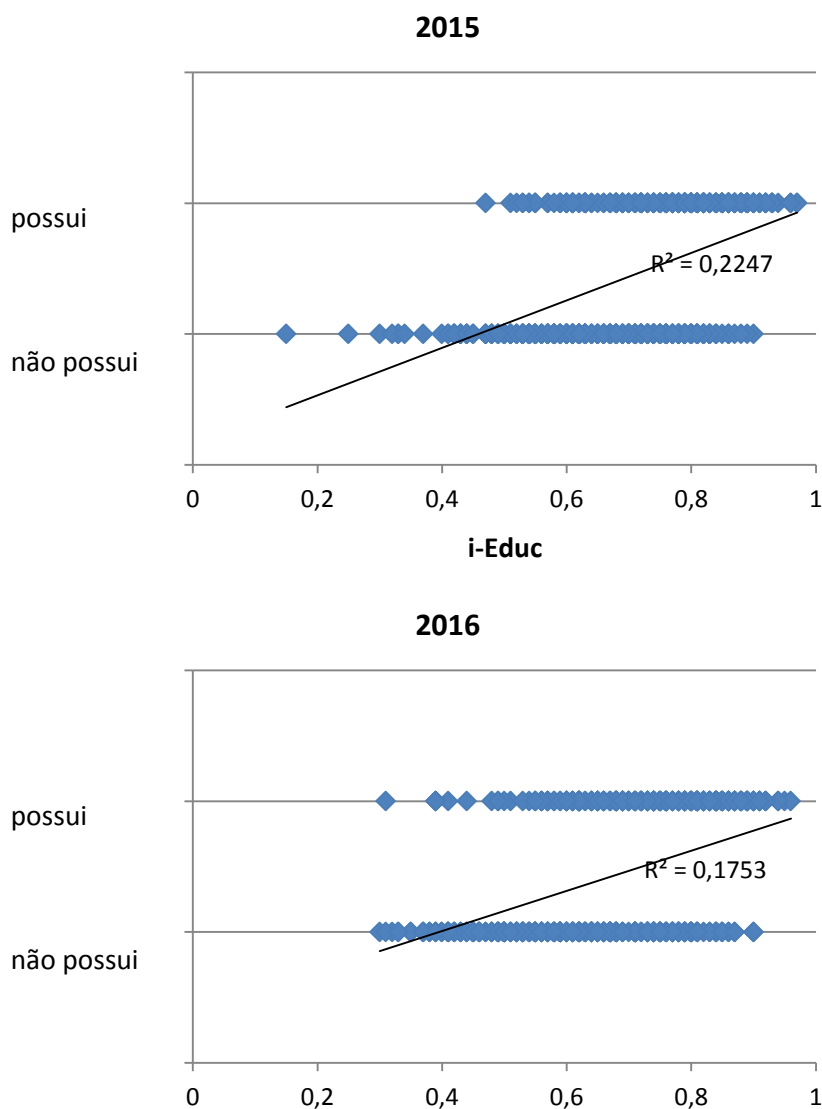
Referente ao exercício de 2015, 286 municípios (44%) possuíam programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais). Já em 2016, esse número teve uma pequena diminuição para 277 municípios (43%).

Programa de Inibição ao Absenteísmo de Professores



Quanto aos gráficos de dispersão abaixo, de 2015 para 2016, apesar de ter ocorrido uma pequena diminuição, visualizamos que o índice de efetividade da Educação – i-Educ continua tendo uma correlação positiva mais forte com os municípios que possuem programa de inibição ao absenteísmo.

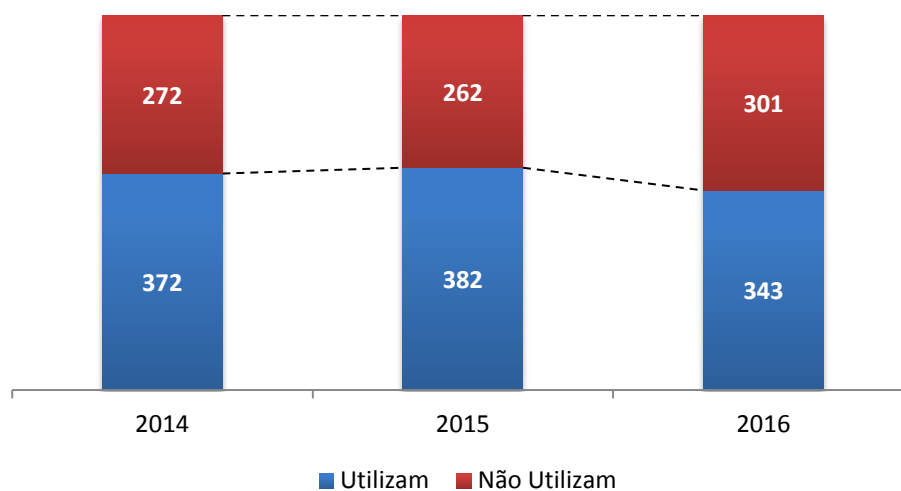
Programa de Inibição ao Absenteísmo X i-Educ



Material e uniforme escolar

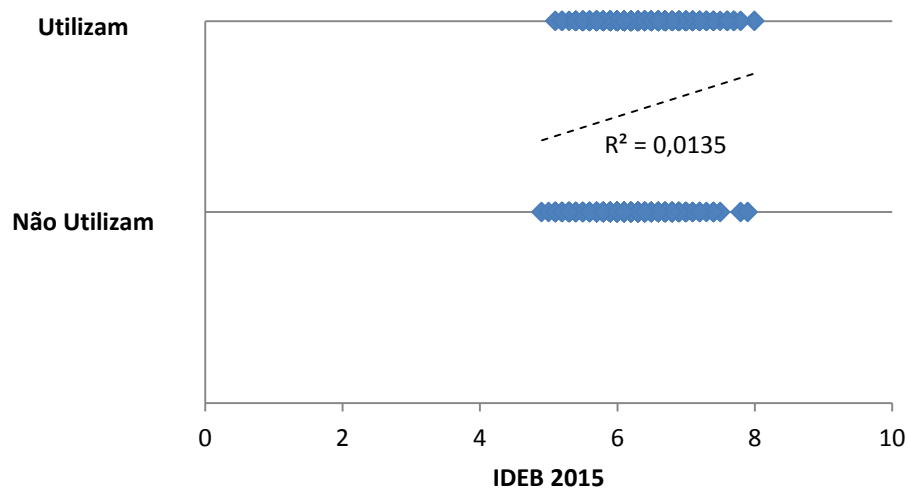
Sobre a utilização de material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino), em 2014, 372 municípios (58%) elaboraram material didático através de empresa terceira. Em 2015, este número aumentou para 382 (59%). Já em 2016, esse número caiu para 343 municípios (53%). Estes dados foram apenas informativos (sem pontuação).

Uso de Material Escolar Terceirizado

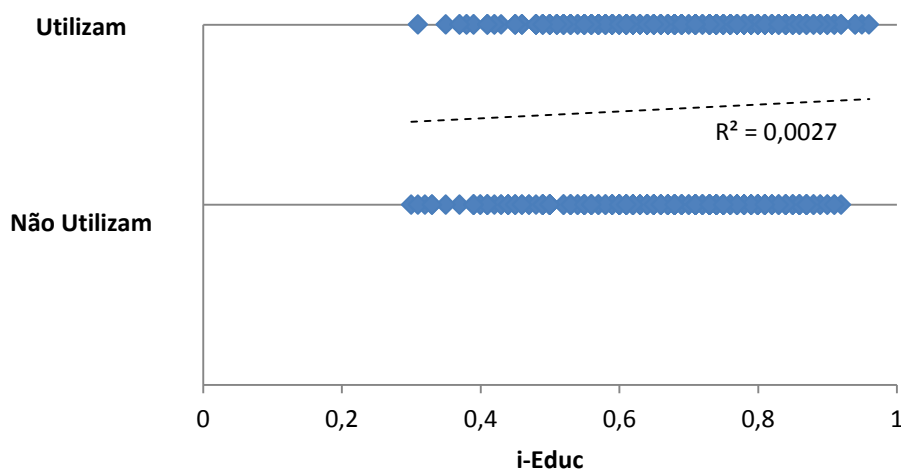


Os gráficos abaixo se referem ao exercício de 2016 e indicam que há correlação mais forte entre a utilização de material didático de empresa terceira com o desempenho do IDEB e menor correlação com a efetividade da gestão municipal na Educação – i-Educ.

Material Escolar Terceirizado X IDEB

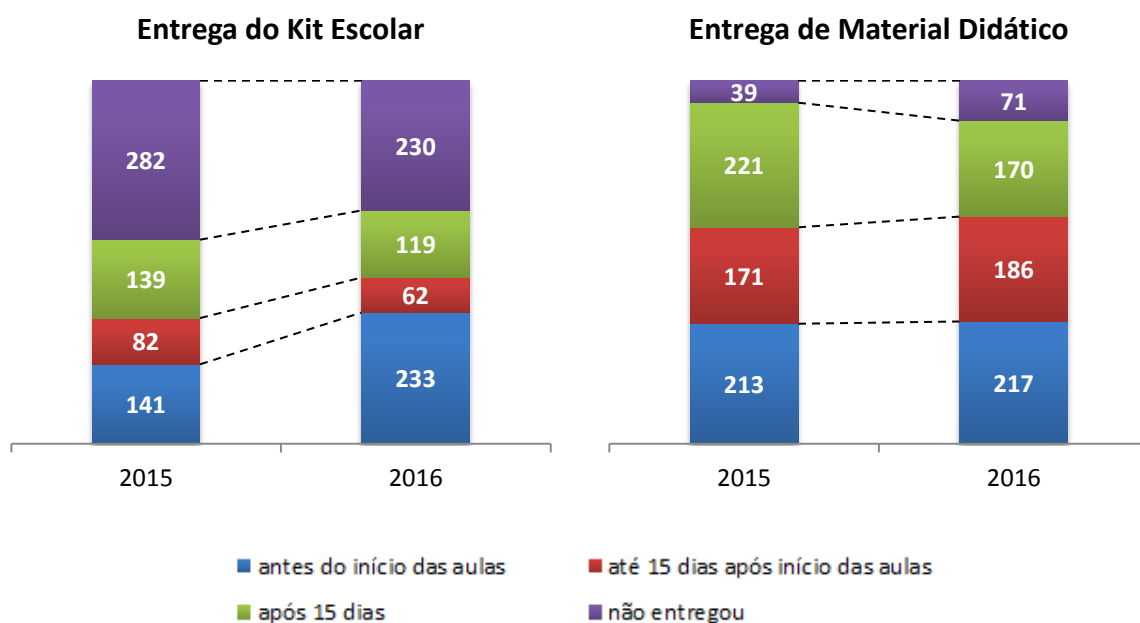


Material Escolar Terceirizado X i-Educ



A questão que trata sobre a entrega de material escolar, está desmembrada sob o ponto de vista de dois aspectos: entrega do kit escolar e do material didático. Em 2015, apenas 141 municípios (22%) entregaram o kit escolar antes do início das aulas (exemplo de composição de um kit escolar: - Caderno "Brochurão" – 4 unidades (96 folhas cada) + Caderno de Desenho – 1 unidade (96 folhas) + Régua 30 cm – 1 unidade + Lápis de cor grande (12 cores) – 2 caixas + Lápis grafite – 4 unidades + Lápis grafite de resina termoplástica – 4 unidades + Caneta esferográfica azul – 4 unidades + Apontador com depósito – 6 unidades + Borracha branca – 3 unidades + Tubo de cola branca – 3 unidades + Giz de cera (12 cores grande) – 1 caixa + Guache (12 cores) – 1 caixa) e 82 (13%) entregaram até 15 dias após o início das aulas.

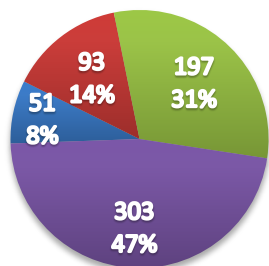
Em 2016, aumentou para 233 municípios (36%) que entregaram o kit escolar antes do início das aulas e diminuiu para 62 municípios (10%) que entregaram até 15 dias após início das aulas. Quanto à entrega do material didático (livros, apostilas, etc.), em 2015, 213 municípios (33%) entregaram antes do início das aulas e em 2016, o aumento não foi tão expressivo, apenas 4 municípios a mais entregaram antes do início das aulas, indo para 217 municípios (33%).



Em relação ao uniforme escolar, houve alteração em algumas das faixas de classificação das respostas em relação à edição anterior, passando de 30 para 60 dias. Em 2015, 51 municípios entregaram o uniforme escolar

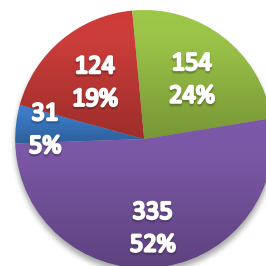
antes do início das aulas e 93 municípios (14%) entregaram em até 30 dias após o início das aulas. Já em 2016, constatamos que caiu para apenas 31 municípios (5%) que entregaram antes do início das aulas e 124 municípios (19%) entregaram em até 60 dias após início das aulas.

Entrega de Uniforme Escolar 2015



- antes do início das aulas
- até 30 dias após início das aulas
- após 30 dias
- não entregou

Entrega de Uniforme Escolar 2016

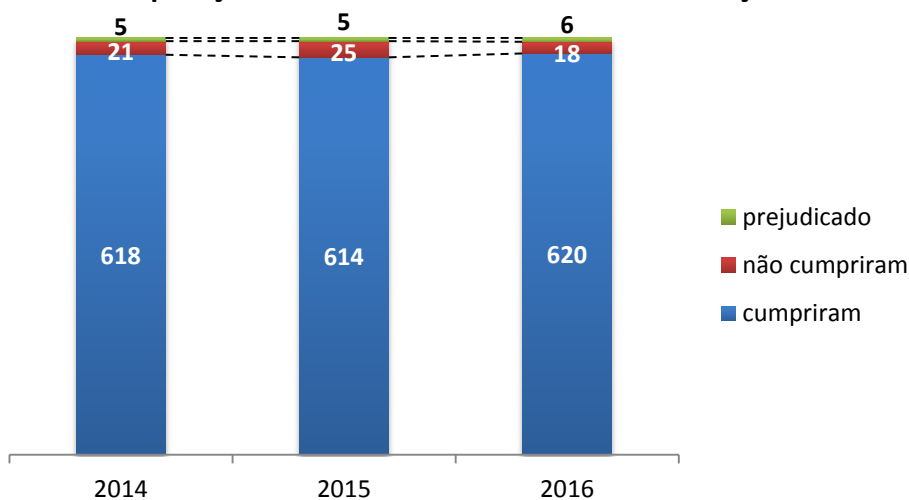


- antes do início das aulas
- até 60 dias após início das aulas
- após 60 dias
- não entregou

Mínimo Constitucional da Educação e Fundeb

A Constituição Federal de 1988 aborda, em seu artigo 212^x, sobre o mínimo constitucional a ser aplicado na Educação pelos municípios. Por se tratar de norma constitucional relevante, o não cumprimento deste artigo implica na diminuição de 1 grau na nota geral do IEG-M, conforme as regras das faixas de resultado constante no Manual do IEG-M. Para a apuração deste quesito, foram considerados os dados fornecidos pelos municípios através do sistema AUDESP e também os relatórios de fiscalização. Assim, no período de 2014 até 2016, visualizamos que houve um aumento de municípios que não aplicaram os 25% na Educação em 2015 (de 21 para 25) e uma diminuição em 2016 (de 25 para 18).

Aplicação do mínimo constitucional em Educação

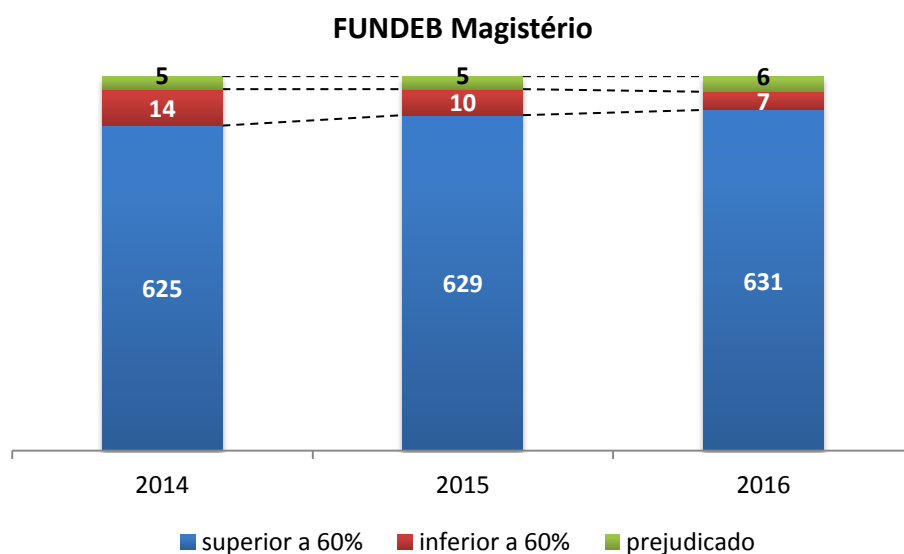
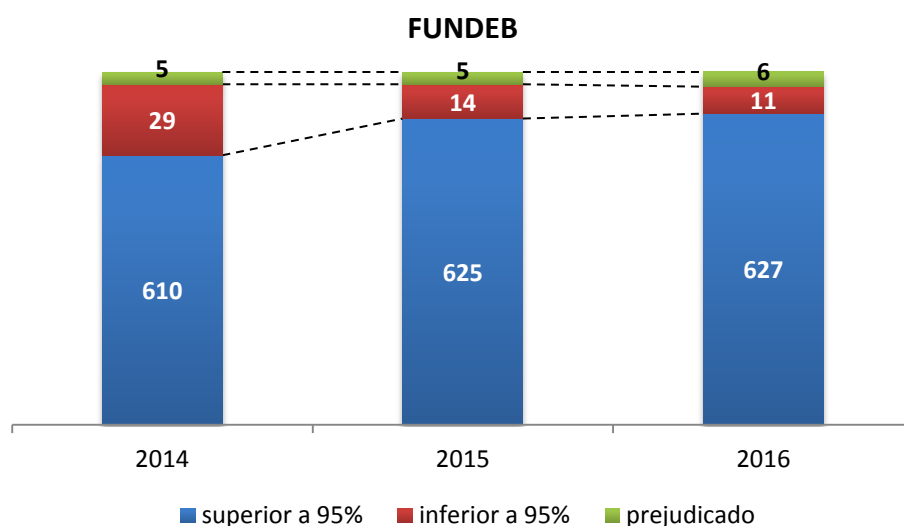


Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um Fundo por Estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete Fundos), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos

provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Independentemente da fonte de origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Conforme Lei nº 11.494/2007^{xi}, no mínimo, 95% dos recursos do fundo será aplicado pelo município no exercício financeiro em que foi creditado. Desta forma, os municípios que aplicaram um valor superior a 95% dos recursos alcançaram a pontuação máxima deste quesito. Em 2014, 29 municípios (4,5%) aplicaram menos que 95% do Fundeb, enquanto que, em 2015, caiu para 14 municípios (2%). Em 2016, essa diminuição se manteve lentamente indo para 11 municípios (1,7%).

Ainda se tratando da Lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, pelo menos 60% dos recursos anuais totais do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Neste quesito também verificamos uma melhora do número de municípios que cumpriram o percentual mínimo de aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério (de 625 para 629 municípios) nos exercícios de 2014 e 2015 e (de 629 para 631) nos exercícios de 2015 e 2016.



ANÁLISES ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, forneceu dados do Censo Escolar 2014, 2015 e 2016 que auxiliaram no melhor diagnóstico do IEG-M/TCESP e foram fundamentais para a elaboração de alguns comparativos qualitativos relevantes.

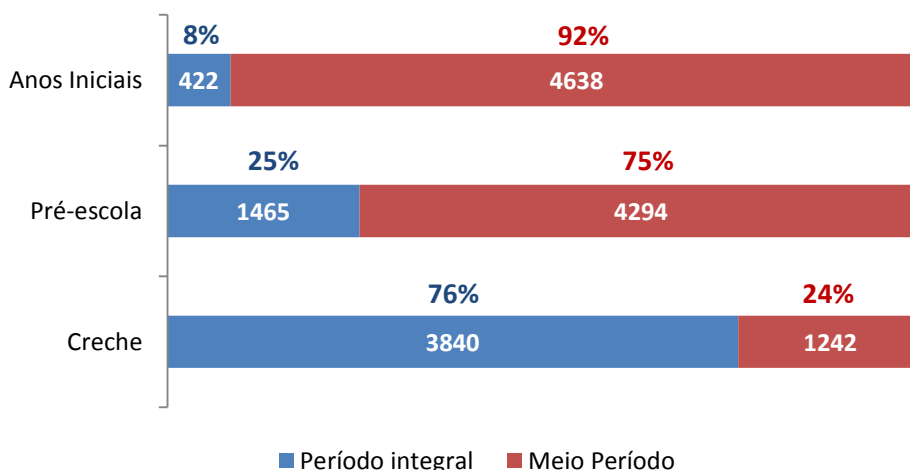
Outros dados complementares utilizados nestes comparativos foram obtidos nos endereços eletrônicos dos órgãos detentores das informações.

Período Integral

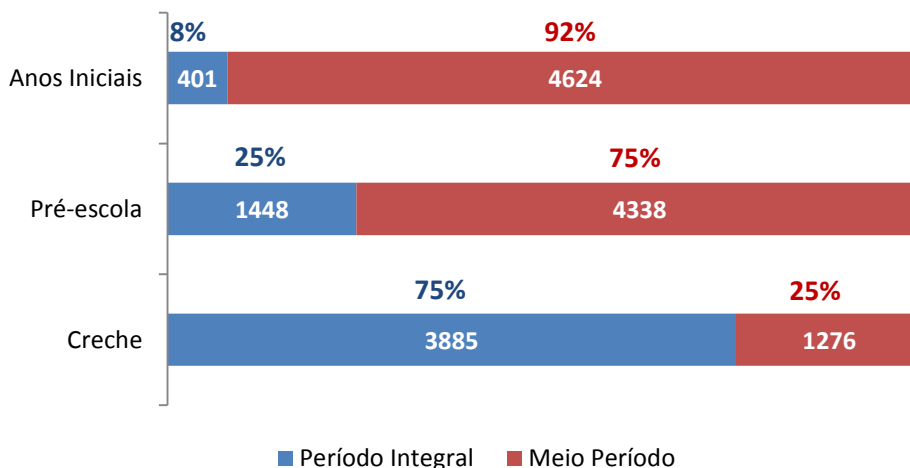
Em relação ao exercício de 2015, foram fornecidas informações sobre escolas e vagas em período integral dos municípios. Visualizamos que 76% das creches funcionavam em período integral. Quanto às pré-escolas e Anos Iniciais, apenas 25% e 8% atendiam alunos em período integral respectivamente.

No exercício de 2016, caiu 1 ponto percentual, indo para 75% o número de creches que funcionavam em período integral. Já para as pré-escolas (25%) e Anos Iniciais (85%), o percentual se manteve o mesmo. Este assunto é abordado no PNE – Plano Nacional de Educação na Meta 6^{xii}, que é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas.

2015



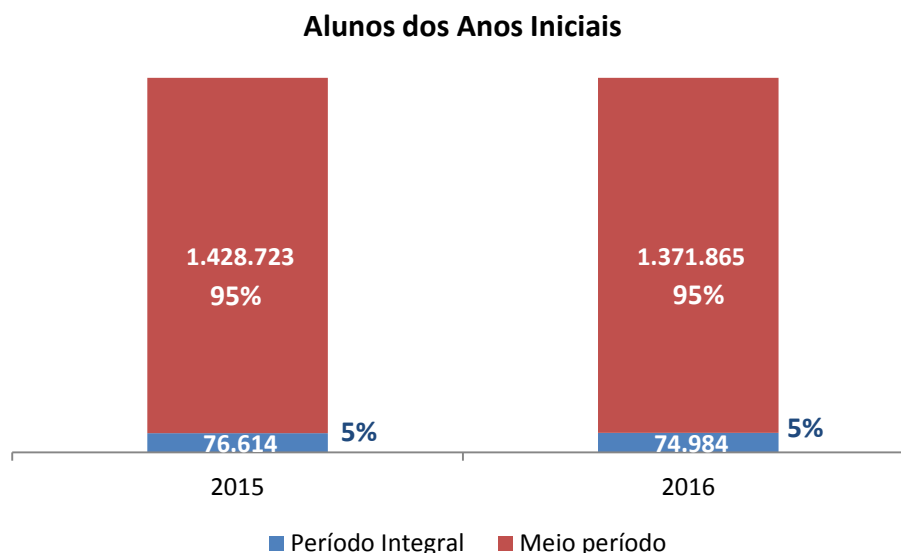
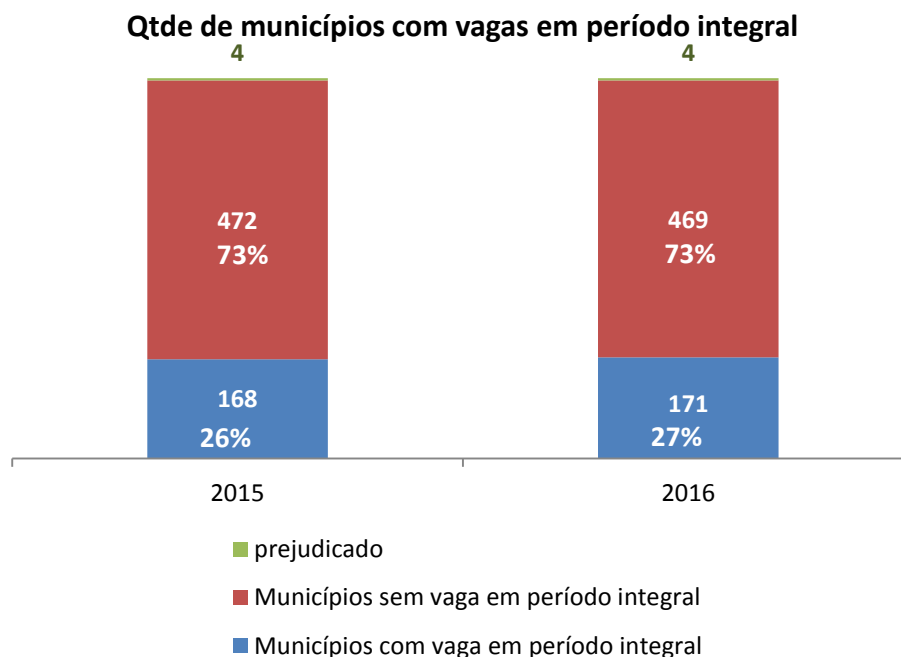
2016



Identificamos, no exercício de 2015, que 168 municípios (26%) possuíam alunos dos Anos Iniciais matriculados em vagas de período integral. O número de municípios com alunos em período integral aumentou para 171 no exercício de 2016.

Considerando todos os 644 municípios paulistas, apenas 5% das matrículas dos anos iniciais em 2015 eram de período integral e em 2016 essa porcentagem manteve-se a mesma.

A meta do PNE é que, pelo menos, 25% do total de alunos da educação básica recebam educação em tempo integral.



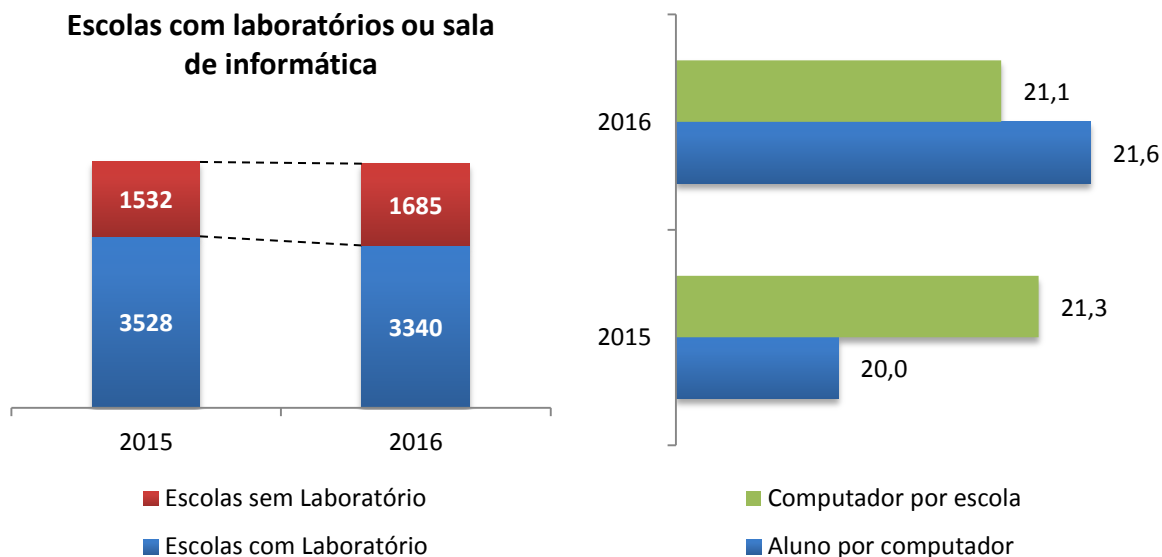
Computadores na rede escolar

Visualizamos uma pequena redução no número de escolas que possuíam laboratórios, de 3528 (70%) em 2015 para 3340 (66%) em 2016.

Este assunto também é abordado no PNE – Plano Nacional de Educação na Meta 6, estratégia de institucionalizar e manter laboratórios, inclusive de informática^{xiii}.

No exercício de 2016, caiu 1 ponto percentual, indo para 75% o número de creches que funcionavam em período

integral. Já para as pré-escolas (25%) e Anos Iniciais (85%), o percentual se manteve o mesmo. Este assunto é abordado no PNE – Plano Nacional de Educação na Meta 6^{xiv}, que é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas.

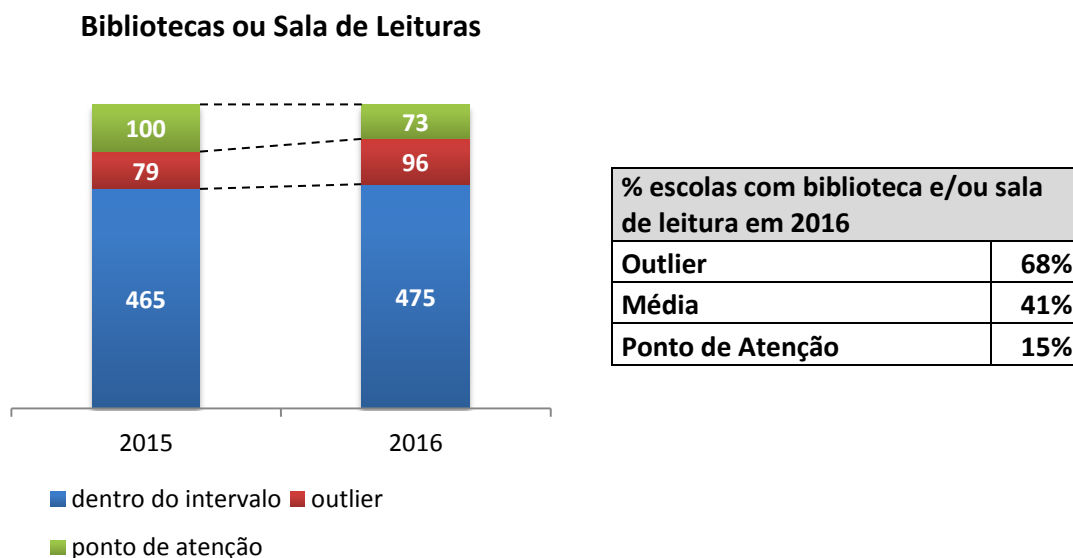


Bibliotecas ou salas de leitura

Para o exercício de 2015 e 2016, foi solicitado o número de bibliotecas e de salas de leitura de toda rede de ensino. Com estes dados, foi realizado um percentual de bibliotecas e de salas de leitura por escola e calculou-se a média para os 644 municípios e o desvio padrão para determinar o intervalo de dispersão. Esta análise estatística possibilitou a classificação dos municípios em *Outliers* (boas práticas), Pontos de Atenção (abaixo do esperado) e dentro do intervalo (esperado). A pontuação e a memória de cálculo encontram-se no manual do IEG-M.

Com os dados coletados, observamos em média que 41% das escolas possuem bibliotecas/sala de leitura em sua rede escolar. Constatamos, em 2015, que em 79 municípios este percentual superou 68% das escolas e em 2016 subiu para 96 municípios.

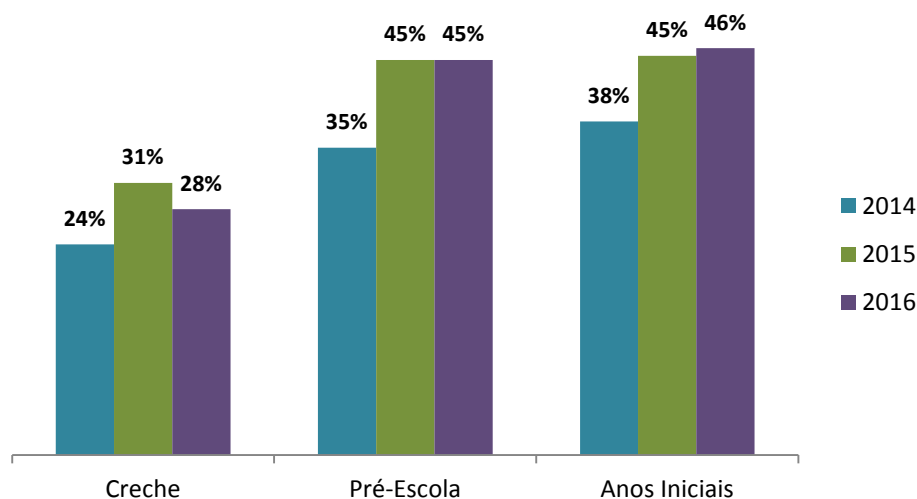
Este assunto também é mencionado no PNE – Plano Nacional de Educação em sua Meta 6, estratégia de institucionalizar e manter bibliotecas^{xv}.



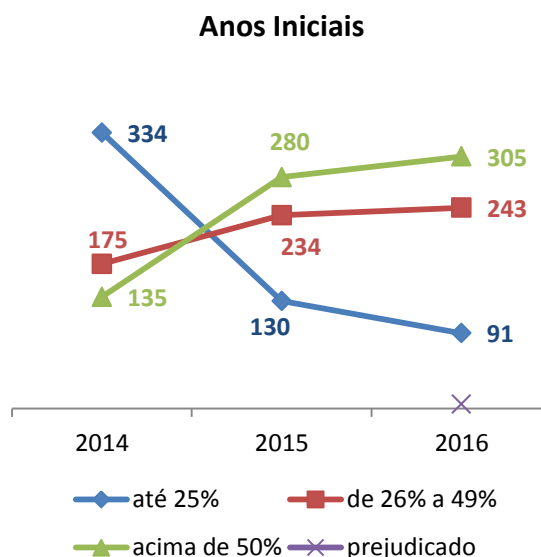
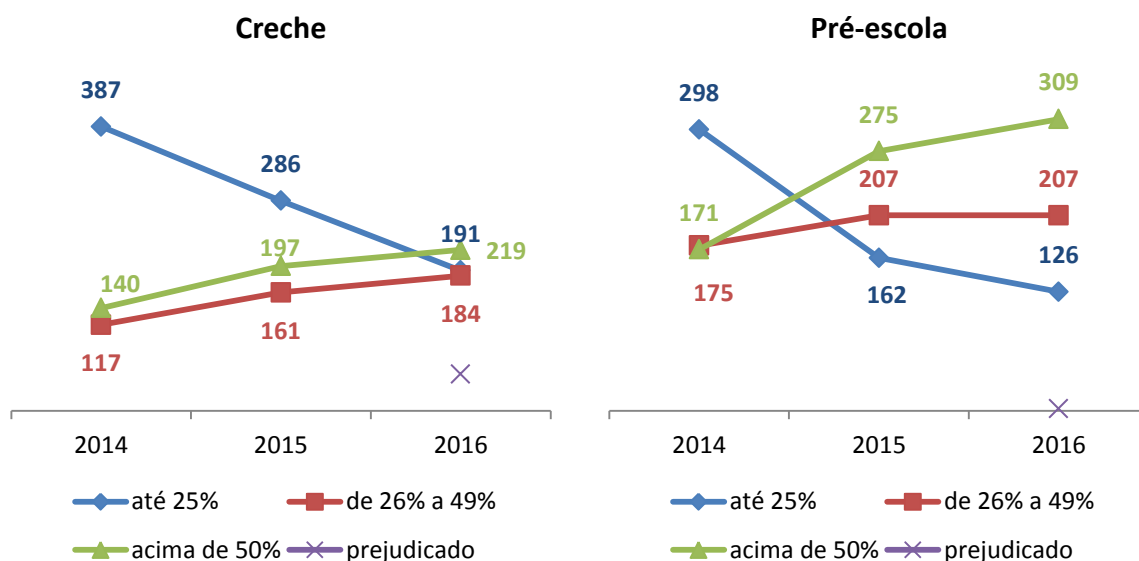
Professores

Atualmente, apenas 31,4% dos professores da Educação Básica possuem Pós-Graduação, segundo dados do Censo Escolar. A deficiência na formação inicial de nossos docentes é um dos grandes entraves na melhoria da qualidade da educação. Nesse sentido, a formação continuada representa um grande aliado, na medida em que possibilita que o professor supra as lacunas na sua formação inicial ao mesmo tempo em que se mantém em constante aperfeiçoamento em sua atividade profissional. A meta 16 do PNE, aborda sobre este item (Formação Continuada e Pós-graduação de Professores), visando formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica até 2024, garantindo a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Considerando o número de professores efetivos na educação básica, o gráfico abaixo demonstra que, de 2014 para 2015, houve aumento do número de professores com pós-graduação em relação ao total de docentes efetivos na creche, pré-escola e Anos Iniciais. Já em 2016, visualizamos uma pequena queda nas Creches, uma estabilidade nas Pré-Escolas e um sutil aumento nos Anos Iniciais.

Professores Efetivos com pós-graduação



Com base na meta do PNE, distribuímos os 644 municípios por faixas de percentual de professores efetivos da educação básica com nível de pós-graduação. Assim, notamos uma evolução significativa do número de municípios que alcançaram a meta de 50% no ano de 2015 (197, 275 e 280 municípios dos professores de creche, pré-escola e anos iniciais, respectivamente). Essa evolução demonstrou-se contínua no período de 2016, elevando para 219, 309 e 305 municípios dos professores de creche, pré-escola e anos iniciais respectivamente.

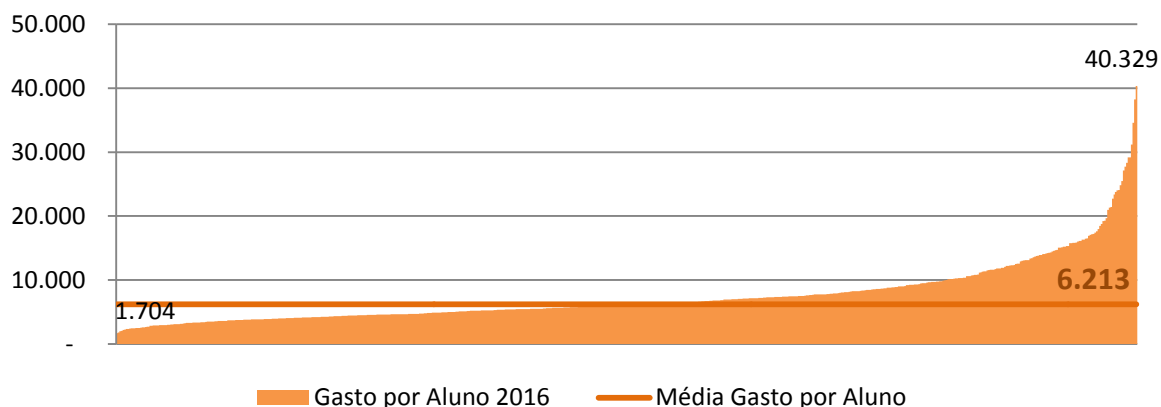


Gasto Anual Educação/Aluno Matriculado

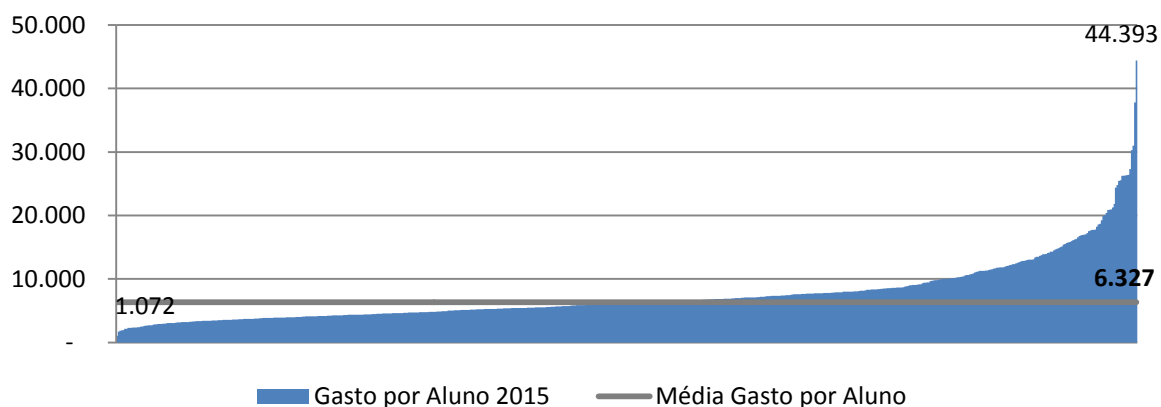
Os recursos municipais investidos na Educação durante os exercícios de 2014, 2015 e 2016 foram divididos entre os alunos matriculados do Ensino Infantil e Fundamental. Considera-se gasta anual com Educação as despesas que entram no cálculo do mínimo constitucional da Educação, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 70, sobre os gastos típicos de manutenção e desenvolvimento do ensino.

No exercício de 2016, o valor médio anual por aluno matriculado foi de R\$6.213. O menor custo por aluno foi de R\$ 1.704 e o maior de R\$ 40.329. Já no exercício de 2015 a média anual por aluno foi de R\$ 6.327. O município que teve menor custo por aluno foi de R\$ 1.072 e o de maior gasto foi de R\$ 44.393. Em 2014, o valor médio anual por aluno matriculado foi de R\$ 6.592. O menor custo por aluno foi de R\$ 1.662 e o maior de R\$55.828.

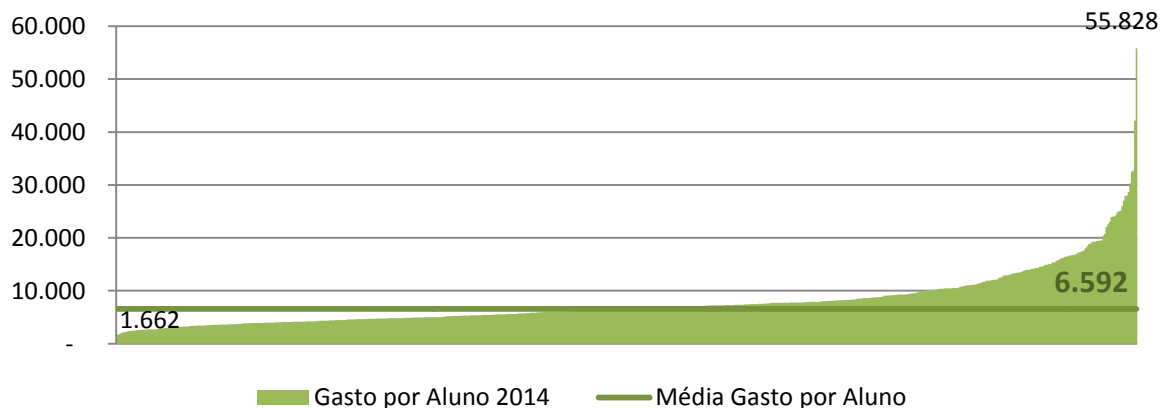
Gasto Educação por Aluno 2016 (R\$)



Gasto Educação por Aluno 2015 (R\$)



Gasto Educação por Aluno 2014 (R\$)



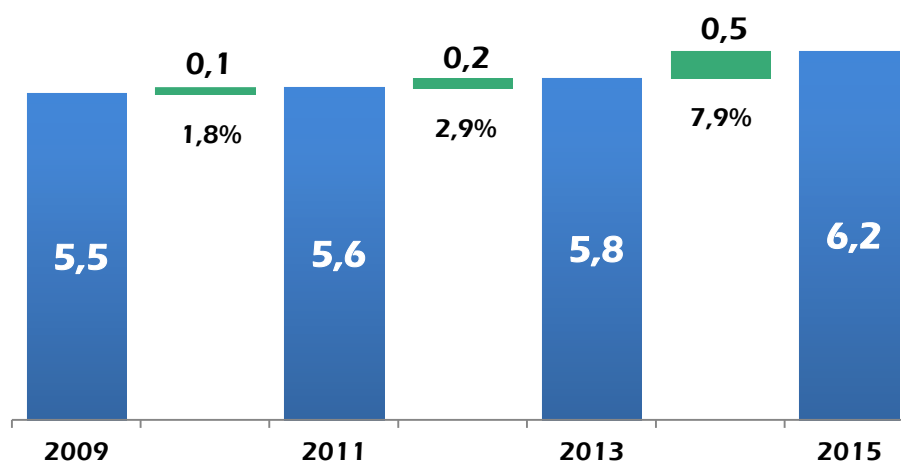
Fonte: DadosAUDESP, IEG-Me IMP-SEADE

Os valores de gasto anual em Educação foram corrigidos pelo Índice de inflação IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas e atualizados a valor presente (2016).

Gasto Anual Educação / Aluno Matriculado por nota no IDEB

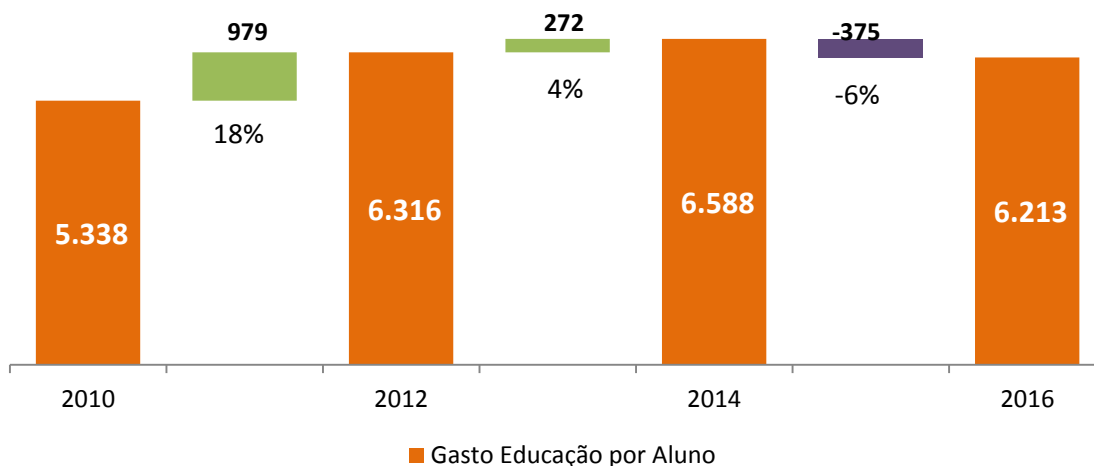
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB^{xvi} representa dois conceitos para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios e sua amplitude é entre 0 e 10. O último estudo divulgado foi o de 2015.

Evolução Nota IDEB



Fonte: Dados AUDESP, IMP-SEADE, INEP e BCB

Evolução Gasto Anual Educação por Aluno (R\$)



Fonte: Dados AUDESP, IMP-SEADE, INEP e BCB

Esta análise demonstra o comparativo entre a evolução da média de notas dos municípios paulistas no IDEB (índice bianual), e os gastos anuais com a educação por aluno matriculado, considerando o reajuste da inflação do período^{xvii}. Foi considerado o gasto na educação do ano anterior ao exame para influenciar a melhoria das notas.

De 2011 para 2013, a nota média do IDEB aumentou 2,9% ao passo que, de 2010 para 2012, o custo por aluno cresceu 18%. Desta forma, a evolução qualitativa do ensino ocorreu com um aumento de custo por aluno muito superior^{xviii}. Entretanto, de 2013 para 2015, houve um crescimento de 7,9% no desempenho geral dos

municípios paulistas (exceto capital) e o custo por aluno cresceu apenas 4%, o que demonstra uma quebra na tendência de aumento de gastos superior ao aumento na qualidade do ensino. Verificamos que o gasto anual em educação por aluno matriculado diminuiu 6% de 2014 para 2016.

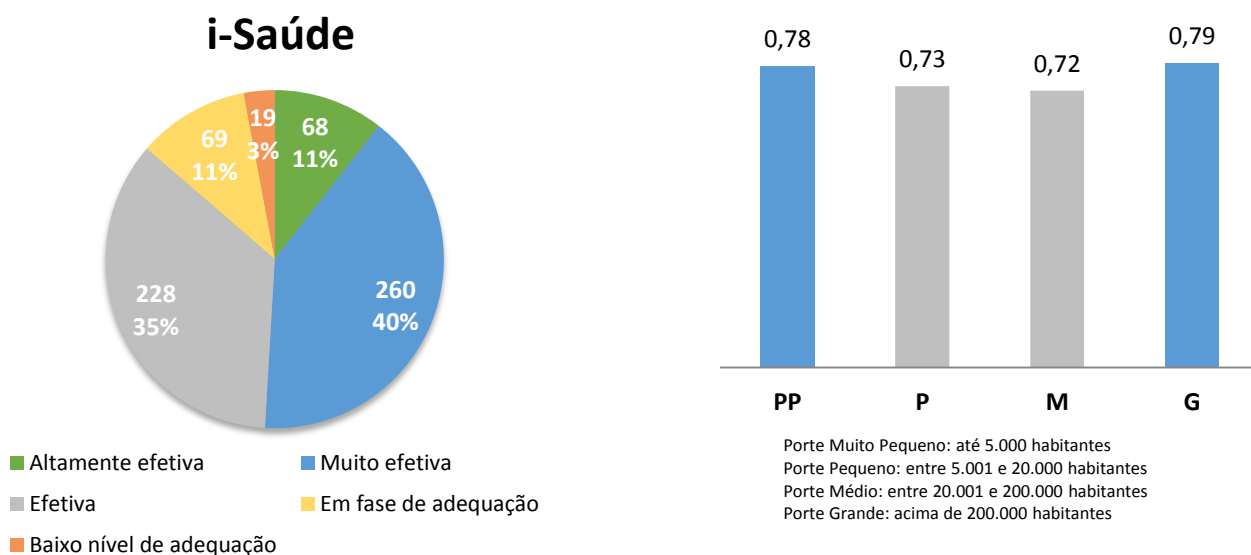
SOBRE A SAÚDE

Neste índice, os municípios alcançaram nota média de 0,74 pontos (Faixa B – Efetiva), reduzindo uma faixa em relação a 2015, quando obteve nota média de 0,76 (Faixa B+ - Muito efetiva).

Constatamos que dos 644 municípios paulistas fiscalizados pelo TCESP, 556 (86,33%) estão posicionados nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva), B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva), conforme dados do exercício de 2016. Observa-se uma queda na quantidade de municípios nessas faixas em relação ao exercício anterior, quando 589 (91,46%) encontravam-se nas faixas A, B+ e B do i-Saúde.

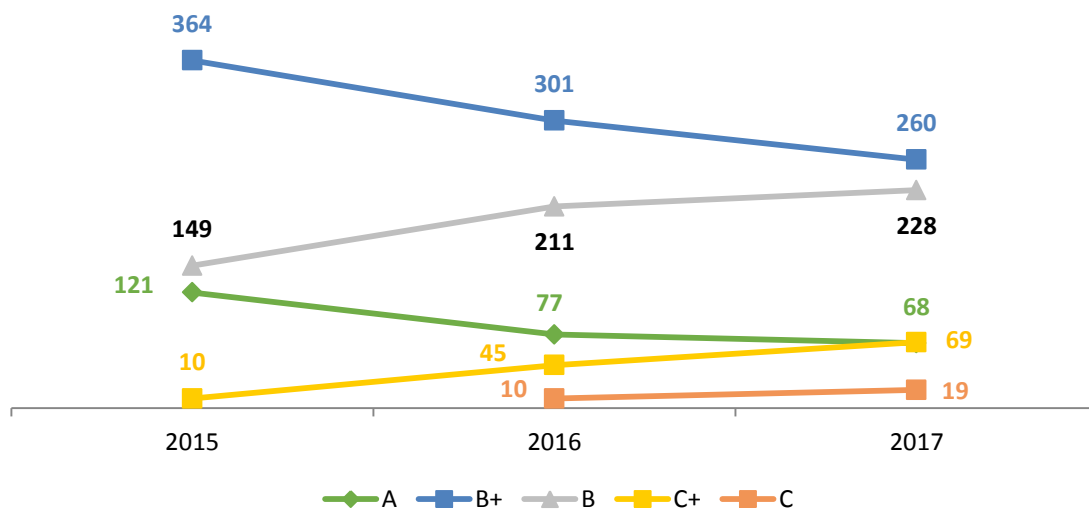
Apenas 19 municípios obtiveram pontuação na Faixa C (baixo nível de adequação), porém houve um aumento em relação à quantidade de municípios nesta mesma faixa em relação ao ano anterior.

Neste tema observamos que não há relação entre as notas obtidas e os portes dos municípios, conforme gráfico abaixo.



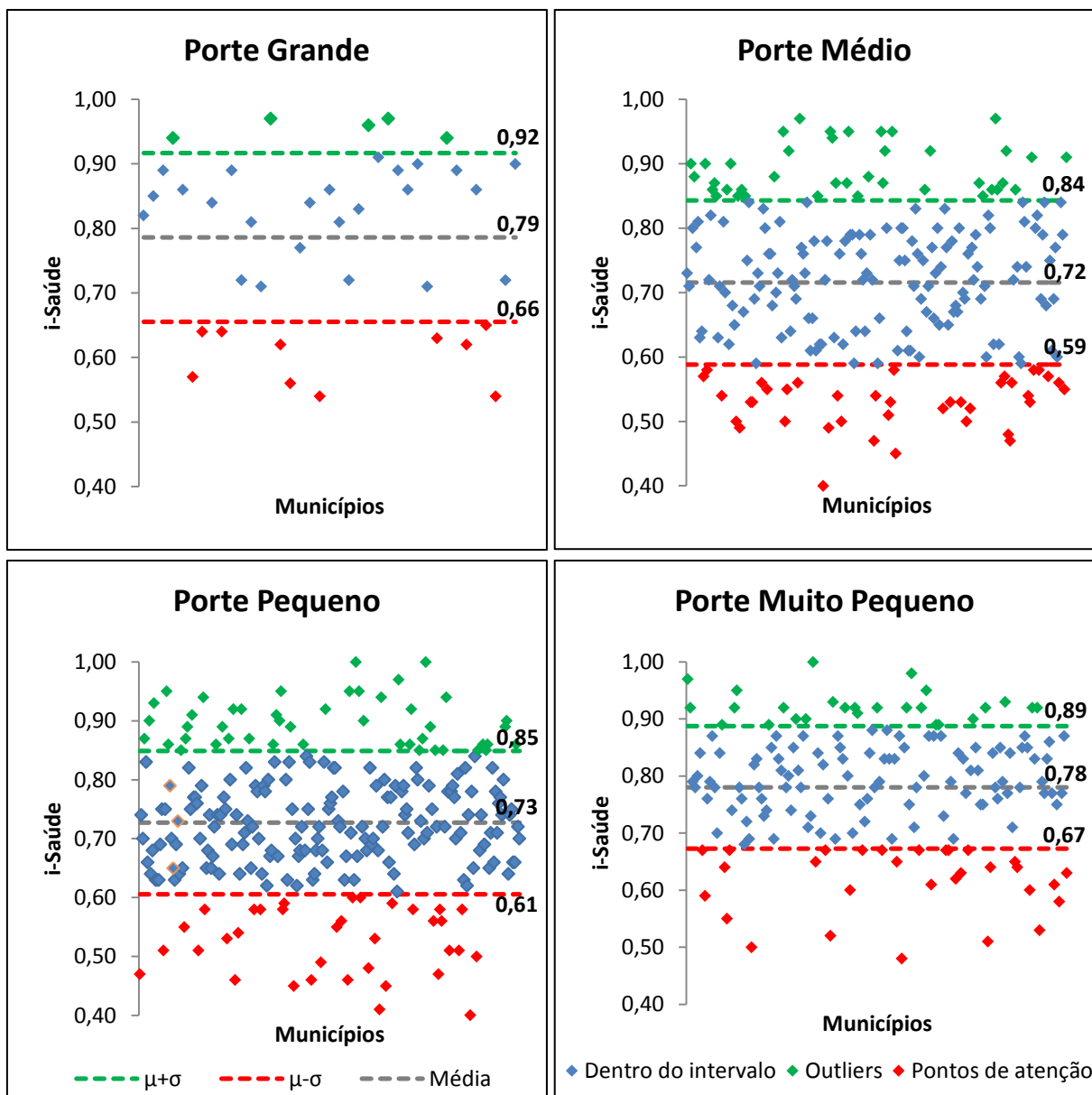
A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios nas faixas C+ - Em fase de adequação aumentou 590% (10 para 69) e C – Baixo nível de adequação (de 0 para 19). E houve uma redução significativa na faixa B+ - Muito Efetiva de 28,57% (de 364 para 260), além da redução do número de municípios na faixa A – Altamente Efetiva, que reduziu 43,80% (121 para 68), conforme representados no gráfico abaixo.

Quantidade de municípios por faixa - i-Saúde



I-SAÚDE POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Saúde em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que o comportamento da nota geral não apresentou, neste momento, nenhuma relação com o porte do município, tendo em vista que nas quatro faixas de porte apresentadas, a nota média do i-Saúde concentrou-se no intervalo de 0,72 a 0,79, variando apenas 0,07 pontos.

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	12,82%	18,57%	19,17%	16,77%
Pontos de Atenção	25,64%	18,57%	14,58%	19,35%

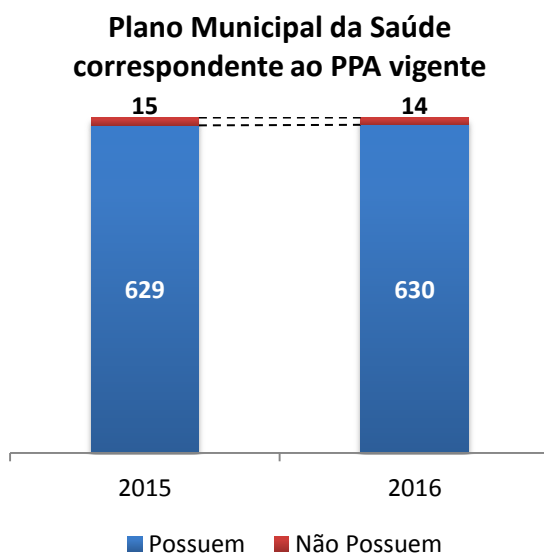
ANÁLISES ESPECÍFICAS DA SAÚDE

Nesta Edição do IEG-M, foram considerados alguns indicadores da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2016, conhecido pelo seu sistema informatizado do Ministério da Saúde denominado Sistema de Pactuação dos Indicadores – SISPACTO. O Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) pactuaram as premissas norteadoras para a definição do processo de pactuação de indicadores e, com base nelas, foram definidas de forma tripartite as Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2016 com vistas ao fortalecimento do Planejamento Integrado do Sistema Único de Saúde e à implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde (Coap). A Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 5, de 2013, estabeleceu um rol de indicadores a ser utilizado no Planejamento do SUS. Desta forma, a descrição deste rol nesta edição se baseia neste documento.

A seguir apresentaremos as análises dos quesitos do i-Saúde agrupados por assunto.

Plano Municipal da Saúde

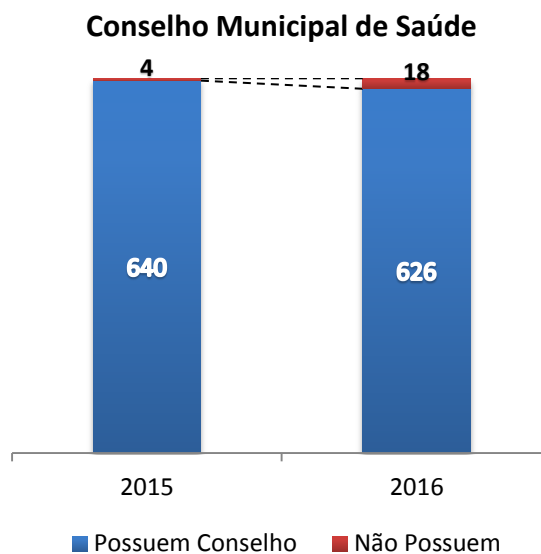
A Portaria do Ministério da Saúde nº 3.085/2006 menciona os instrumentos básicos para Planejamento da gestão do SUS, dentre eles o Plano de Saúdexix, que é o instrumento básico que, em cada esfera, norteia a definição da Programação Anual das ações e serviços de saúde prestados, assim como da gestão do SUS. Este assunto é abordado na Resolução do CIT (Comissão Intergestores Tripartite) nº 04/2012xx, que determina as responsabilidades dos municípios na gestão da saúde. Em 2015, 98% dos municípios informou que possuía Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente. Em 2016, essa porcentagem manteve-se a mesma, aumentando apenas 1 município, indo de 629 para 630 municípios que possuem o Plano Municipal da Saúde correspondente ao PPA vigente.



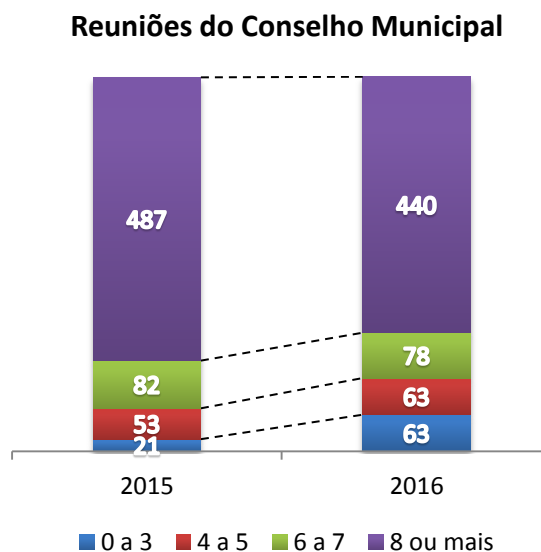
Conselho Municipal da Saúde

A Resolução do CIT nº 04/2012 determina as responsabilidades dos municípios, inclusive a de prover as condições necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúdexxi.

De 2015 para 2016, constatamos que houve uma diminuição do número de municípios que possuem Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante, indo de 640 municípios (99%) para 626 municípios (97%).

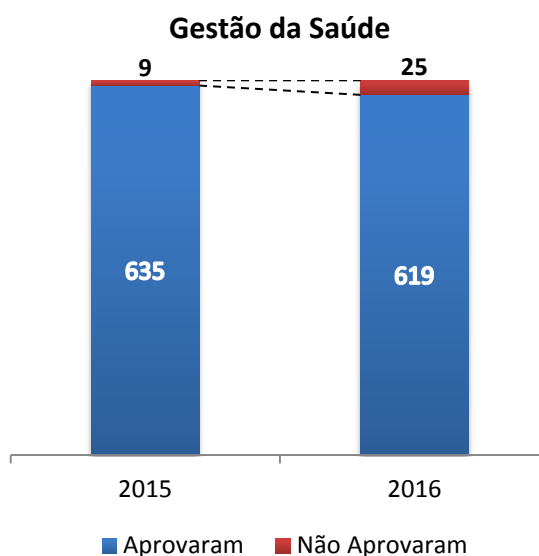


Quanto ao número de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal, agrupamos os municípios em faixas de 0 a 3, 4 a 5, 6 a 7 e 8 ou mais reuniões. No exercício de 2015, 487 municípios (76%) realizaram mais de 8 reuniões. Já no exercício de 2016, houve uma diminuição desta quantidade para 440 municípios (68%) que realizaram 8 ou mais reuniões.



Gestão da Saúde

Em 2015, quase a totalidade dos Conselhos Municipais de Saúde aprovaram a gestão municipal da Saúde, recomendada pela Resolução da CIT nº 04/2012^{xxii}. Já em 2016, ocorreu uma diminuição de 635 para 619 municípios.

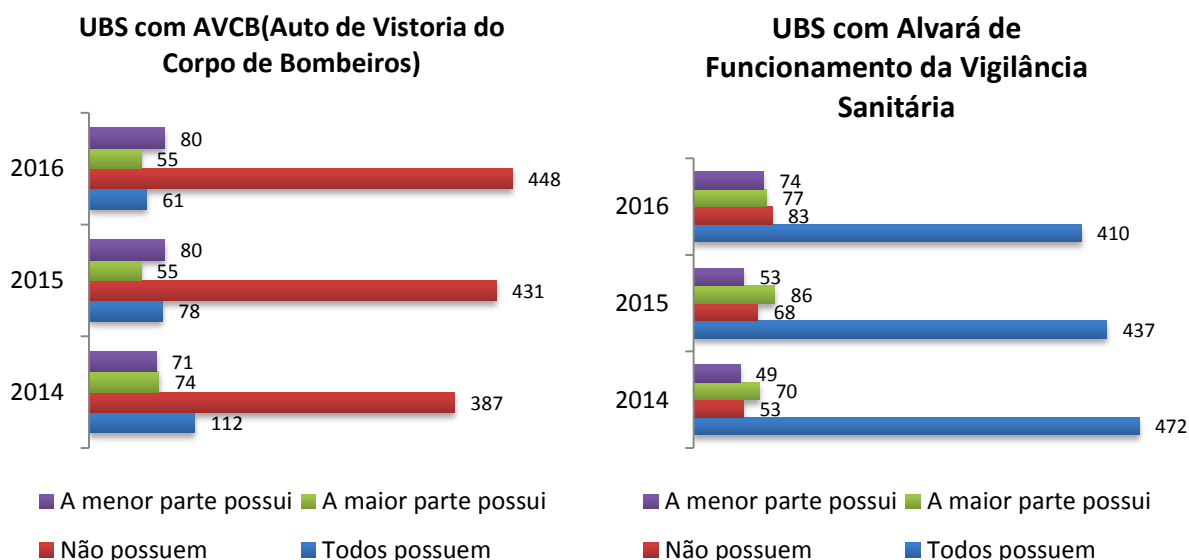


Infraestrutura das UBSs

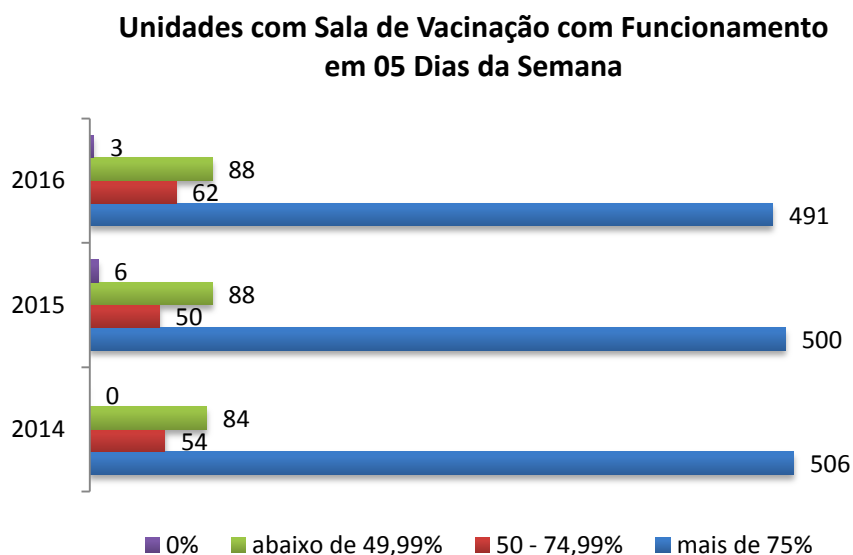
De acordo com o Decreto nº 56.819/2011, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)^{xxiii} é o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio, previstas pela legislação e constantes no processo, estabelecendo um período de revalidação. Este documento possui prazo de validade pré-determinado de acordo com a regulamentação do Corpo de Bombeiros.

A Lei nº 6.437/77^{xxiv} determina que os estabelecimentos da Administração Pública ou por ela instituídos, ficam sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas da legislação sanitária federal.

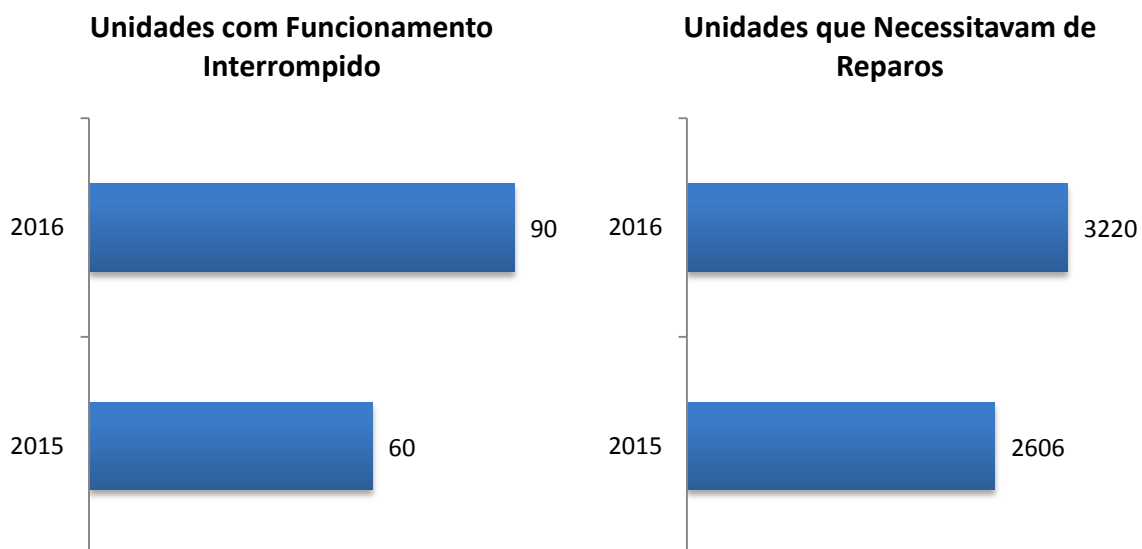
Verificamos que vem caindo o número de municípios em que todos os locais de atendimento médico-hospitalar possuem AVCB, indo de 112 (2014) para 78 (2015) e 61 (2016). Notamos também que ocorre uma queda neste mesmo período, no número de municípios em que todos os locais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, passando de 472 (2014) para 437 (2015) e 410 (2016).



O número de municípios que possuem mais de 75% de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 5 dias na semana vem reduzindo de 2014 a 2016. Em 2014, havia 506 municípios, em 2015, diminui para 500 municípios e, em 2016, para 491 municípios.



A respeito das unidades de ensino (creche, pré-escola e anos iniciais) que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura, verificamos que, de 2015 para 2016, houve um aumento de 60 para 90 unidades. O mesmo aconteceu com as unidades que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.), com um aumento de 2606 (2015) para 3220 unidades (2016) apuradas até dezembro de 2016.

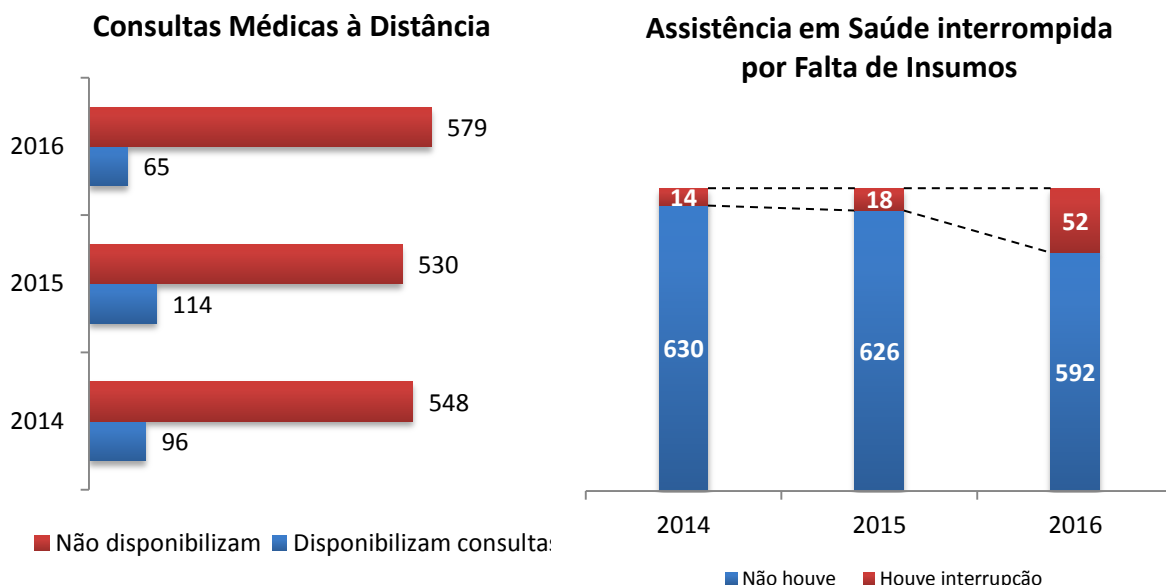


Atendimento à população

O Conselho Federal de Medicina editou uma Resolução^{xxv} que proíbe o médico de ofertar consultoria à distância (por internet ou telefone, por exemplo) a pacientes e familiares, em substituição à consulta médica presencial. Desta forma, inserimos, em 2015, a observação de não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial neste quesito. Neste caso, houve um aumento, de 2014 para 2015, do número de municípios que utilizam instrumentos tecnológicos para consulta por atendimento à distância de 96 para 114 respectivamente. Já

de 2015 para 2016, observamos uma diminuição de 43%, passando de 114 para 65 municípios que ainda disponibilizam consultas medidas à distância.

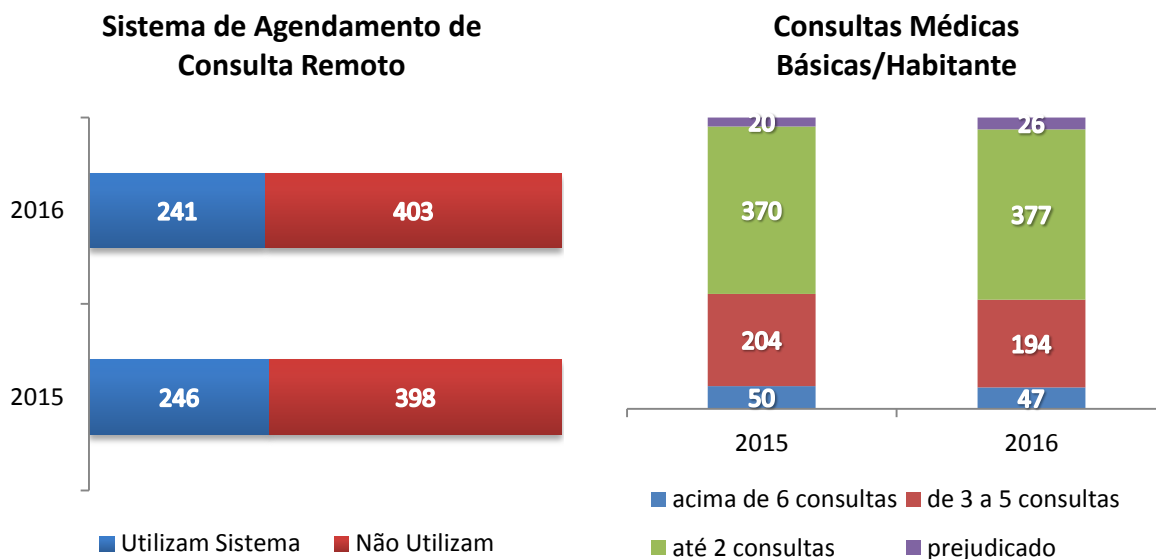
Quanto ao quesito de atendimento nas unidades que prestam assistência médico-hospitalar, foi inserido em 2015 na questão se o atendimento já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos. Assim, tivemos um aumento do número de municípios cujo atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos de 14 (2014) para 18 (2015). De 2015 para 2016, esse número piorou, com um aumento de 188% subindo de 18 para 52 municípios que tiveram assistência em saúde interrompida por falta de insumos.



Consulta médica

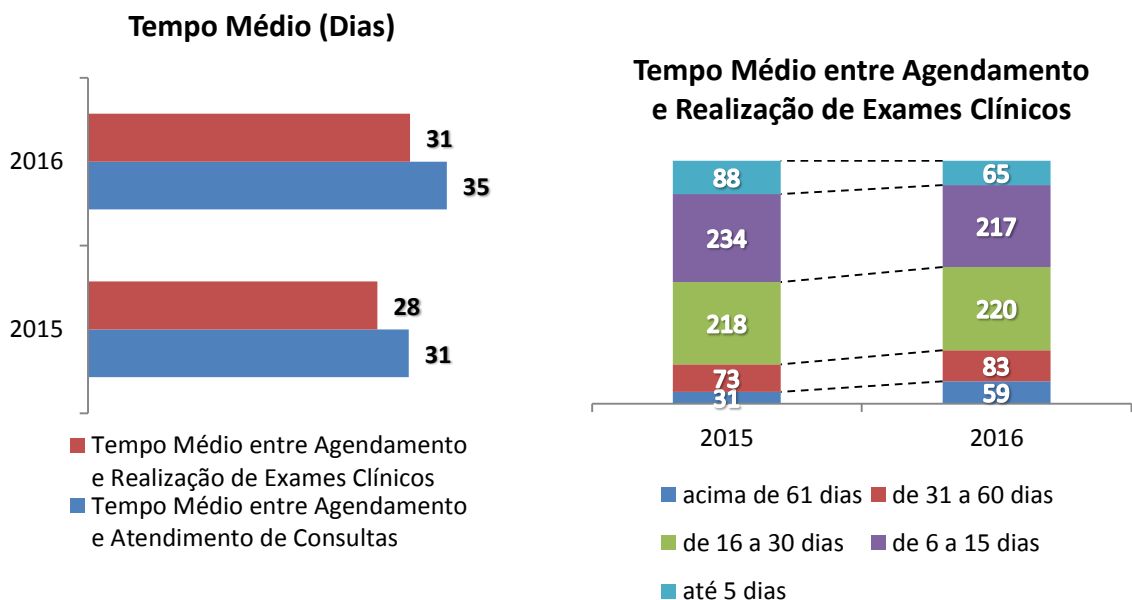
Acerca do levantamento de dados de agendamento de consultas médicas pelos municípios, em 2015, foi identificado que 246 municípios (38%) disponibilizaram serviço de agendamento de consulta médica remoto nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc. Em 2016, esse número diminuiu para 241 municípios (37%), não havendo grandes alterações.

Realizamos a divisão entre o número de consultas médicas básicas realizadas pelos habitantes na rede municipal de saúde e o número de habitantes registrado no ano de 2015 e identificamos que 370 municípios (57%) realizaram até 2 consultas médicas básicas por habitante e 50 municípios (8%) atenderam 6 vezes o número de habitantes no ano. Em 2016, o número de municípios que realizaram até 2 consultas aumentou para 377 municípios (59%) e os que realizaram acima de 6 consultas, diminuiu para 47 municípios (7%).



Em 2015 e 2016 foi realizado o levantamento do tempo médio (em dias) para realizar exames clínicos e para realizar consulta com especialista médico.

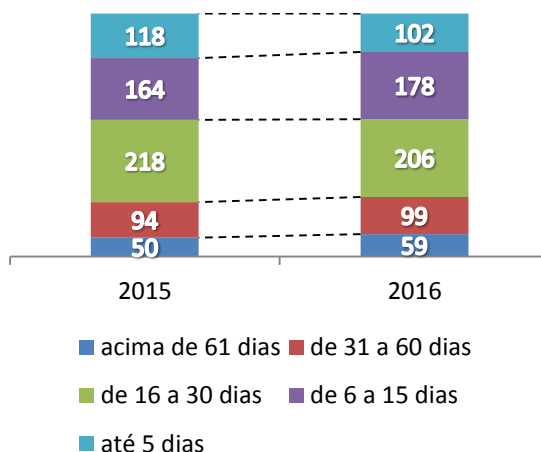
Em média, durante o exercício de 2015, para os 644 municípios paulistas, o tempo entre a marcação de exames clínicos solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização foi de 28 dias. No exercício de 2016, essa média aumentou para 31 dias. Classificamos os municípios por faixas de dias de espera entre o tempo de agendamento e a realização efetiva dos exames clínicos. Deste modo, notamos que, em 2015, 14% dos municípios realizaram exames clínicos em até 5 dias após a consulta na UBS, enquanto que 31 municípios demoraram mais de 61 dias para realizar os exames clínicos. Já em 2016, tivemos uma pequena piora do quadro, caindo o número de municípios que realizam exames em até 5 dias para 65 e elevando a quantidade de municípios que demoram acima de 61 dias para 59.



Quanto à realização de consulta com especialista médico, o tempo médio entre o agendamento e o efetivo atendimento de consulta, em 2015 foi de 31 dias e em 2016 foi de 35 dias. Após a distribuição dos municípios por faixa de dias entre o tempo de agendamento e a realização efetiva do atendimento com especialista médico, visualizamos que 18% dos municípios efetivaram o atendimento em especialidade médica em até 5 dias após a marcação da consulta e 50 municípios demandaram mais de 61 dias durante o exercício de 2015. Para o exercício

de 2016, observamos que houve uma pequena diminuição da quantidade dos municípios que levavam até 5 dias entre o agendamento e o atendimento da consulta. Do mesmo modo, constatamos que houve uma piora na faixa dos municípios que demoravam acima de 61 dias, subindo para 59.

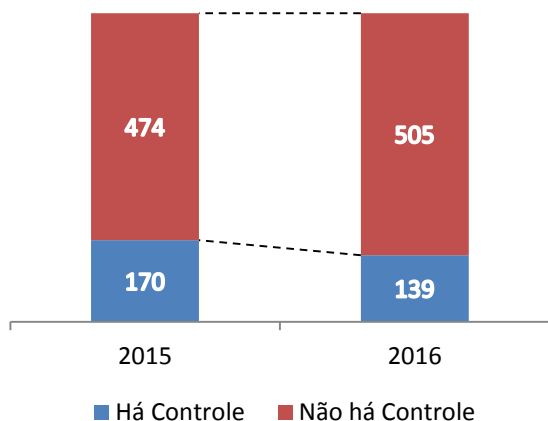
Tempo Médio entre Agendamento e Atendimento de Consultas



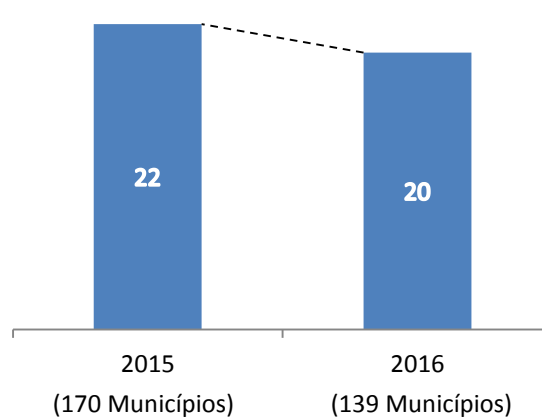
Tempo de atendimento na UBS

Em 2015, 170 municípios (26%) informaram que possuíam controle de tempo de atendimento com horário de entrada x horário de atendimento médico. Dentre estes, o tempo médio registrado foi de 22 minutos. Já em 2016, houve uma piora, caindo para 139 (22%) o número de municípios que mantinham controle de tempo de atendimento, e dentre eles, constatamos que houve uma pequena melhora diminuindo de 22 para 20 minutos. Fazendo a distribuição dos municípios por faixas de tempo de atendimento, visualizamos que, enquanto em 2015 houve 35 jurisdicionados (21%) dentre os 170 que informaram que atendiam os pacientes em menos de 10 minutos em média, em 2016 tivemos 32 jurisdicionados (23%) dentre os 139 que mantinham esse tempo médio de atendimento abaixo de 10 min.

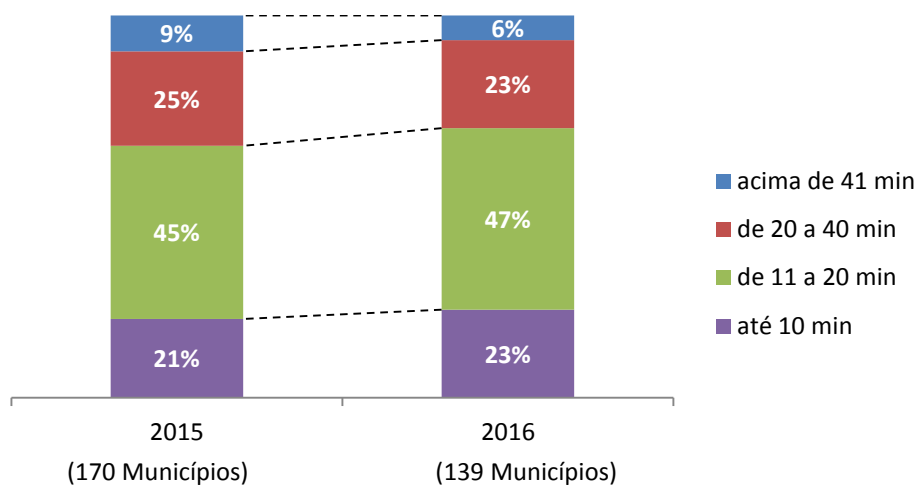
Controle de Tempo de Atendimento



Tempo Médio de Atendimento (minutos)



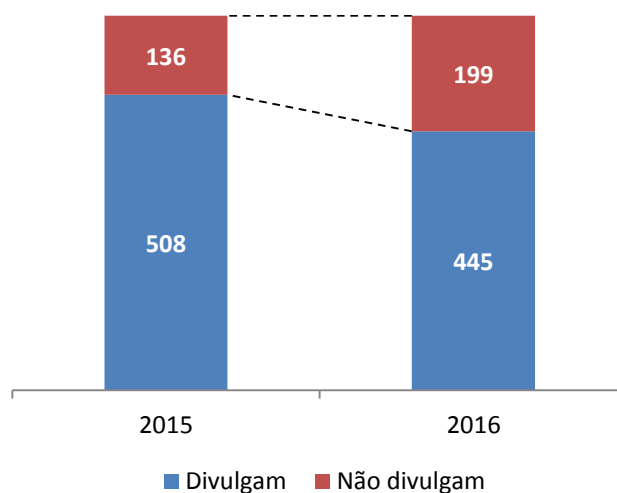
Municípios por Faixa (minutos)



Escala de serviço dos profissionais de saúde com nome e horário de cada turno em local acessível ao público

Durante o exercício de 2015, 508 municípios (79%) informaram que as UBS divulgavam em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída de seus servidores. Em 2016, houve uma queda significativa de 508 para 445 municípios (69%) que mantinham a divulgação da escala de serviços em sua UBSs.

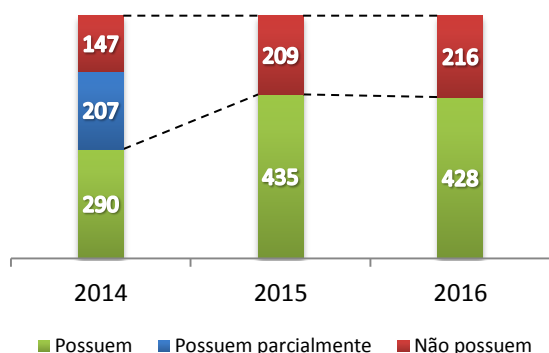
Divulgação de Escala de Serviço



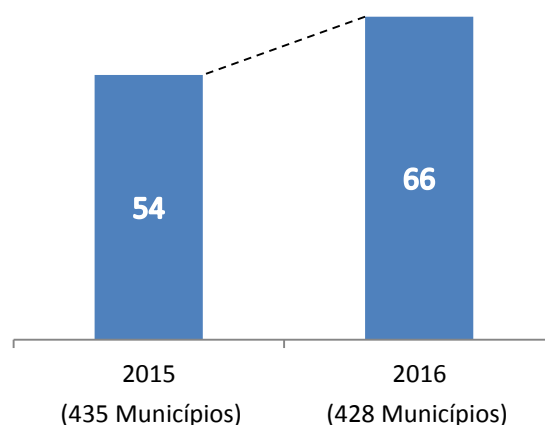
Mapeamento dos gargalos de atendimento de alta complexidade

No exercício de 2014, em 45% dos municípios (290) existiam informações sistematizadas sobre os gargalos / demanda reprimida de média e alta complexidade de atendimento médico-hospitalar. Em 2015, 435 municípios (68%) informaram que possuíam esta informação e em 2016, houve uma pequena diminuição para 428 municípios (66%). Diante disso, solicitamos em 2015 e 2016, para os municípios que possuíam informação sistematizada, o tempo de espera (em dias) até a primeira consulta, cuja média foi de 54 dias em 2015 e 66 dias em 2016, havendo assim uma piora nesse período.

Informação Sistematizada sobre os Gargalos/Demanda Reprimida de Média e Alta Complexidade da Atenção Básica

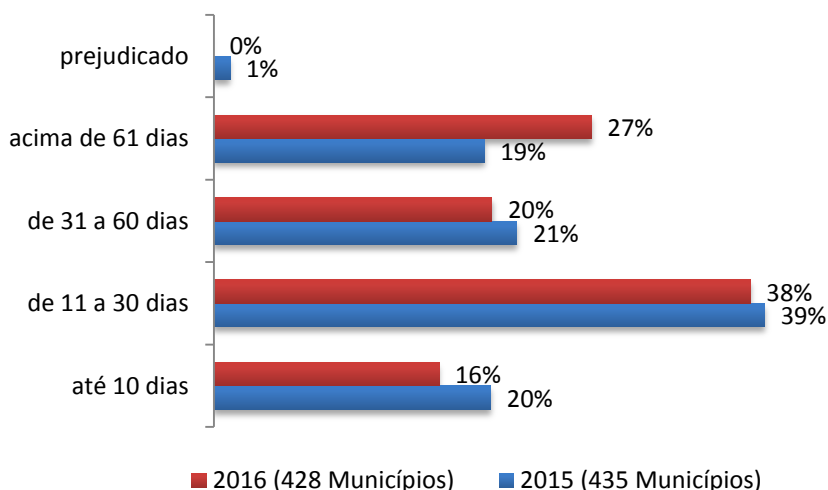


Tempo médio de espera até a primeira consulta (dias)



Distribuímos os municípios em faixas de tempo de espera, e dentre os 435 municípios de 2015, identificamos 85 (20%) municípios com menos de 10 dias até a primeira consulta. Para o exercício de 2016, dos 428 municípios, 68 (16%) possuíam esse tempo abaixo de 10 dias, demonstrando assim que houve uma piora.

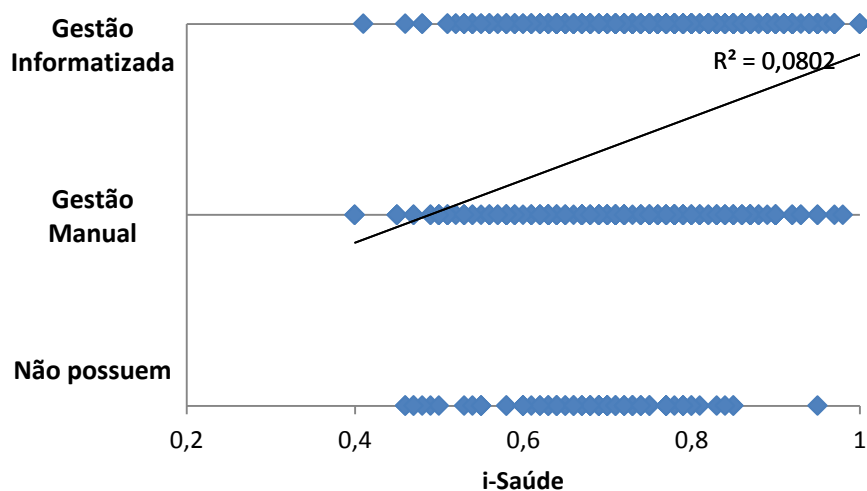
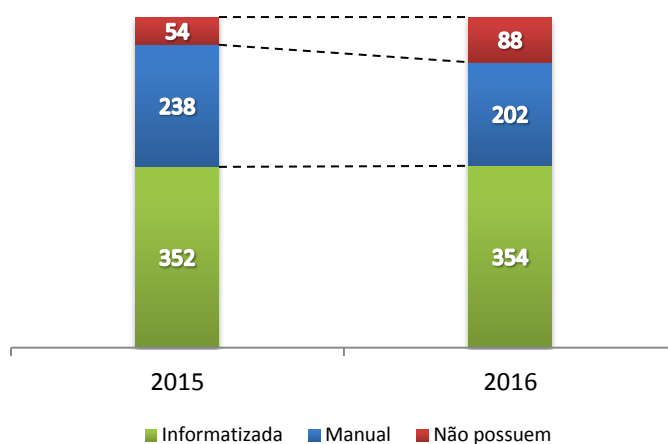
Municípios divididos por Faixa(dias)



Gestão de estoque dos insumos

No ano de 2015, verificamos que 352 municípios (55%) possuíam gestão sistematizada de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque. Em 2016, não tivemos uma grande melhora, com apenas 2 municípios a mais, indo para 354 (55%). Diante disso, notamos que durante esse período de 2015 para 2016, houve uma piora na quantidade de municípios que não possuíam gestão de estoque dos insumos, elevando o número de 54 (2015) para 88 (2016). Pelo gráfico de dispersão, há uma correlação positiva entre a sistematização da gestão de estoque dos insumos e a performance na gestão da saúde do município (i-Saúde).

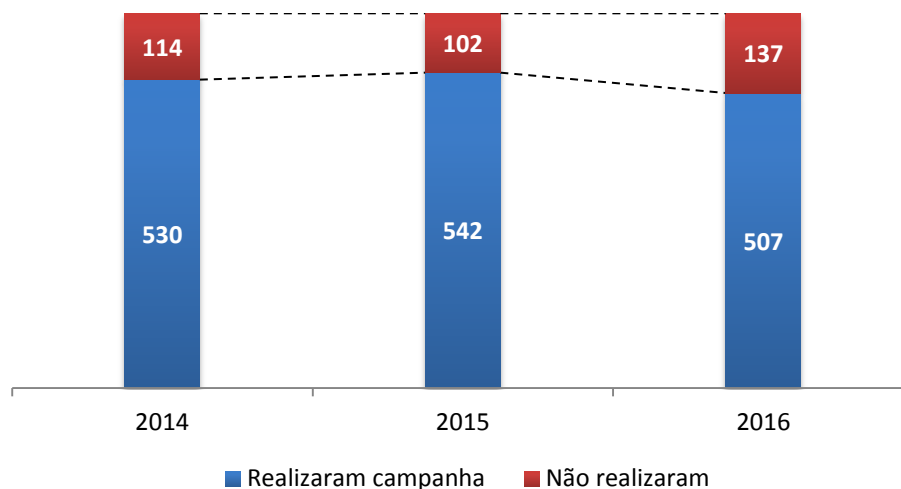
Gestão de Estoque dos Insumos



Campanhas

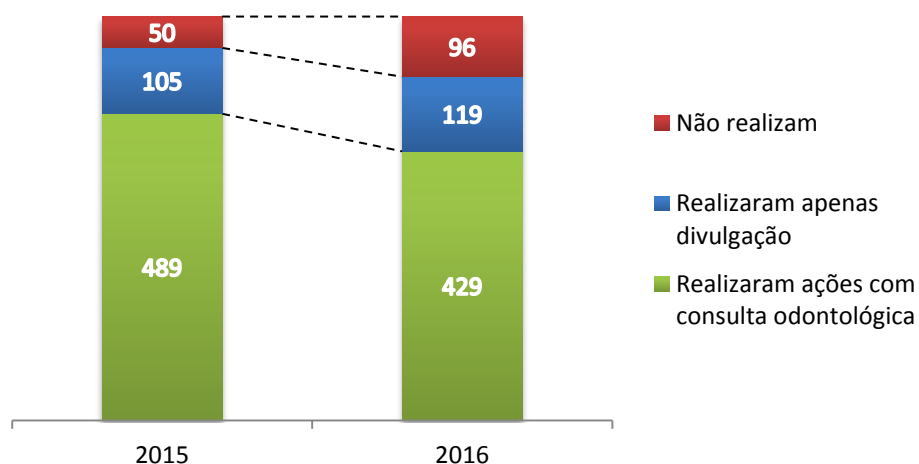
Acerca da realização de campanhas anuais ou incentivos em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno, visualizamos que, apesar de haver uma diminuição no último ano (2016) do número de municípios que promovem o aleitamento materno, de forma geral, a maior parte realiza campanhas anuais ou ações sobre o aleitamento materno.

Campanha de Aleitamento Materno



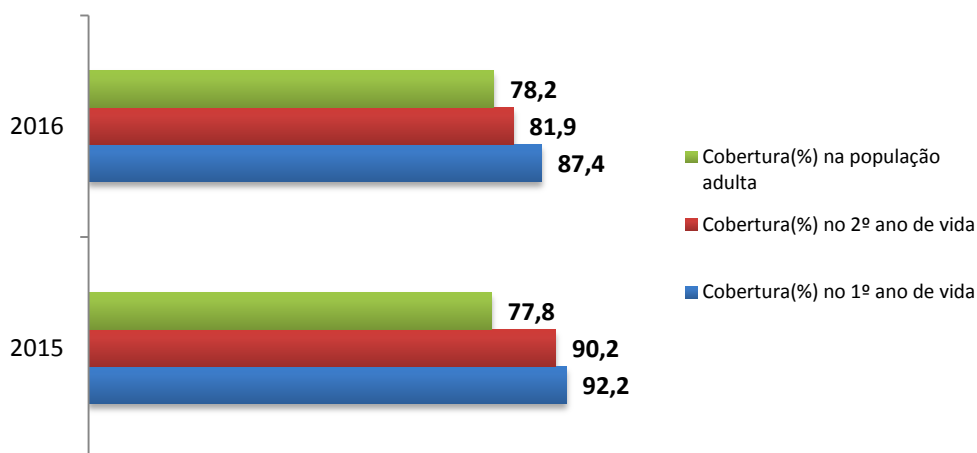
O mesmo aconteceu sobre a promoção da saúde bucal nas escolas, havendo uma diminuição em 2016 de 489 (76%) para 429 municípios (66%), prevalecendo ainda a maior parte dos municípios como tendo realizado algum tipo de ação periódica sobre o assunto.

Promoção da Saúde Bucal



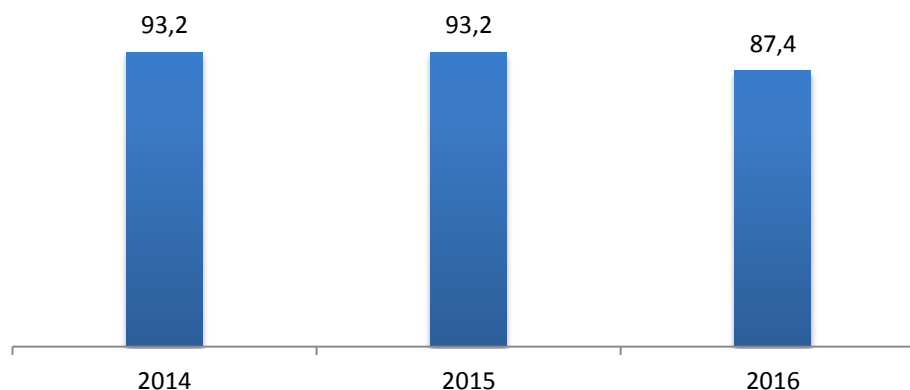
Olhando para os dados coletados sobre as campanhas de vacinação, notamos que, de 2015 para 2016, o maior percentual de cobertura da população alvo, foi a de bebês no 1º ano de vida, correspondendo a 92,2% e 87,4% respectivamente. Já o público adulto, não comparece na mesma proporção com apenas 77,8% em 2015 e 78,2% de cobertura em 2016.

Cobertura (%) nas Campanhas de Vacinação



Quanto à cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada ao total de crianças menores de 1 ano de idade, não houve grandes variações durante o período de 2014 e 2015. Em 2016, a cobertura foi de 87,4%. Alguns municípios não possuíam registros da cobertura aplicada.

Cobertura da Terceira Dose da Vacina Pentavalente Aplicada em Crianças Menores de 1 Ano de Idade



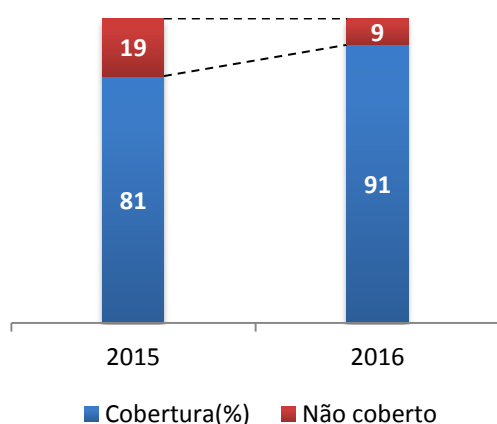
2014 : 09 municípios não possuíam registro

2015: 16 municípios não possuíam registro

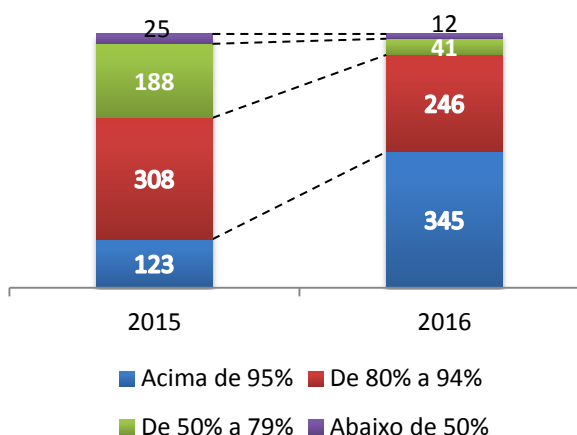
2016: 23 municípios não possuíam registro

A respeito da vacinação voltada para o público adulto (acima de 60 anos), foi solicitado aos municípios que informassem a cobertura vacinal para influenza. Em 2015, a média de cobertura foi de 81% e em 2016 houve um aumento considerável para 91%. Com isto, nota-se que a maior parte da população adulta acima de 60 anos encontra-se vacinada contra a influenza. Ao distribuímos os municípios por faixas de cobertura, identificamos no exercício de 2015 que apenas 123 (19%) realizaram a aplicação da vacina contra a gripe em mais de 95% da população acima de 60 anos, enquanto que 25 (4%) não atingiram 50% do público alvo. Para o exercício de 2016, visualizamos que esses dados sofreram grandes alterações, indo para 345 (54%) municípios com cobertura acima de 95% do público alvo, e diminuindo assim a quantidade para 12 (2%) dos municípios que estavam com cobertura abaixo de 50%.

Influenza - Vacinação em Maiores de 60 Anos



Municípios por Faixa de Cobertura para Influenza em Maiores de 60 anos

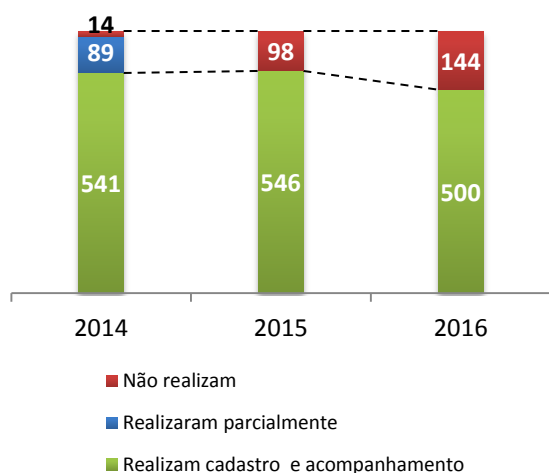


Doenças crônicas – cadastramento e acompanhamento

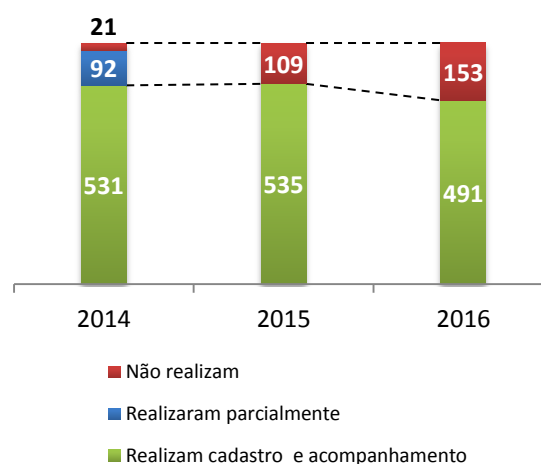
O Hiperdia – Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos destina-se ao cadastramento e acompanhamento de portadores de hipertensão arterial e/ou diabetes mellitus atendidos na rede ambulatorial do Sistema Único de Saúde – SUS, permitindo gerar informação para aquisição, dispensação e distribuição de medicamentos de forma regular e sistemática a todos os pacientes cadastrados^{xxvi}.

Sobre o cadastramento e acompanhamento de doenças crônicas como Diabetes Mellitus e Hipertensão, verificamos que houve um aumento, de 2014 para 2015, do número de municípios que realizaram este cadastro e acompanhamento dos dados. Já de 2015 para 2016, visualizamos que houve uma inversão deste quadro, com um piora, apresentando uma diminuição considerável no número de municípios que mantinham esse cadastrado e acompanhamento atualizado.

Cadastro de Pacientes com Diabetes Mellitus



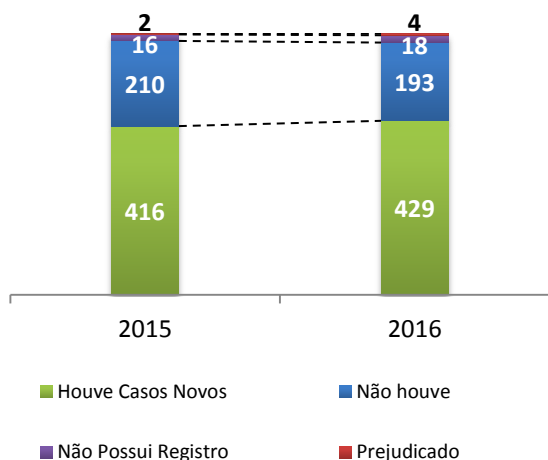
Cadastro de Pacientes com Hipertensão



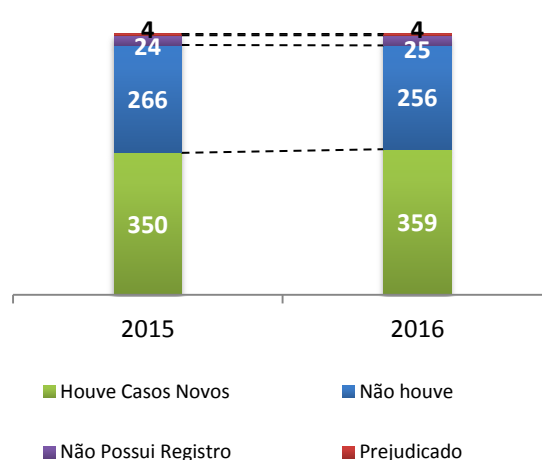
Tuberculose

No exercício de 2015, identificamos que houve casos novos de tuberculose em 416 municípios (65%), dentre estes, 350 municípios (54%) realizaram o exame anti-HIV e 382 municípios (59%) informaram registros de tuberculose pulmonar bacilífera. Alguns municípios tiveram o resultado prejudicado por inconsistências nos dados.

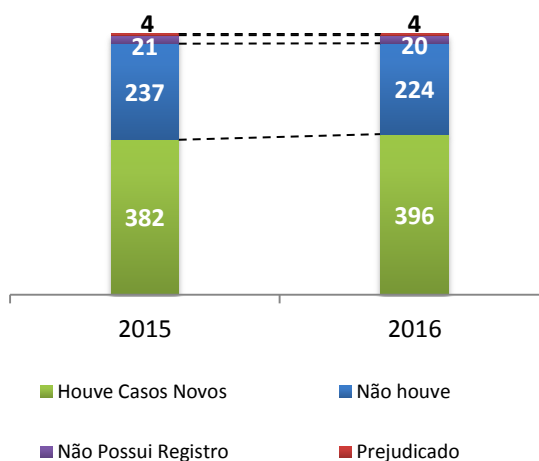
Casos Novos de Tuberculose (Todos os Tipos)



Casos Novos de Tuberculose com Exame Anti-HIV Realizado

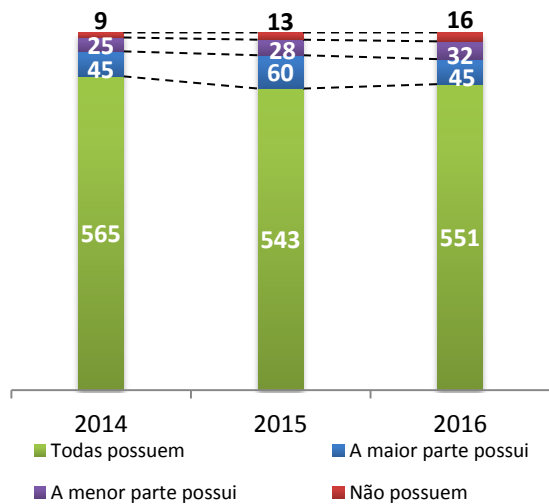


Casos de Tuberculose Pulmonar Bacilífera

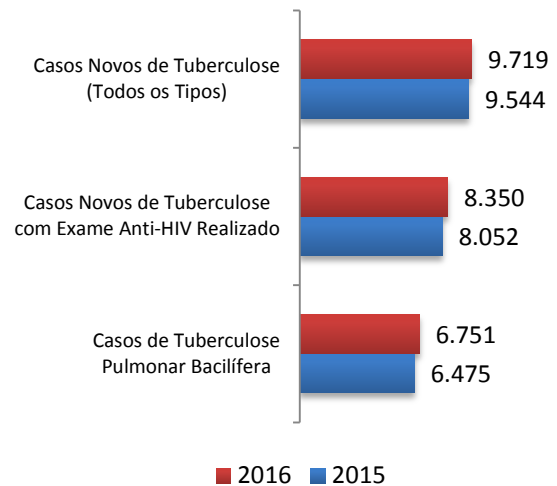


Durante o período de 2014 para 2015, ocorreu uma redução do número de municípios que possuíam condições técnicas para tratamento supervisionado da tuberculose em todas as suas UBSs de 565 para 543. No último período de 2015 para 2016, notamos que houve uma melhora, aumentando para 551 o número de municípios que possuíam todas as UBS adequadas para o tratamento de tuberculose. A proporção dos casos novos diagnosticados manteve-se a mesma nos dois anos, diante da quantidade nova surgida.

UBS com Condições Técnicas para Tratamento de Tuberculose

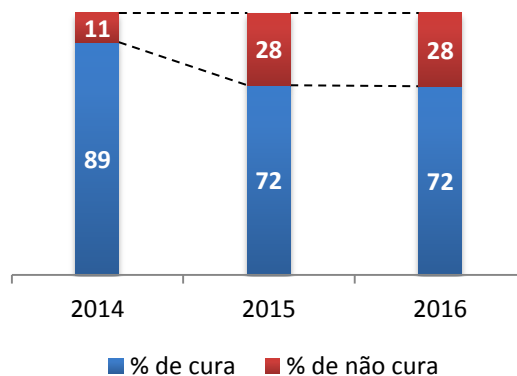


Número de Casos Novos



Para o i-Saúde, no exercício de 2014, a taxa média de cura de tuberculose (todos os tipos) havia alcançado 89%. Em 2015, esta média caiu para 72% e manteve-se a mesma durante o ano de 2016.

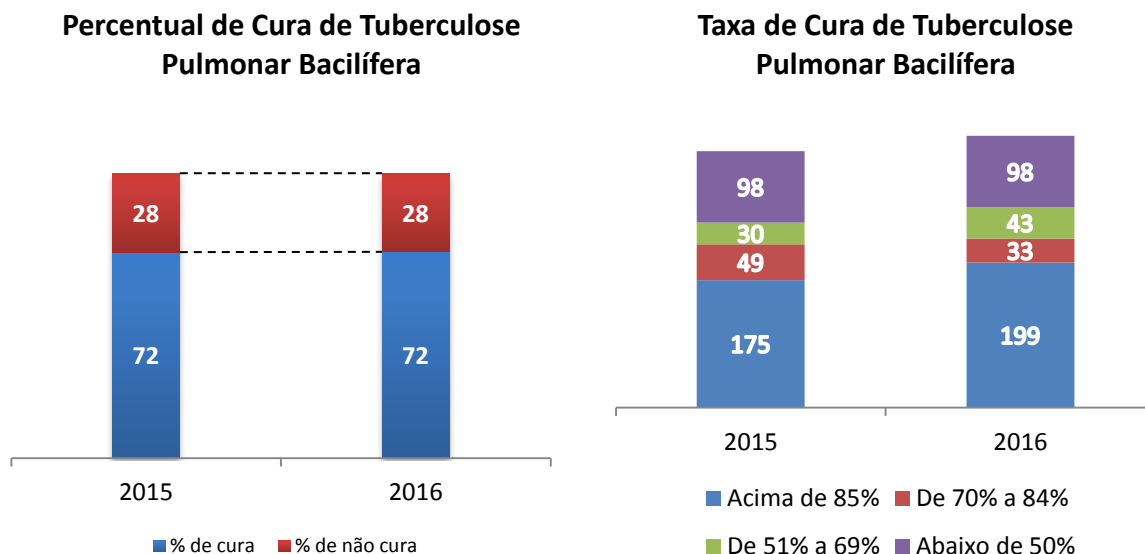
Percentual de Cura dos Casos de Tuberculose (Todos os Tipos)



A proporção de cura de casos novos permite mensurar o êxito do tratamento de tuberculose e a consequente diminuição da transmissão da doença. Possibilita a verificação, de forma indireta da qualidade da assistência aos pacientes, viabilizando o monitoramento indireto das ações do Programa de Controle da Tuberculose nas três esferas de gestão do SUS.

Dos municípios que informaram ter registrado casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, observamos que houve uma estabilidade do percentual médio da taxa de cura com aproximadamente 72%. 175 municípios (50%) obtiveram taxa de cura acima da meta estipulada de 85% em 2015 e 199 municípios (53%) em 2016, enquanto que 98 municípios registraram taxa de cura abaixo de 50% em 2015 e 2016.

Casos de Tuberculose Pulmonar Bacilífera



A Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2016 do Ministério da Saúde aborda os casos de tuberculose em seu indicador 16 (Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose).

A proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose reflete o quantitativo de casos de tuberculose que foram testados para HIV. Devido ao fato da tuberculose ser a primeira causa de óbito em pacientes portadores de aids, a identificação precoce dos casos de HIV positivo torna-se importante para que um resultado satisfatório possa ser alcançado.

O método de cálculo municipal é:

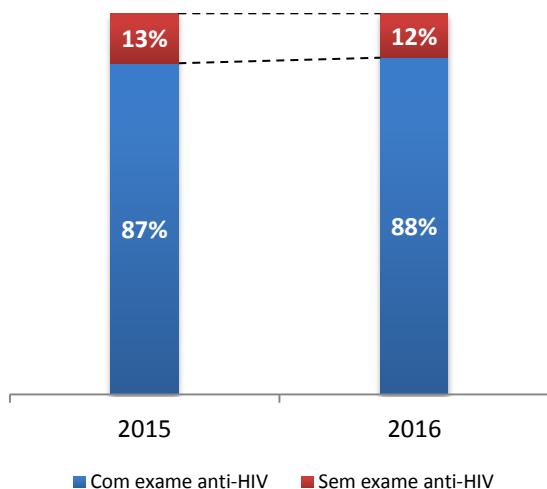
$$\frac{\text{Total de casos novos de tuberculose com exame anti-HIV realizado}}{\text{Total de casos novos de tuberculose diagnosticados no ano}} \times 100$$

Parâmetro nacional para referência é realizar o exame anti-HIV em 100% dos casos de tuberculose.

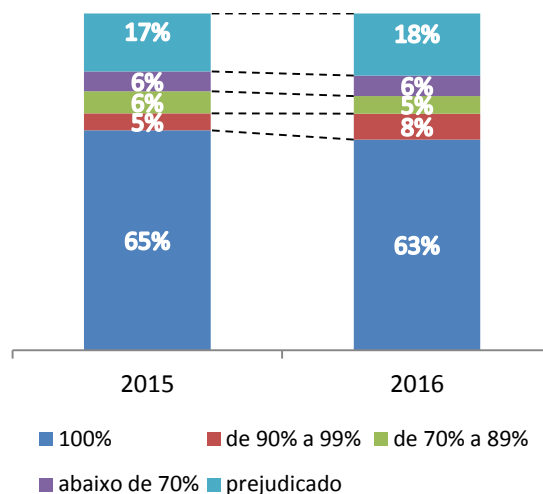
Em 2015, dos municípios que informaram ter casos novos de tuberculose, 87% dos casos realizaram exame anti-HIV. Em 2016 o aumento foi discreto, indo para 88%.

Segregando esses municípios por faixas de proporção de casos que realizaram exame anti-HIV, visualizamos que, em 2015, 65% dos municípios atingiram o parâmetro nacional para referência de 100% e em 2016, diminuiu para 63%.

Casos Novos de Tuberculose



Proporção com Exame Anti-HIV



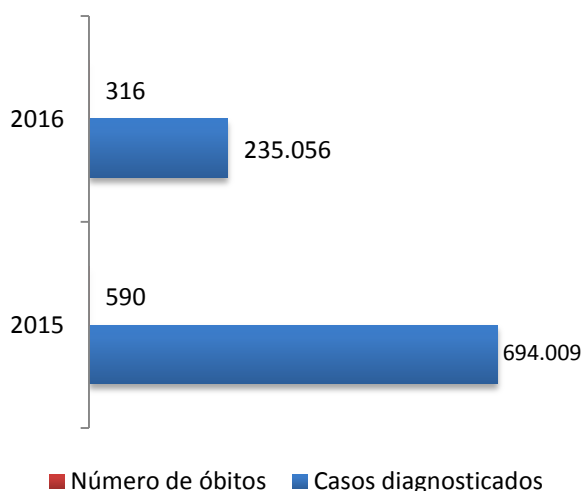
Dengue

Um dos indicadores da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2016 do Ministério da Saúde é o número absoluto de óbitos por dengue, que reflete a qualidade da assistência ao paciente com dengue. O método de cálculo é apenas o número absoluto de óbitos por dengue no ano.

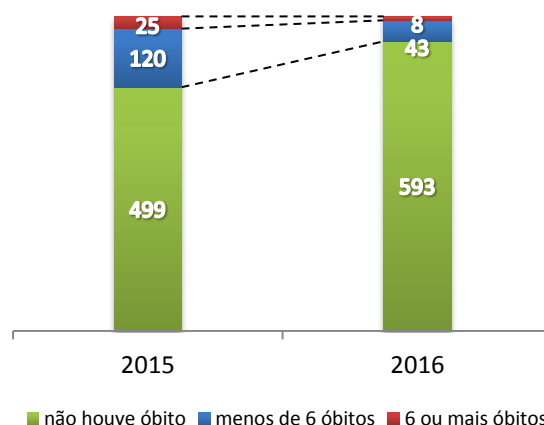
O Parâmetro Nacional para Referência para óbitos é a redução de 10% ao ano, nos municípios e regiões com seis ou mais óbitos por dengue. No caso de municípios e regiões com 1 óbito, a redução, no ano seguinte, deve ser 100%; em locais com 2, 3, 4 e 5 óbitos, a redução deve ser de 1 óbito em cada município e região.

No ano de 2015, os municípios paulistas informaram que houve 590 óbitos por dengue e 694.009 casos diagnosticados. Em 2016, esse número diminuiu para 316 óbitos de um total de 235.056 casos diagnosticados. Distribuindo os municípios por faixa de número de óbitos por dengue, identificamos que caiu de 29 municípios (2015) para 8 municípios que registraram mais de 6 óbitos no ano. Diante disso, notamos que houve uma melhora significativa do quadro de dengue após a análise dos 644 municípios de São Paulo.

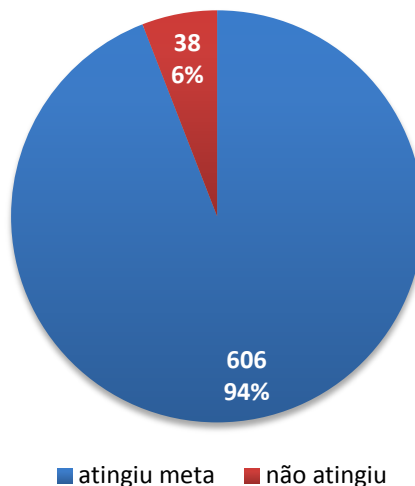
Dengue



Municípios com Óbitos por Dengue



Meta Sispacto 2016



Outro indicador da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2016 é de proporção de imóveis visitados em, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue. Seguindo a mesma metodologia empregada na pactuação de 2013-2015:

Passo 1:

Dividir o Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados pelo Número de imóveis da área urbana do município (Reconhecimento Geográfico) e multiplicar por 100.

Passo 2:

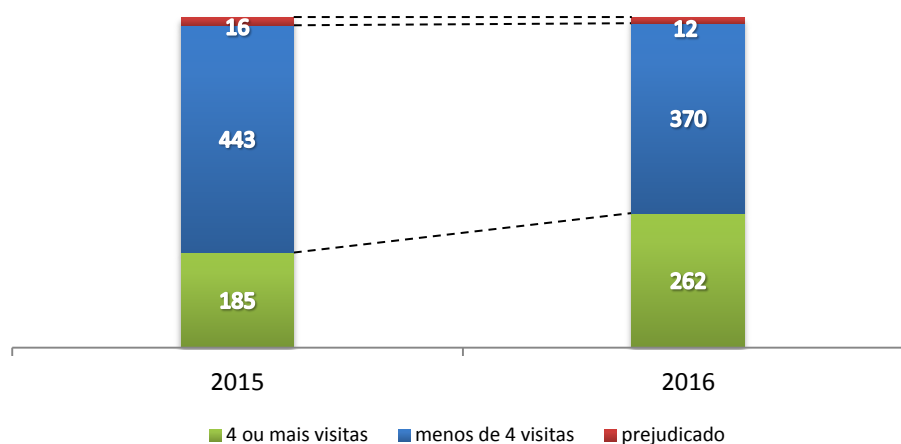
Somatório do número de ciclos realizados que atingiram 80% ou mais dos imóveis visitados.

Para o cálculo, consideram-se imóveis da área urbana, aqueles localizados em áreas com características urbanizadas com a presença de vetor e potencial para circulação da doença. Aos municípios sem a presença do vetor não será exigida a realização de visitas domiciliares, não sendo considerados, conseqüentemente, nos cálculos para região e estado. Além disso, reconhecimento geográfico é a determinação do quantitativo, localização e especificação, por tipo, dos imóveis de uma determinada área, bem como identificação e numeração de quarteirões.

O Parâmetro Nacional para Referência para imóveis visitados era, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares com 80% ou mais dos imóveis visitados em cada um. – O Programa Nacional de Controle da Dengue preconiza visitas domiciliares bimestrais em 100% dos imóveis, ou seja, seis ciclos de visitas anuais.

Em 2015, apenas 185 municípios (28,7%) cumpriram o número de visitas pactuado. Em 2016, o número de municípios aumentou para 262 (40,7%).

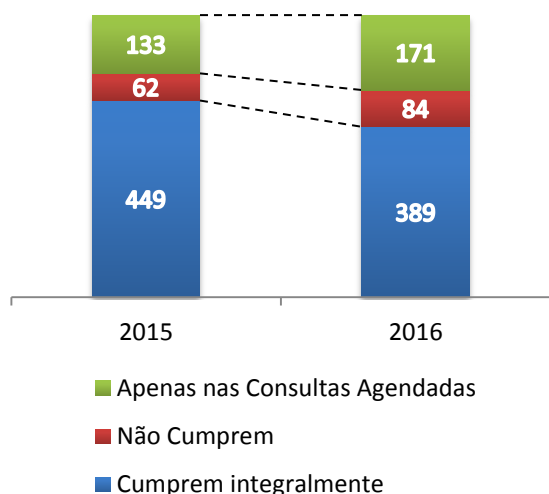
Imóveis visitados - Controle da Dengue



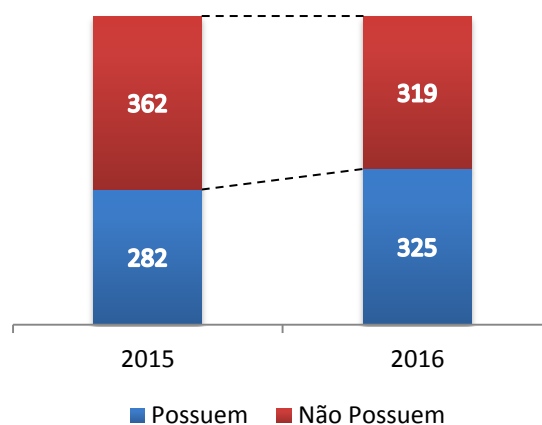
Médicos

Identificamos que no exercício de 2015, em 133 municípios (21%), a jornada de trabalho dos médicos acontecia apenas nas consultas agendadas e, em 62 (9%) esses profissionais não cumpriam as horas de trabalho contratadas. Em 2016, continuou aumentando essa relação de dados, subindo para 171 municípios (27%) com médicos que cumpriam sua jornada de trabalho apenas nas consultas agendadas e 84 (13%) que não cumpriam. Ademais, durante esse período de 2015 para 2016, observamos que houve uma melhora da quantidade de municípios que possuíam sistema de controle de ponto de médicos, indo de 282 para 325 municípios, representando assim que 50% do total de municípios mantêm um controle sobre a entrada e saída dos médicos.

Jornada de Trabalho dos Médicos

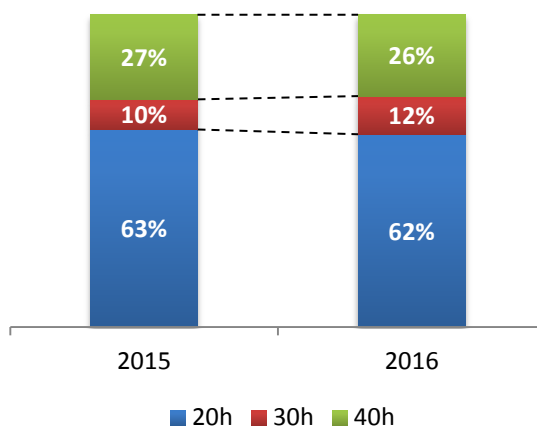


Sistema de Controle de Ponto de Médicos



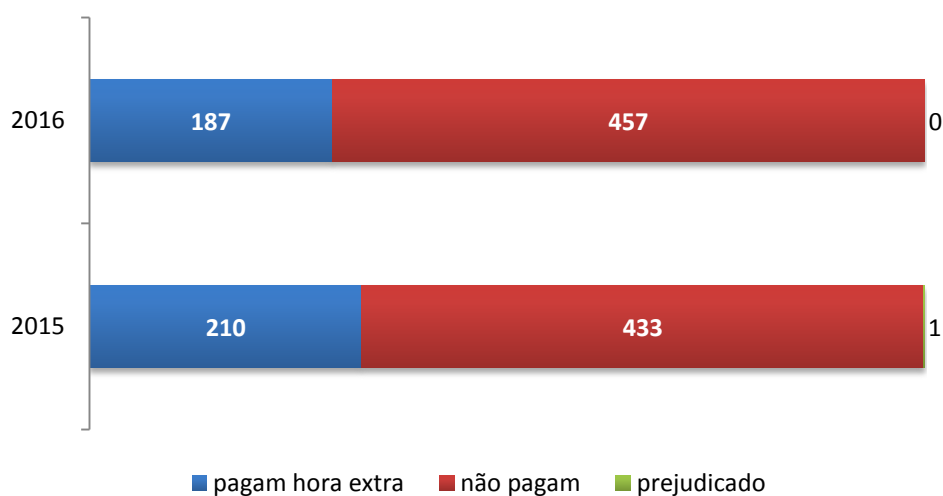
Analisando os dados informados pelos 644 municípios paulistas, nota-se que não ocorreram grandes variações da quantidade de médicos ativos durante o período, correspondendo a 63% no primeiro período e 62% no segundo, dos médicos que possuíam jornada de 20 horas semanais.

Número de Médicos Ativos



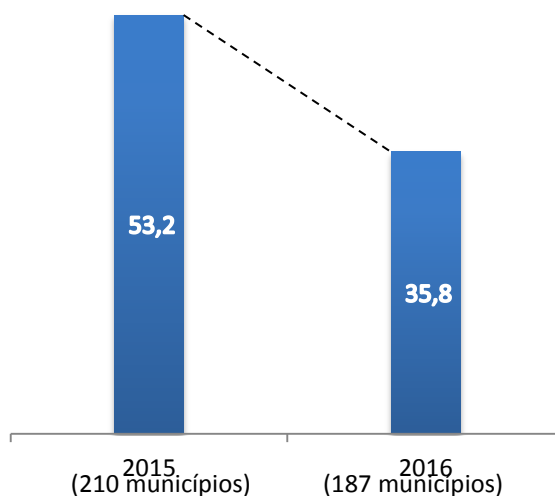
Sobre o pagamento de horas extras para os profissionais de saúde, em 2015, verificou-se que 210 municípios (33%) pagavam horas extras para profissionais da saúde, enquanto que em 2016, estes mesmos dados caíram para 187 (29%).

Pagamento de HE para Médicos



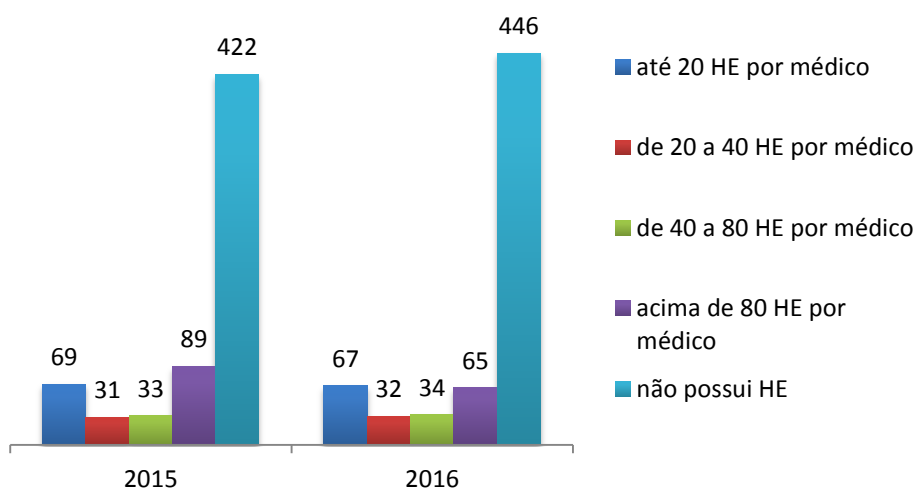
Dos municípios que informaram que efetuaram pagamento de horas extras, observamos que houve uma grande queda no número de horas (média) pagas, indo de 53,2 para 35,8 horas extras por ano.

Hora Extra (Média) para Médicos



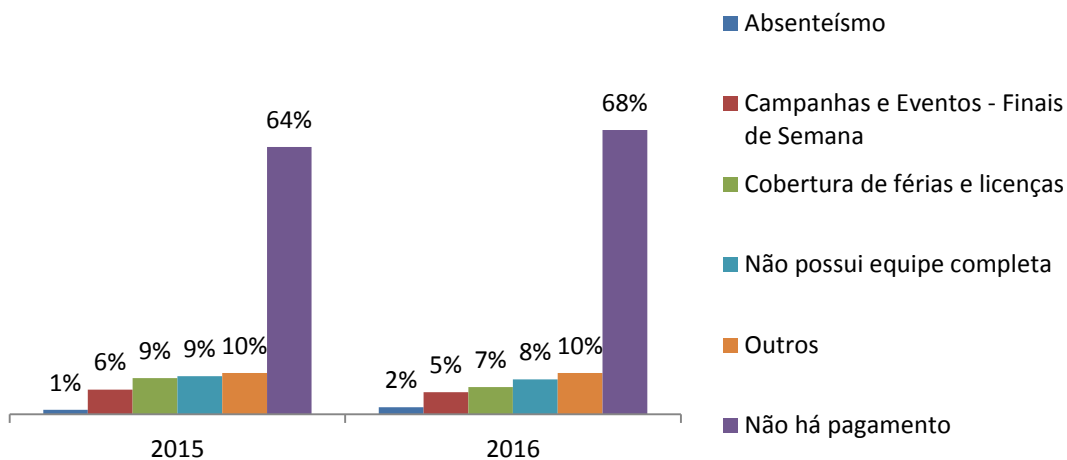
Quando dividimos o número de horas extras pelo número de médicos, verificamos que, em 2015, 89 municípios pagavam acima de 80 horas extras por médico no ano. Esse número diminuiu em 2016, passando a ser 65 municípios.

Pagamento de HE para médicos



Dentre as principais razões informadas pelos municípios para o pagamento de horas extras foi que o município não possuía equipe completa (9% em 2015 e 8% em 2016). Os municípios que informaram "Outros", descreveram mais de 1 quesito como principal razão (ex: absenteísmo e cobertura de férias e licença).

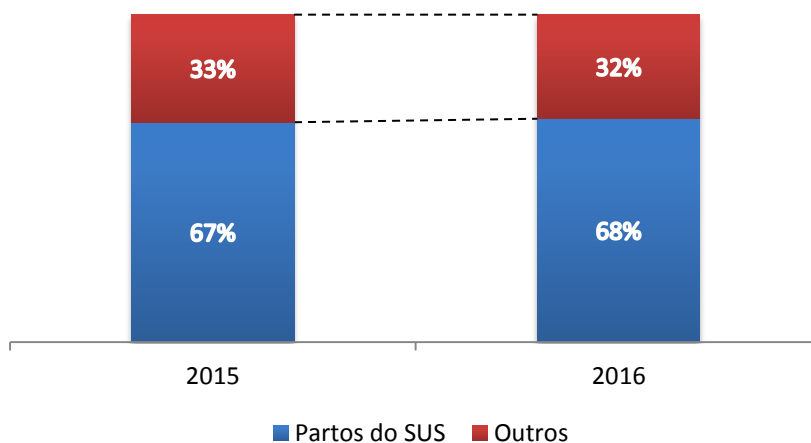
Principal Razão para Pagamento de Hora Extra



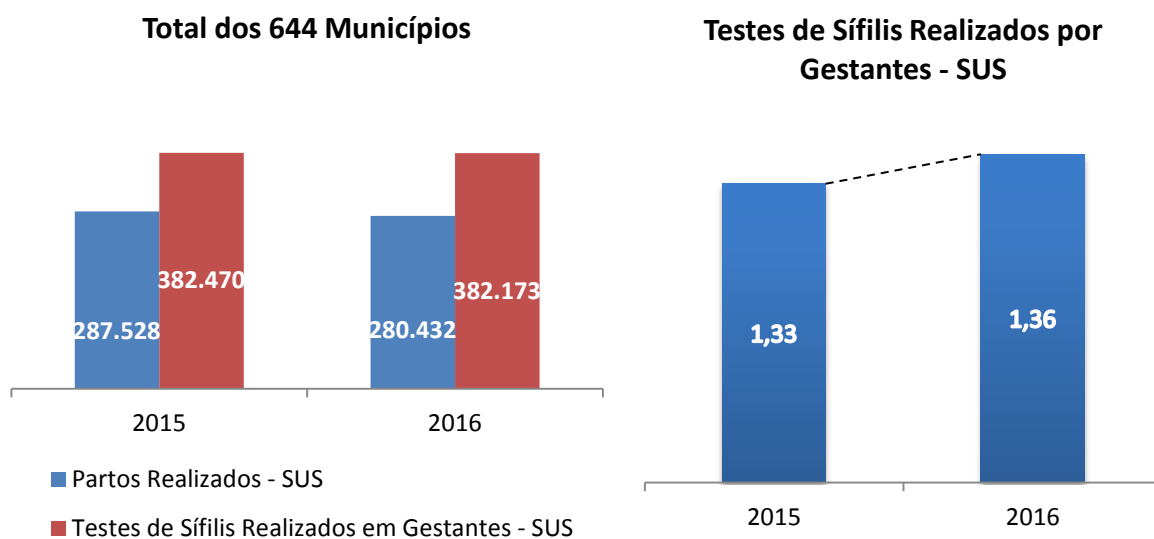
Saúde materna e infantil

No ano de 2015, identificamos que 67% dos partos nos 644 municípios foram realizados no Sistema Único de Saúde – SUS. Este percentual aumentou em 2016, alcançando o percentual de 68%.

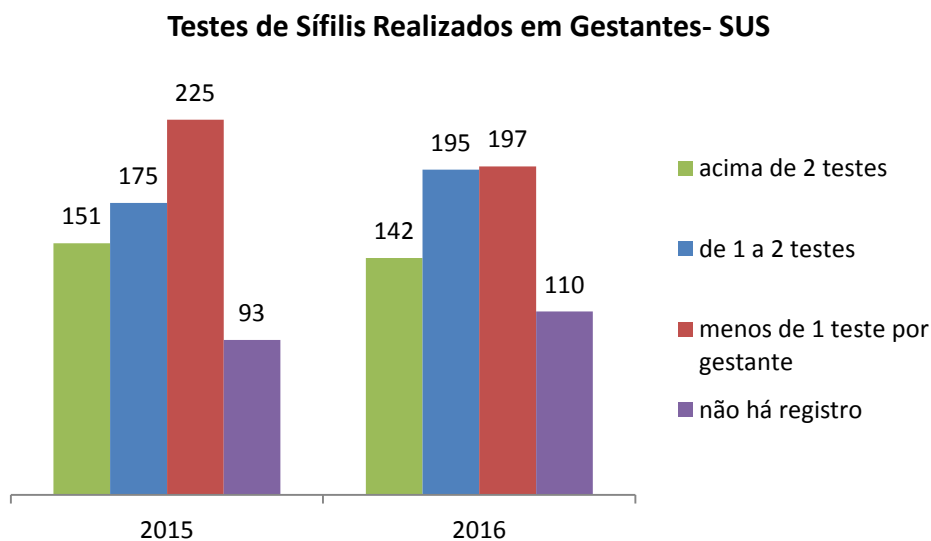
Partos Hospitalares do SUS



Nos 644 municípios paulistas, verificamos que o número de partos no Sistema Único de Saúde em 2015 foi de 287.528, enquanto que, em 2016, reduziu para 280.432 (redução de 2,5%). Entretanto, o número de teste de sífilis em gestantes permaneceu no mesmo patamar. Ou seja, houve um aumento de testes de sífilis por gestante no SUS de 1,33 para 1,36.



Quando distribuimos os municípios por faixas, identificamos, em 2015, que 225 municípios que realizaram menos de 1 teste de sífilis por gestante em média. Por outro lado, temos 151 municípios que alcançaram o parâmetro nacional. Já, em 2016, o número de municípios que realizaram menos de 1 teste por gestante diminuiu 197 (30,6%).

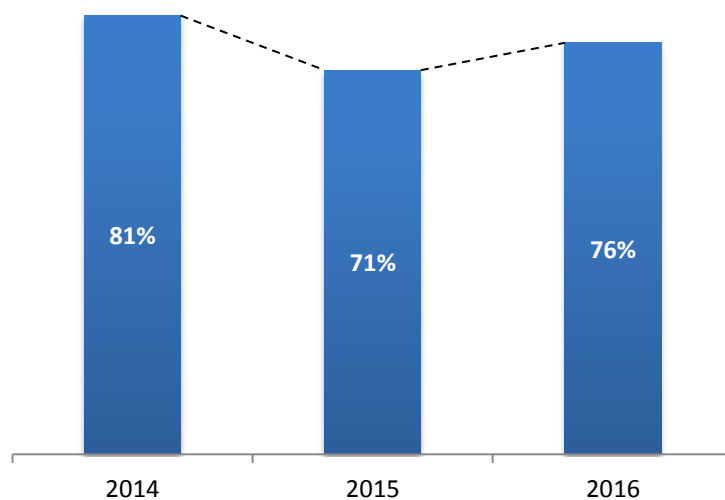


Nascidos Vivos

O acompanhamento médico durante o período da gravidez é importante para diminuir a mortalidade materna e infantil. A proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal mede a cobertura do atendimento pré-natal identificando situações de desigualdades e tendências que demandam ações e estudos específicos. Contribui para a análise das condições de acesso da assistência pré-natal e qualidade em associação com outros indicadores, tais como a mortalidade materna e infantil e o número de casos de sífilis congênita.

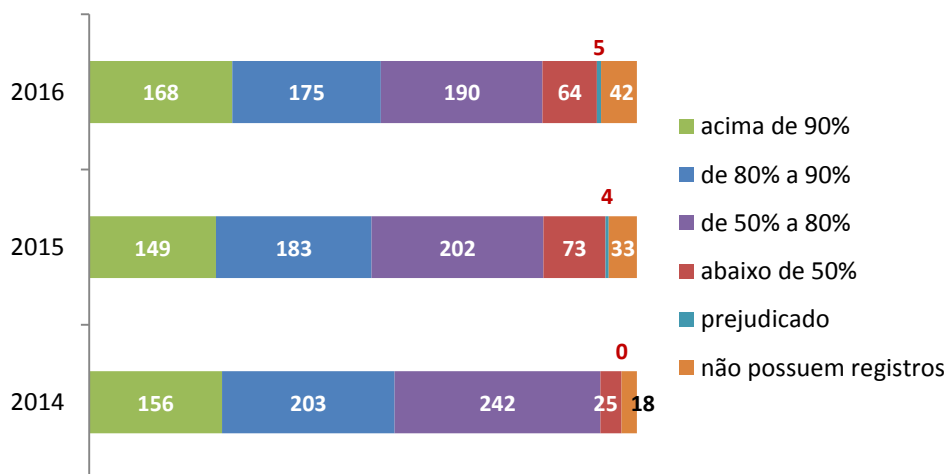
Verificamos que o percentual de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde era 81% (em 2014), caiu para 71% (em 2015) e aumentou para 76% (em 2016), considerando a média dos 644 municípios paulistas.

Percentual de Nascidos Vivos de Mães que Realizaram 7 ou Mais Consultas de Pré-Natal na Rede Municipal de Saúde



Classificamos os municípios por faixas de percentual de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde e verificou-se que, em 2014, 156 municípios tiveram mais de 90% das mães de nascidos vivos que realizaram mais de 7 consultas de pré-natal na rede municipal de saúde. Em 2015, este número reduziu para 149 municípios e, em 2016, aumentou para 168.

Percentual de Nascidos Vivos de Mães que Realizaram 7 ou Mais Consultas de Pré-Natal na Rede Municipal de Saúde por Faixa



SNA – Sistema Nacional de Auditoria estruturado

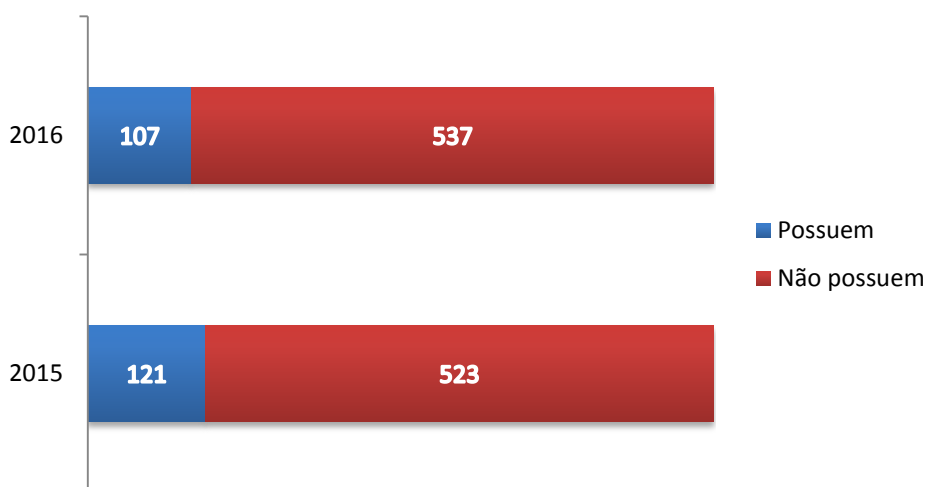
A Lei nº 8.080/1990 em seu artigo 16, inciso XIX, define que a direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal. O art. 6º da Lei nº 8.689/1993 reforça este conceito de descentralização do Sistema Nacional de Auditoria. E o Decreto Federal nº 1.651/95 regulamenta o SNA, sendo que sua competência no plano municipal é verificar as ações e serviços estabelecidos no plano municipal de saúde; verificar os serviços de saúde sob sua gestão, sejam públicos ou privados, contratados e conveniados; e verificar as ações e serviços desenvolvidos por consórcio intermunicipal ao qual esteja o Município associado.

Com o componente estadual, DF e municipal do SNA estruturado, as ações de auditoria no Coap são realizadas de maneira integrada e sistêmica com vistas a contribuir na qualificação, transparência e ética da gestão em Saúde.

Considera-se componente de auditoria, estruturado aquele instituído por ato formal no organograma da secretaria de Saúde, com estrutura físico-financeira e logística definida e equipe multiprofissional. Bem como, aquele que utiliza sistema informatizado e procedimentos padronizados na realização da ação de auditoria, devendo esta ser realizada ao menos uma vez por ano.

Pelos dados fornecidos, em 2015, enquanto ainda fazia parte do SISPACTO, apenas 121 municípios (19%) possuíam o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado. Já em 2016, diminuiu para 107 municípios (17%).

Componente Municipal do SNA estruturado



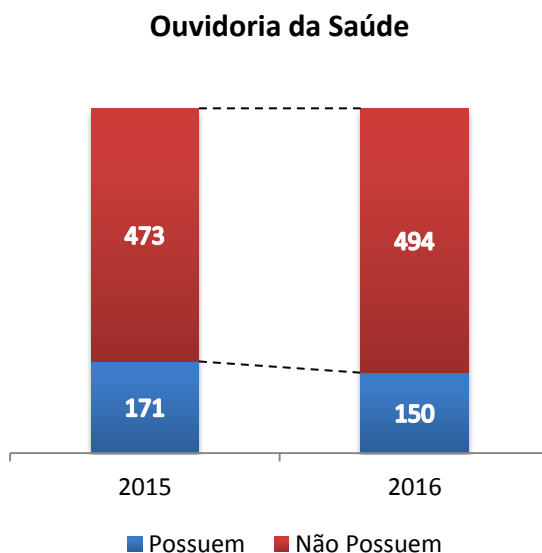
Ouvidoria

A ouvidoria, no âmbito do monitoramento e da avaliação, tem a finalidade de contribuir com a avaliação do sistema, por meio do envolvimento do usuário, estabelecendo comunicação entre o cidadão e o poder público, de forma a promover encaminhamentos necessários para a solução de problemas e efetiva participação da comunidade na gestão do SUS, de acordo com a Constituição Federal de 1988, visando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

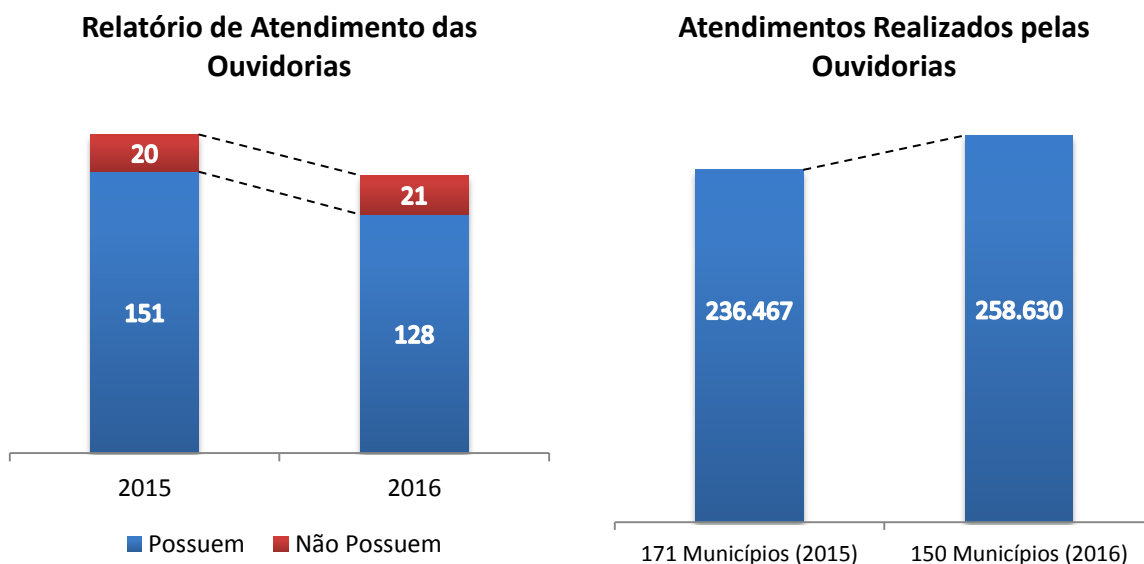
Assim, considera-se implantado um serviço de ouvidoria quando houver: espaço físico para o funcionamento da ouvidoria, um ou mais canais de recebimento das manifestações (telefone, formulário web, atendimento presencial, entre outros), um ou mais canais de resposta (meio impresso, telefone, e-mail) ao cidadão e utilização de sistema para o tratamento das demandas de saúde oriundas da população, produção de relatórios para a gestão do SUS com informações sobre necessidades e interesses do usuário, bem como a sua avaliação das ações e serviços de Saúde.

O método de cálculo municipal é:
Número de ouvidoria implantada no município

Verificamos que, em 2015, apenas 171 municípios (27%) possuíam ouvidoria implantada e esse dado piorou em 2016, com apenas 150 municípios que possuíam serviço de ouvidoria implantada.



Destes, 151 municípios (2015) e 128 municípios (2016) possuíam relatórios de atendimentos e a quantidade de atendimentos realizados pelas ouvidorias foi de 236.467 e 258.630 respectivamente.

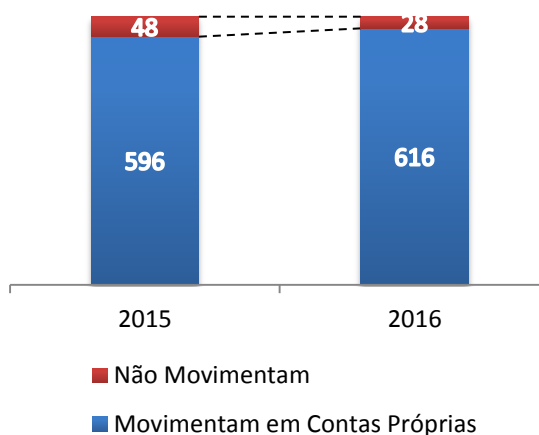


Fundo Municipal

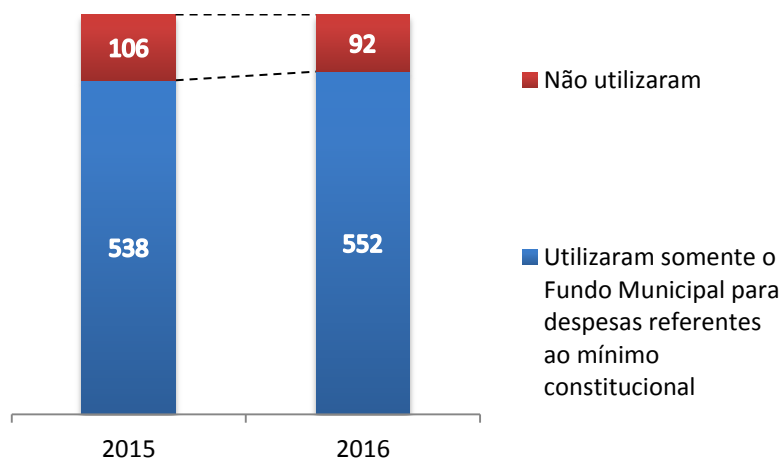
Foi perguntando para os municípios sobre a utilização do Fundo Municipal da Saúde.

Em 2015, 93% dos municípios (596) informaram que movimentavam todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias e 84% dos municípios (552) utilizaram somente o Fundo Municipal para despesas referentes ao mínimo constitucional^{lxvii}. Em 2016, tivemos um pequeno aumento para 96% (616 municípios com movimentação através de contas próprias) e 86% (552 municípios que utilizaram somente o fundo para despesas referente ao mínimo constitucional).

Fundo Municipal - Recursos da Saúde



Despesas Consideradas no Cálculo do Mínimo Constitucional



Em 2015, 93% dos municípios (596) informaram que movimentavam todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias e 84% dos municípios (552) utilizaram somente o Fundo Municipal para despesas referentes ao mínimo constitucional^{xxviii}. Em 2016, tivemos um pequeno aumento para 96% (616 municípios com movimentação através de contas próprias) e 86% (552 municípios que utilizaram somente o fundo para despesas referente ao mínimo constitucional).

Sistema Hórus

Este sistema permite observar informações acerca do acesso e do uso de medicamentos pela população assistida no SUS e foi objeto do indicador 54 da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2013-2015 do Ministério da Saúde, que mede o Percentual de municípios com o Sistema Hórus implantado ou enviando o conjunto de dados por meio do serviço WebService.

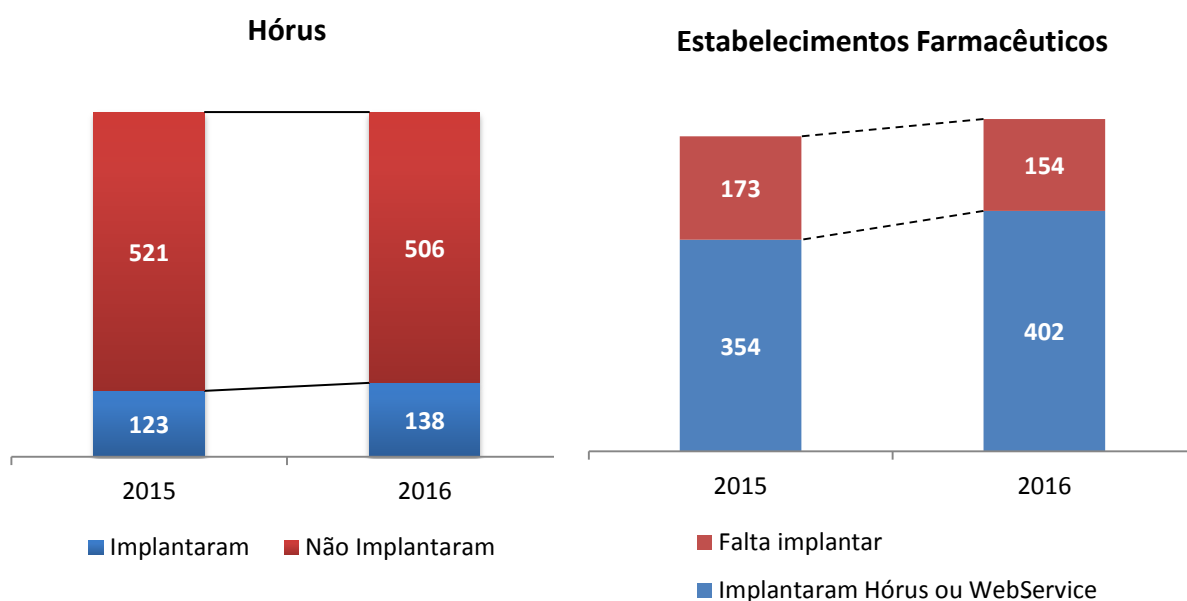
O objetivo era medir a evolução da implantação do Sistema Hórus e do envio do conjunto de dados por meio do serviço WebService nos municípios e nas regiões de Saúde.

Considera-se município implantado aquele que finaliza as quatro fases de adesão e está utilizando regularmente o Sistema nos estabelecimentos farmacêuticos da Atenção Básica (farmácias da Atenção Básica e centrais de abastecimento farmacêutico) para os processos de gestão da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica (aquisição – distribuição – dispensação).

Serviço Webservice:

A transmissão do conjunto de dados por meio do serviço Webservice, para os municípios, os estados e o DF, caso optem por solução informatizada própria, deve atender ao disposto na Portaria MS/GM nº 271, de 27 de fevereiro de 2013, que institui a Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica e regulamenta o conjunto de dados referente ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao final de 2015, apenas 123 municípios (19%) haviam implantado o Sistema Hórus ou estavam enviando o conjunto de dados por meio do serviço Webservice. Destes, somam-se 527 estabelecimentos farmacêuticos e ainda faltava implantar em 33% (173). No exercício de 2016, aumentou para 138 os municípios que implantaram o sistema, equivalente ao total de 556 estabelecimentos farmacêuticos. Destes, 154 (27,7%) ainda não haviam implantado.



Internações clínicas

Esse item prevê a proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica – Icsab, cuja relevância é desenvolver capacidade de resolução da Atenção Primária ao identificar áreas claramente passíveis de melhorias enfatizando problemas de saúde que necessitam de melhor prosseguimento e de melhor organização entre os níveis assistenciais.

A meta é reduzir as internações por causas sensíveis à Atenção Básica.

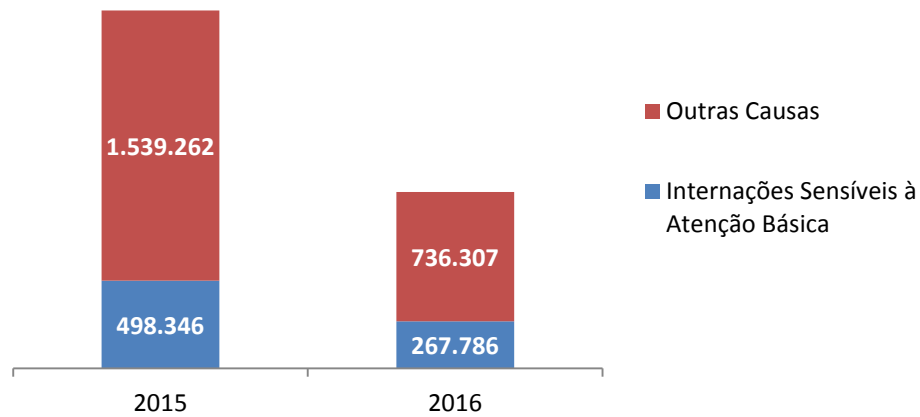
O método de cálculo municipal é:

$$\frac{\text{Nº de internações por causas sensíveis relacionadas à Atenção Básica, em determinado local e período}}{\text{Total de internações clínicas, em determinado local e período}} \times 100$$

A relação das doenças por causas sensíveis à Atenção Básica consta na Lista CID 10^{xxix}.

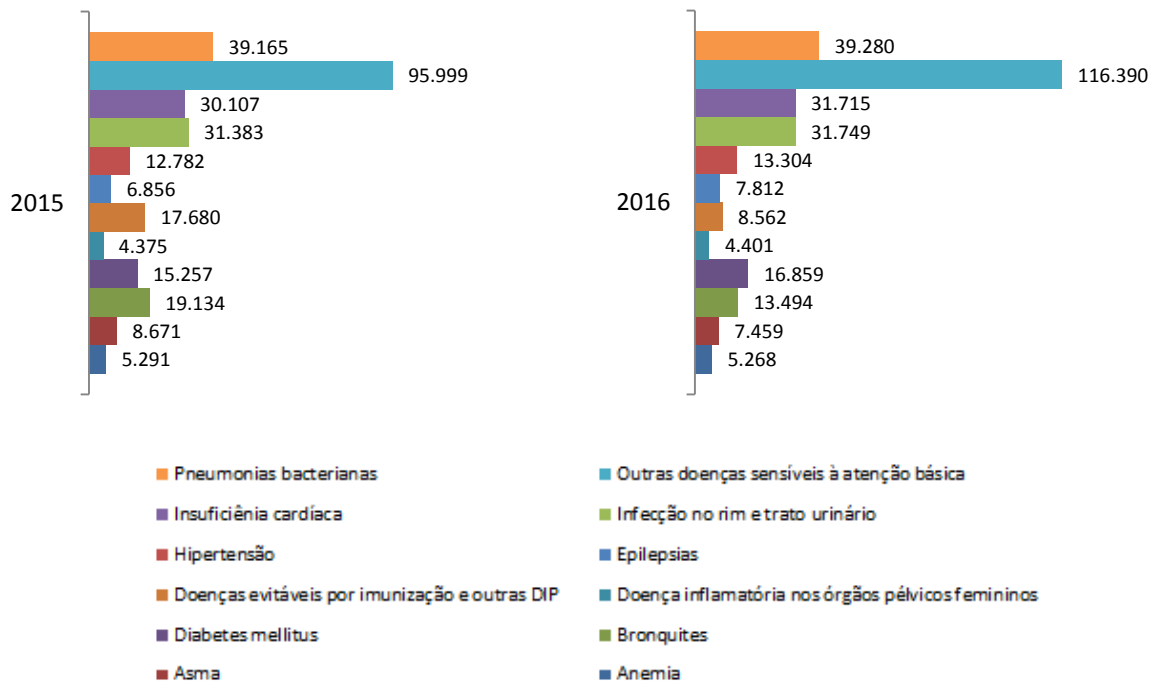
Para os 644 municípios, em 2015, foram registrados 498.346 internações por causas sensíveis à Atenção Básica, ou seja, 24% do total de internações clínicas foram passíveis de redução pelos municípios. Em 2016, esse número caiu para 267.786 internações, correspondendo a 27% do total. Nota-se que houve uma diminuição bastante considerável do número de internações clínicas registradas pelos municípios durante o ano de 2016.

Internações Clínicas



Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município, em 2015, 14% foram por pneumonias bacterianas e em 2016, correspondeu a 13%, não representando assim uma grande variação nesse período. Outras doenças (inclui Gastroenterites infecciosas e complicações, Deficiências nutricionais, Infecções de ouvido, nariz e garganta, Angina, Infecção da pele e tecido subcutâneo, Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos e Síndrome da Rubéola Congênita) permaneceram como as principais causas das internações.

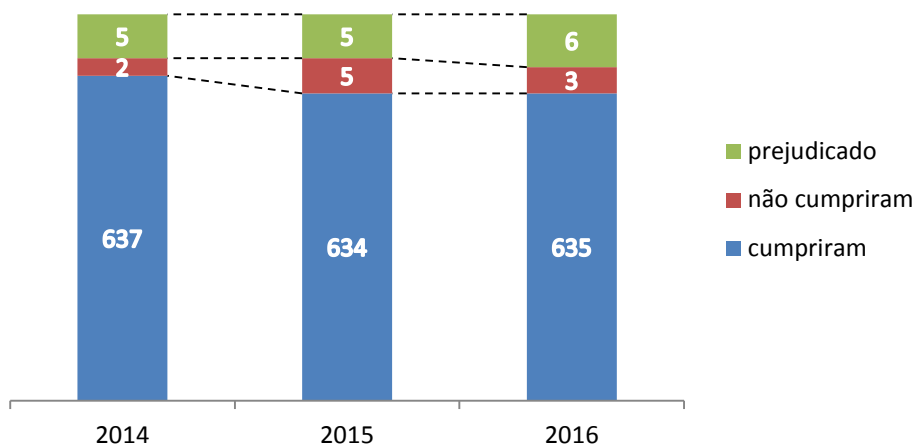
Internações de Pacientes Residentes no Município



Mínimo Constitucional

Aumentou-se o número de municípios que não cumpriram o mínimo constitucional da Saúde de 2014 para 2015. De 2015 para 2016, esse número diminuiu. Os municípios que ficaram como prejudicado, foram devido a não entrega de algum relatório ou entrega fora de prazo e com isso tiveram o seu resultado prejudicado.

Aplicação do mínimo constitucional em Saúde



ANÁLISES ADICIONAIS DA SAÚDE

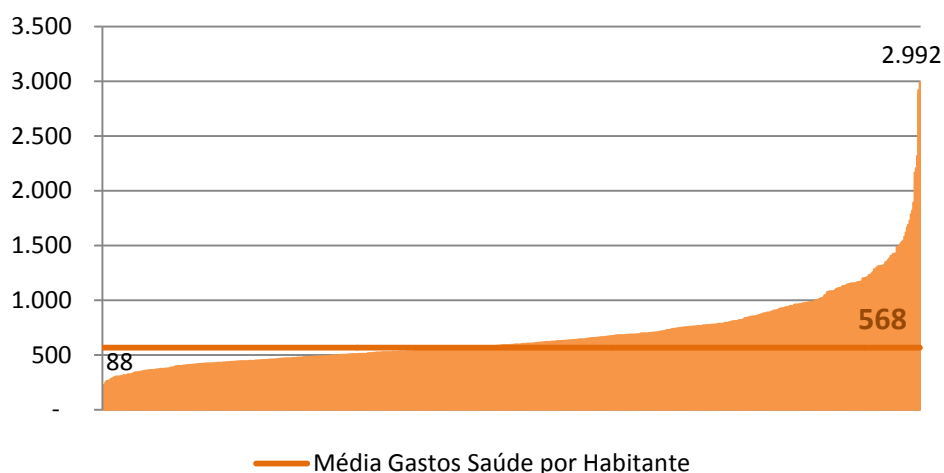
Os dados complementares foram obtidos no endereço eletrônico do órgão que divulgou os dados.

Gasto Anual Saúde / Habitante

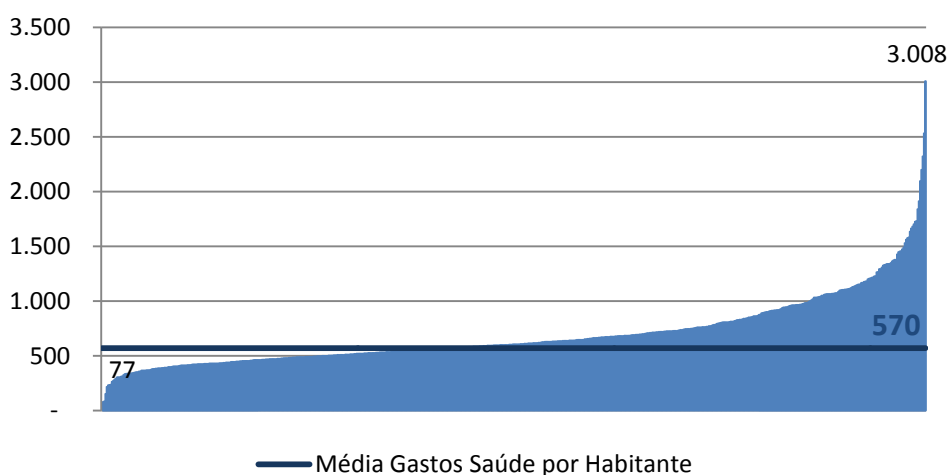
Os recursos municipais investidos na Saúde durante o exercício de 2014, 2015 e 2016 foram divididos entre os habitantes do município computados em cada ano. Considera-se gasto anual com Saúde as despesas que entram no cálculo da apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos na LCF nº 141/12.

Em 2016, o gasto médio anual em Saúde por habitante foi de R\$ 568. Em 2015, era R\$ 570 e, em 2014, foi R\$ 594. O menor custo por habitante foi de R\$ 88, R\$ 77 e R\$ 151 para os anos de 2016, 2015 e 2014, respectivamente. Enquanto que o maior gasto por habitante foi de R\$ 2.992, R\$ 3.008 e 3.073 em 2016, 2015 e 2014.

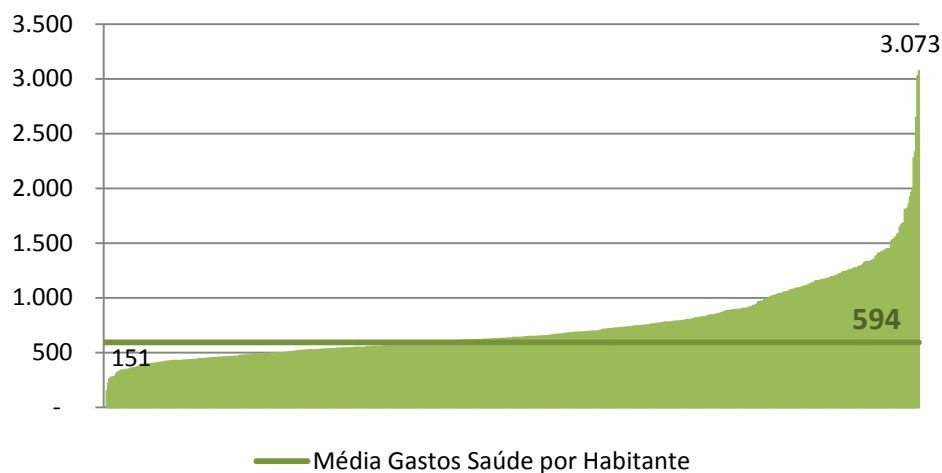
Gasto Saúde por Habitante 2016 (R\$)



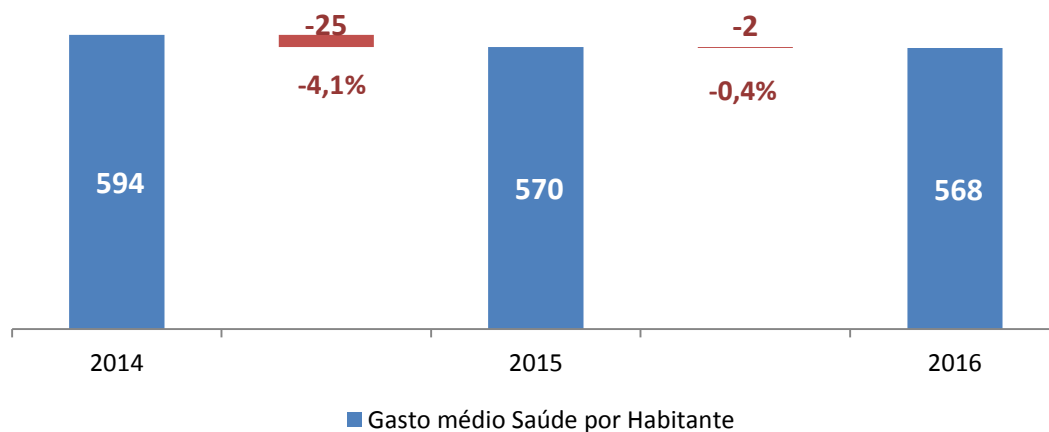
Gasto Saúde por Habitante 2015 (R\$)



Gasto Saúde por Habitante 2014 (R\$)



Evolução Gasto Saúde por Habitante (R\$)



Fonte: Dados AUDESP, IMP-SEADE

Esta análise demonstra a evolução da média dos gastos anuais com a saúde por habitante, considerando a inflação do período com dados a valor presente¹.

A média de gasto anual em Saúde por habitante dos municípios paulistas caiu 4,1% de 2014 para 2015 e 0,4% de 2015 para 2016. O gasto anual em saúde por habitante foi de R\$ 568 no exercício de 2016, enquanto que, em 2015 e em 2014, foi de R\$ 570 e R\$ 594, respectivamente.

¹ Índice utilizado IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas

SOBRE O PLANEJAMENTO

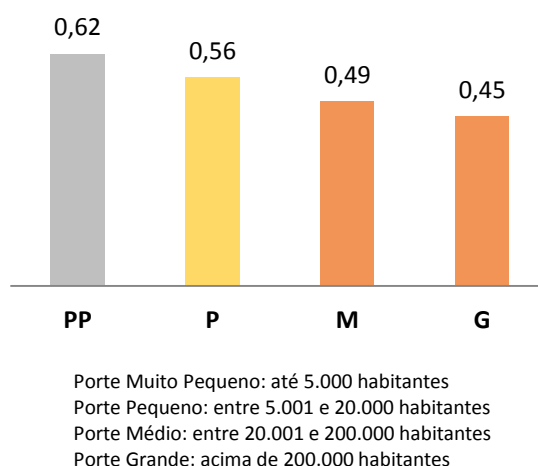
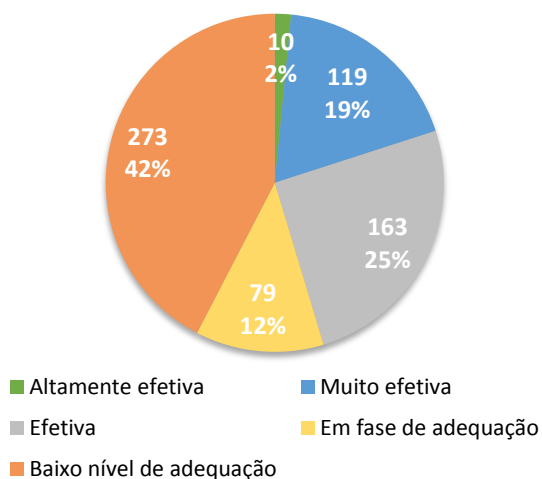
Os municípios alcançaram nota média de 0,54 pontos (Faixa C+ – Em fase de adequação), neste índice.

Constatamos que em 2016 apenas 129 municípios obtiveram pontuação nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva) e B+ (Muito Efetiva). O total de municípios dentro das faixas C+ (Em fase de adequação) e C (Baixo nível de adequação) foi de 352, representando 54,66% do total de municípios.

Um fato relevante é que, neste quesito, as médias das notas reduzem conforme aumento do porte dos municípios.

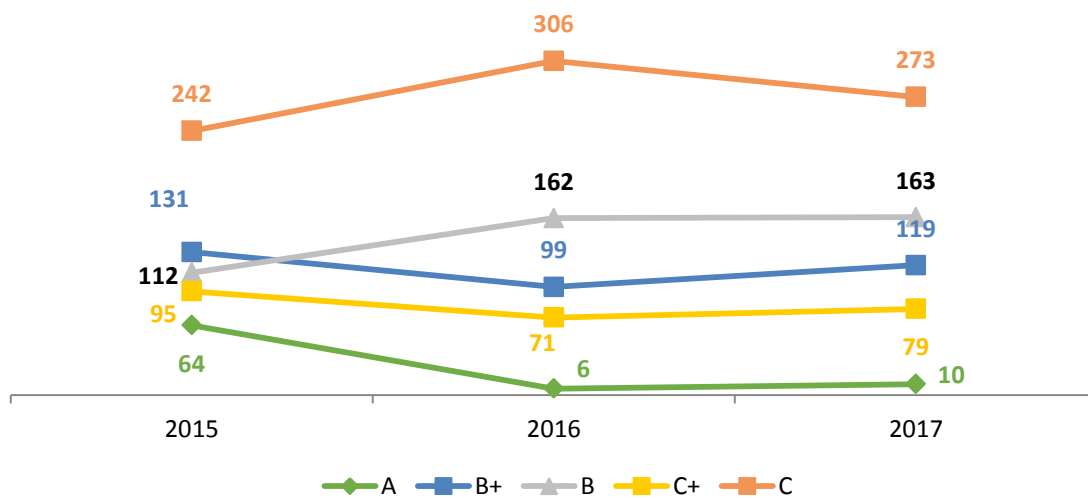
O resultado do Planejamento das Contas Públicas é calculado automaticamente pelo Sistema AUDESP, com base nas informações enviadas de forma eletrônica pelos órgãos municipais integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

i-Planejamento



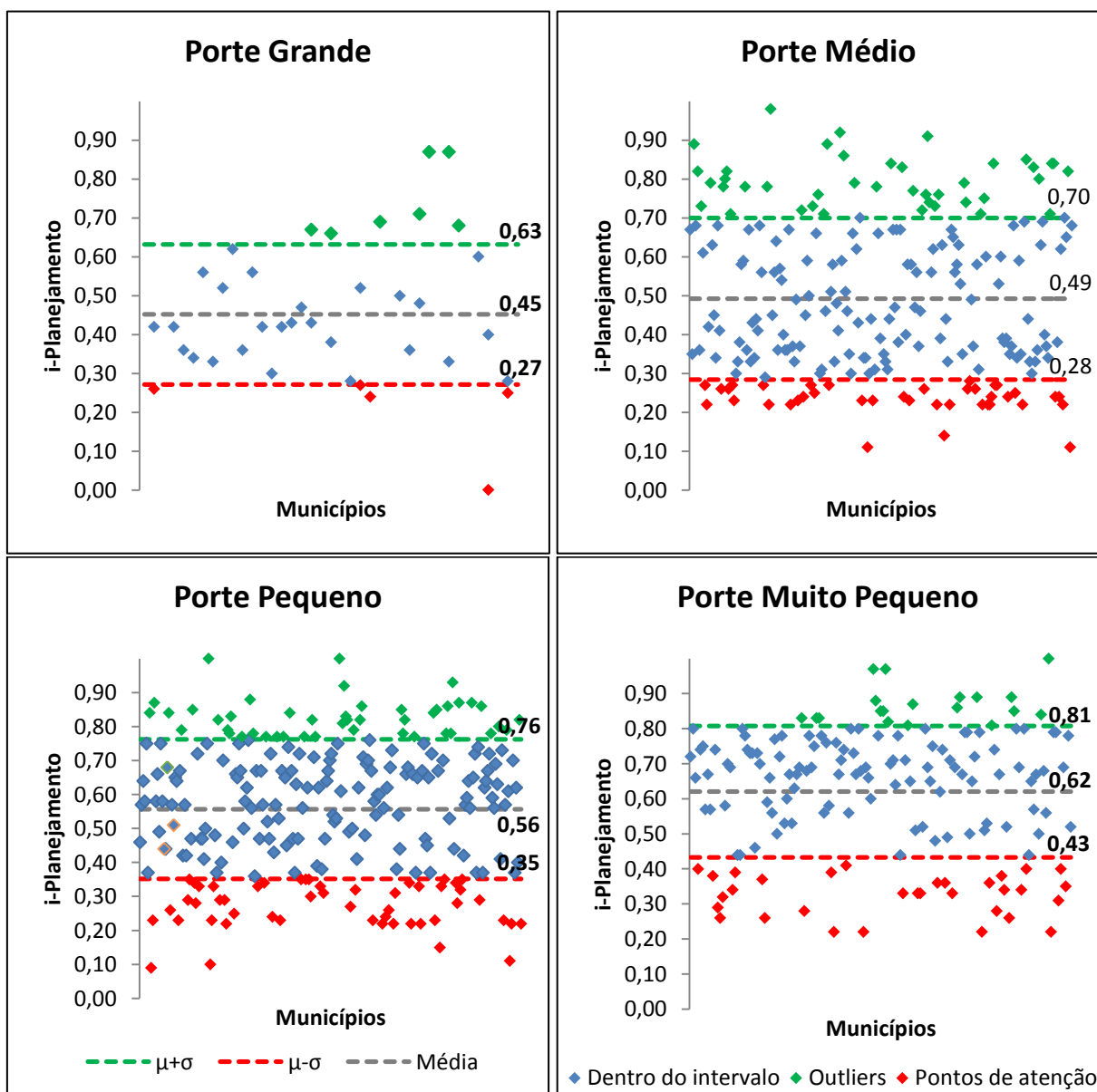
A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios na faixa C – Baixo nível de adequação aumentou 13% (de 242 para 273), apesar de ter apresentado queda, se comparado ao resultado de 2015, quando 306 municípios encontravam-se nesta faixa. E houve uma redução na faixa B+ - Muito Efetiva de 9,16% (de 131 para 119), além da redução do número de municípios na faixa A – Altamente Efetiva, que reduziu 84,38% (64 para 10), conforme representados no gráfico abaixo.

Quantidade de municípios por faixa - i-Planejamento



I-PLANEJAMENTO POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Planejamento em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que o comportamento da nota geral apresentou um melhor resultado para municípios de porte pequeno e muito pequeno. A nota média do i-Planejamento apresentou grande variação (de 0,45 a 0,62).

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

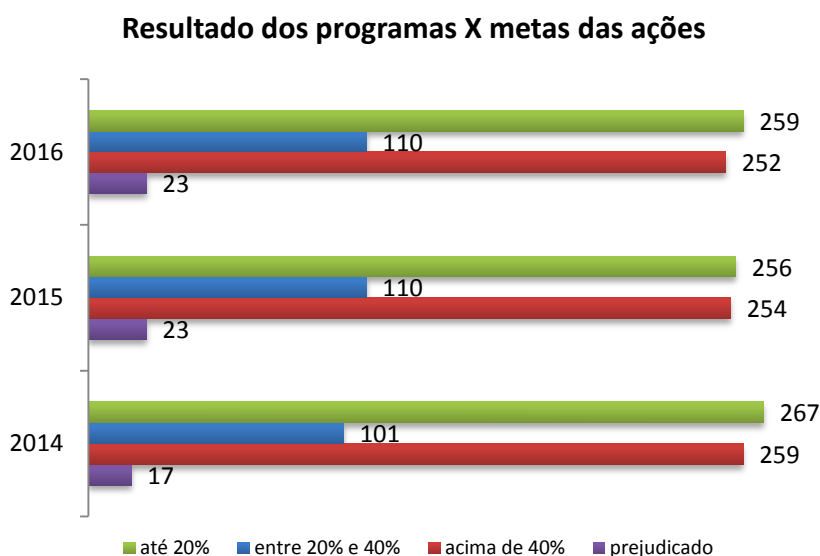
Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	17,95%	19,52%	18,75%	12,26%
Pontos de Atenção	12,82%	19,05%	21,67%	20,65%

ANÁLISES ESPECÍFICAS DO PLANEJAMENTO

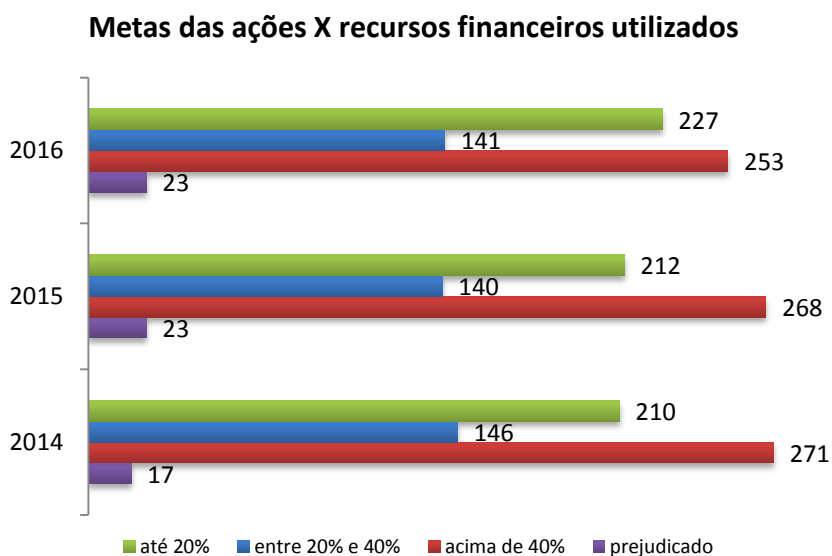
Resultado dos programas x metas das ações

Constatamos que, em 2014, 259 municípios apresentaram um desvio acima de 40% entre os resultados de um programa e os resultados das suas ações, baseados nas metas estabelecidas. Em 2015, foram 254 municípios que realizaram este desvio, e em 2016, houve uma pequena redução, para 247 municípios com desvio acima de 40%, correspondendo a 39% dos municípios.



Metas das ações x recursos financeiros utilizados

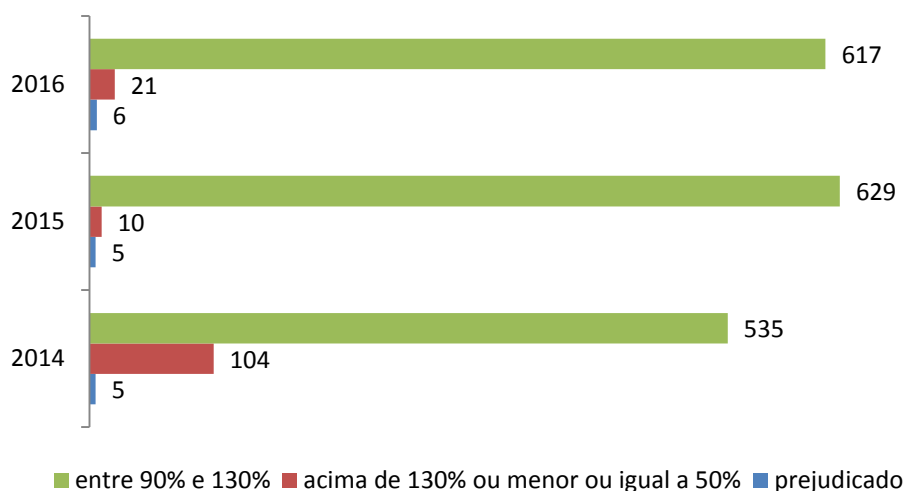
No confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados, verificamos que, em 2014, 271 municípios apresentaram um desvio acima de 40%. Em 2015, houve uma pequena redução para 268 municípios que realizaram este desvio, e em 2016, houve mais uma redução, para 248 municípios com desvio acima de 40%, correspondendo a 39% dos municípios.



Alteração do planejamento inicial

Neste quesito, comparamos o total dos valores iniciais e finais dos programas estabelecidos na Lei Orçamentária Anual. Nesta análise, constatamos que, em 2014, 104 municípios realizaram despesa nos programas estabelecidos acima de 30% do Planejamento inicial ou menor ou igual a metade do inicialmente estabelecido na LOA. Em 2015, nota-se que houve uma alta redução para 10 municípios. Já em 2016, voltou a subir, porém em menor quantidade, indo para 21 municípios que realizaram despesas acima de 30% do que foi planejado inicialmente.

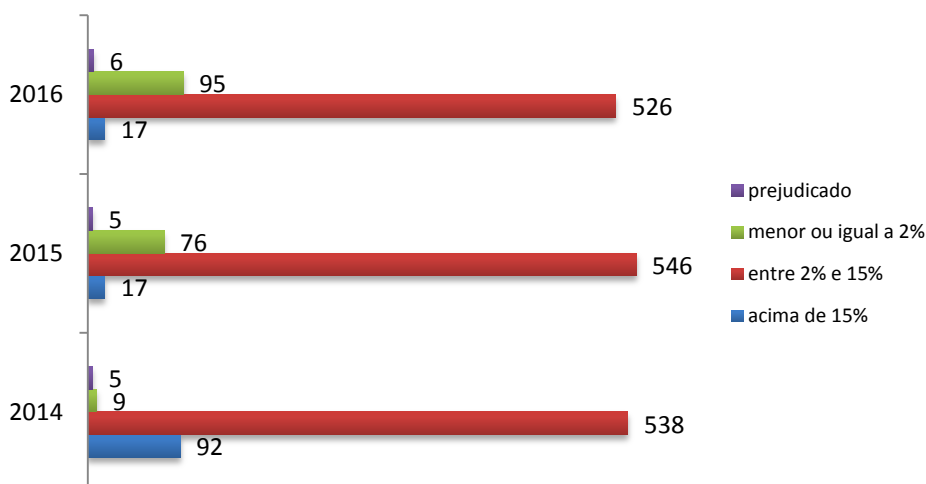
Alteração do planejamento inicial



Taxa de investimento em relação à receita arrecadada

Com base na Despesa liquidada obtida dos dados contábeis enviados mensalmente ao Sistema AUDESP, registrada no grupo de despesas "44" – Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG), constatamos que, em 2014, 92 municípios realizaram investimentos superiores a 15% da receita arrecadada. Em 2015, reduziu para apenas 17 municípios. Em 2016, nota-se que essa mesma quantidade de municípios acima de 15% se manteve em relação ao ano anterior.

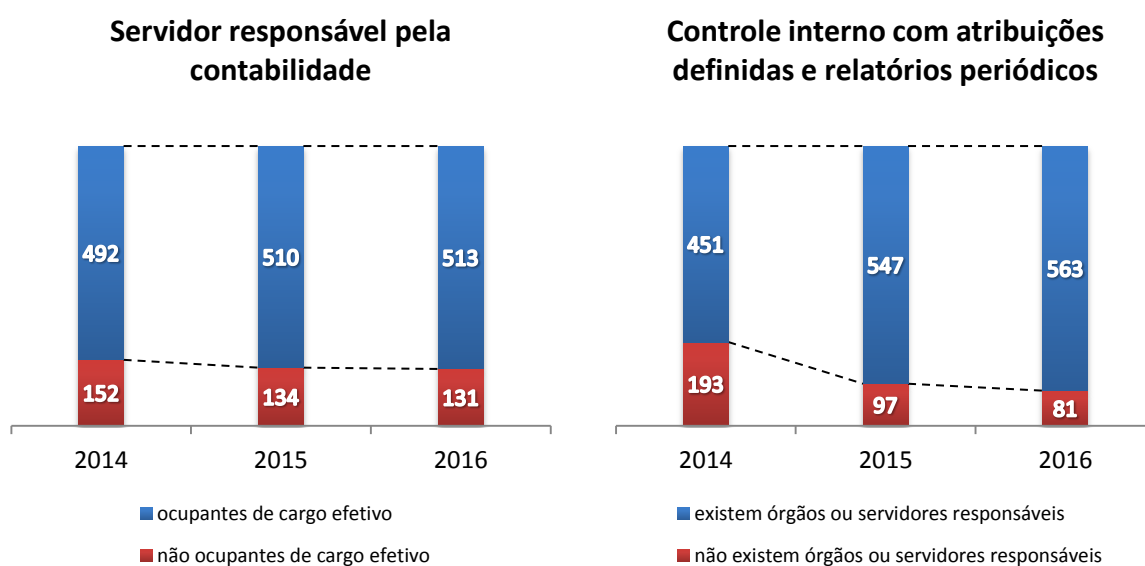
Investimento inicial X executada



Os próximos quesitos a serem apresentados são apenas informativos, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.

Servidor responsável pela Contabilidade e Controle interno

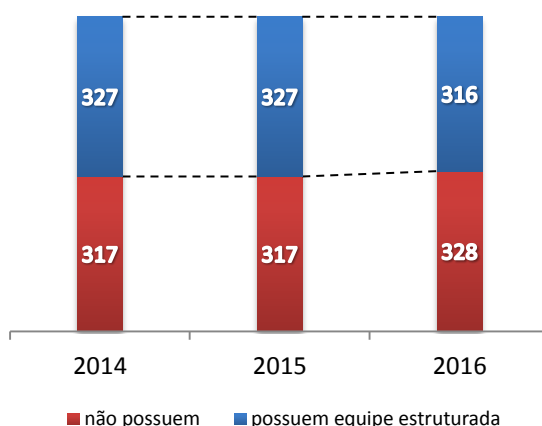
Verificamos que, em 2014, 492 municípios (76%) possuíam servidor responsável pela contabilidade ocupante de cargo de provimento efetivo. Em 2015, aumentou para 510 municípios (79%). No ano de 2016, esse aumento se manteve, indo para 513 municípios (80%). Quanto à existência de órgão ou servidor responsável pelo controle interno com atribuições definidas e relatórios periódicos, em 2014, 451 municípios (70%) possuíam, enquanto que, em 2015, houve uma elevação considerável para 547 municípios (85%) e em 2016 para 563 municípios (87%). Observa-se que, durante esse período analisado de 2014 a 2016, a quantidade de municípios que possuem servidores de cargo efetivo responsáveis pela contabilidade e também a de servidores responsáveis pelo controle interno com atribuições definidas e relatórios periódicos veio melhorando.



Estrutura de equipe de planejamento municipal

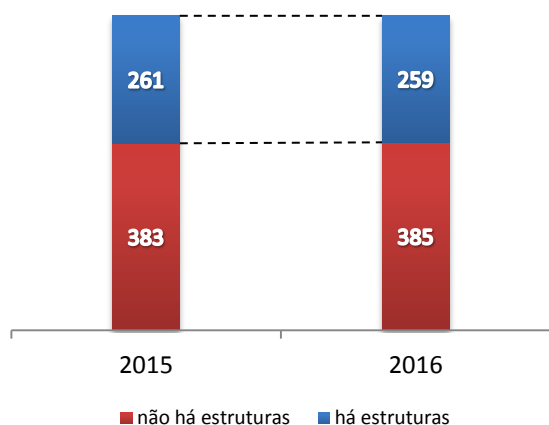
Verificamos que em 327 municípios existia equipe estruturada para realização do planejamento municipal em 2014. Em 2015, permaneceu o mesmo número de municípios, porém em 2016 caiu para 316 municípios (11 municípios a menos).

Equipe de planejamento municipal(PPA, LDO e LOA)

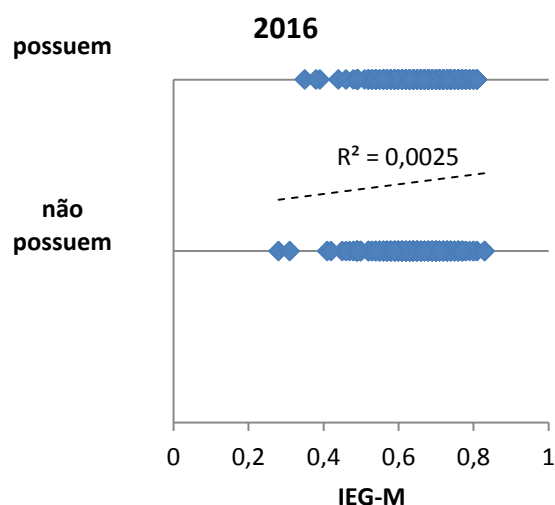


Identificamos que, em 2015, 383 municípios (59%) não possuíam estrutura administrativa voltada para o planejamento. Em 2016, não houve muita alteração, aumentando para 385 (60%) o número de municípios que não possuíam. Pelo gráfico de dispersão, os municípios que possuem estrutura administrativa voltada para o planejamento tendem a ter melhor desempenho na efetividade da gestão municipal.

Estrutura administrativa voltada para o planejamento

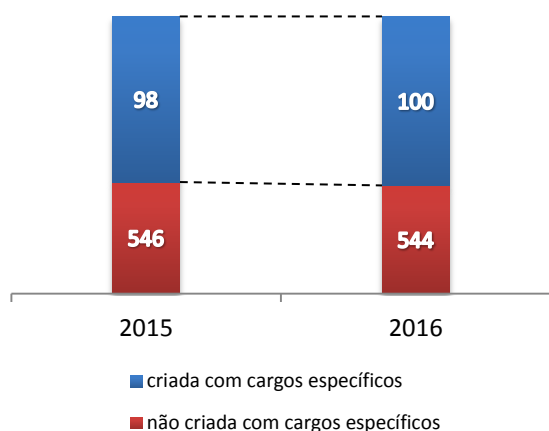


Estrutura administrativa x IEG-M

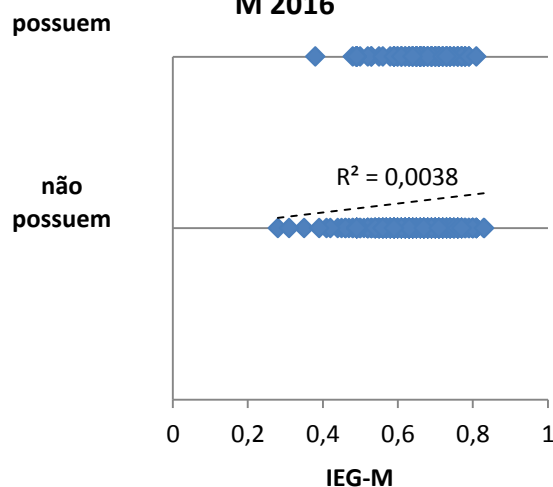


Apenas 98 municípios (15%) informaram que possuíam estrutura criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento). Em 2016, não houve muita alteração deste resultado, acrescentando apenas mais 2 municípios, indo para 100 municípios (15%). Analisando o resultado pelo gráfico de dispersão, os municípios que possuem estrutura de planejamento com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento) tendem a ter um desempenho melhor no IEG-M.

Estrutura de planejamento com cargos específicos

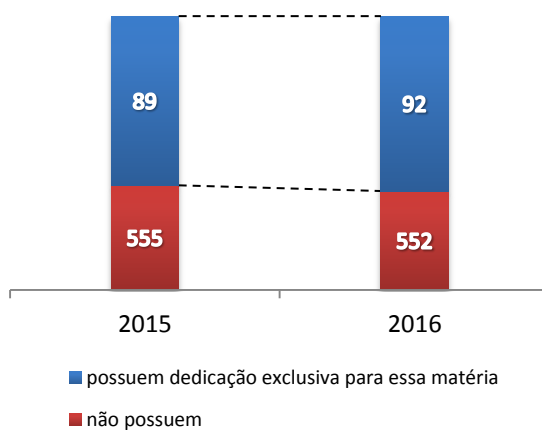


Estrutura de planejamento X IEG-M 2016



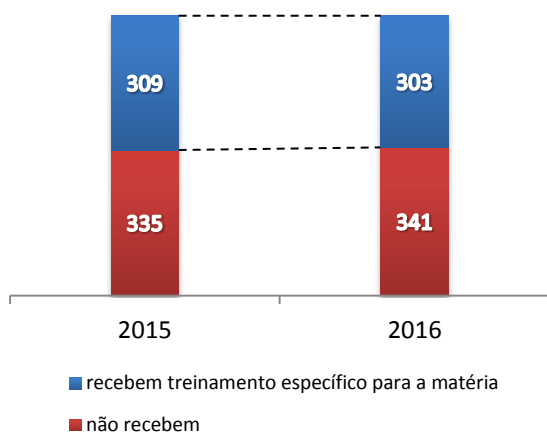
14% dos municípios (89), em 2015, possuíam servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade com dedicação exclusiva para essa matéria. Em 2016 não tivemos um aumento significativo deste número, indo apenas para 92 municípios (14%), permanecendo a maior parte dos servidores sem dedicação exclusiva à matéria de planejamento.

Servidores com dedicação exclusiva

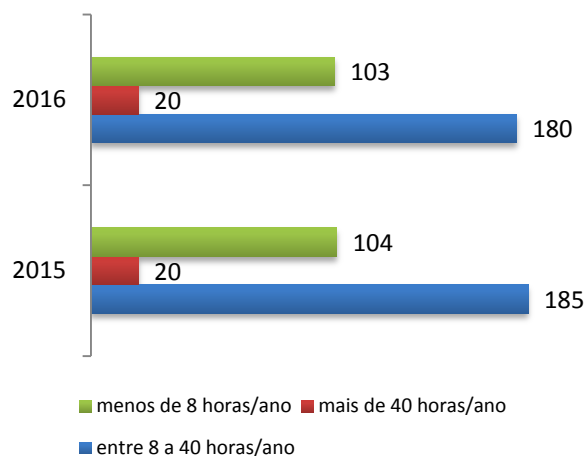


Em 2015, 48% dos municípios (309) treinaram especificamente seus servidores sobre planejamento municipal e 6% destes (20), com mais de 40 horas por ano. Já em 2016, esse número diminuiu para 47% (303 municípios) e, dentre estes, permaneceu a mesma porcentagem de 6% de municípios (20) que treinaram seus servidores.

Servidores responsáveis pelo planejamento

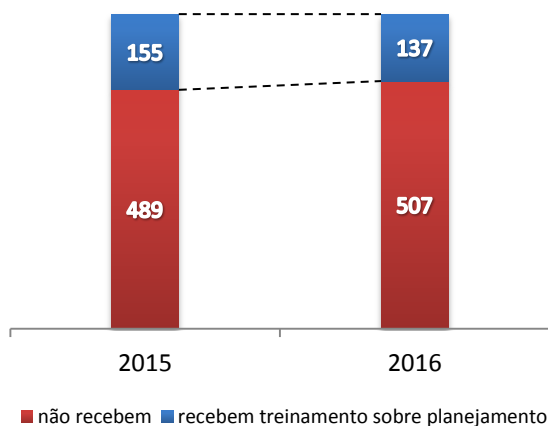


Carga horária de treinamento dos servidores de planejamento

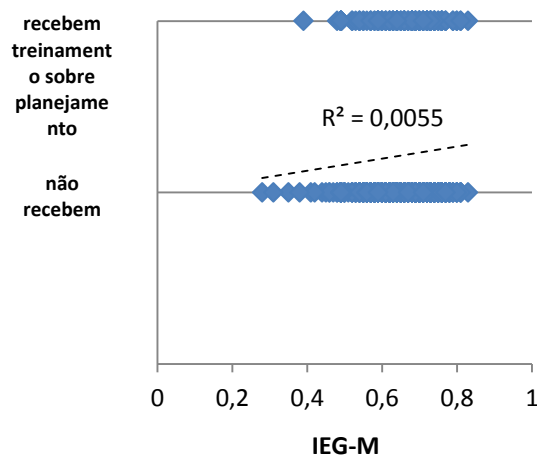


24% dos municípios (155) treinavam os servidores dos demais setores sobre planejamento no ano de 2015. Em 2016 houve uma piora, caindo para 21% dos municípios (137). Os municípios que oferecem treinamento sobre planejamento para os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, tendem a ter um melhor desempenho na efetividade da gestão municipal.

Servidores (excluindo do planejamento)



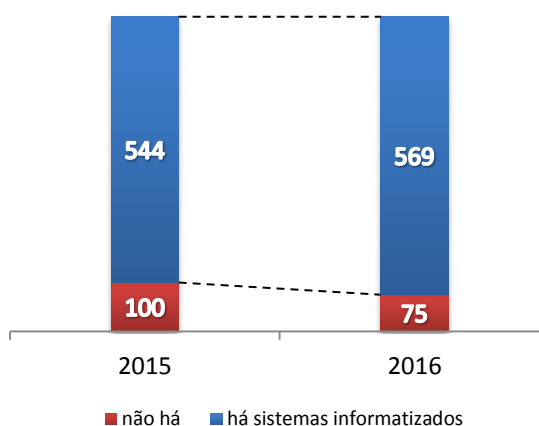
Servidores (excluindo do planejamento)



Sistema informatizado para planejamento municipal

Em 2015, 84% dos municípios (544) disseram possuir sistema informatizado de planejamento que auxiliava a elaboração do planejamento municipal. Em 2016, houve um aumento para 88% dos municípios (569), permanecendo, de modo geral, a maior parte dos municípios já usufruindo de sistemas informatizados no planejamento.

Sistema informatizado para planejamento

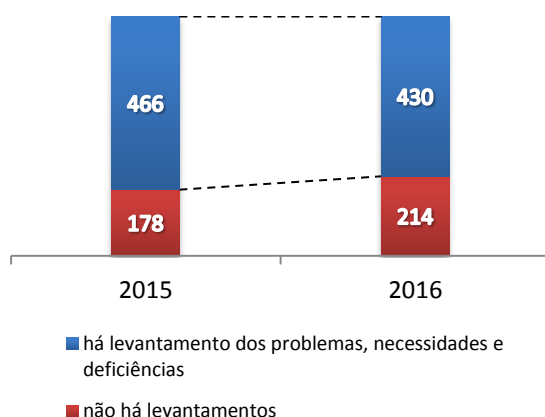


Levantamento de dados para o planejamento

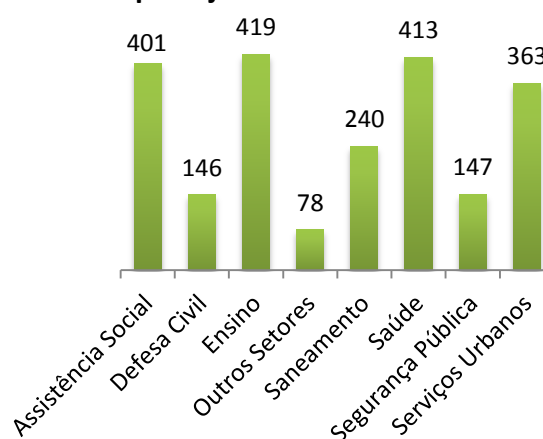
Em 2015, 72% dos municípios (466) efetuaram levantamentos dos problemas, necessidades e deficiências do Município antes de elaborar o planejamento municipal. Em 2016, houve uma piora desse resultado, caindo para 67% dos municípios (430).

Tivemos, dentre os setores que mais participaram do planejamento com levantamentos de dados em 2016, Educação e Saúde.

Levantamento de problemas, necessidades e deficiências para o planejamento

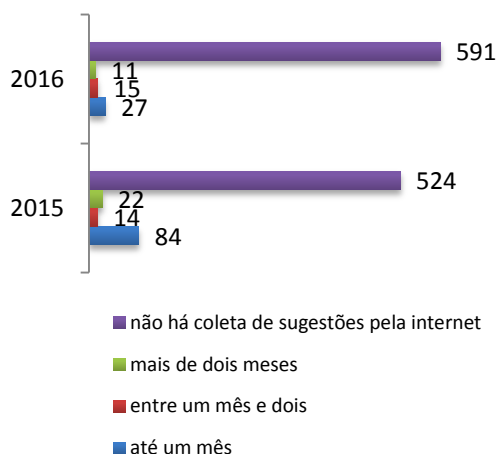


Setores que realizaram levantamentos antecedentes ao planejamento em 2016

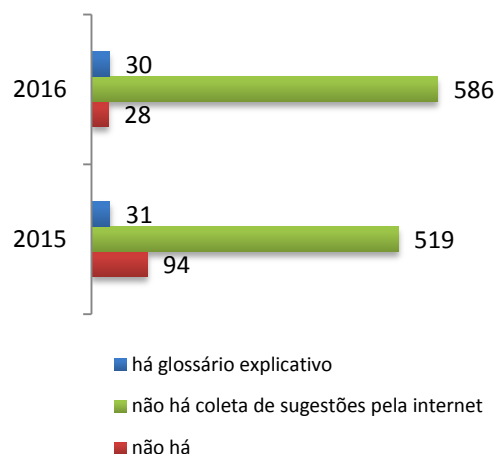


Em 2015, 4% dos municípios (22) coletavam sugestões feitas pela Internet antes da elaboração das peças orçamentárias e as disponibilizam por mais de 2 meses. Em 2016, esse número caiu para 2% (11 municípios). E 5% dos municípios (31 em 2015 e 30 em 2016) possuíam glossário explicativo contendo os objetivos em linguagem clara e simples.

Disponibilidade das coletas de sugestões pela internet



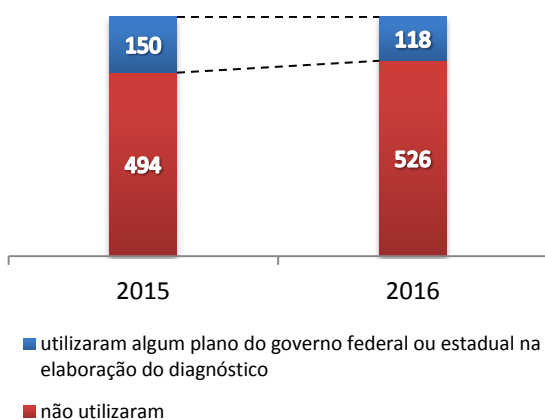
Glossário explicativo na coleta pela internet



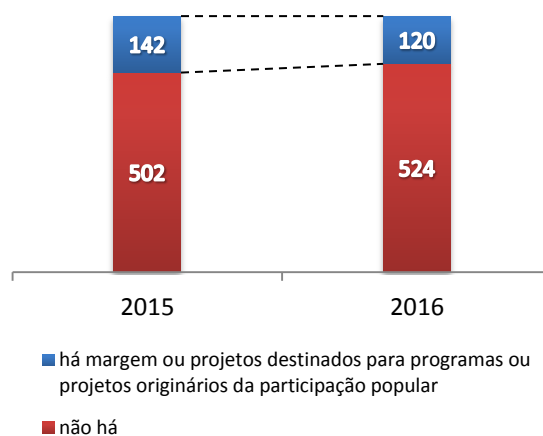
Outros componentes para as peças

Em 2015, 23% dos municípios (150) utilizaram algum plano do governo federal ou estadual na elaboração do diagnóstico municipal. Já em 2016 houve uma piora, caindo para 18% (118 municípios) este mesmo dado. 22% dos municípios (142) disseram possuir margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação população em 2015. No ano de 2016, caiu para 19% (120 municípios).

Utilização de programa federal ou estadual na elaboração de diagnóstico

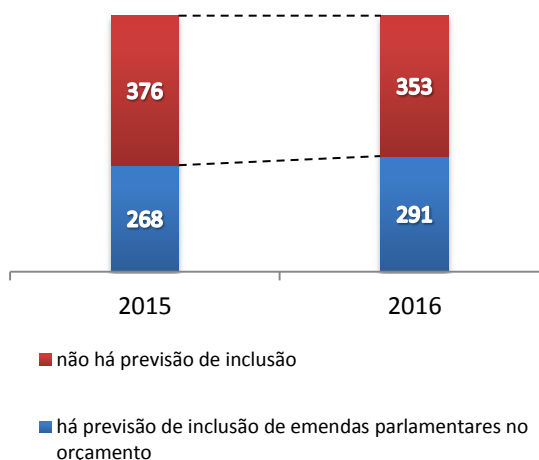


Participação popular em programas ou projetos



42% dos municípios (268) informaram não haver previsão de inclusão de emendas parlamentares no orçamento durante o ano de 2015. Já no ano de 2016, esse número subiu para 45% dos municípios (291).

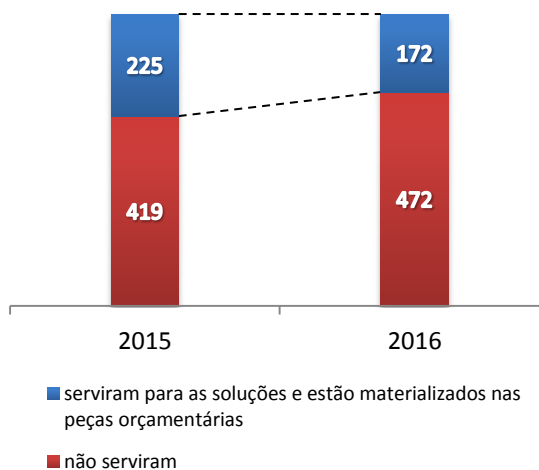
Emendas parlamentares no orçamento



Uso dos dados levantados

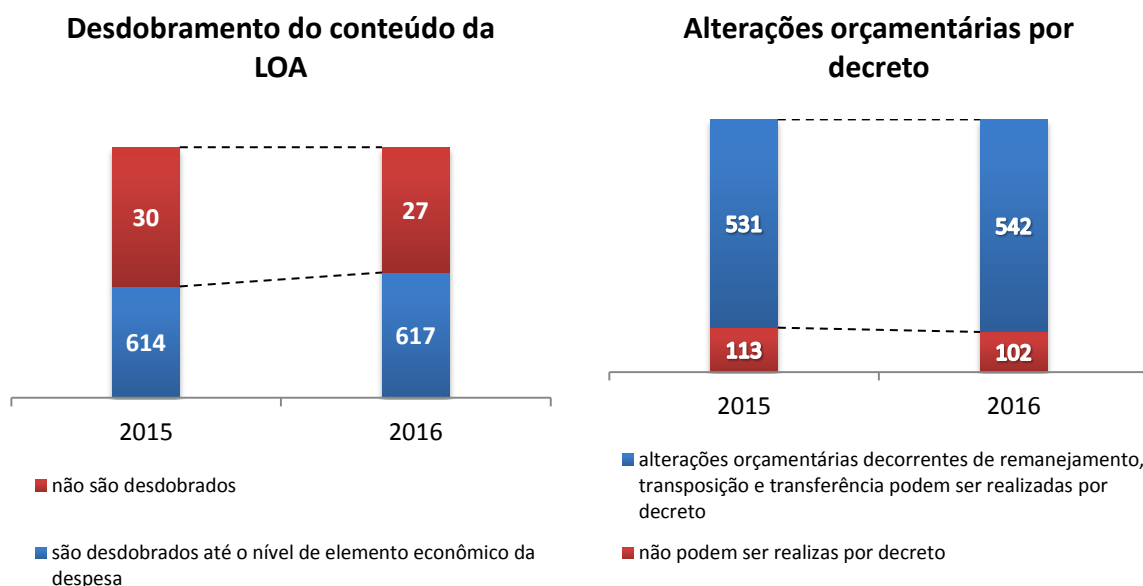
Em 2015, 225 municípios (35%) utilizaram os dados levantados pelos diagnósticos para gerar soluções ou materializá-los nas peças orçamentárias. No ano de 2016, diminuiu para 172 municípios (27%) esse mesmo dado, representando uma queda significativa de 53 municípios.

Uso dos dados levantados

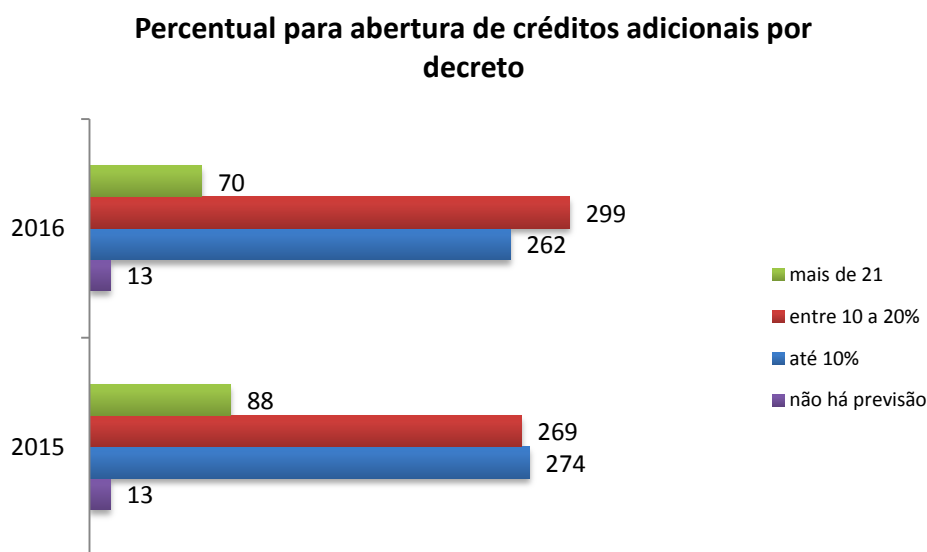


Lei Orçamentária Anual - LOA

No exercício de 2015, 95% dos municípios (614) informaram possuir o conteúdo da lei orçamentária desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa e 82% dos municípios (531) podiam realizar alterações orçamentárias por decreto. Durante o exercício de 2016, visualizamos que não houve grandes alterações deste resultado, correspondendo a 96% dos municípios (617) que informaram fazer esse desdobramento e 84% dos municípios (542) que realizavam alterações orçamentárias por meio de decreto.



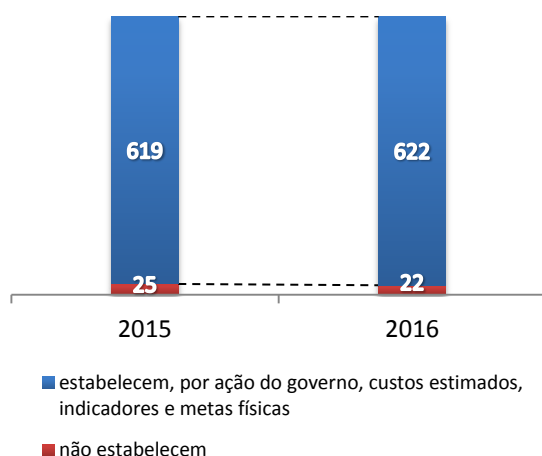
42% dos municípios (274) informaram que o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto foi de até 10%, no ano de 2015. Em 2016, diminuiu para 41% dos municípios (262) que realizaram até 10%.



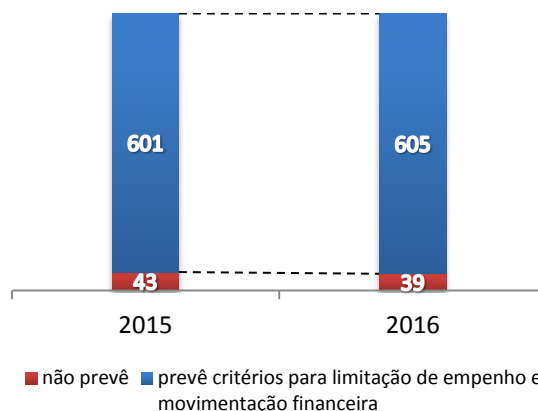
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Em 2015, 96% dos municípios (619) estabeleciam, por ação de governo, custos estimados, indicadores e metas físicas e, 93% dos municípios (601), previam critérios para limitação de empenho e movimentação financeira. Em 2016, não houve muitas alterações de resultado, subindo para 97% dos municípios (622) que estabeleciam estimativa de custos, e 94% (605 municípios) que faziam a previsão da limitação de empenho e movimentação financeira.

Estabelecimento de custos estimados

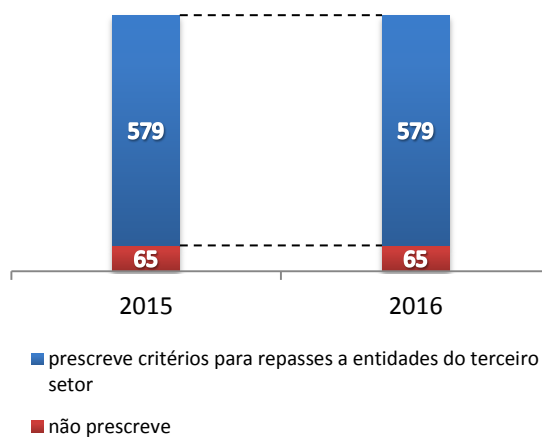


Previsão de critérios para limitação de empenho e movimentação financeira

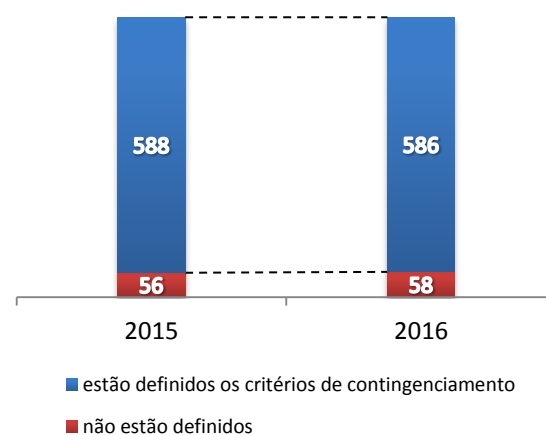


De 2015 para 2016, manteve-se o percentual de 90% dos municípios (579) que prescreviam critérios para repasse ao 3º setor. Já a quantidade de municípios que definiram critérios de contingenciamento na LDO, diminuiu de 588 para 586 municípios, não representando assim uma alteração significativa.

Prescrição de critérios para repasses ao terceiro setor



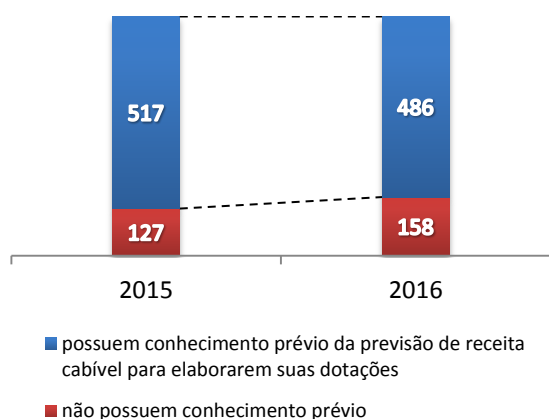
Definição dos critérios de contingenciamento



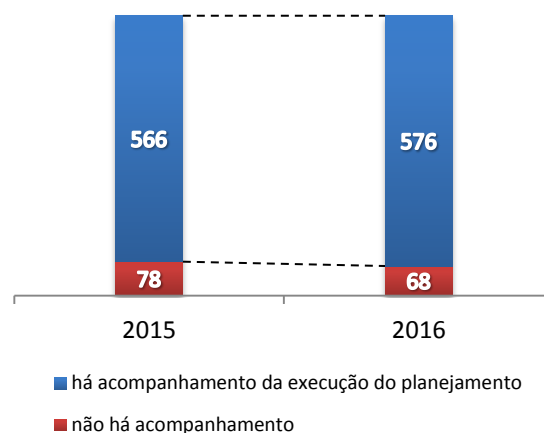
Execução orçamentária

Ao questionarmos se os setores da Prefeitura possuíam conhecimento prévio da previsão da receita, constatamos que 80% dos municípios (517) disseram possuir em 2015 e 75% (486) em 2016, havendo assim uma pequena queda nesse último ano. Em 2015, 88% dos municípios acompanhavam a execução do planejamento, enquanto que em 2016 esse número teve uma pequena variação positiva, subindo para 576 municípios (89%).

Conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações

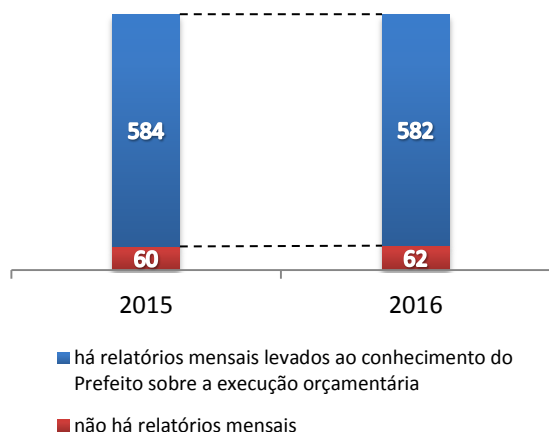


Acompanhamento da execução do planejamento



Sobre a emissão de relatórios mensais, verificamos que de 2015 para 2016, não ocorreu uma variação relevante, prevalecendo cerca de 91% dos municípios que informaram possuir relatórios que eram levado ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária. E o seu conteúdo, de modo geral, é composto pelas dotações previstas e executadas, correspondendo a 81% dos municípios em 2015 e 85% em 2016.

Relatórios mensais ao Prefeito sobre a execução orçamentária

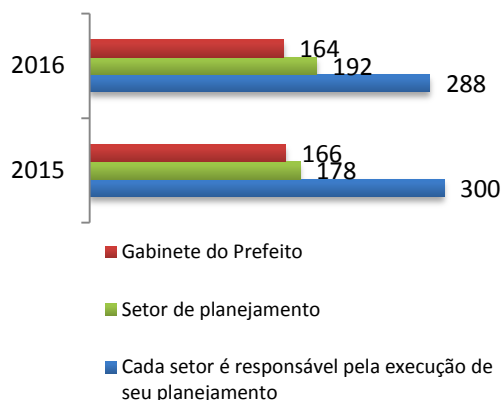


Conteúdo dos relatórios mensais



Sobre o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento, foi informado que o setor é responsável pela execução de seu planejamento em 46% dos municípios (300) em 2015 e 45% (288) no ano de 2016.

Responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento

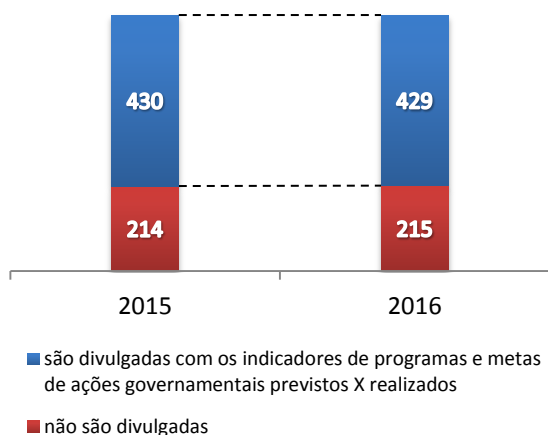


Divulgação

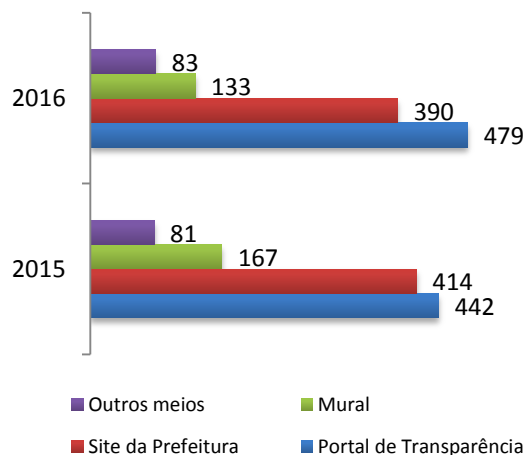
Verificamos que 67% dos municípios (430) divulgaram os indicadores de programas e metas de ações em 2015. Em 2016, não houve alteração significativa, diminuindo apenas 1 município em relação ao ano anterior.

E dentre os meios mais utilizados na divulgação das peças de planejamento, prevaleceu a utilização do Portal de Transparência durante os dois anos, havendo um aumento maior em 2016, indo de 442 (69%) para 479 municípios (74%).

Divulgação das peças de planejamento



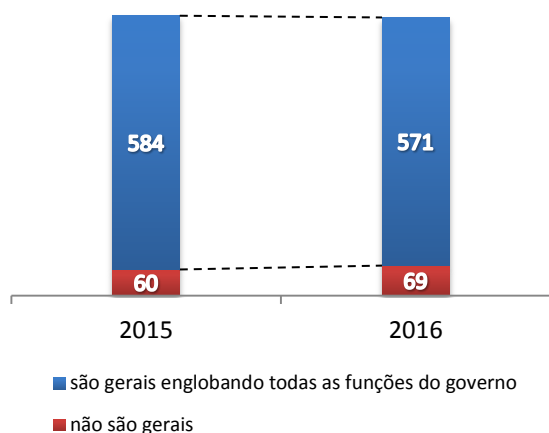
Meios de divulgação das peças de planejamento



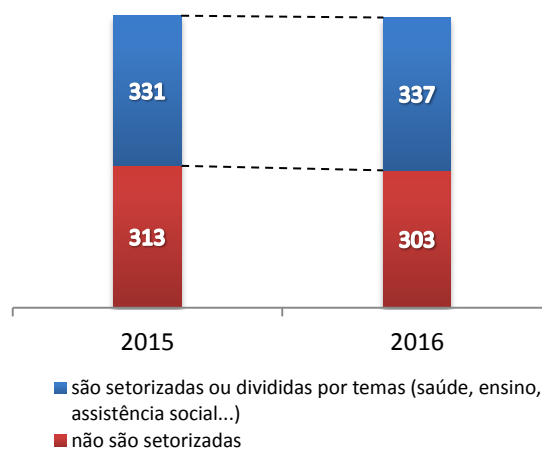
Audiências Públicas

Verificamos no ano de 2015 que 91% dos municípios (584) informaram que as audiências públicas eram gerais, e, que a divisão das audiências eram setorizadas ou divididas por temas em 51% dos municípios (331). Durante o período de 2016, caiu para 89% (571 municípios) que informaram que englobavam todas as funções do governo nas abordagens das audiências públicas, enquanto que acerca da divisão das audiências públicas, aumentou de 331 para 337 municípios (52%).

Abordagem das audiências públicas



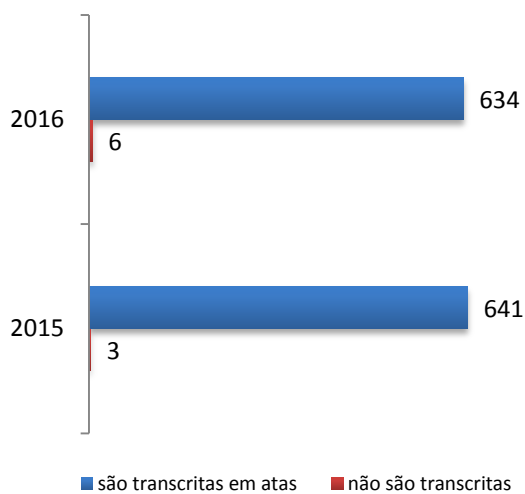
Divisão das audiências públicas



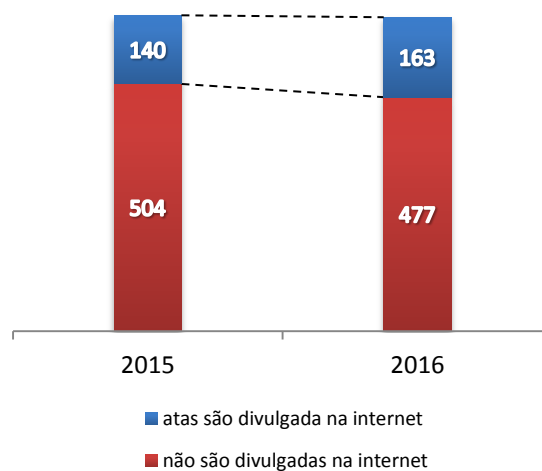
Quase a totalidade de municípios informou que as audiências públicas foram transcritas em atas durante o ano de 2015 e 2016.

Em 2015, 78% dos municípios (504) declararam que divulgavam as atas na Internet e em 2016, esta porcentagem sofreu uma pequena diminuição para 74% (477 municípios).

Transcrição em atas

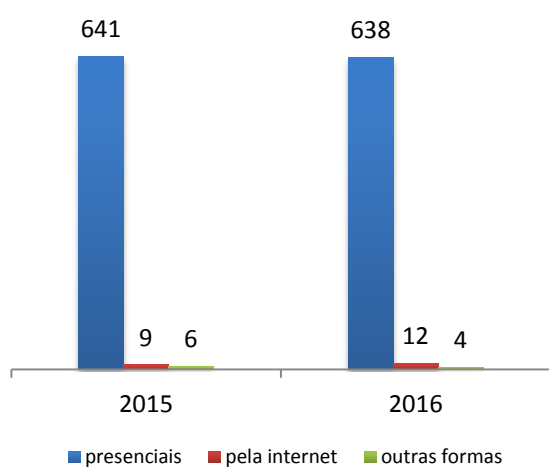


Divulgação das atas na internet

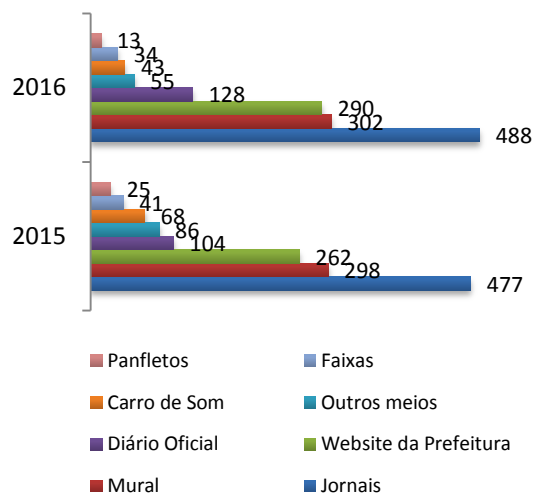


Quanto à forma de realização das audiências públicas, prevaleceu a forma presencial como a mais utilizada durante os anos de 2015 e 2016, correspondendo a 99% dos municípios nos dois períodos, enquanto que a forma de divulgação mais utilizada é através de jornais.

Forma de realização de audiência pública



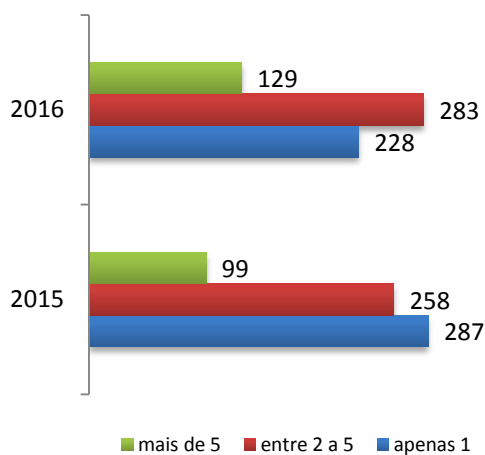
Forma de divulgação



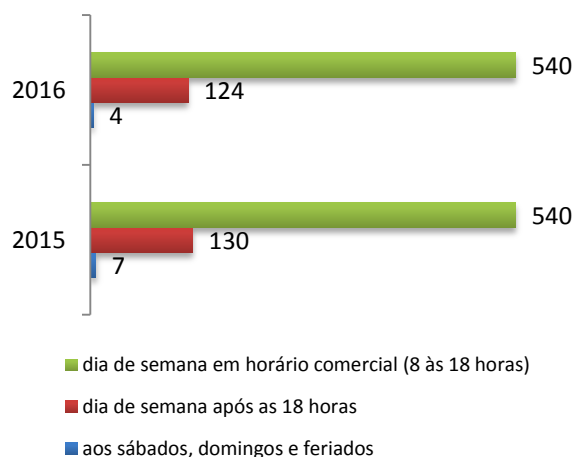
Quanto à frequência das audiências públicas realizadas ao ano, em 2015, 45% dos municípios (287) realizaram apenas 1 audiência pública. Já em 2016, esse quadro mudou, passando a maior parte dos municípios a terem realizado entre 2 a 5 audiências, correspondendo a 44% (283 municípios).

Sobre o dia e horário de realização dessas audiências, prevaleceu o horário comercial (das 8 às 18 horas) em dias da semana (de segunda a sexta feira) com 84% dos municípios (540) durante os dois anos analisados.

Audiências públicas comumente realizadas



Dia e horário de realização das audiências públicas

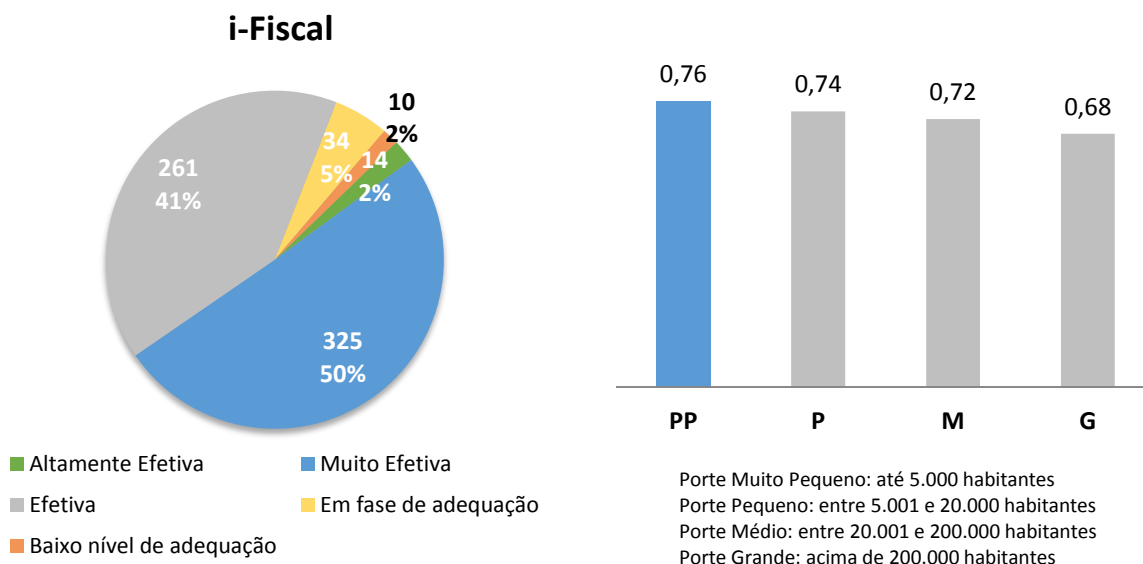


SOBRE A GESTÃO FISCAL

O resultado da Gestão Fiscal foi calculado automaticamente pelo Sistema AUDESP, com base nos dados contábeis encaminhados eletronicamente pelos órgãos municipais integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

Neste índice, os municípios alcançaram o resultado médio de 0,73 pontos (Faixa B – Efetiva), mantendo-se na mesma faixa nos três últimos anos. Dos 644 municípios paulistas fiscalizados pelo TCESP, 586 ficaram concentrados nas faixas de resultado B e B+ (Efetiva e Muito efetiva respectivamente).

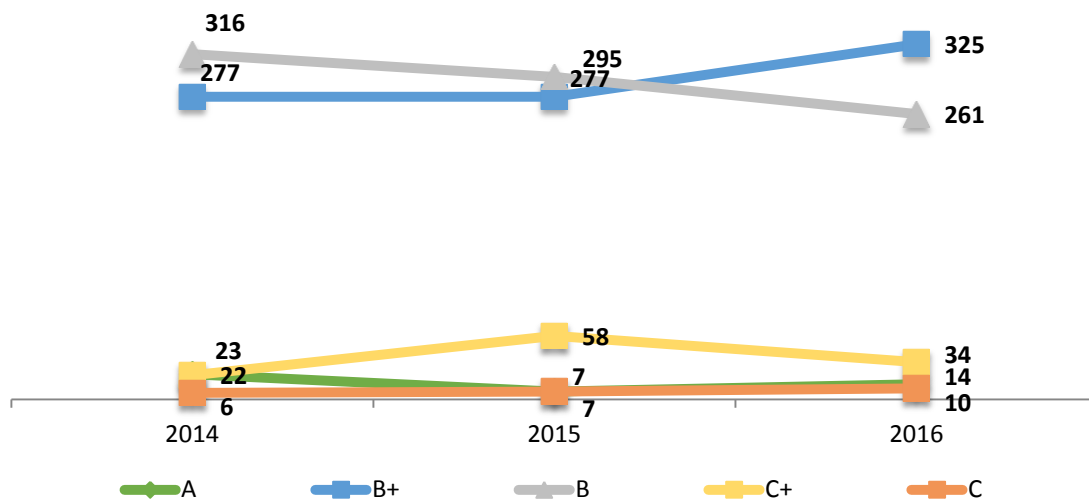
Um fato relevante é que, neste quesito, as médias das notas reduzem conforme aumento do porte dos municípios, ou seja, os municípios de Porte Grande obtiveram uma média inferior aos municípios de Porte Muito Pequeno, indicando uma tendência de melhor planejamento das políticas fiscais quanto menor o porte do município.



A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios nas faixas C – Baixo nível de adequação aumentou 67% (de 6 para 10) e C+ - Em fase de adequação (48% de 23 a 34), apesar de neste último caso ter ocorrido uma queda em relação a 2015.

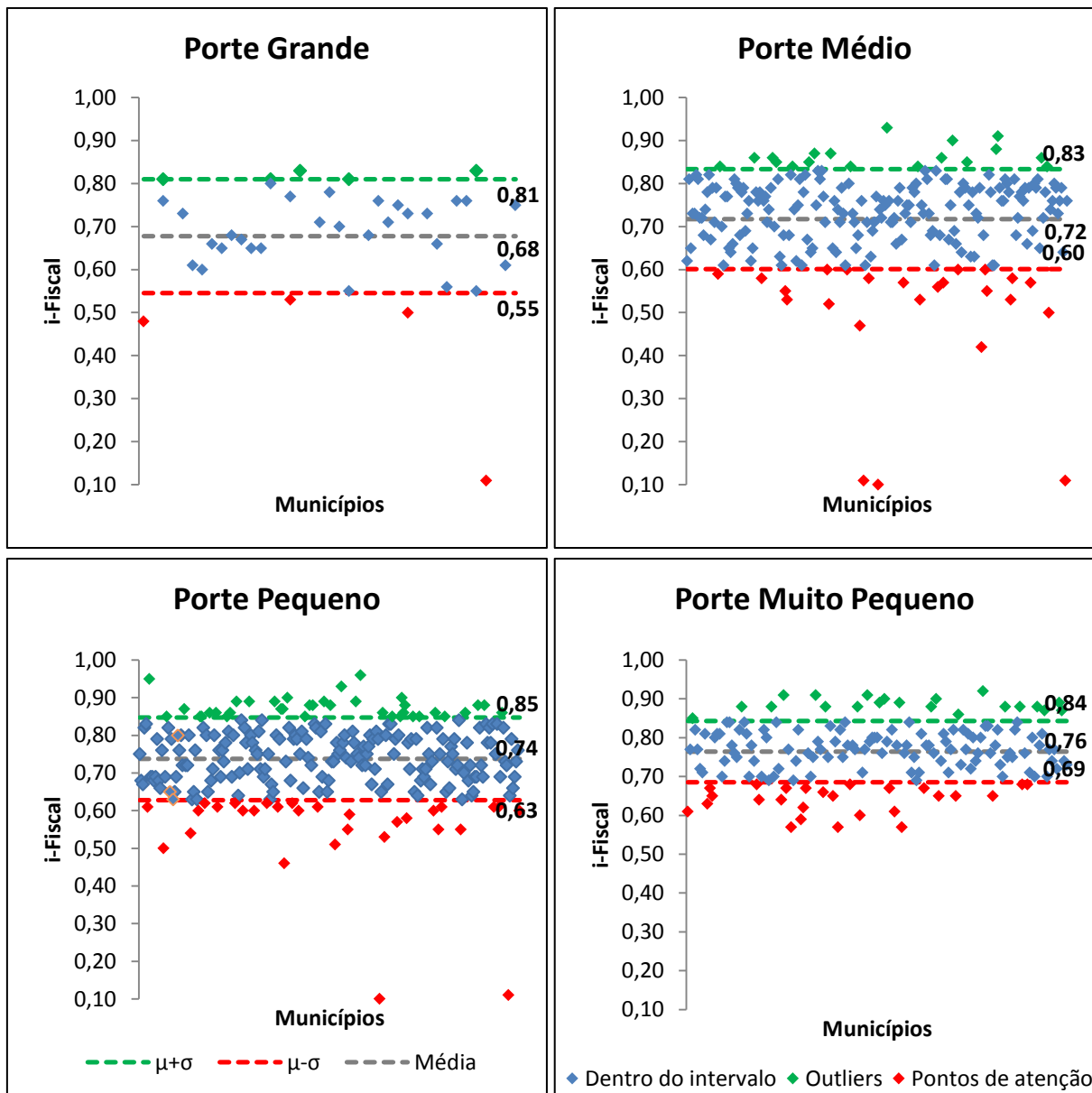
Considerando a quantidade de municípios nas faixas A, B+ e B, houve uma pequena redução de 2014 para 2016 (2,6% de 616 para 600), conforme representado no gráfico abaixo.

Quantidade de municípios por faixa - i-Fiscal



I-FISCAL POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Fiscal em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que o comportamento da nota geral apresentou um melhor resultado para municípios de porte pequeno e muito pequeno. A nota média do i-Fiscal apresentou grande variação (de 0,68 a 0,76).

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

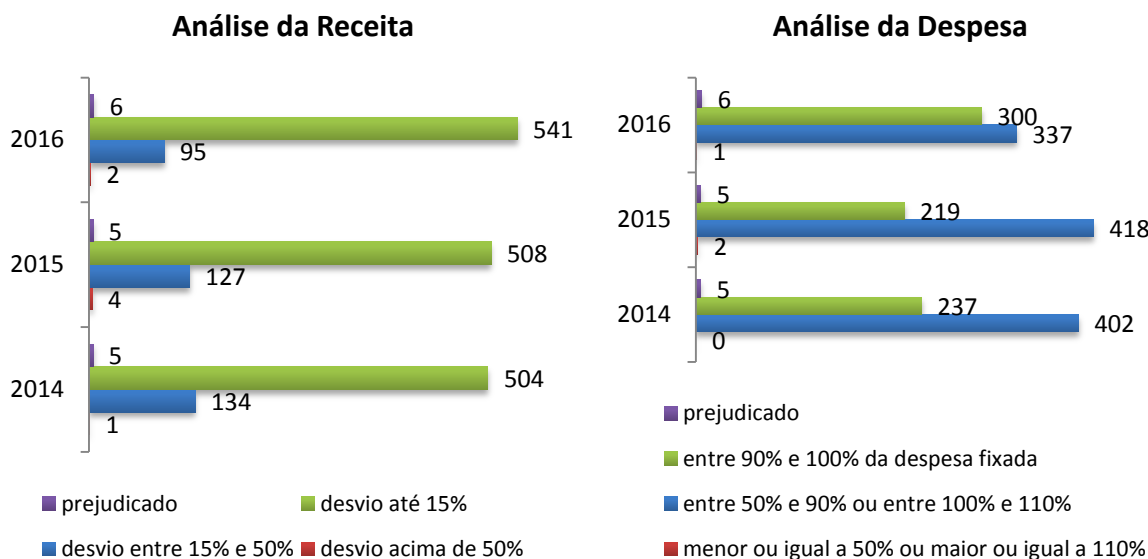
Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	12,82%	8,57%	15,42%	13,55%
Pontos de Atenção	10,26%	11,43%	12,50%	16,77%

ANÁLISES ESPECÍFICAS DA GESTÃO FISCAL

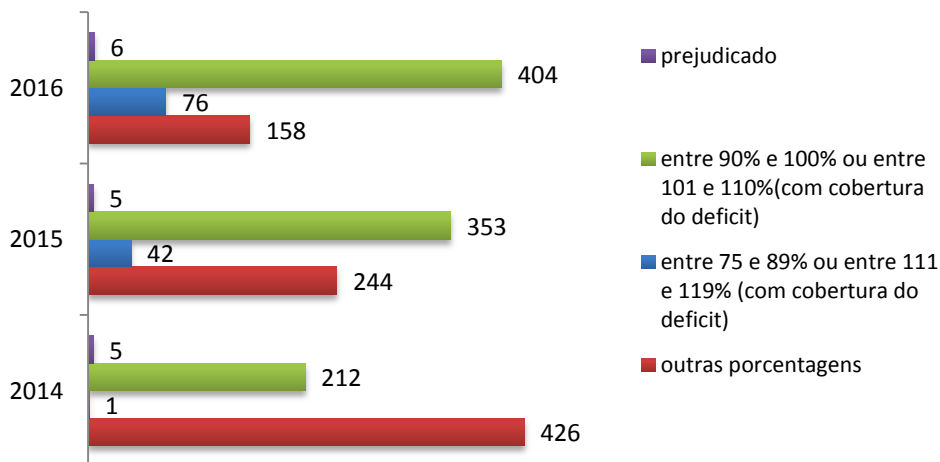
Análise da Receita, Despesa e Execução Orçamentária

No exercício de 2014, 504 municípios (78%) realizaram receita dentro de 15% de desvio do previsto. Em 2015, aumentou para 508 municípios (79%) e, em 2016, para 541 (84%). Enquanto que, na análise da despesa, 237 municípios (37%) executaram despesa entre 90% e 100% da despesa fixada em 2014, reduzindo para 219 (34%) no ano de 2015 e aumentando para 300 (47%) em 2016.



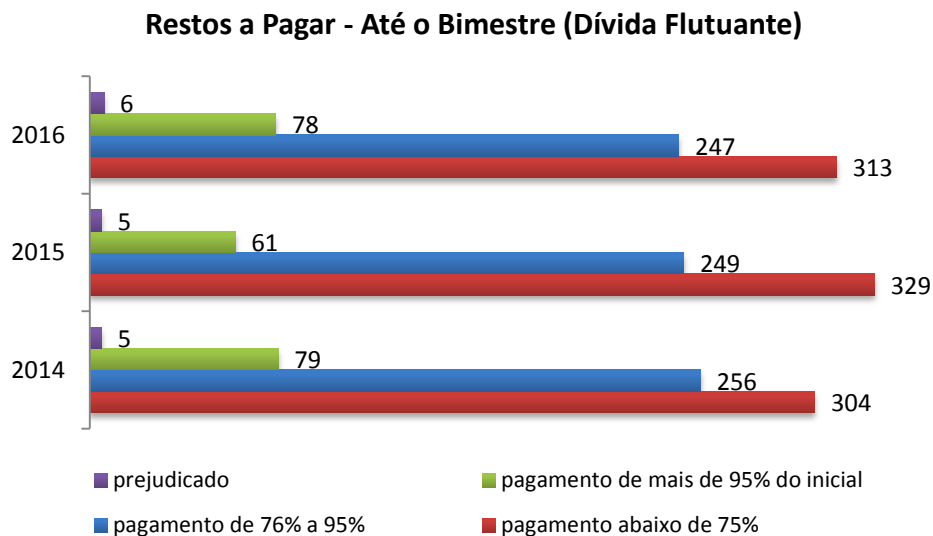
No exercício de 2014, 212 municípios (33%) executaram despesa entre 90% e 100% da receita ou entre 101% e 110% (com cobertura do déficit). Em 2015, houve um aumento para 354 municípios (55%) e, em 2016, para 404 (63%). Destaca-se o número de municípios^{xxx} que executou despesa fora dos limites razoáveis de endividamento ou com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local de 2014, 2015 e 2016, 426 (66%), 243 (38%) e 158 (25%), respectivamente.

Análise da execução orçamentária



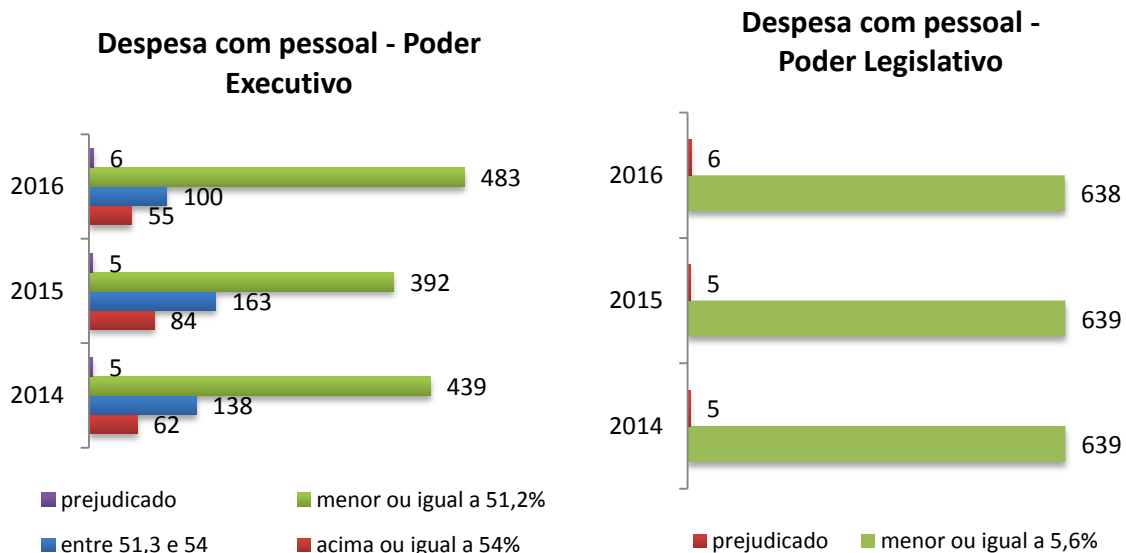
Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante)

No exercício de 2014, 79 municípios efetuaram o pagamento de mais de 95% do seu estoque inicial de restos a pagar. Em 2015, caiu para 61 municípios e, em 2016, aumentou para 78.



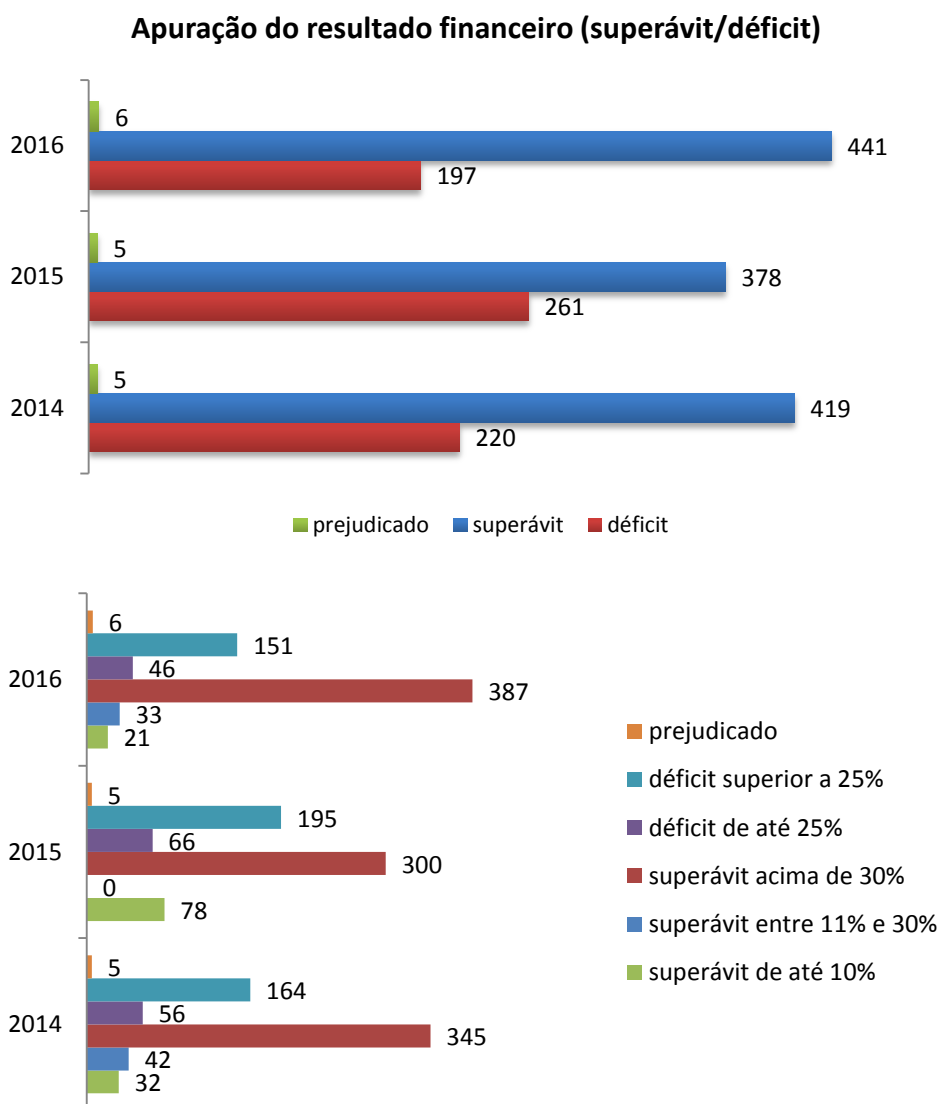
Gestão Fiscal

Em 62 municípios constatamos que a despesa com pessoal do Poder Executivo foi igual ou superior ao limite de 54% da Receita Corrente Líquida em 2014. Este número aumentou para 84 em 2015 e reduziu para 55 em 2016. Em relação ao Poder Legislativo, constatamos que, em 2014 e em 2015, 639 municípios realizaram despesa com pessoal igual ou inferior ao limite de 5,6%, enquanto que, em 2016, foram 638 municípios.



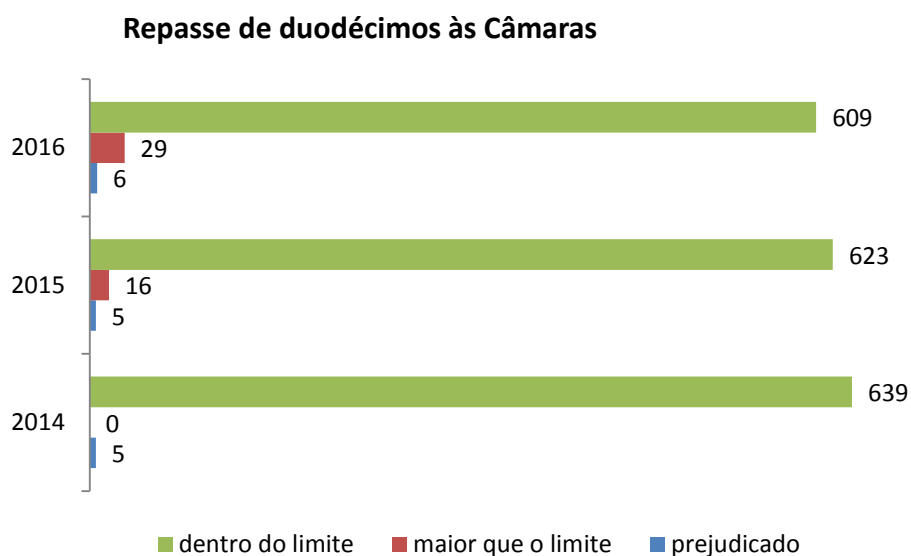
Resultado Financeiro

De acordo com o Balanço Patrimonial consolidado gerado pelo Sistema Audesp, em 2014, 220 municípios (35%) tiveram déficit financeiro^{xxi}. Destes, 164 tiveram déficit superior a 25%. Em 2015, 261 municípios (41%) fecharam o ano deficitários, sendo que 195 deles com mais de 25% descoberto. Já, em 2016, caiu para 197 municípios deficitários, sendo que 151 deles com mais de 25% com déficit superior a 25%.



Repasse de duodécimos às Câmaras

Verificamos, em 2014, 639 municípios realizaram os repasses de duodécimos às Câmaras municipais dentro do limite. Em 2015, identificamos 16 municípios que repassaram valor acima do limite estabelecido, sendo que, em 2016, 29 municípios tiveram repasse de duodécimos acima do limite.

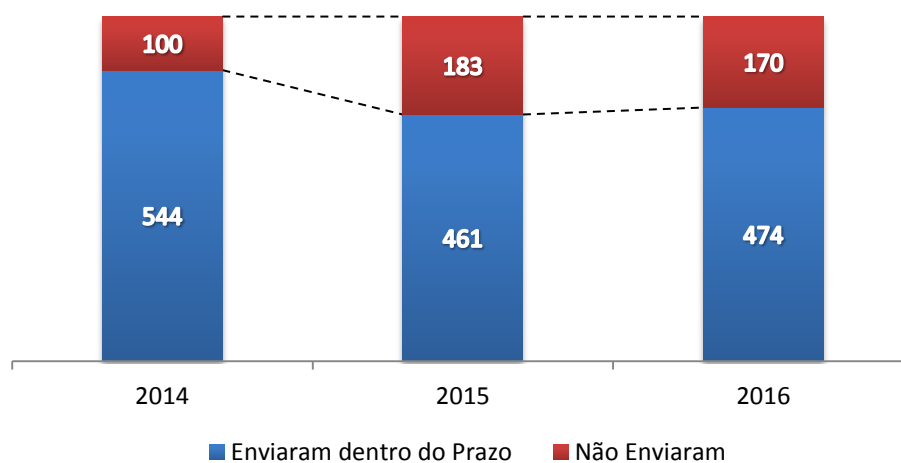


Repasse para o regime geral ou RPPS

Verificamos que, em 2014, 100 municípios não realizaram os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social dentro do prazo legal. Em 2015, o número de municípios aumentou para 183 e, em 2016, reduziu para 170 municípios.

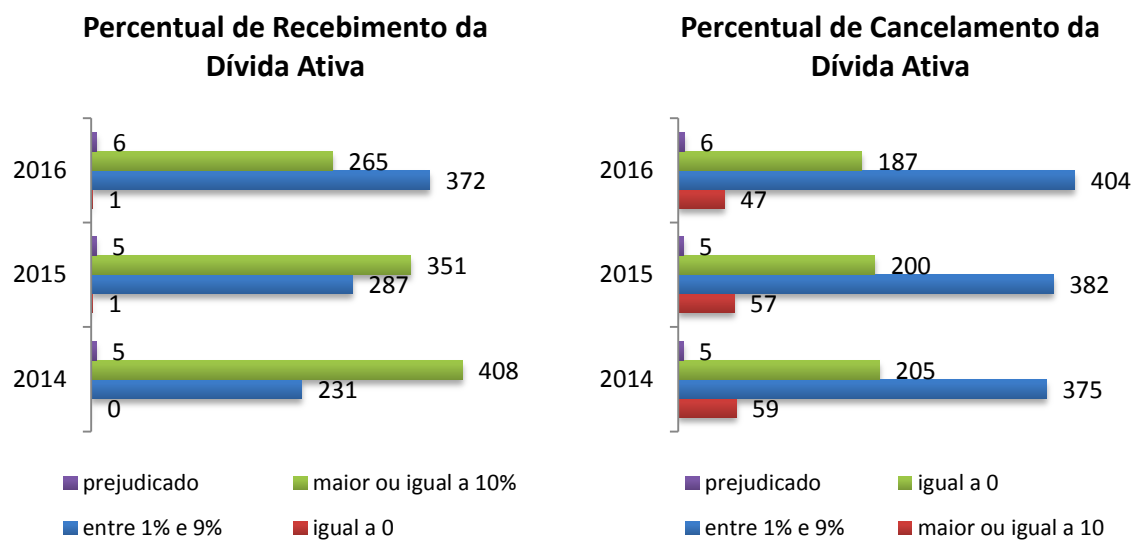
Este item era apenas informativo, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.

Repasses para Regimes Previdenciários



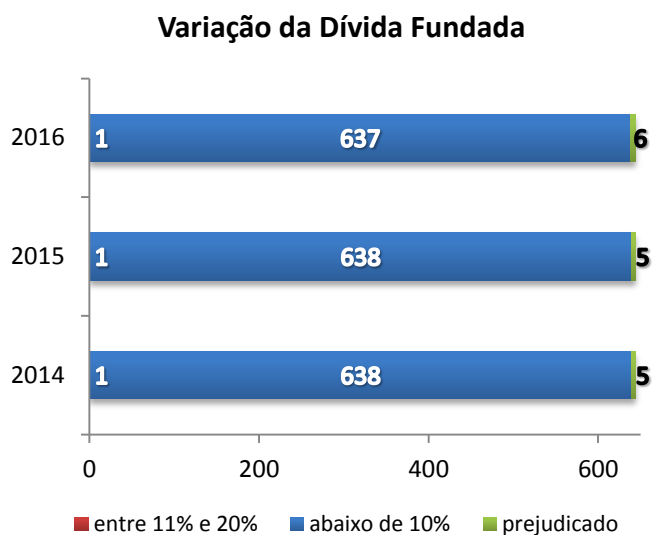
Dívida Ativa

Em 2014, os percentuais de recebimento e cancelamento relativos à Dívida Ativa alcançaram patamares iguais ou superiores a 10% do estoque inicial deste ativo em 408 e 59 municípios, respectivamente. Em 2015, estes quantitativos diminuíram para 351 e 57. Contudo, em 2016, verificamos que o número de municípios que efetuou recebimento da Dívida Ativa maior ou igual a 10% caiu para 265 (41,1%).



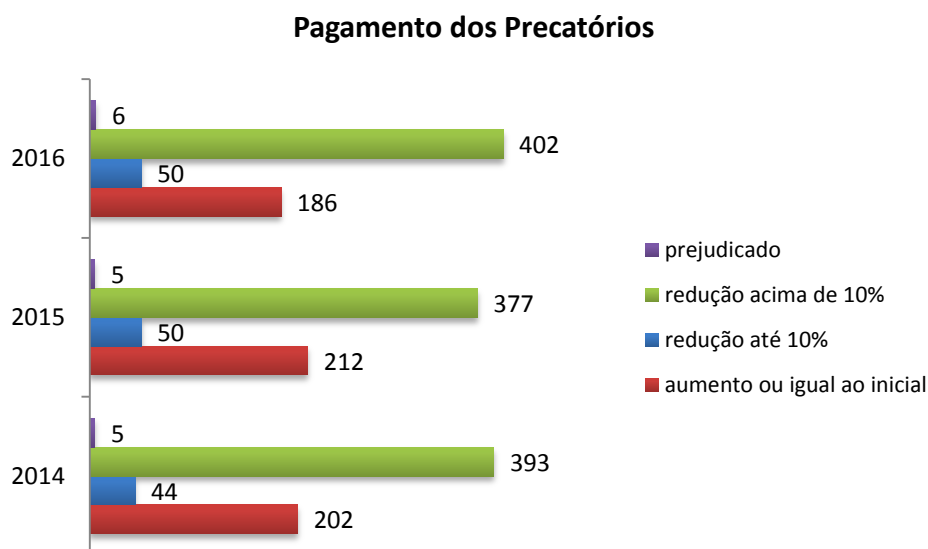
Dívida Fundada

No exercício de 2014 e 2016, apenas 1 município teve um aumento da dívida acima de 11%.



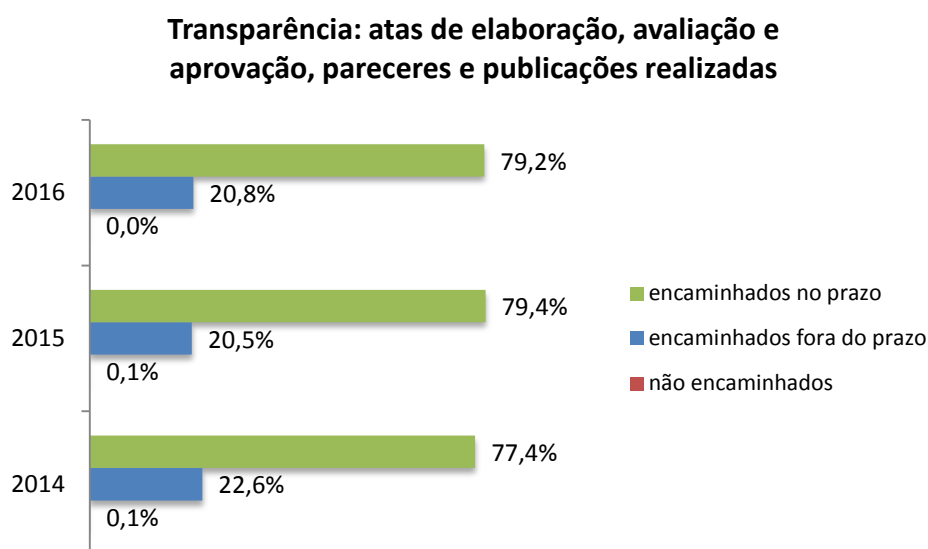
Pagamento dos precatórios

No exercício de 2014 em 393 municípios houve uma redução igual ou superior a 10% do estoque inicial de precatórios. Entretanto, em 202 municípios o estoque final apurado foi igual ou maior que o estoque inicial deste passivo. Em 2015, 377 municípios tiveram a redução de mais de 10% do estoque inicial. E, em 2016, este número aumentou para 402 (62,4%).



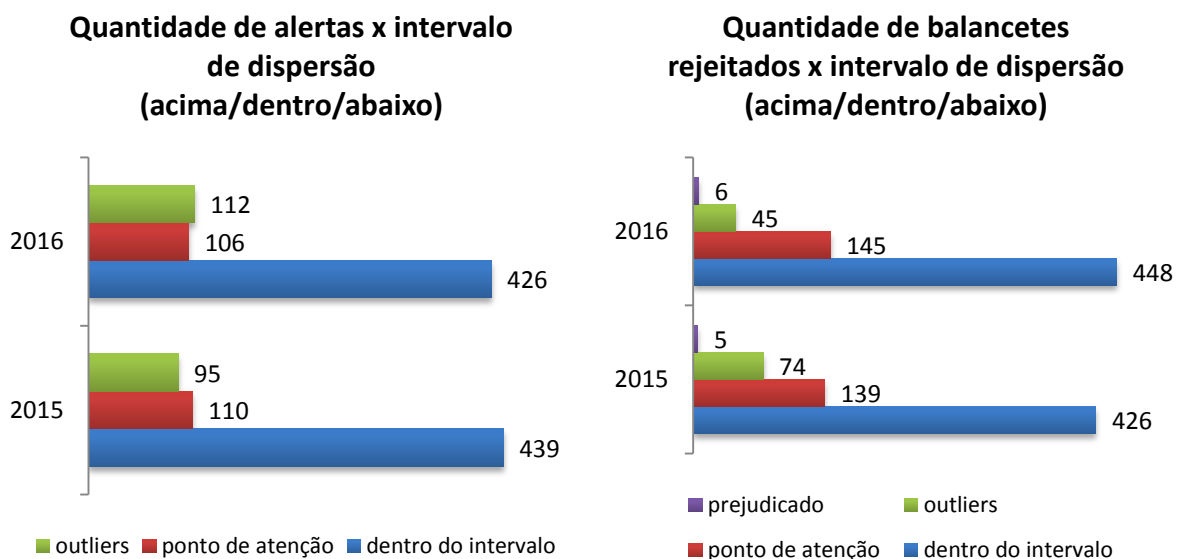
Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas – relatório de situação de entrega

Em 77,4% dos municípios o encaminhamento da documentação relacionada à transparência foi efetuado dentro do prazo no exercício de 2014. Este percentual aumentou para 79,4% em 2015 e 79,2%, em 2016.



Sistema AUDESP

Em 2015, foram inseridos 2 quesitos novos e os municípios foram distribuídos no intervalo de dispersão de acordo com sua performance. Por este método, identificamos que 95 municípios (15%) foram considerados *Outliers* (executaram as melhores práticas) com base na quantidade de alertas gerados pelo Sistema AUDESP e que 74 municípios (12%) foram *Outliers* com base na quantidade de balancetes rejeitados. No exercício de 2016, 112 municípios ficaram abaixo do intervalo de dispersão na quantidade de alertas e apenas 45 foram considerados *outliers* em balancetes rejeitados.

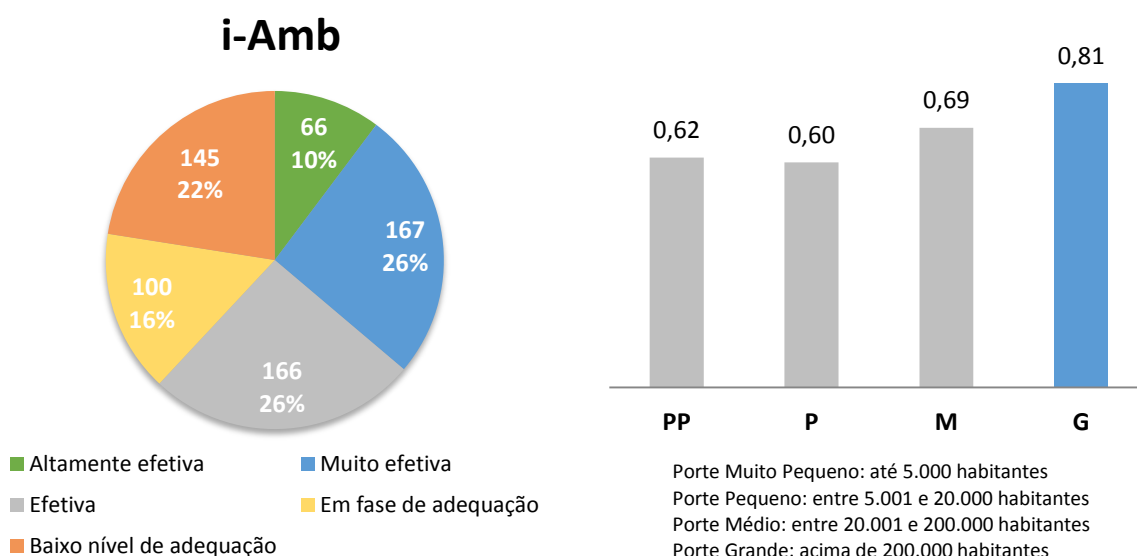


SOBRE O MEIO AMBIENTE

A nota média obtida no i-Amb foi de 0,65 pontos (Faixa B – efetiva), apresentando uma redução da nota média em relação a 2014 e 2015, quando obtiveram 0,67 e 0,66 respectivamente.

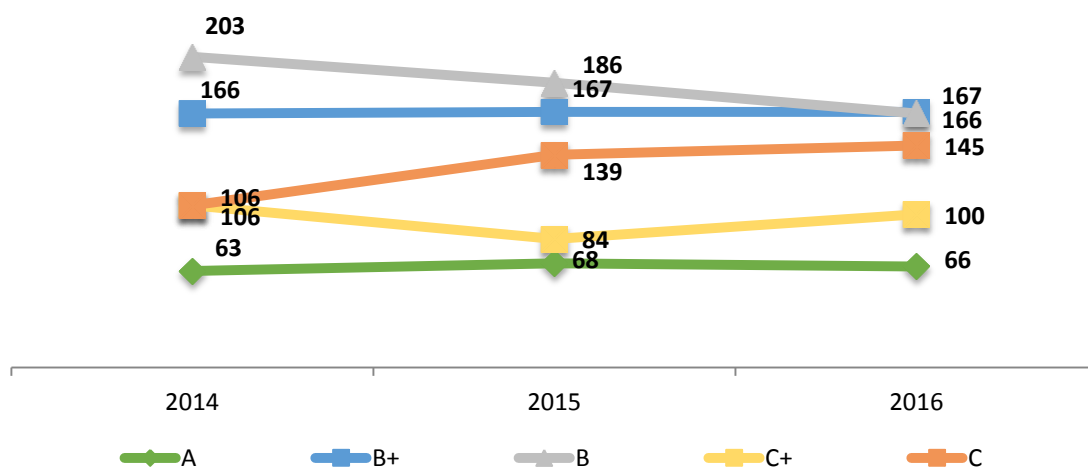
Neste índice observamos uma distribuição mais proporcional dos municípios entre as faixas de resultado, indicando que a Política de Meio Ambiente é bem diversificada entre as comunas do Estado de São Paulo. No entanto, a concentração de municípios nas faixas de resultados A, B+ e B foi de 62% (399 municípios), quando no ano anterior foi de 65% (421 municípios).

Neste tema constatamos que os municípios de Porte Grande obtiveram uma média superior aos municípios de porte menores, indicando uma tendência de melhores políticas e/ou estrutura de meio ambiente que impactam na vida das pessoas, quanto maior for o porte do município.



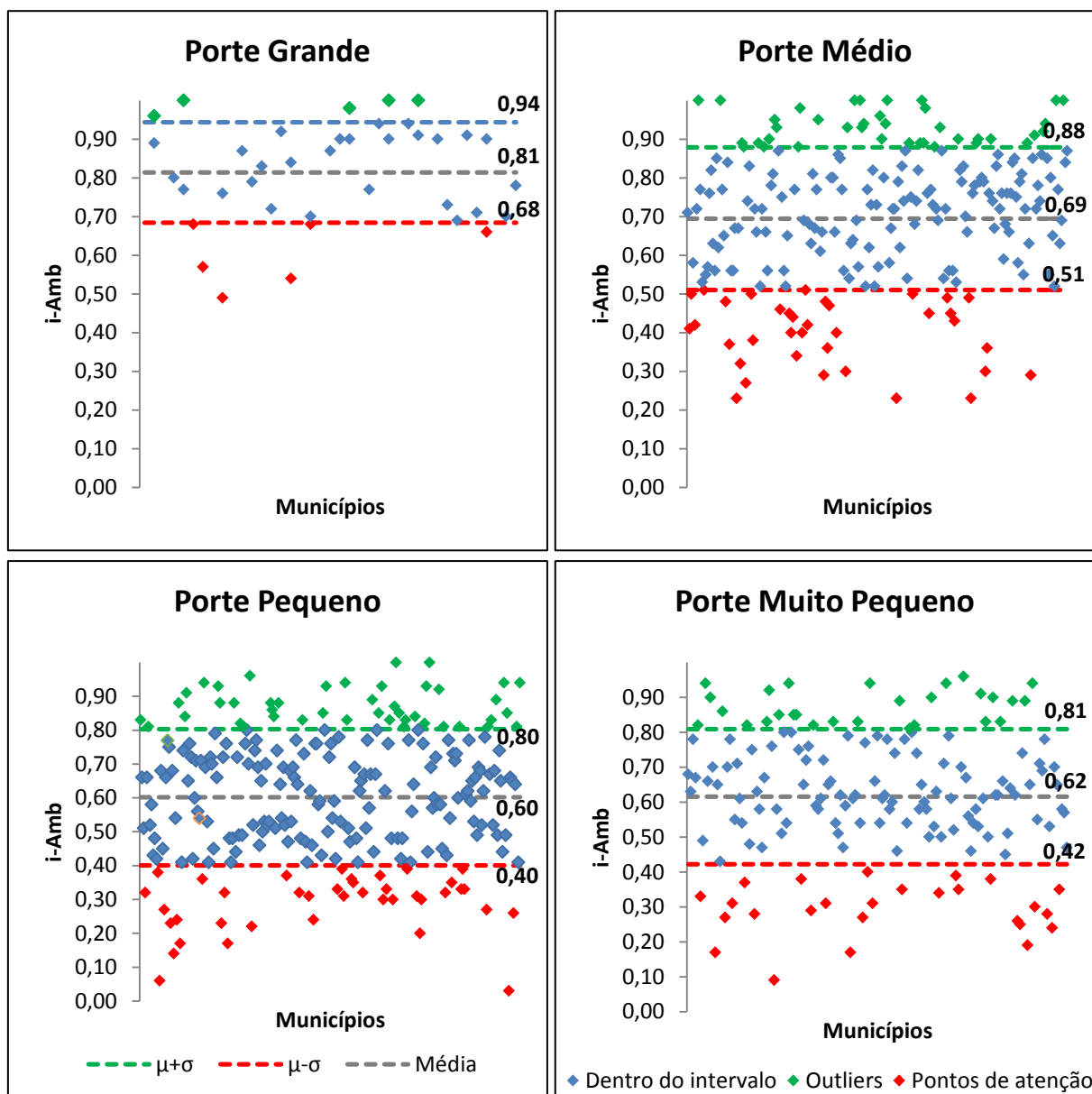
A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios na faixa C – Baixo nível de adequação aumentou 37% (de 106 para 145) e houve uma redução na faixa B - Efetiva de 18,23% (de 203 para 166). As demais faixas não tiveram grandes variações, conforme representadas no gráfico abaixo.

Quantidade de municípios por faixa - i-Amb



I-AMB POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Amb em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que o comportamento da nota geral apresentou relação com o porte do município, tendo em vista que a nota média do i-Amb oscilou no intervalo que vai de 0,60 a 0,81.

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

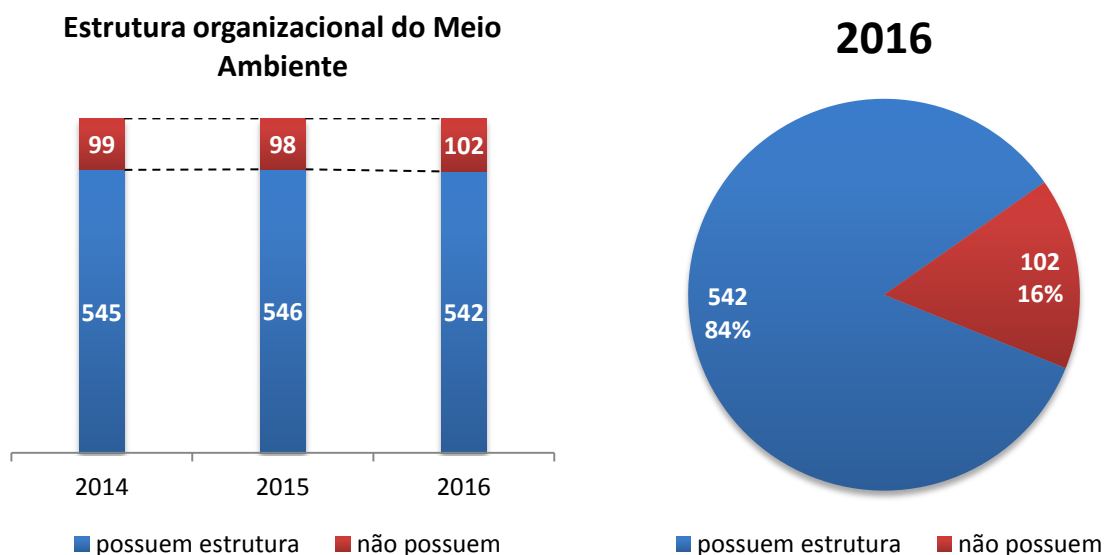
Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	12,82%	18,10%	18,33%	18,06%
Pontos de Atenção	15,38%	17,14%	16,25%	16,77%

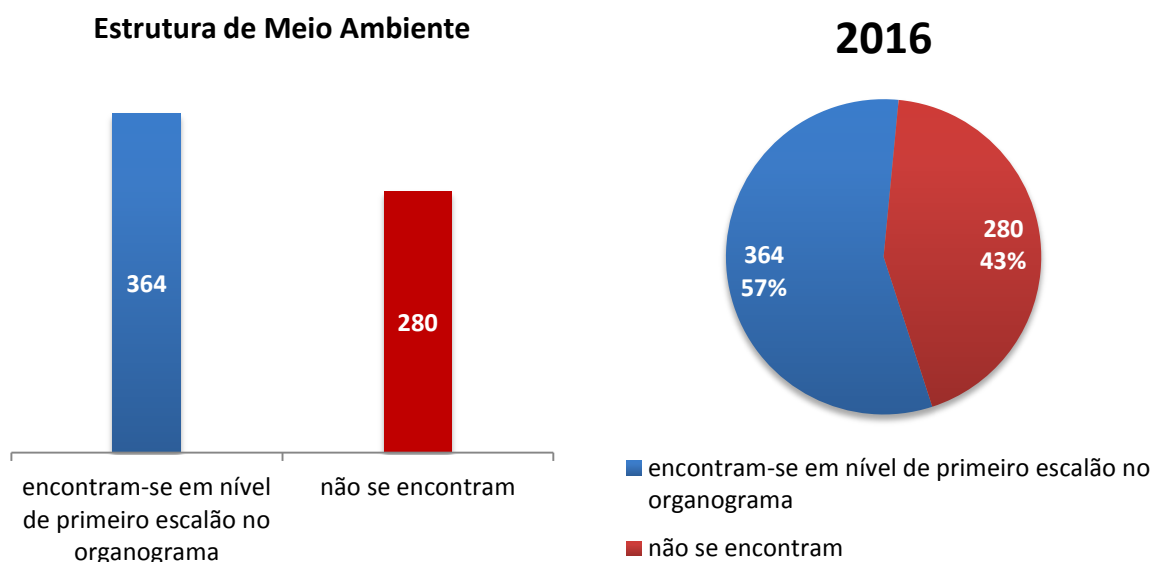
ANÁLISES ESPECÍFICAS DO MEIO AMBIENTE

Estrutura organizacional do Meio Ambiente

A maior parte dos municípios (85%) possuía alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente em 2014. Em 2015, aumentou 1 município, porém em 2016, esse número reduziu em 4 municípios com estrutura, variando 0,6% de 2015 para 2016.



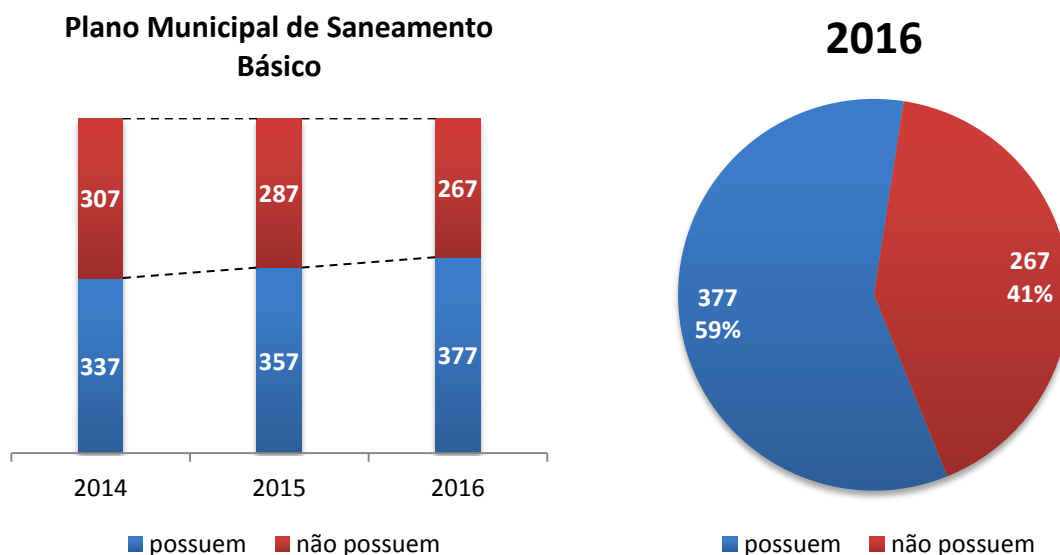
Em 2016, a estrutura de Meio Ambiente encontrava-se em nível de primeiro escalão no organograma da prefeitura em 57% dos municípios, conforme gráfico abaixo.



Plano Municipal de Saneamento Básico

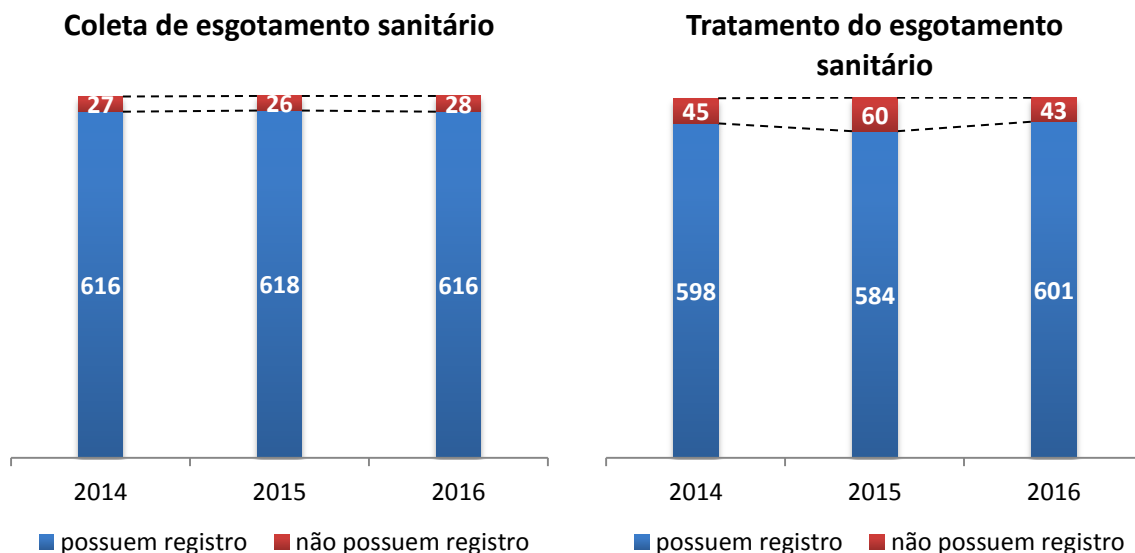
Em 52% dos municípios (337), o Plano Municipal de Saneamento Básico estava regulamentado no ano de 2014. Em 2015, aumentou o número de municípios para 357 (55%) e em 2016 houve mais um aumento, alcançando 377 dos municípios, porém 41% dos municípios ainda não possuem o plano municipal.

Segundo Decreto Federal nº 8629/15, a partir de 31/12/2017, o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, ocorrerá mediante a existência do mencionado plano.



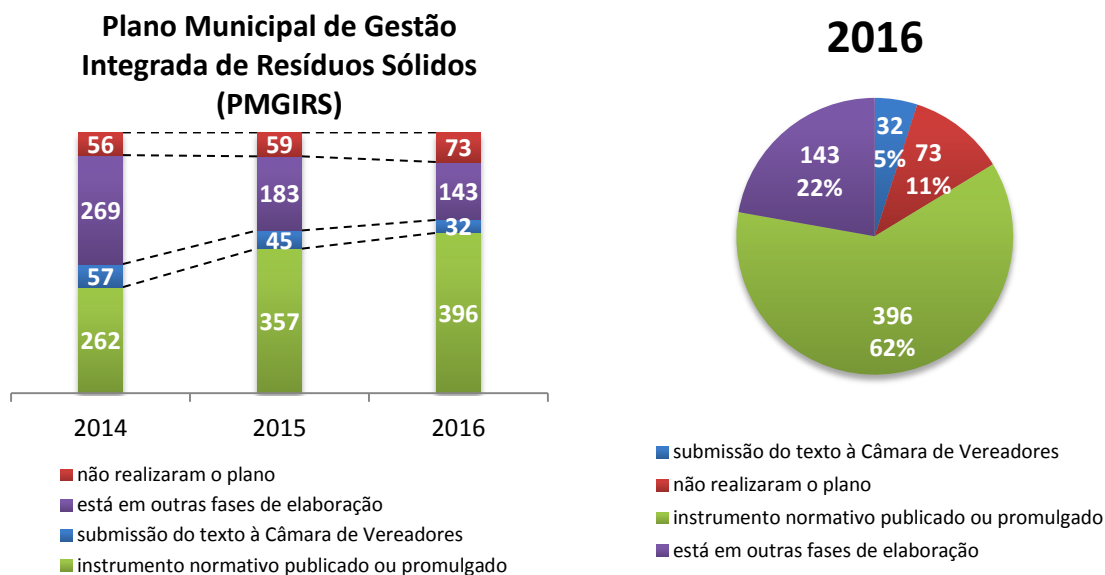
Esgotamento Sanitário

Em 2014, a maior parte dos municípios (96%) possuía registro de coleta de esgotamento sanitário e 93% registro de tratamento do esgoto sanitário. Em 2015, aumentaram 2 municípios que possuem registro de coleta e reduziram 14 municípios que possuem registro de tratamento do esgotamento sanitário. Já em 2016, houve novamente uma redução na quantidade de municípios com registro de coleta de esgotamento sanitário (616 municípios), porém um aumento na quantidade de municípios que possuem registro de tratamento do esgotamento sanitário (601 municípios) em relação ao ano anterior.



Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)

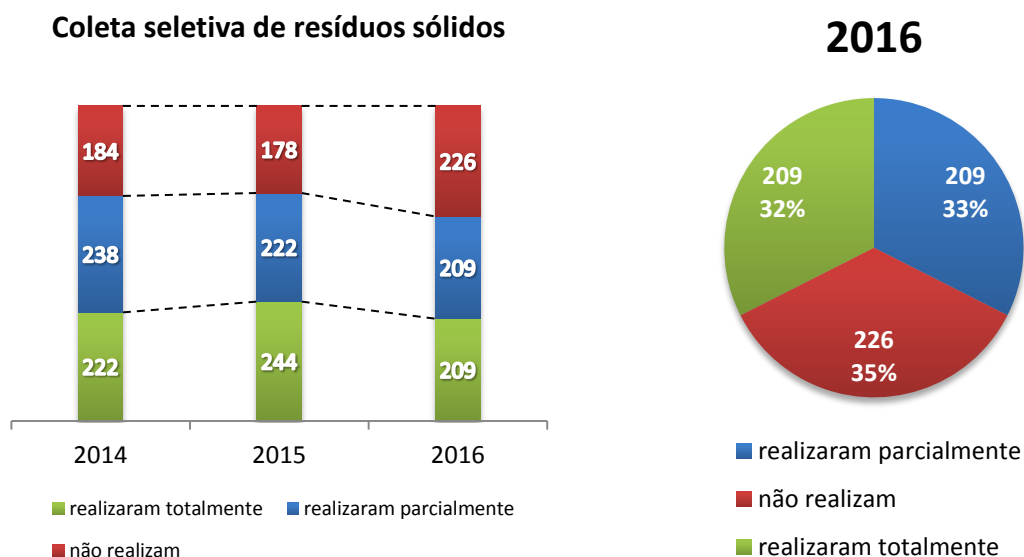
Observamos que, em 2014, 262 municípios possuíam o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) publicado ou promulgado. Em 2015, este número aumentou para 357 municípios (55%) e em 2016 houve mais um aumento, alcançando 396 municípios.



Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos

A Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos é um sistema ecologicamente correto e sustentável que tem por objetivo recolher o material potencialmente reciclável, que foi separado (segregado) na fonte geradora e que utiliza a ação conjunta de inúmeros parceiros – gerador, poder público, iniciativa privada, catadores, carrinheiros, membros de Associações/Cooperativas de catadores, depósitos, aparistas, sucateiros e indústrias recicladoras^{xxii}.

Em 2014, verificamos que 222 municípios realizaram totalmente a coleta seletiva de resíduos sólidos, registrando um aumento de 22 municípios em 2015, porém em 2016, uma redução na quantidade de municípios que realizaram totalmente a coleta seletiva de resíduos sólidos (209 municípios). Em 2016, 35% dos municípios não realizaram nenhum tipo de coleta seletiva de resíduos sólidos.

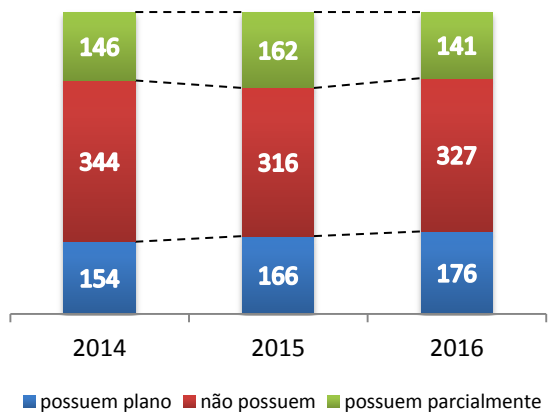


Plano de Resíduos da Construção Civil

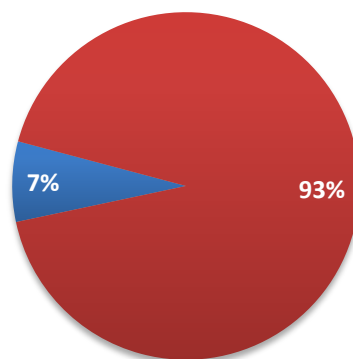
Observamos que, em 2014, 154 municípios possuíam um Plano de Resíduos da Construção Civil que abordou itens como coleta, transporte e destinação final. Em 2015, o número de municípios aumentou para 166 e em 2016 houve mais 6% de aumento, alcançando 176 municípios. Dentre os demais municípios, 37% (174

municípios) estavam em fase de elaboração do Plano de Resíduos da Construção Civil, sendo que destes, 13 municípios aguardam aprovação do legislativo.

Plano de Resíduos da Construção Civil



2016

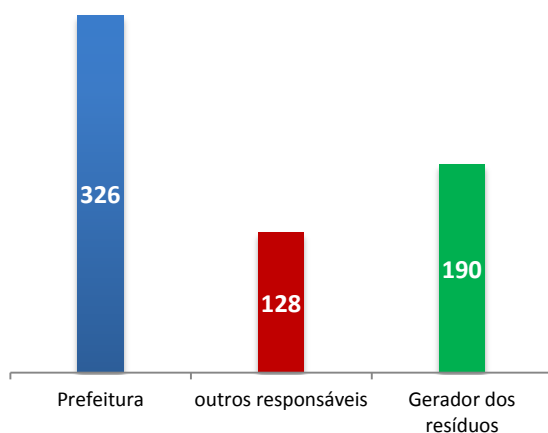


■ aguardando aprovação do legislativo
■ plano em elaboração

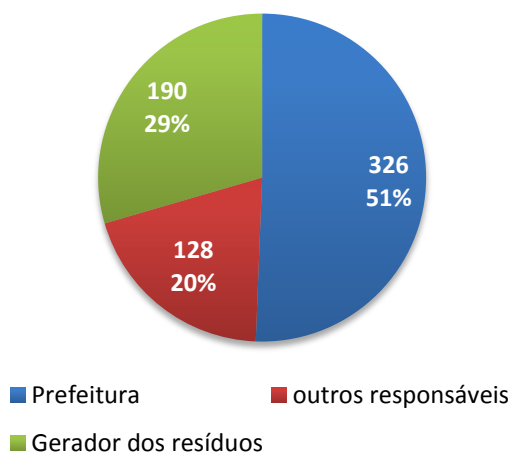
Responsabilidade pela triagem de Resíduos da Construção Civil

Em 2016, 326 prefeituras municipais eram responsáveis pela triagem de resíduos da construção civil, enquanto em 190 municípios a responsabilidade era do próprio gerador dos resíduos e em 128 municípios foi atribuída a outros responsáveis.

Responsabilidade pela triagem dos resíduos da construção civil



Responsabilidade pela triagem dos resíduos da construção civil



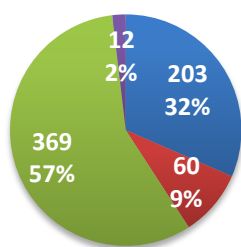
■ Prefeitura
■ Gerador dos resíduos
■ outros responsáveis

Aterros municipais

Em 2016, 58% dos municípios possuíam em todos seus aterros municipais portão fechado com cadeado em seus acessos, enquanto em 10% (62 municípios) não havia.

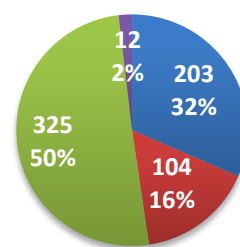
105 municípios informaram haver animais domésticos e/ou animais silvestres (urubus, garças, etc.) convivendo com os resíduos do aterro.

Portão fechado com cadeados nos acessos aos aterros municipais



- não possuem aterros municipais
- não possuem
- todos possuem portão fechado com cadeado
- prejudicado

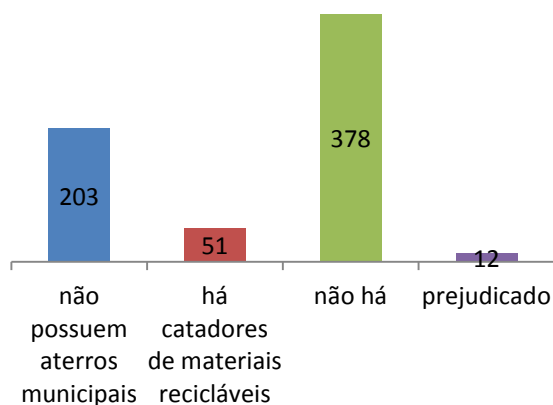
Animais domésticos e/ou silvestres nos aterros



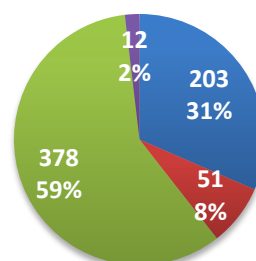
- não possuem aterros municipais
- há presença
- não há presença
- prejudicado

Em relação aos catadores de materiais recicláveis, em 382 municípios (59%) não havia a presença de catadores nos aterros no ano de 2016, porém em 53 municípios (8%) há catadores de materiais recicláveis convivendo com os resíduos do aterro.

Catadores de materiais recicláveis nos aterros



2016

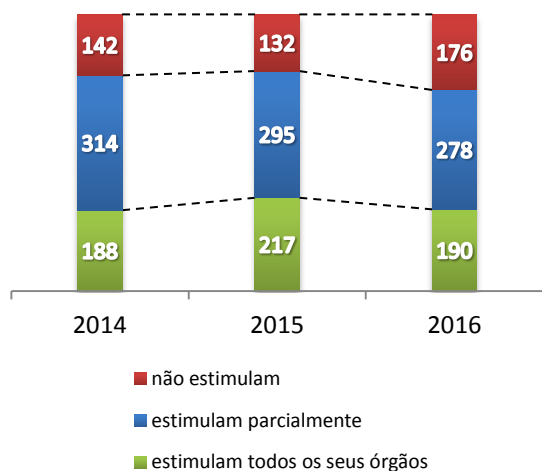


- não possuem aterros municipais
- há catadores de materiais recicláveis
- não há
- prejudicado

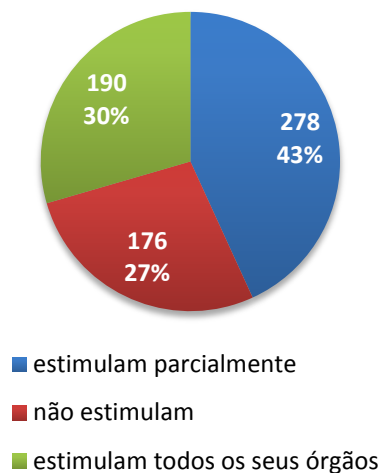
Estímulo ao uso racional de recursos naturais

Em 188 municípios, todos os órgãos e entidades eram estimulados a praticar o uso racional dos recursos naturais, entretanto, em 142 não existia estímulo aos projetos e/ou ações que promovam o uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material no ano de 2014. Em 2015, 217 municípios estimulavam todos os seus órgãos e entidades, e em 2016 este número caiu para 190 municípios, reduzindo 12,44% em relação ao ano anterior. Observa-se que a quantidade de municípios que não estimulam todos seus órgãos e entidades a praticarem o uso racional dos recursos naturais aumentou em 2016, representando 27% do total dos municípios.

Uso racional de recursos naturais



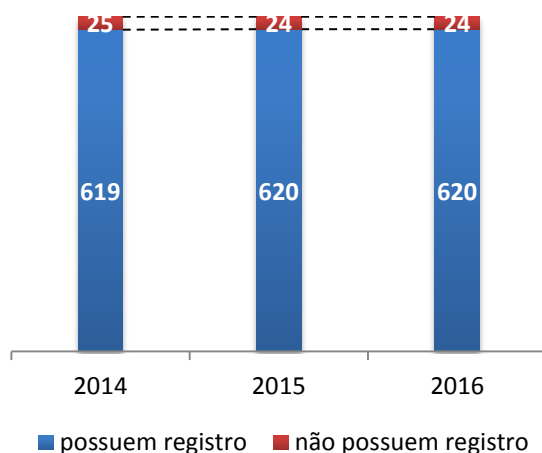
2016



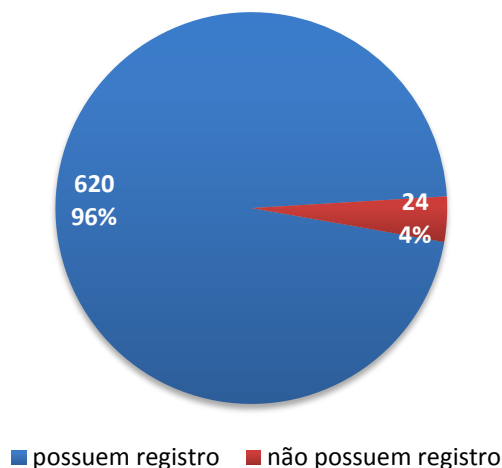
Água tratada

Em 2014, a maior parte dos municípios (96%) informou que possuía registro do percentual da população abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada e em 2015, este número aumentou em 1 município, mantendo o mesmo número em 2016, sendo que o percentual da população atendida nesse último ano foi de 95,85%.

População abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada



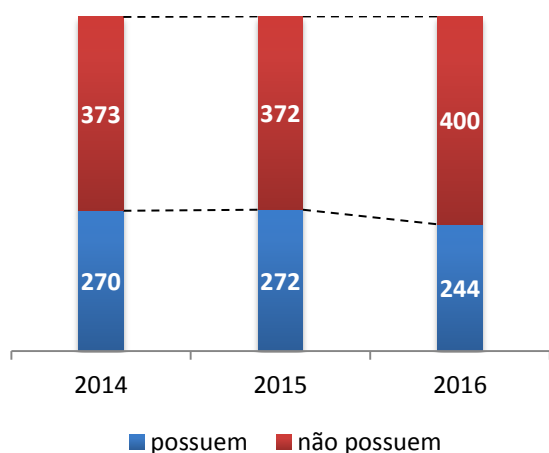
2016



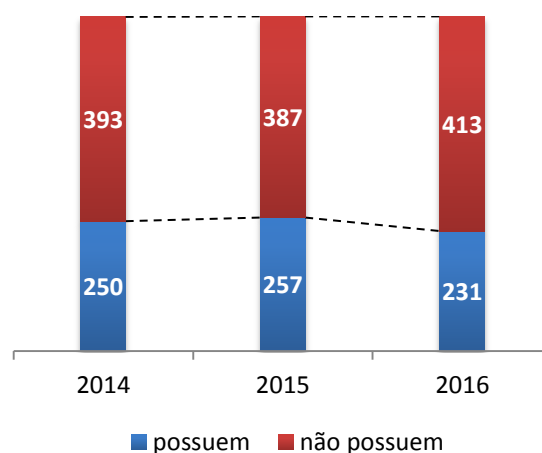
Água potável

Os números de municípios que possuíam ações e medidas para provisão de água potável e de uso comum na Rede Municipal de Ensino e na Rede Municipal de Atenção Básica da Saúde apresentaram um pequeno aumento de 2014 para 2015. No entanto, ambos tiveram uma redução significativa no ano de 2016, apresentando queda de 10% dos municípios.

Água potável na Rede Municipal de Ensino



Água potável na Rede Municipal de Atenção Básica da Saúde

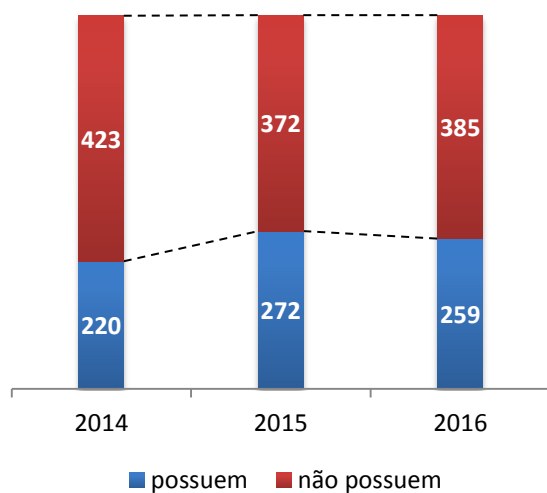


Ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem

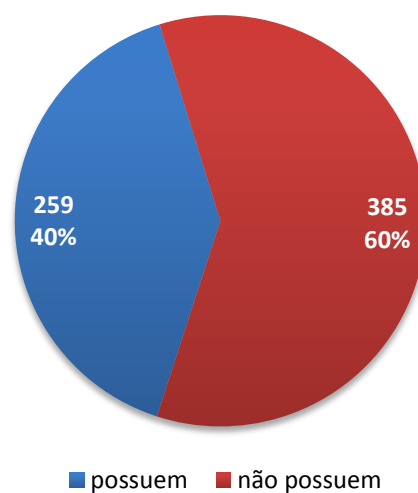
Em 2014, constatamos que 220 municípios possuíam ações e medidas de contingenciamento para períodos de estiagem. Em 2015, aumentou para 272 municípios e em 2016 houve queda de 13 municípios.

Este item era apenas informativo, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.

Períodos de estiagem



2016

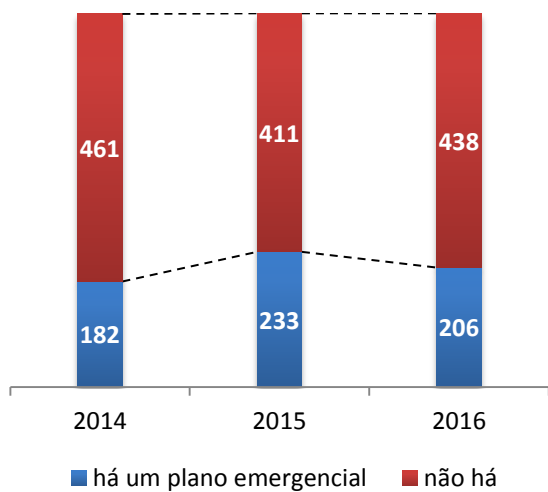


Escassez de água potável

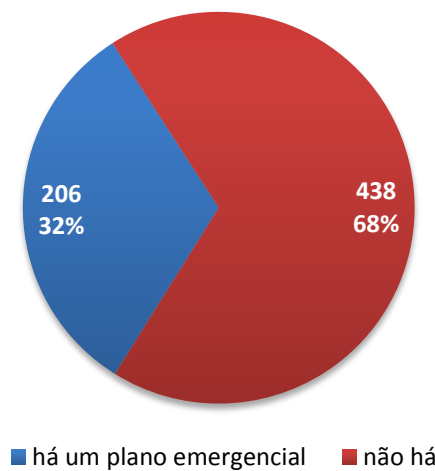
Em 2014, constatamos que 182 municípios possuíam um plano emergencial com ações no caso de escassez de água potável. Em 2015, aumentou para 233 municípios e em 2016 houve redução de 27 municípios. 68% dos municípios não possuíam plano emergencial com ações no caso de escassez de água potável em 2016.

Este item era apenas informativo, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.

Escassez de água potável



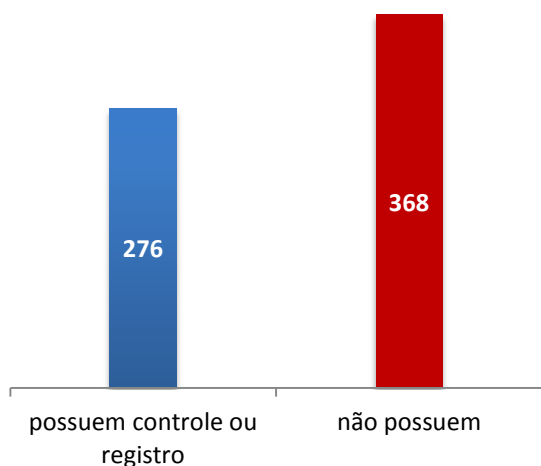
2016



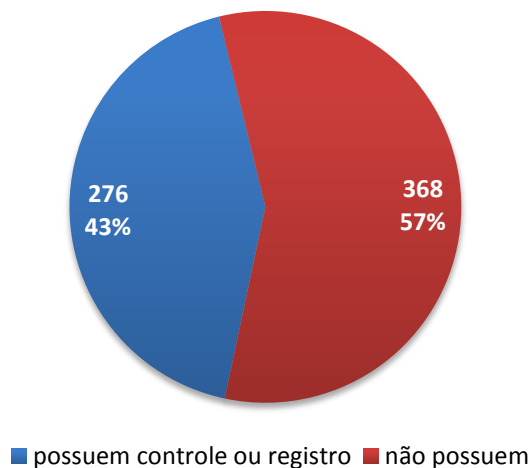
Autuações de queimadas urbanas

Em 2016, a maior parte dos municípios (57%) não possuía controle ou registro das autuações realizadas por queimada urbana.

Autuações de queimadas urbanas

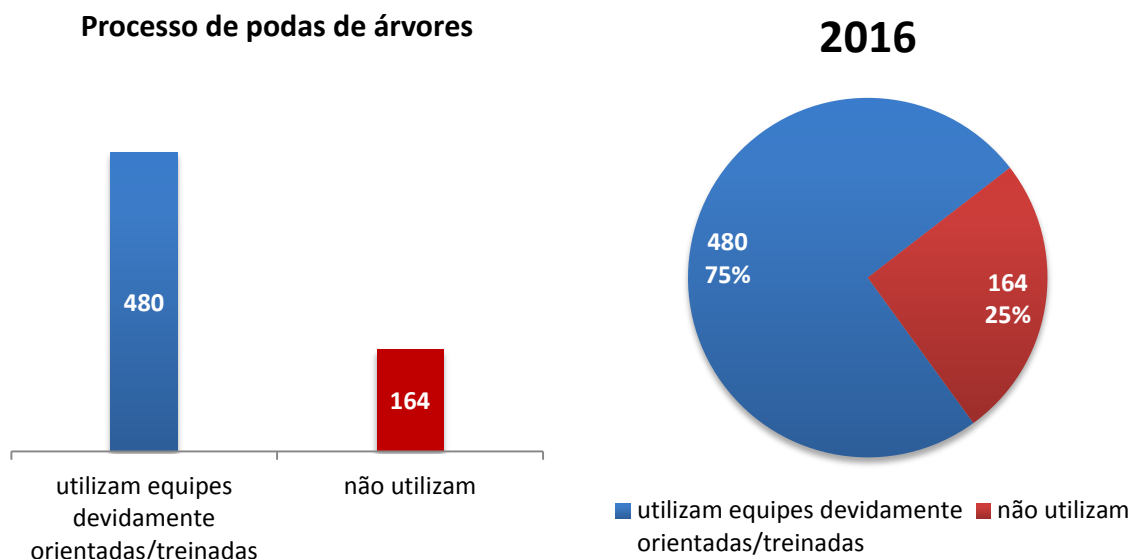


2016



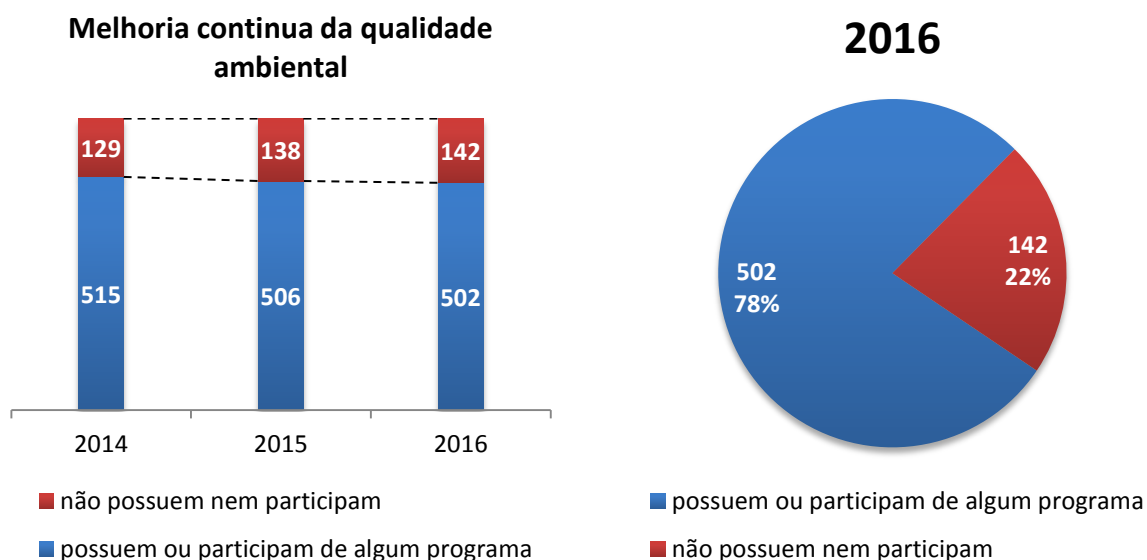
Processo de podas de árvores

Em 2016, a maior parte dos municípios (57% - 164 municípios) não possuía controle ou registro das autuações realizadas por queimada urbana.



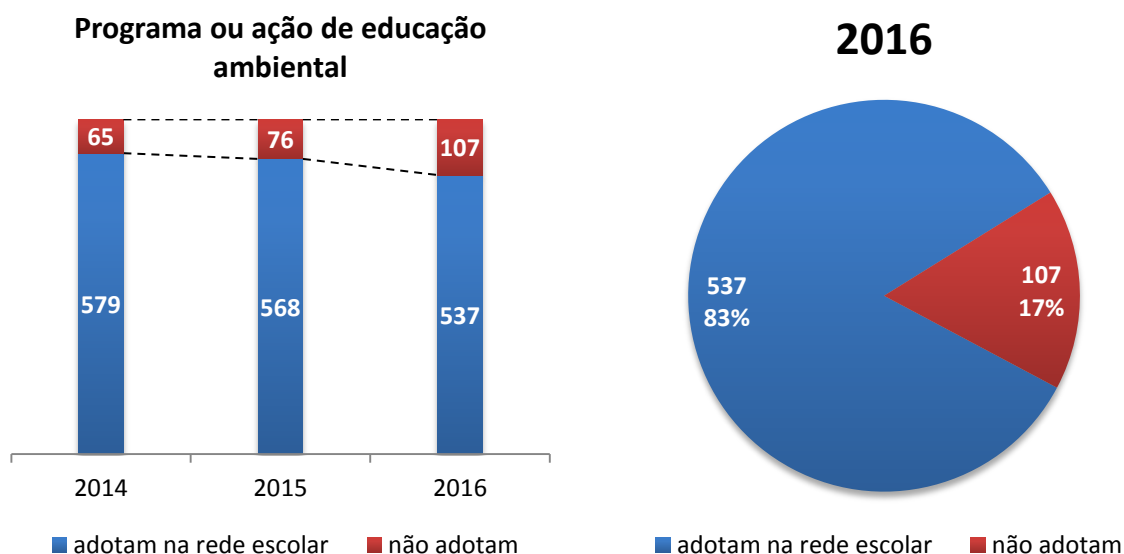
Melhoria contínua da qualidade ambiental

Em todos os anos analisados (2014, 2015 e 2016), a maior parte dos municípios possuía ou participava de algum programa ou ação que promovesse a melhoria contínua da qualidade ambiental dos municípios, apesar de em 2016, ter ocorrido uma queda de quase 3% se comparado ao ano anterior. Verifica-se nos gráficos abaixo que 22% das prefeituras do estado não possuem ou participam de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município no ano de 2016.



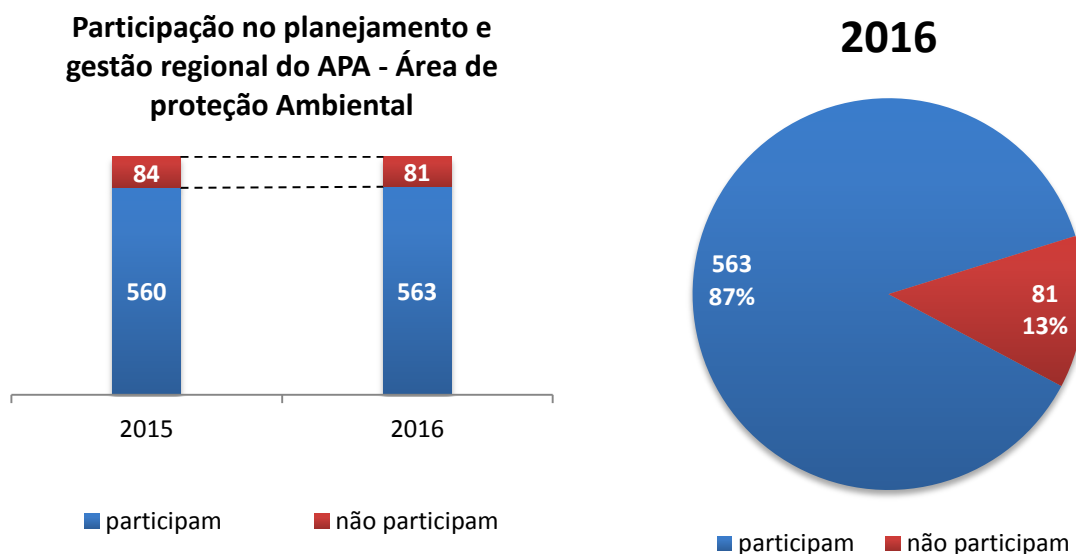
Educação ambiental

Nos três últimos anos, a maior parte dos municípios adotou na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental, apesar de em 2016, ter ocorrido uma queda de 5,5% se comparado ao ano anterior. Verifica-se nos gráficos abaixo que 17% das prefeituras do estado não adotaram, em 2016, algum programa ou ação de educação ambiental.



Planejamento e gestão regional

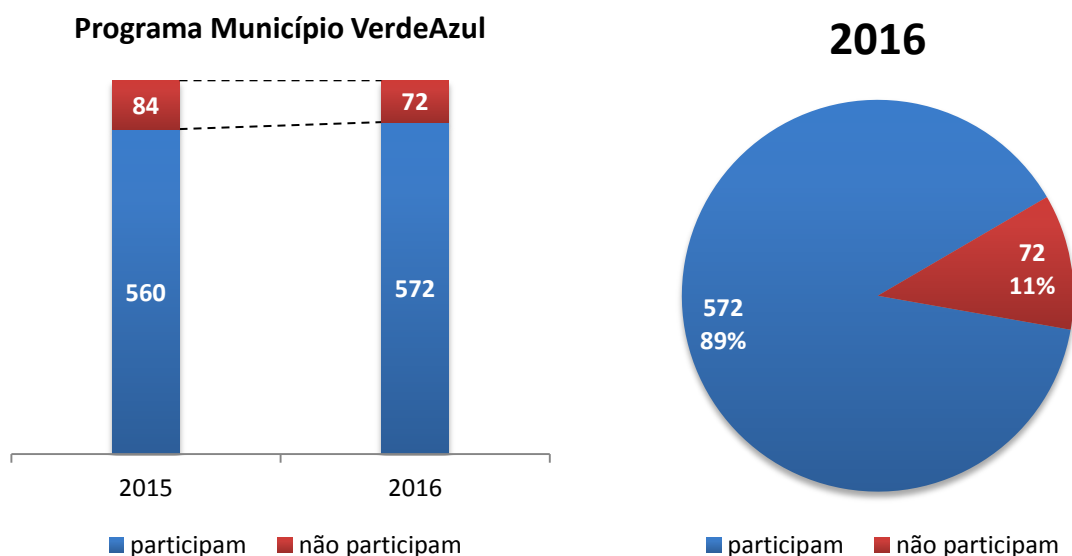
Em 2015, 560 municípios (87%) informaram que participam de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano e conselho gestor de APA – Área de proteção ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal. Este número subiu para 563 em 2016, totalizando 87% dos municípios.



Participação do Programa Município VerdeAzul

Em 2015, 560 municípios (87%) participaram do Programa Município VerdeAzul – PMVA, que, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem o inovador propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios^{xxxiii}. Em 2016, a participação dos municípios neste programa aumentou 2%, chegando a 89% dos municípios do estado.

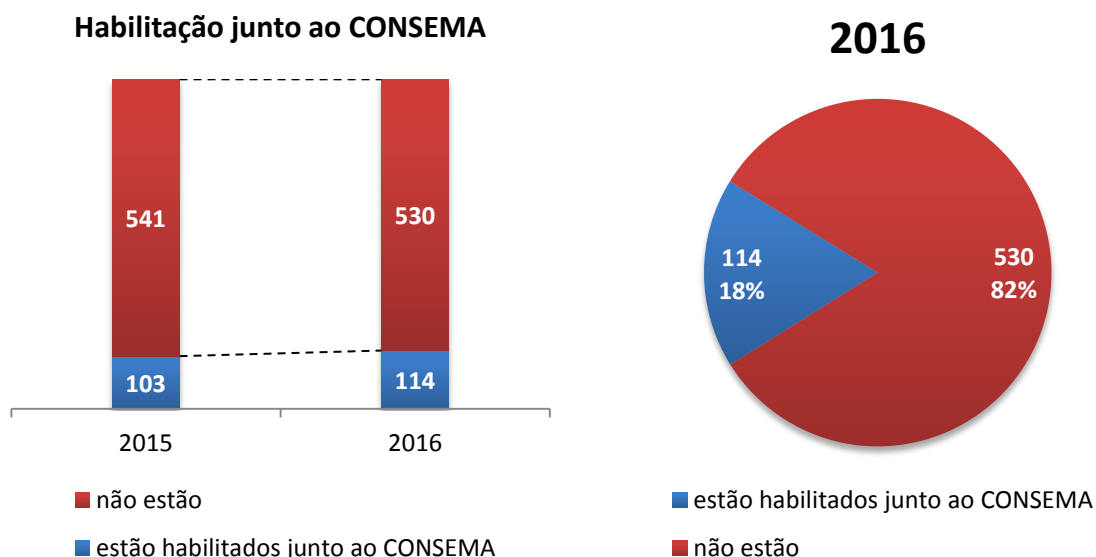
Este item é apenas informativo, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.



Habilitação junto a CONSEMA

Apenas 103 municípios (16%) estavam habilitados junto ao CONSEMA, para licenciar os empreendimentos de impacto local de conformidade com a Deliberação Normativa Consema 01/2014 no ano de 2015. Em 2016, este número aumentou para 114 municípios (17,7%), porém representa apenas 18% dos municípios do estado, conforme gráficos abaixo.

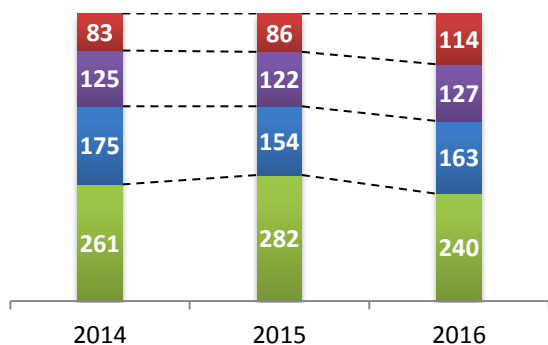
Este item é apenas informativo, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.



Treinamento do Corpo de Bombeiros

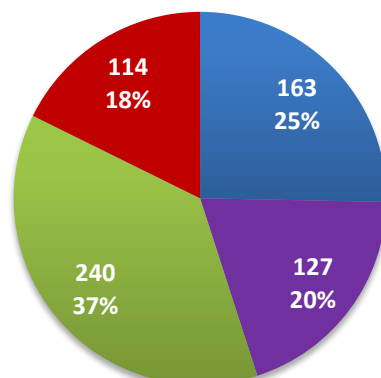
Em 2014 constatamos que 261 municípios participaram integralmente de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da guarda municipal, defesa civil, tiro de guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas, etc., inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros). Em 2015, aumentou para 282 municípios e em 2016 o número de municípios caiu para 240, obtendo pior resultado entre os três anos analisados.

Treinamento do Corpo de Bombeiros



■ não participaram
 ■ participaram na menor parte
 ■ participaram na maior parte
 ■ participaram integralmente

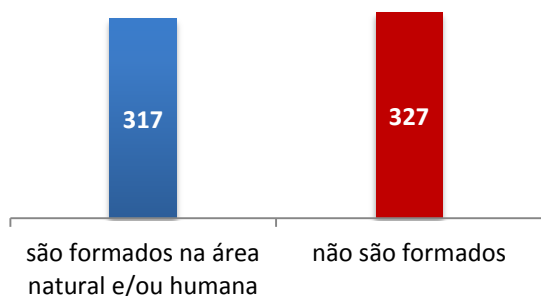
2016



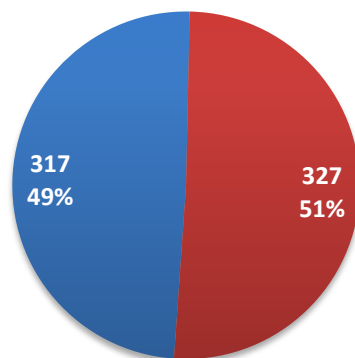
Formação de Servidores do Meio Ambiente

Em relação à formação dos servidores da estrutura de Meio Ambiente em 2016, 317 municípios (49%) possuem todos os servidores formados na área natural e/ou humana, enquanto 327 (51%) dos municípios não possuem todos os servidores com formação nessas áreas.

Servidores do Meio Ambiente



2016



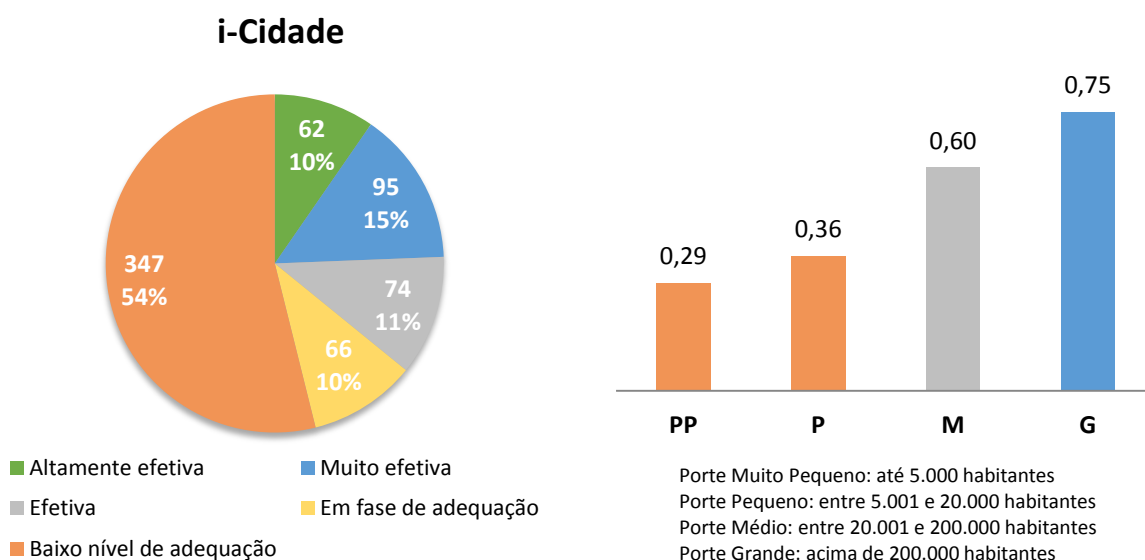
■ são formados na área natural e/ou humana
 ■ não são formados

SOBRE A PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS

Os municípios alcançaram uma média de 0,44 pontos (Faixa C – Baixo nível de adequação) no i-Cidade, reduzindo a nota média em 0,08 pontos de 2014 para 2016. Dos 644 municípios, 413 estão posicionados nas faixas de resultado C+ e C, apresentando um aumento na quantidade de municípios nestas faixas em relação a 2015 (396 municípios).

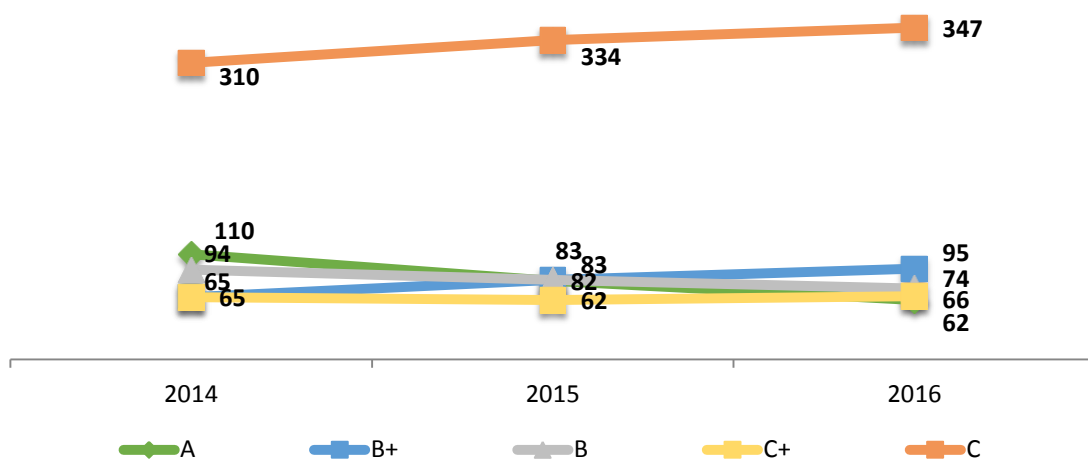
Um fato relevante é que, neste quesito, as médias das notas aumentam conforme aumento do porte dos municípios, ou seja, os municípios de menor porte obtiveram uma média inferior às dos municípios de Porte Grande, indicando uma tendência de melhores políticas e/ou estrutura para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres, quanto maior o porte do município.

Outro ponto importante de ser observado é que mais da metade dos municípios encontra-se na faixa de resultado C (Baixo nível de adequação), conforme gráfico abaixo.



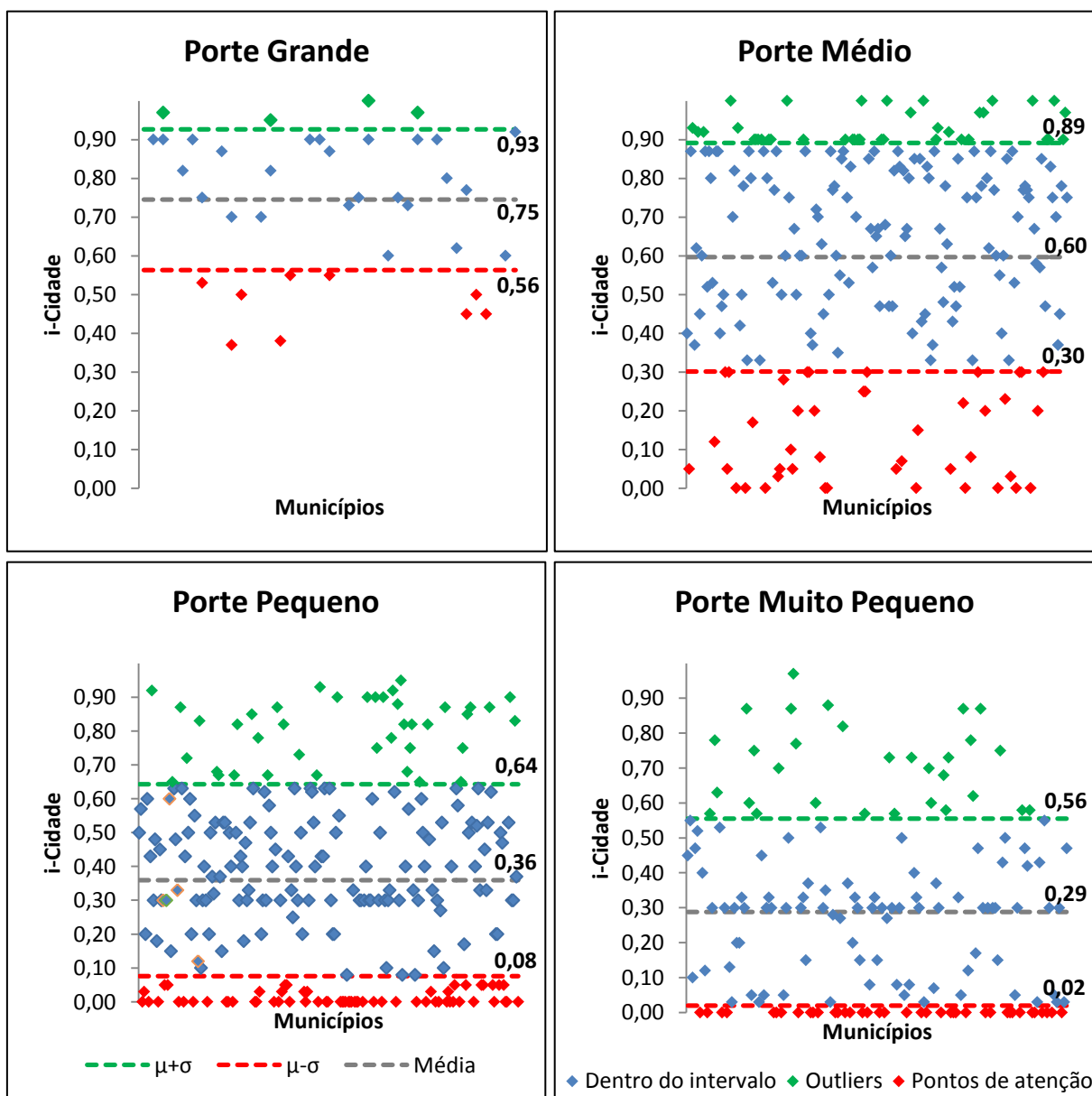
A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios na faixa C – Baixo nível de adequação aumentou 12% (de 310 para 347) e houve uma redução na quantidade de municípios na faixa A – Altamente efetiva de 43,6% (de 110 para 62), conforme representados no gráfico abaixo.

Quantidade de municípios por faixa - i-Cidade



I-CIDADE POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Cidade em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que:

- Os municípios de grande e médio porte alcançaram notas médias concentradas no intervalo entre 0,60 e 0,75 pontos, que correspondem, respectivamente, às faixas de resultado B (Efetiva) e B+ (Muito efetiva);
- Os municípios de portes pequeno e muito pequeno obtiveram notas médias que variam entre 0,29 e 0,36, constatando-se uma queda em relação ao ano anterior, quando o intervalo variou entre 0,35 e 0,44.

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

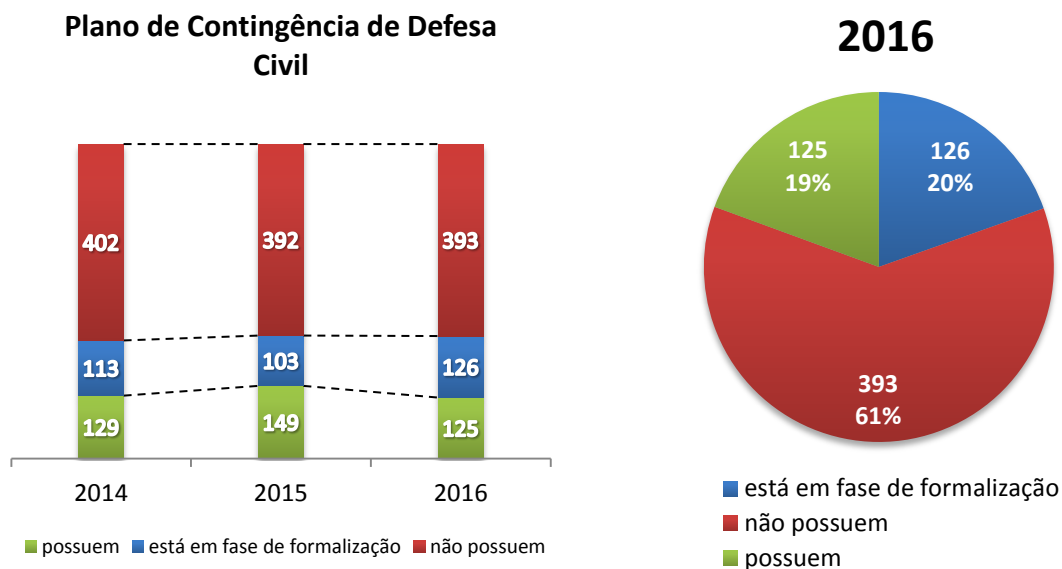
Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	10,26%	18,10%	16,67%	19,35%
Pontos de Atenção	23,08%	20,48%	26,67%	25,16%

ANÁLISES ESPECÍFICAS DA PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS

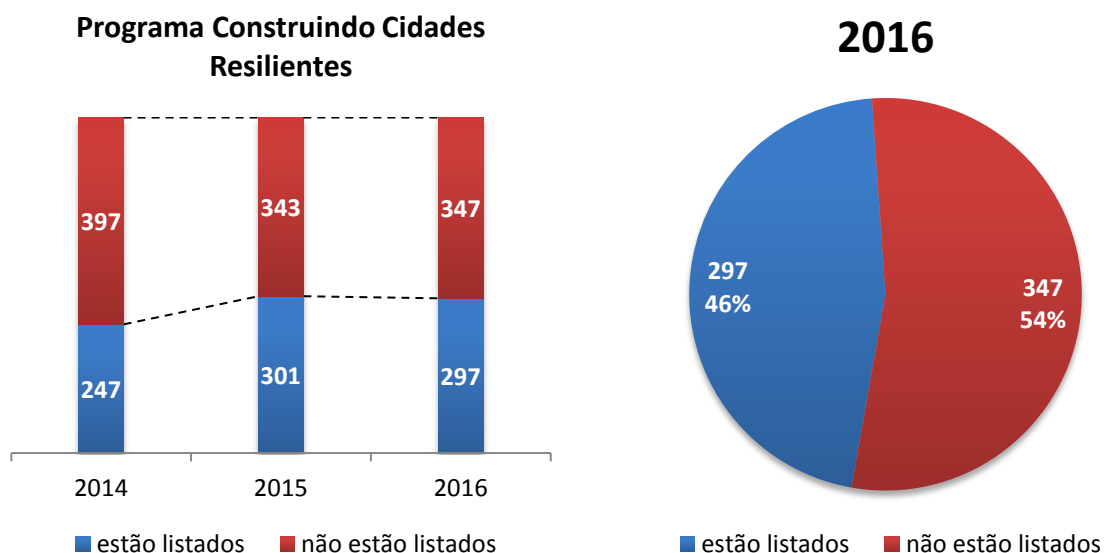
Plano de Contingência da Defesa Civil

Verificamos que, em 2014, 129 municípios (20%) possuíam um Plano de Contingência de Defesa Civil. Este número aumentou para 149 (23%) em 2015, porém em 2016, reduziu em 24 municípios.



Programa Construindo Cidades Resilientes da ONU

Constatamos que, em 2014, 247 municípios (38%) estavam listados no Programa Construindo Cidades Resilientes da ONU. Em 2015, aumentou a adesão ao Programa para 301 municípios (47%), porém em 2016, este número reduziu para 297 municípios, o que significa que a maior parte dos municípios não está listada no programa (54%).

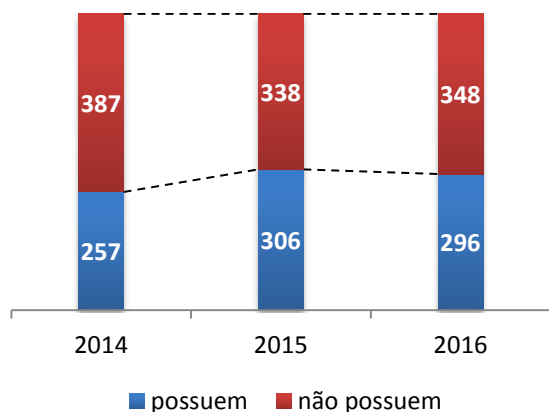


Levantamento para identificaçaõ de risco

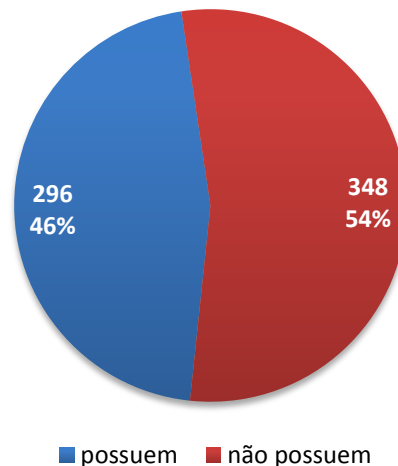
Em 257 municípios (40%) existia algum tipo de levantamento para identificaçaõ de risco para intervenções do Poder Pùblico em 2014. Este nùmero aumentou para 306 (48%) em 2015, porém em 2016, este nùmero reduziu

para 296 municípios, o que significa que a maior parte dos municípios não possui levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público (54%).

Levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público



2016

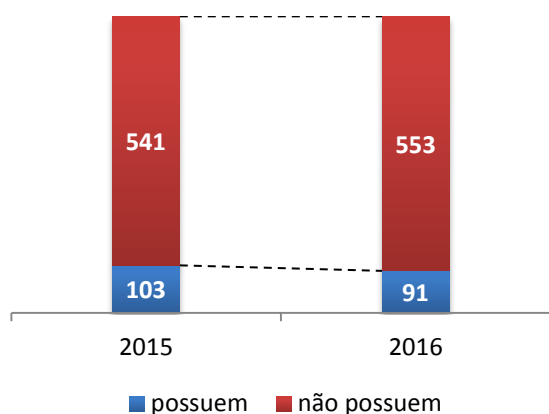


Estudo sobre segurança nas escolas e centros de saúde

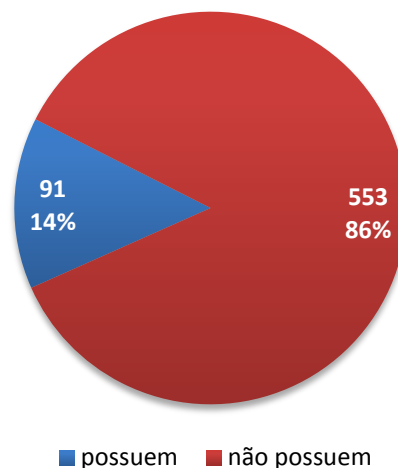
Em 2015, constatamos que 103 municípios (16%) possuíam um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado. Em 2016, este número reduziu 12%, chegando a 91 municípios com o estudo. Verifica-se que a grande maioria dos municípios não possui esse estudo de avaliação.

Este assunto é abordado no Passo 5 do Manual “Como Construir Cidades Mais Resilientes – Um Guia para Gestores Públicos Locais – Uma contribuição à Campanha Global 2010-2015 da ONU”.

Estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado



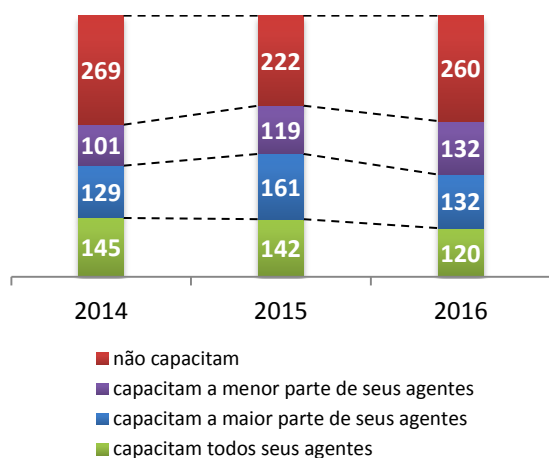
2016



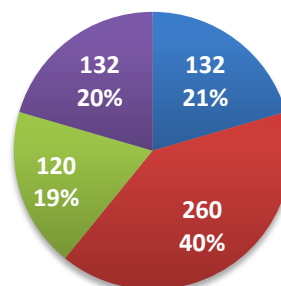
Capacitação dos agentes para ações de Defesa Civil

Em 145 municípios (23%) todos os agentes eram capacitados para as ações municipais de Defesa Civil em 2014. Em 2015, 142 municípios capacitaram todos os seus agentes e em 2016, este número caiu para 121 municípios (19%). 40% dos municípios não realizam nenhum tipo de capacitação dos agentes para as ações de Defesa Civil.

Capacitação de agentes para Defesa Civil



2016

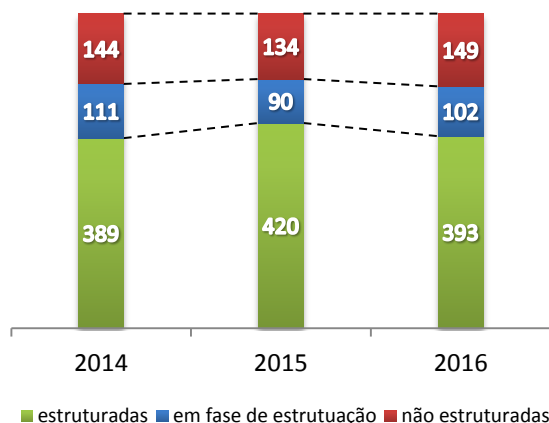


- capacitam a maior parte de seus agentes
- não capacitam
- capacitam todos seus agentes
- capacitam a menor parte de seus agentes

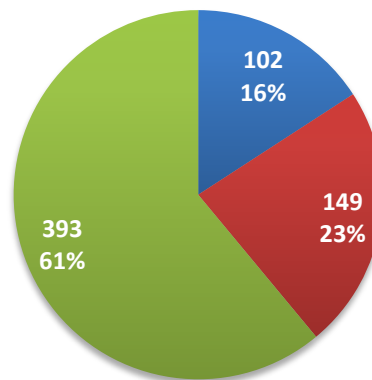
Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

Em 2014, constatamos que 389 municípios (60%) possuíam Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC estruturada. No entanto, 144 informaram que não possuíam esta coordenadoria. Em 2015, houve uma melhora com 420 municípios (65%) estruturando a COMDEC, porém em 2016, este número reduziu para 393 municípios (61%).

Coordenadoria Municipal de Defesa Civil



2016



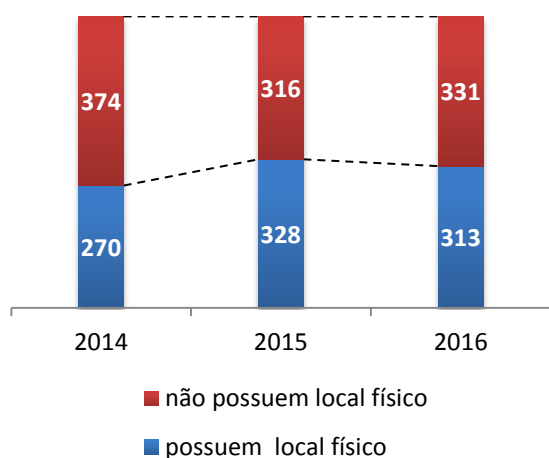
- em fase de estruturação
- não estruturadas
- estruturadas

Local de atendimento de ocorrências de Defesa Civil

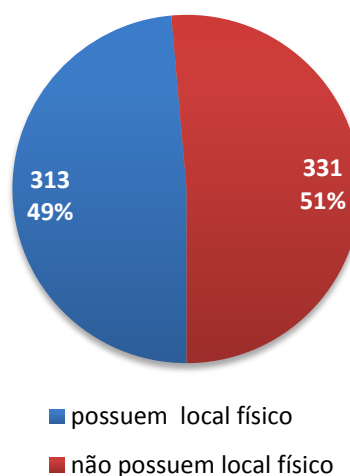
Em 270 municípios (42%) existia local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Defesa Civil no ano de 2014. Este percentual aumentou para 51% (328 municípios) em 2015, porém em 2016, este número reduziu para 313 municípios (49%). Verifica-se que a maioria dos municípios não possuía local físico para atendimento de ocorrências de Defesa Civil em 2016.

Este item era apenas informativo, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.

Local de atendimento de ocorrências de Defesa Civil



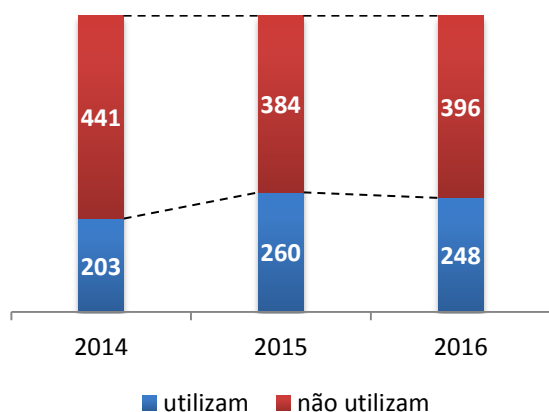
2016



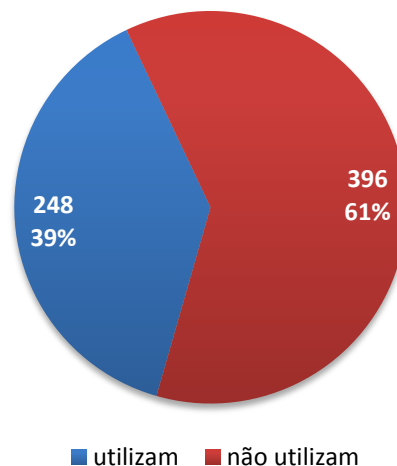
Registro eletrônico da Defesa Civil

Em 203 municípios (32%) era utilizada alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Defesa Civil no ano de 2014. Este número aumentou para 260 municípios (40%) em 2015, porém em 2016, reduziu para 248 municípios (39%).

Registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Defesa Civil



2016

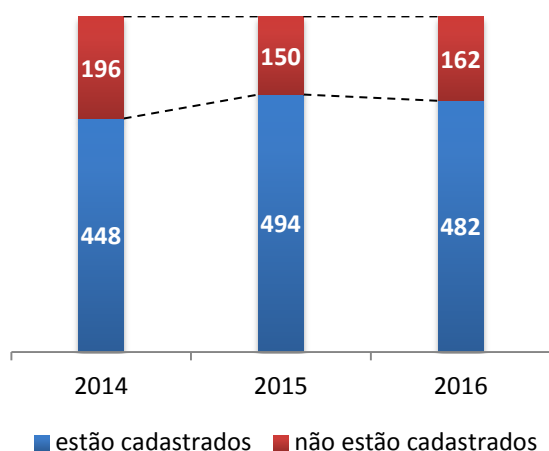


Sistema da Defesa Civil estadual - SIDEC

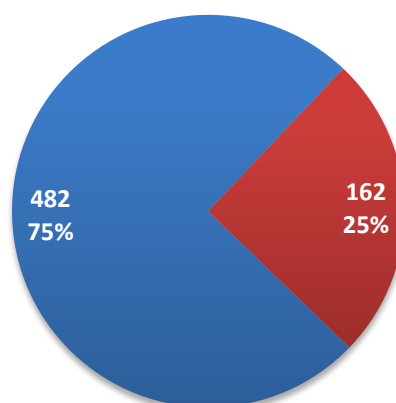
Em 2004, constatamos que 448 municípios (70%) estavam cadastrados no SIDEC^{xxxiv} (Sistema Integrado de Defesa Civil). Em 2015, aumentou para 494 municípios (77%), porém em 2016, reduziu para 482 municípios (75%).

Em 2014, este quesito era pontuado, mas, a partir de 2015, tornou-se um item informativo para monitoramento.

Cadastramento no Sistema de Defesa Civil (SIDEDEC)



2016



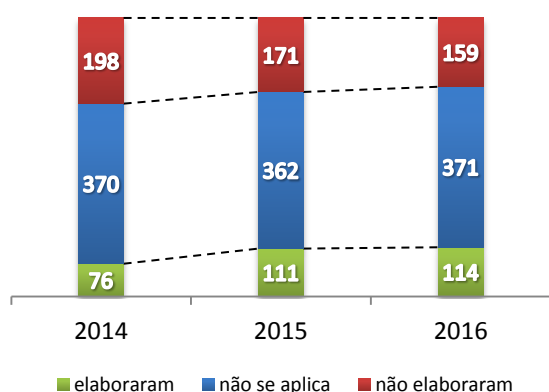
Plano de Mobilidade Urbana

De acordo com a Lei Federal 12.587 de 03/01/2012, o Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

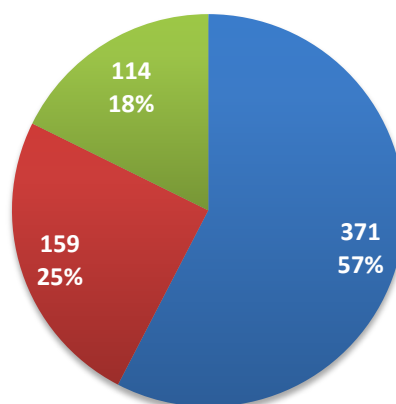
Neste quesito verificamos que, em 2004, 76 municípios (12%) informaram que possuíam Plano de Mobilidade Urbana. Em 2015, aumentou para 111 municípios (17%) e em 2016, aumentou mais 3%, chegando a 114 municípios, porém o número ainda é pequeno, pois representa apenas 18% do total de municípios do estado, apesar de não se aplicar em 57%.

Este item era apenas informativo, não contabilizando pontos para a nota final do IEG-M.

Plano de Mobilidade Urbana em Municípios com mais de 20.000 habitantes



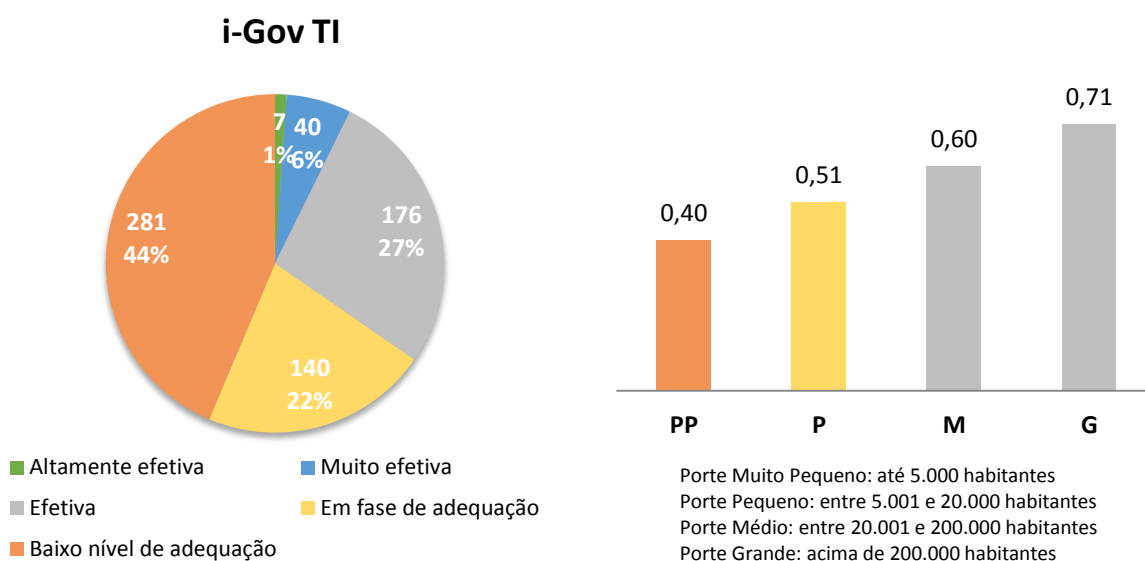
2016



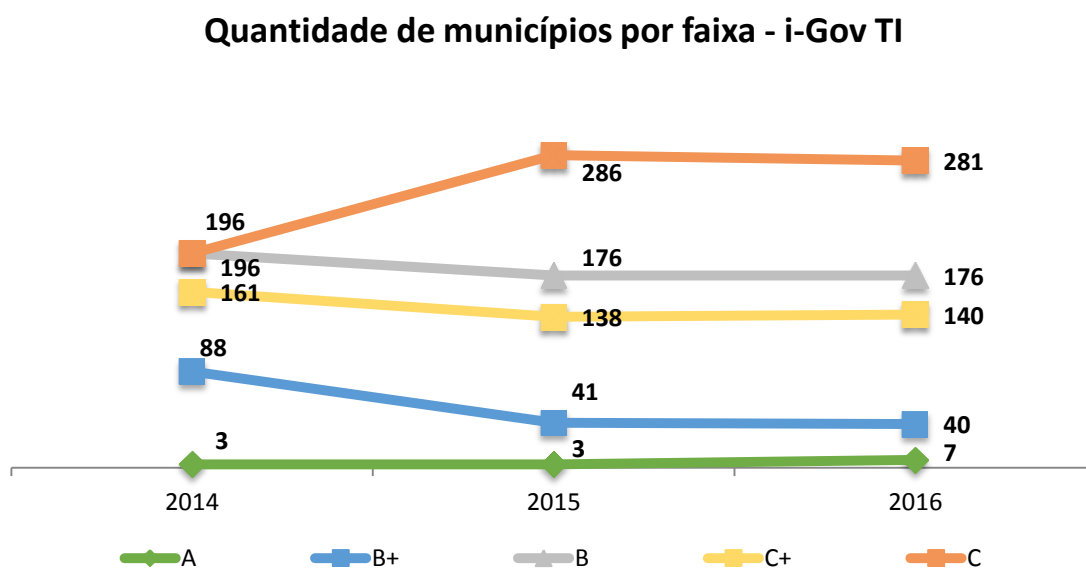
SOBRE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os municípios alcançaram nota média de 0,52 pontos (Faixa C+ – Em fase de adequação) neste índice, obtendo o mesmo resultado do ano anterior. Dos 644 municípios, 421 (65,37%) ficaram concentrados dentro das faixas C+ e C. Apenas 7,3% (47 municípios) encontram-se nas faixas A (Altamente efetiva) e B+ (Muito efetiva) neste índice.

Observamos que os municípios de menor porte obtiveram uma média inferior aos municípios de porte maiores, indicando uma tendência de melhores políticas e/ou estrutura para o uso de recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade, quanto maior o porte do município.

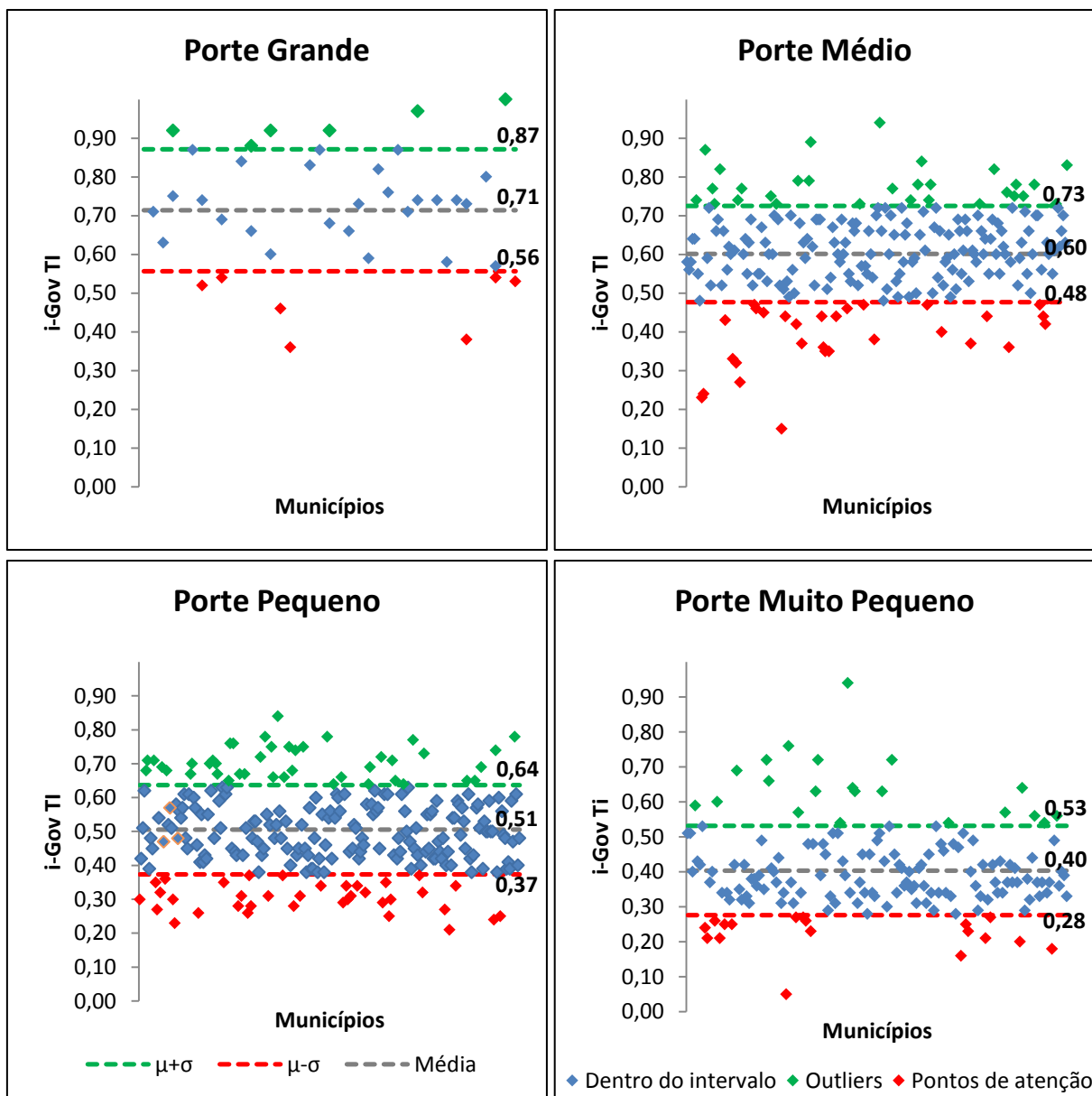


A análise comparativa de 2014 para 2016 demonstra que a quantidade de municípios na faixa C – Baixo nível de adequação aumentou 43% (de 196 para 281), enquanto as faixas B+, B e C+ apresentaram redução. O número de municípios na faixa A – Altamente Efetiva, apresentou aumento de 133%, (3 para 7), porém representa menos de 1% do total de municípios, conforme representados no gráfico abaixo.



I-GOV TI POR PORTE

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Gov TI em função do porte do município, agrupamos os 644 em quatro faixas populacionais, de acordo com o número de habitantes registrados no ano de 2016 pelo banco de dados IMP (Informações dos Municípios Paulistas) da Fundação SEADE.



Legenda: Porte Grande: acima de 200.000 habitantes; Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 e 20.000 habitantes; Porte Muito Pequeno: até 5.000 habitantes.

A análise dos gráficos apresentados revela que o comportamento da nota geral do i-Gov TI apresentou um melhor resultado para municípios de grande e médio porte, enquanto que a nota média dos municípios de portes pequeno e muito pequeno concentrou-se no intervalo próximo de 0,40 e 0,51 pontos, intervalo abaixo do verificado em 2015 (0,48 a 0,56 pontos).

Podemos ainda observar no gráfico em questão que as quatro faixas de portes apresentam:

- Os municípios que superaram o intervalo da dispersão, denominados de **Outliers**;
- Os municípios que não alcançaram o intervalo da dispersão, denominados de **Pontos de atenção**;
- Os municípios que obtiveram notas dentro do intervalo da Dispersão.

Em relação ao total de municípios em cada porte, os *Outliers* e os Pontos de Atenção estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

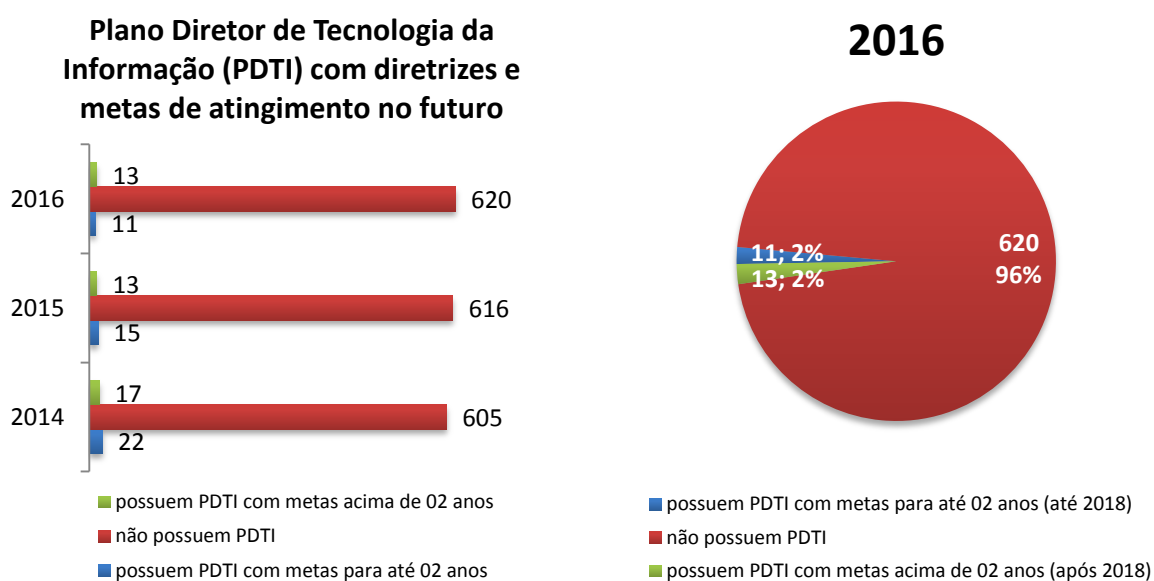
Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
<i>Outliers</i>	15,38%	13,81%	17,50%	13,55%
Pontos de Atenção	17,95%	13,81%	15,00%	11,61%

ANÁLISES ESPECÍFICAS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

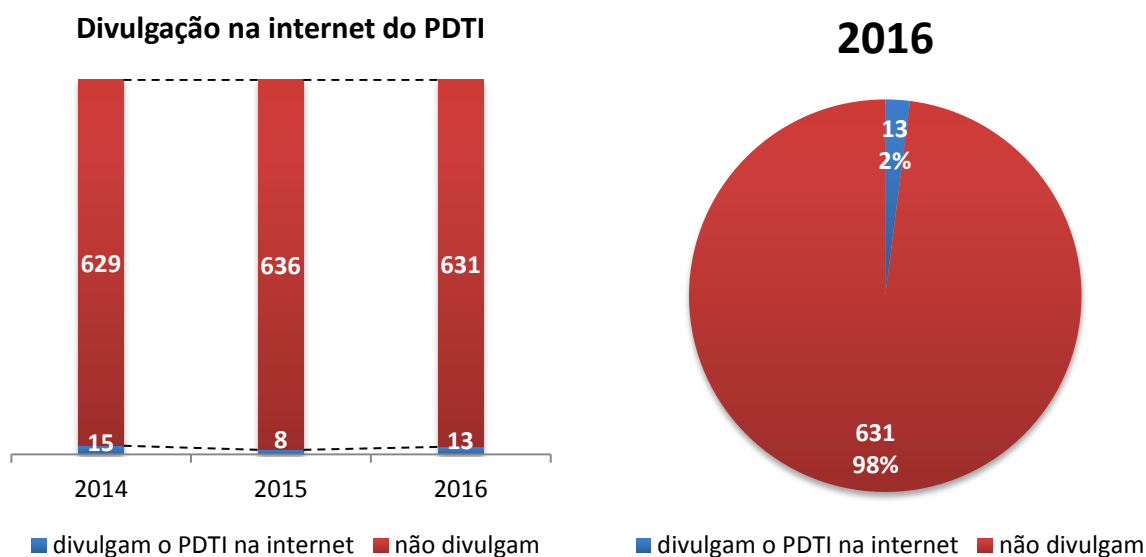
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O PDTI representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TI da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

Em relação a este quesito, em 2014 verificamos que 17 municípios (3%) informaram que possuíam um Plano Diretor de Tecnologia da Informação com metas acima de 2 anos. Em 2015, este número caiu 24%, ou seja, 13 municípios informaram que possuía PDTI que estabelecesse diretrizes e metas de atingimento no futuro com metas acima de 02 anos, mantendo esta mesma quantidade de municípios em 2016.



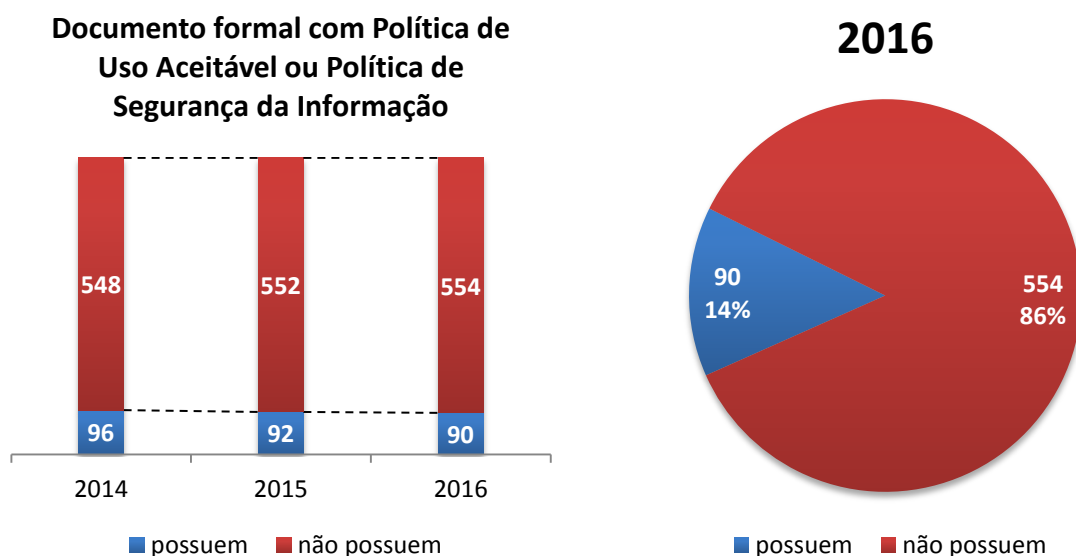
Houve uma redução de 47% do número de municípios que divulgam o PDTI na internet de 2014 para 2015. De 2015 para 2016 houve um aumento de 62,5%, chegando a 13 municípios, porém número ainda menor do que o obtido em 2014 e representando apenas 2% dos municípios do estado.



Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação, também referida como PSI, é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas do órgão para a proteção dos ativos de informação e a prevenção de responsabilidade legal para todos os usuários. Deve, portanto, ser cumprida e aplicada em todas as áreas da entidade.

Verificamos neste tópico que, em 2014, 96 municípios (15%) informaram que possuíam o documento formal publicado da Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação. Em 2015, este número caiu para 92 municípios e em 2016, caiu novamente para 90 municípios, o que representou uma redução de 6 municípios em relação a 2014.



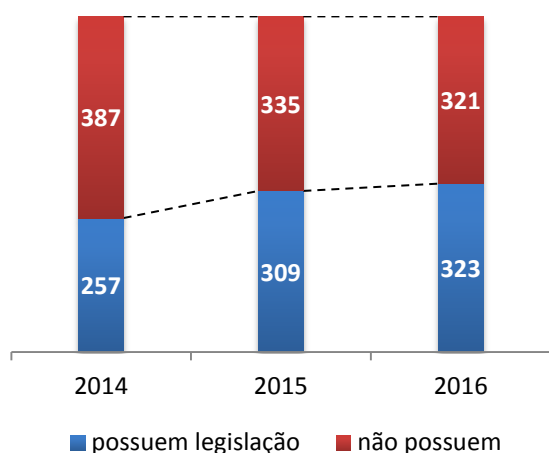
Legislação sobre Acesso à Informação

A Lei Federal nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Esta norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

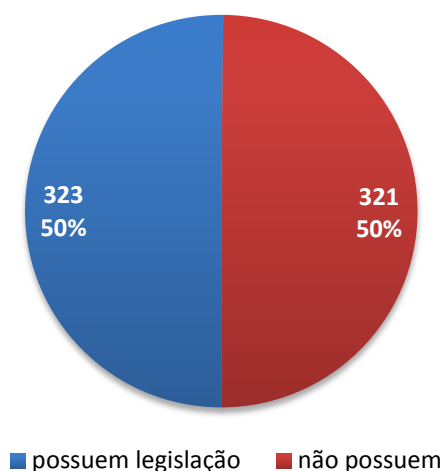
A lei vale para os três poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade às informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por ela recebidos.

Em relação a este quesito, verificamos que em 257 municípios (40%) existia legislação municipal sobre acesso à informação em 2014. Percebe-se um aumento na quantidade de municípios com legislação sobre o tema no decorrer dos anos. Em 2015 foram 309 municípios e em 2016, 323 municípios, alcançando metade dos municípios do estado.

Legislação municipal sobre Acesso à Informação



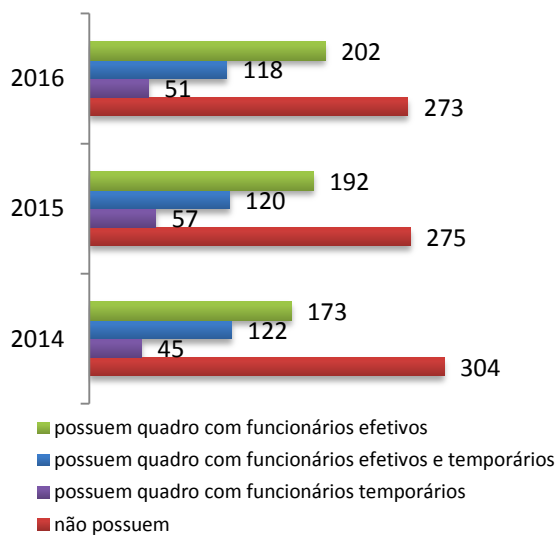
2016



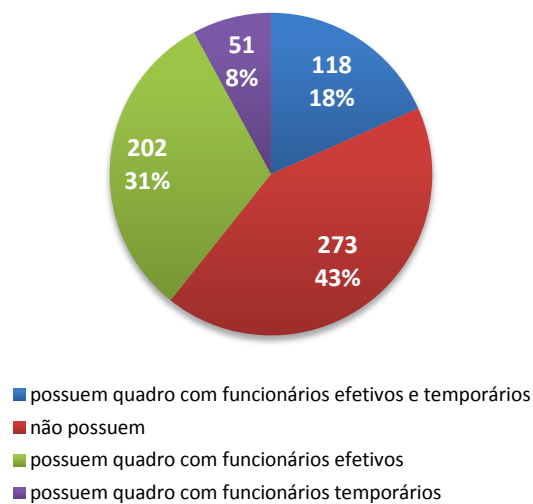
Quadro de funcionários da área de TI

Neste quesito, em 2014, 173 municípios (27%) informaram que possuíam quadro com funcionários efetivos na área de TI. Em 2015, este número aumentou para 192 (30%), e em 2016, houve um acréscimo de 5%, chegando a 202 municípios com quadro com funcionários de TI efetivos (31%).

Quadro com funcionários de TI



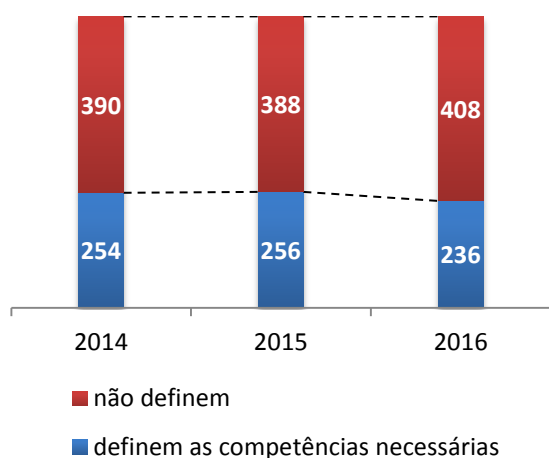
2016



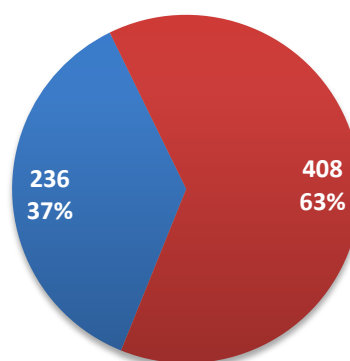
Definição de competências do pessoal de TI

Em 2014, verificamos que 254 municípios (39%) informaram que havia definição das competências necessárias para as atividades do pessoal de TI, como: área de formação, especialização, etc. Em 2015, este número aumentou para 256 (40%), porém em 2016, eram 236 (37%) os municípios que possuíam definição das competências do Pessoal de TI.

Definição de competências para as atividades de pessoal de TI



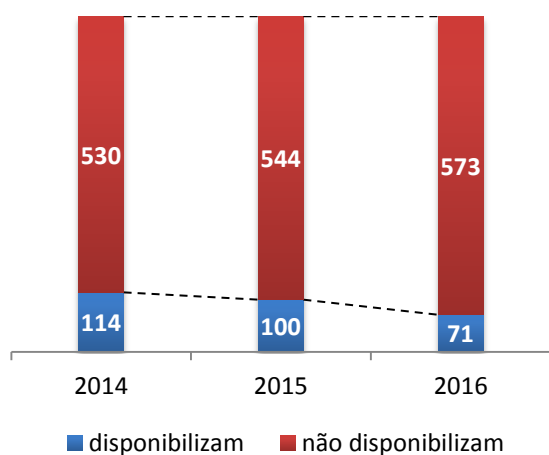
2016



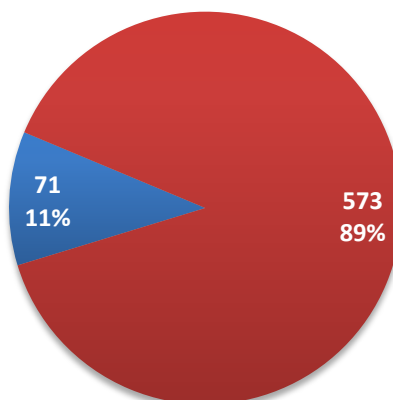
Programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI

As respostas fornecidas para este quesito revelaram que 114 municípios (18%) disponibilizaram periodicamente, em 2014, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI. Em 2015, este número caiu para 100 municípios (16%), e em 2016, houve queda de 29% em relação a 2015, atingindo a quantidade de 71 municípios (89%) que não disponibilizam periodicamente programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI de seus municípios.

Programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI



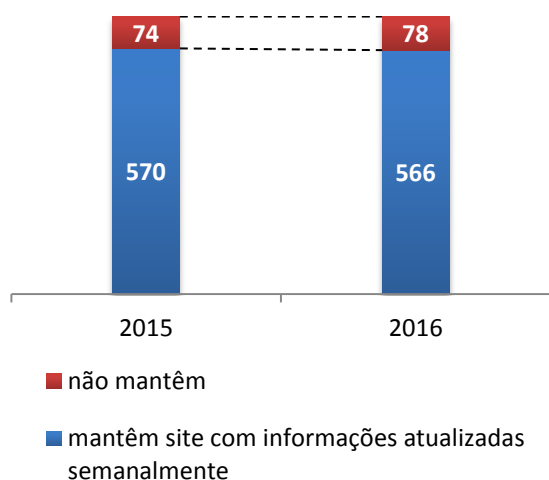
2016



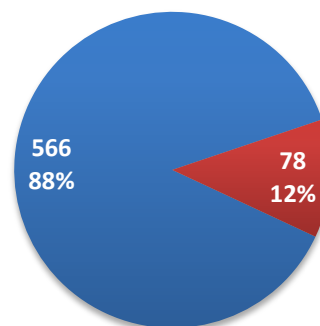
Transparência

Em 2015, 570 municípios (89%) informaram possuírem site na internet com informações atualizadas semanalmente, verificando uma diferença de 4 municípios a menos em 2016 (566 municípios – 88%).

Site na internet com informações atualizadas semanalmente

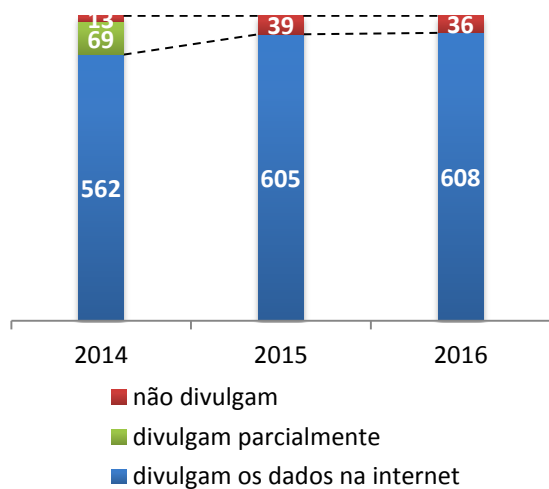


2016

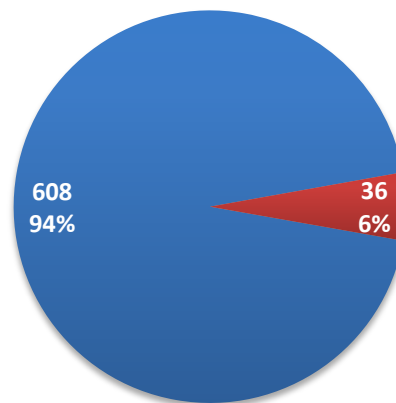


Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos, etc.) eram divulgados na internet por 562 municípios (87%) em 2014 e subiu para 605 municípios (94%) em 2015. Em 2016, houve um acréscimo de mais 3 municípios, chegando a 608. Neste quesito, foi excluída a opção de divulgar parcialmente os dados na internet a partir de 2015.

Divulgação de dados de transparência da gestão fiscal

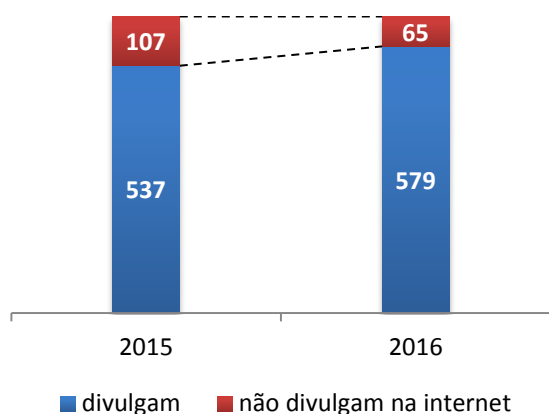


2016

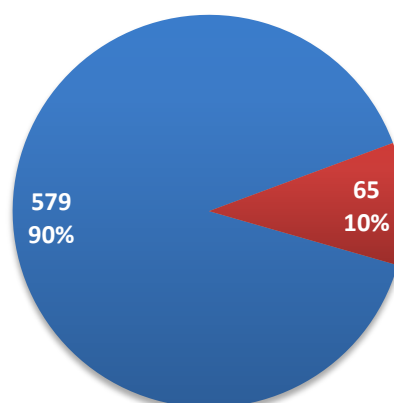


Os dados relativos a editais dos processos licitatórios eram divulgados na internet por 537 municípios (83%) em 2015. Em 2016, este número aumentou 8%, alcançando 90% dos municípios do estado.

Divulgação de dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios na internet

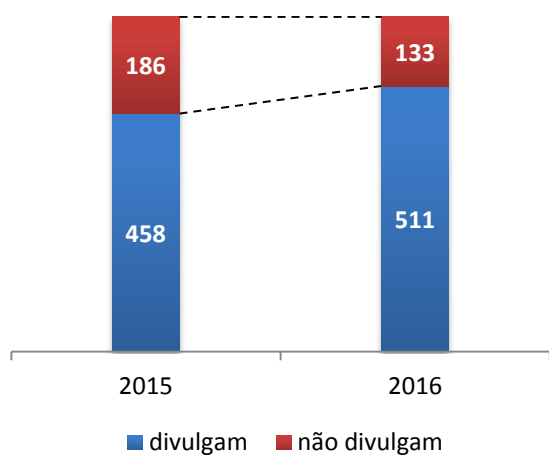


2016

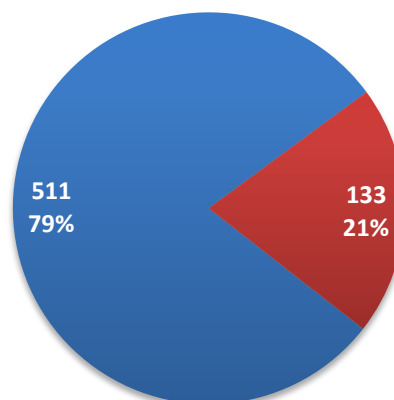


Os dados relativos aos contratos dos processos licitatórios eram divulgados na internet por 458 municípios (71%) em 2015. Em 2016, este número também apresentou aumento, tendo 511 municípios (79%) divulgando estes dados na internet.

Divulgação de contratos de processos licitatórios na internet

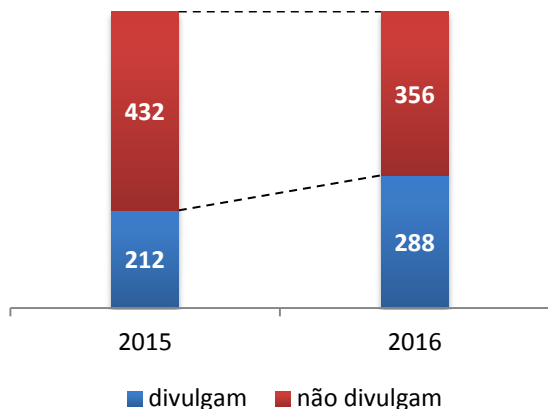


2016

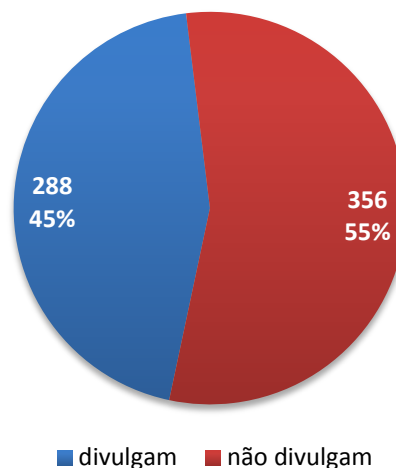


Em relação às atas da comissão de licitação de processos licitatórios, 212 municípios (33%) informaram que os dados eram divulgados na internet em 2014, havendo um aumento para 288 municípios em 2016. Porém mais da metade (55%) dos municípios ainda não divulga estes dados na internet.

Divulgação de dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios na Internet



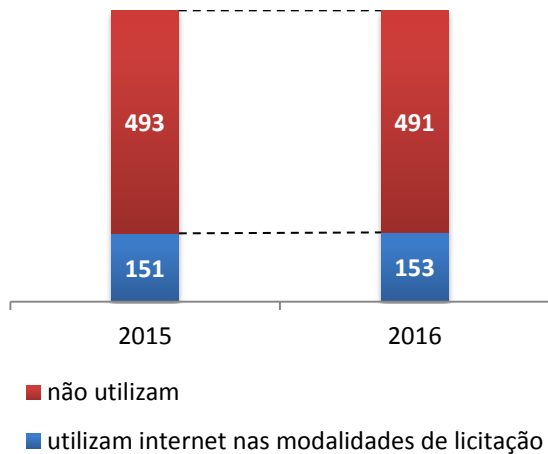
2016



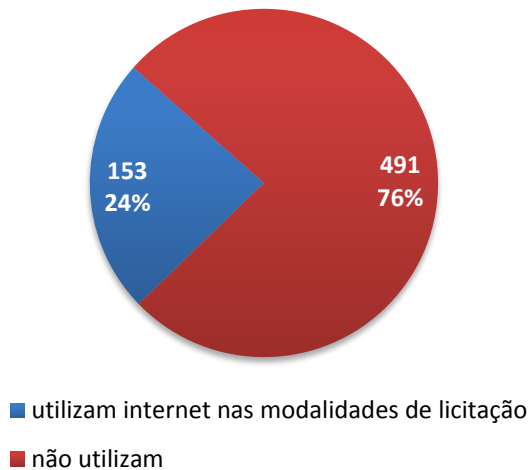
Compras públicas (licitações)^{xxxv}

Em 2015, 151 municípios (23%) informaram que fazem uso da Tecnologia (internet) para as modalidades de licitação. Dentre estes, 56 possuem sistema próprio e 18 utilizam o sistema BEC.

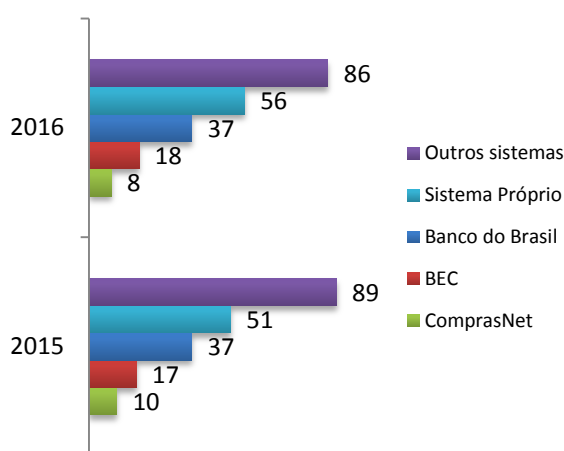
Uso de tecnologia nas modalidades de licitação



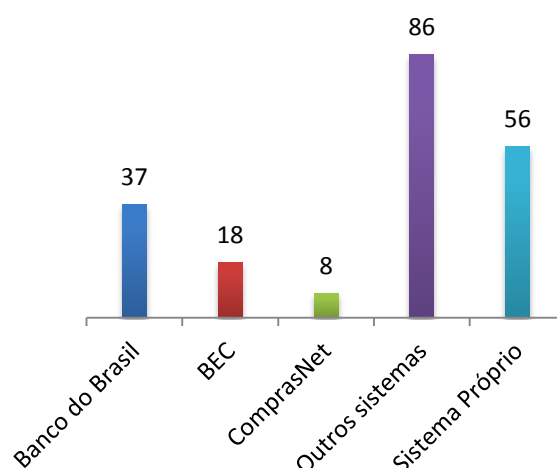
2016



Tecnologia utilizada nas modalidades de licitação



2016

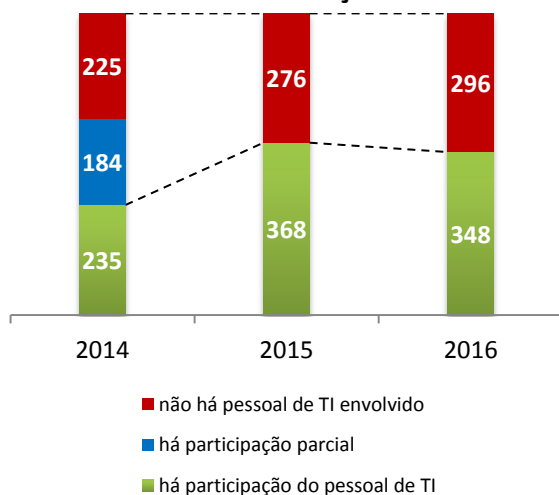


Compras de equipamentos, softwares e serviços de TI

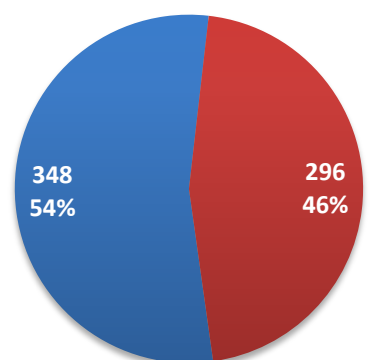
Em 2014, 235 municípios (36%) informaram que o pessoal de TI participava do processo das compras públicas que tinham como objeto equipamentos, softwares e serviços de TI. Em 2015, 368 (57%) tinham esta participação da equipe de TI. E em 2016, este número reduziu para 348 (54%).

As opções de respostas deste quesito foram alteradas em 2015, retirando-se a participação parcial do Pessoal de TI. Assim, o município passou a informar apenas se há participação ou não há participação do Pessoal de TI.

Compras de equipamentos, softwares e serviços de TI



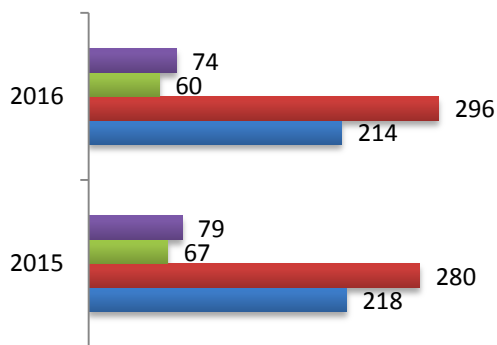
2016



Utilização de Métrica para determinar o tamanho do Software

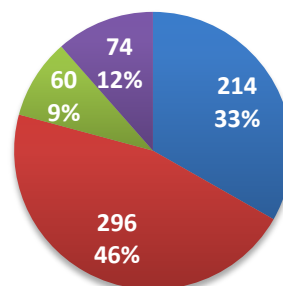
Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de *software*, 67 municípios (10%) utilizaram a métrica de pontos de função para determinar o tamanho do *software* (e conseqüentemente o prazo e o custo) e em 280 municípios (43%) não existia métrica em 2014. Em 2015, houve uma redução na quantidade de municípios que utilizaram a métrica de pontos de função (60 municípios – 9%) e a quantidade que não utilizaram métrica aumentou para 296 municípios (46%).

Métrica utilizada para determinar o tamanho do software



- utilizam uma métrica, mas não a de Pontos de Função
- utilizam a métrica de Pontos de Função
- não utilizam métrica
- não houve licitações de software

2016

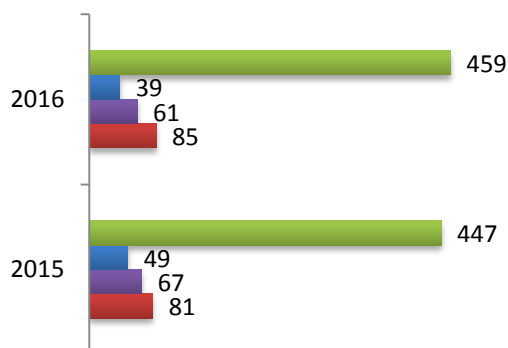


- não houve licitações de software
- não utilizam métrica
- utilizam a métrica de Pontos de Função
- utilizam uma métrica, mas não a de Pontos de Função

Divulgação e Treinamento dos Softwares utilizados

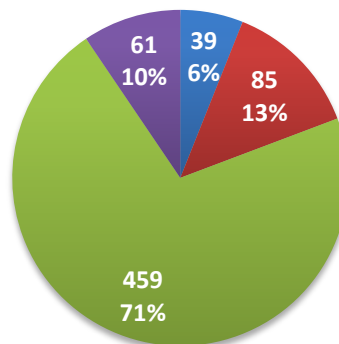
Em 2015, 447 municípios (69%) informaram que realizam divulgação e treinamento de softwares utilizados aos usuários. Em 2016, verifica-se um aumento para 459 municípios (71%).

Divulgação e treinamento dos sistemas e software utilizados



- divulgam e oferecem treinamento de softwares
- há divulgação, mas sem treinamento
- oferecem treinamento, mas não há divulgação
- não oferecem treinamento e nem divulgação

2016



- há divulgação, mas sem treinamento
- não oferecem treinamento e nem divulgação
- divulgam e oferecem treinamento de softwares
- oferecem treinamento, mas não há divulgação

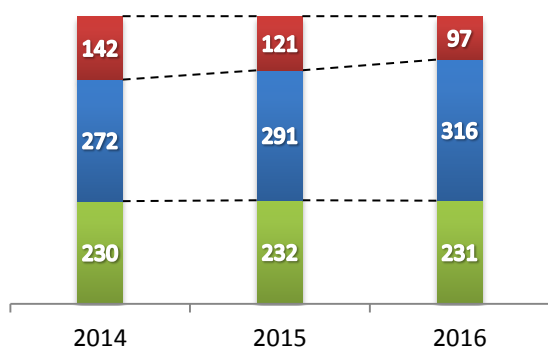
Gerenciamento de dados

Em 2014, mais de 40% dos municípios não gerenciavam diretamente os dados de ISS, IPTU e Dívida Ativa, principais fontes de arrecadação municipal.

Em 2015, o número de municípios com administração direta da Nota Fiscal Eletrônica e dos dados dos contribuintes aumentou 1% (de 230 para 232). Entretanto, também houve um aumento dos municípios que não gerenciavam diretamente os dados de IPTU e da Dívida Ativa no mesmo ano.

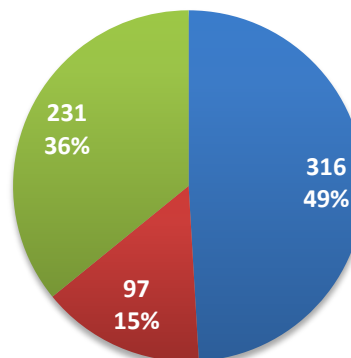
Já em 2016, houve redução tanto na quantidade de municípios que possuem nota fiscal eletrônica (NFE) e possuem os dados de contribuintes em sua posse direta, quanto os que possuem armazenamento eletrônico em um banco de dados do IPTU e da Dívida Ativa sob gerenciamento direto.

Arrecadação tributária municipal de ISSQN



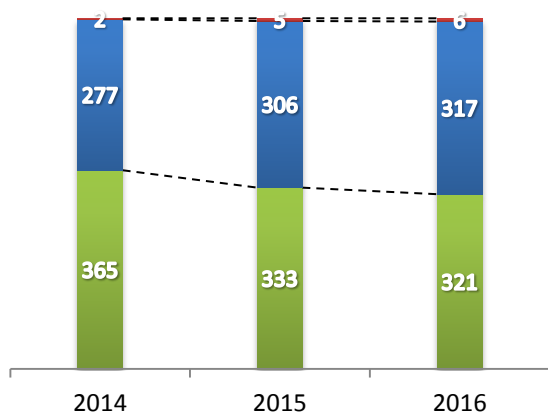
- não implantaram a NFE
- possuem NFE e dados de contribuintes sob gestão indireta
- possuem NFE e dados de contribuintes sob gestão direta

2016



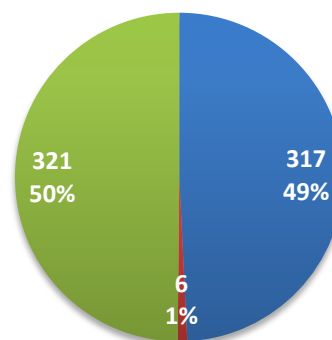
- possuem NFE e dados de contribuintes sob gestão indireta
- não implantaram a NFE
- possuem NFE e dados de contribuintes sob gestão direta

Dados do IPTU



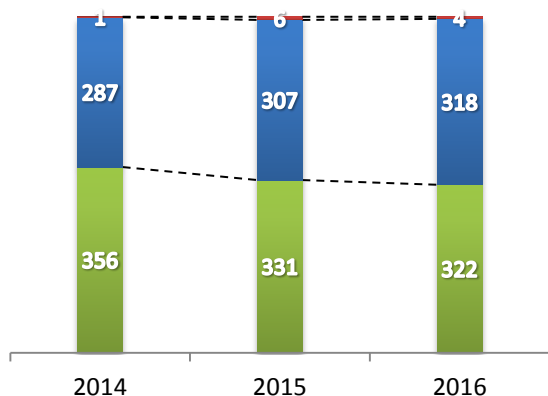
- não possuem registros eletrônicos
- banco de dados sob gerência indireta do município
- banco de dados sob gerência direta do município

2016



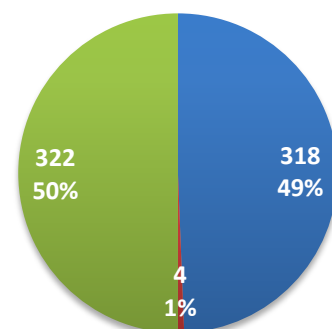
- banco de dados sob gerência indireta do município
- não possuem registros eletrônicos
- banco de dados sob gerência direta do município

Dados da Dívida Ativa



- não possuem registros eletrônicos
- banco de dados sob gerência indireta do município
- banco de dados sob gerência direta do município

2016



- banco de dados sob gerência indireta do município
- não possuem registros eletrônicos
- banco de dados sob gerência direta do município

9.

Resultados dos índices temáticos

As médias dos índices temáticos dos 644 municípios para o exercício de 2016 foram as seguintes:

	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI	Média Geral
IEG-M GERAL	B	B	C+	B	B	C	C+	B

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado A (altamente efetivo)

Não houve municípios classificados na faixa de resultados A (altamente efetivo).

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B+ (muito efetivo)

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI	IEG-M
Agudos	B	A	B+	B	C+	B+	C+	B+
Altinópolis	B+	B+	B+	B+	B	C	B	B+
Américo Brasiliense	B+	B+	B+	B	C	C	B	B+
Andradina	B+	B+	B	B+	A	A	C+	B+
Araras	A	B	B	B+	B+	B+	B	B+
Atibaia	A	B+	C	B+	B+	B+	B	B+
Bady Bassitt	B	A	B	B+	B+	C	B	B+
Bariri	B+	B	B+	B+	A	C	B+	B+
Bocaina	B+	B+	B+	B+	C	B+	C+	B+
Boituva	B+	B+	C+	B+	B	A	B	B+
Botucatu	B	B+	B+	B+	B+	C+	B+	B+
Campos do Jordão	B	B+	B+	B+	B+	B+	C	B+
Cerquilha	B+	B	C+	B+	A	B+	B	B+
Colômbia	B+	B	B+	B	A	B	B	B+
Cosmorama	A	B+	B	B+	B	C	B	B+
Embaúba	B+	B+	B+	B	B+	B	C	B+
Espírito Santo do Turvo	A	A	B	A	B+	C	C	B+
Gabriel Monteiro	B	A	B	B	B+	B+	C	B+
Gália	C+	B+	B+	B+	A	C	C	B+
Guararema	B+	B+	B+	B+	B	C	C+	B+
Guareí	B+	B+	B+	B	B	B	B+	B+
Ibirá	B+	A	B+	B+	B	C	C+	B+

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI	IEG-M
Indaiatuba	A	A	C	B+	A	A	A	B+
Indiaporã	B	A	B+	B+	B+	C	C	B+
Inúbia Paulista	B+	B	B+	A	C+	B	B	B+
Ipuã	B+	B+	B+	B+	B	C	B+	B+
Itanhaém	B+	B+	B+	B	B+	C+	C+	B+
Itararé	B	B+	B+	B+	B	B+	C+	B+
Jeriquara	B+	A	B+	B	B+	C	C+	B+
Louveira	A	A	C	B+	A	B	B	B+
Lucélia	B	B+	B+	A	A	A	C+	B+
Lucianópolis	B	B+	B+	B+	B+	C	A	B+
Macatuba	A	A	B	B+	A	B	C	B+
Magda	B	A	B	B+	B+	C	C	B+
Marília	B+	B+	B	B	A	C+	A	B+
Mendonça	C+	B+	A	B+	A	C	C	B+
Meridiano	A	B+	B+	B+	C	C	C	B+
Mira Estrela	B+	A	B+	B+	B+	C	C	B+
Mogi das Cruzes	B+	B	C+	B+	A	B+	B	B+
Mongaguá	A	B	B+	B+	B+	B+	C	B+
Morungaba	B+	B	A	B+	B+	A	B	B+
Nova Granada	B+	B+	B	B+	B+	C	B+	B+
Novo Horizonte	B+	B	B+	B+	A	C	B+	B+
Olímpia	B+	B+	A	B	B+	A	B	B+
Orlândia	B+	B+	B	B+	A	C	B	B+
Palmital	B+	A	B	B	B+	C	B+	B+
Piratinga	B+	A	C	B+	B+	B+	C	B+
Pitangueiras	B+	B+	B+	B+	B+	C+	B	B+
Potirendaba	B+	B+	B+	B+	B+	C	B	B+
Praia Grande	B+	A	B	B	A	B	B+	B+
Presidente Prudente	B+	A	C+	B+	A	B+	B+	B+
Quadra	B+	B+	B+	B+	A	B+	C+	B+
Quintana	B+	A	B	B+	C+	B+	C	B+
Registro	B+	B+	B+	B+	B+	A	B	B+
Ribeirão Corrente	B+	A	B+	B+	C+	B	C	B+
Sales	B+	B+	B+	B+	B	C	C	B+
Santa Branca	B+	A	B+	B	C	B+	C	B+
Santa Cruz do Rio Pardo	B+	A	B	B+	B+	B	B	B+
Santos	B+	A	B	B	A	A	A	B+
São Bernardo do Campo	B+	B	B+	B	A	A	B	B+
São José do Rio Preto	B+	A	B+	B+	B	B	B	B+
São José dos Campos	B+	B+	B	B+	A	B+	B	B+
Sebastianópolis do Sul	B+	A	B	B+	A	C	C	B+

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI	IEG-M
Socorro	B+	C+	B+	B+	A	B	B+	B+
Tabapuã	B+	B	B+	B+	B	B	C+	B+
Taiúva	B+	B+	B	B+	B+	C	C+	B+
Tanabi	B+	B+	B	B+	B+	C	B	B+
Teodoro Sampaio	B+	B+	B	B+	A	C	C	B+
Tietê	B+	B	B+	B+	B+	A	B	B+
Torre de Pedra	B+	B+	A	B+	B+	C+	C+	B+
Valparaíso	B	B+	B	B+	A	B	B	B+
Várzea Paulista	B+	B+	B	B+	B	B+	B	B+
Vinhedo	A	B+	B+	B	A	A	B	B+
Votuporanga	B	A	B	B+	B+	B+	B+	B+
Total de Municípios com nota B+ no IEG-M								73

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B (efetivo)

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI	IEG-M
Adamantina	C+	B	B	B	B	C	C+	B
Águas da Prata	B	C	C	B+	B+	C+	C	B
Águas de Lindóia	B+	B	C+	B	B	C+	C	B
Águas de São Pedro	B	A	B+	B+	B	C+	C+	B
Alambari	B+	B+	C+	B+	C	C	B	B
Alfredo Marcondes	C	B+	B	B+	B+	C	C	B
Alto Alegre	C+	B+	B	B+	B+	C+	C	B
Alumínio	B	B	C	B	B+	B	B	B
Álvares Machado	B	B+	B	B	C+	A	B	B
Álvaro de Carvalho	B+	B	C+	B	C	C	C+	B
Alvinlândia	C+	C+	B	B+	A	C	C	B
Americana	B+	B+	C	C	B+	A	B	B
Américo de Campos	C+	A	B+	A	C+	C	C	B
Amparo	B	B+	C	B+	B	B	B	B
Angatuba	B	B	B	B	B+	C	C	B
Anhumas	B	B+	C	B	A	C+	C	B
Aparecida d'Oeste	B	B+	B	B	B	C	C	B
Araçatuba	B+	A	C	B	C+	B+	B+	B
Araçoiaba da Serra	B+	C+	B+	B+	C+	C+	C+	B
Aramina	C	A	B+	B	C	C	B	B
Arandu	B+	B	C+	B	C	C	C	B
Araraquara	B+	B+	C	B+	A	A	B	B
Arco-Íris	B+	B	C	B+	B	B	B	B
Areias	B	B+	C	B+	C	C+	C	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Ariranha	C	B	B+	B	B	C	C	B
Artur Nogueira	B	B+	C	B	B+	B+	C+	B
Arujá	B+	B+	C	B+	B	C+	B+	B
Assis	B	B+	B	B	C+	C	B	B
Auriflama	B+	B+	C+	B+	C	C	B	B
Avanhandava	B+	B+	C	B	B	C	C	B
Avaré	B+	B	C	C+	B	B+	B	B
Bálsamo	B	B+	B+	B+	B+	C	C+	B
Barão de Antonina	B	C+	B	B+	B	C	C	B
Barra Bonita	C+	C+	B+	B	B+	C	C+	B
Barretos	B+	B+	B+	B	B	C+	B	B
Barueri	B+	B+	C	B+	B+	A	B+	B
Bastos	B	B+	B	B+	B+	C	C+	B
Bauru	B	A	C	B	B+	B+	A	B
Bebedouro	B+	A	C	B	C+	A	B	B
Bernardino de Campos	B+	B	B	B	C	C	C+	B
Birigui	B	B	C	B+	B	B+	B	B
Borá	B+	A	C	B+	C+	C	C	B
Boracéia	B	A	C	B+	B	C	B	B
Borborema	C+	C+	C+	B+	B+	C	B	B
Bragança Paulista	C+	B	C	B+	B+	B+	B	B
Braúna	B	B+	C	B	A	C	C	B
Brejo Alegre	B	B+	B+	B+	C+	C	C	B
Brodowski	C+	B+	B	B	C	C	B	B
Brotas	B+	B+	C	B	B	C	C+	B
Buri	B	B+	C	B	B	B	C	B
Buritama	B	B+	C	B+	B+	C+	B	B
Buritizal	C+	B	B	B+	C	C	C	B
Cabrália Paulista	C+	B	B	B+	B+	B+	C	B
Cabreúva	B+	B+	C	B+	B+	B+	B	B
Caconde	B	B+	C	C+	B	B	B	B
Cafelândia	B	A	B+	B	C	C	B	B
Caiabu	B	B	B	B	C	B	C	B
Caieiras	B+	B	C	B+	B	A	C	B
Cajamar	B	C+	B	B+	B	A	C	B
Cajati	B+	B	C+	B+	B+	A	C+	B
Cajobi	B	B+	C	B+	B	C+	C+	B
Campina do Monte Alegre	C	B+	B	B	C+	C	C	B
Campinas	B+	B+	C	B	A	A	B+	B
Canas	C+	B+	B	B	C	B+	C	B
Cândido Mota	B+	B+	C	B+	B	C	B	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Cândido Rodrigues	B+	B+	B	B	B	C+	C	B
Capão Bonito	B+	C+	A	B	C+	B+	C+	B
Capela do Alto	B	B	C	B+	B	B+	C	B
Capivari	B	B+	C	B	A	A	B	B
Caraguatatuba	B	B+	C+	B+	B+	A	B+	B
Carapicuíba	B+	C+	C+	B	B	B+	B	B
Cardoso	C+	B+	C	B+	C	C	C+	B
Casa Branca	B	B	B	B+	B+	C+	B	B
Castilho	A	A	C	B+	A	C	C	B
Catanduva	A	B+	C	B	A	B+	B	B
Cedral	B+	B	B+	B+	C+	C	C	B
Cerqueira César	B+	B	A	B	C	C	C+	B
Clementina	B	B	C	B+	B+	C	C	B
Colina	B+	B+	C	B+	B	C+	B	B
Conchal	B+	B	C+	B+	B+	C	B	B
Conchas	A	B	C	B+	B+	B	C+	B
Cordeirópolis	B+	B+	C	B	C	C	C+	B
Coronel Macedo	B	B	C+	B+	B	C	C	B
Corumbataí	B+	B	B	B+	B+	C	B	B
Cravinhos	B+	A	C	B	C+	C	C+	B
Cunha	B	A	C	B	C	B+	C	B
Descalvado	B+	B	C	B+	C	C	B	B
Diadema	B+	B+	C+	B	B+	B+	B	B
Dirce Reis	B	B+	B+	B+	B+	C	C	B
Divinolândia	B	B+	C	B+	B+	C+	B	B
Dobrada	B	C+	B+	B+	C	C	B	B
Dois Córregos	B+	B	C	B+	C	C	C+	B
Dourado	C	B+	B+	B+	C	C	B	B
Duartina	C+	B+	B+	B+	C	C+	B+	B
Echaporã	B	A	C	B+	B+	C	B+	B
Elias Fausto	B+	B	B	B+	B	C+	C	B
Elisiário	B	B+	B	B+	C+	C	C	B
Embu das Artes	B	B	B	B	C	B	C+	B
Engenheiro Coelho	B	C+	B+	B	C	B+	C	B
Espírito Santo do Pinhal	B	C+	B	B+	B+	C	B+	B
Estrela d'Oeste	C+	A	B+	B+	C	C	C	B
Estrela do Norte	B	B+	B	B	C+	C	C	B
Fartura	B	B	C+	B+	B+	C	B	B
Fernandópolis	C+	A	C	B+	A	B	B	B
Fernando Prestes	B+	B+	B	B+	B+	C	C+	B
Fernão	C+	B+	C+	B+	A	C+	B+	B
Ferraz de	B	B+	C	B	C	B	C	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Vasconcelos								
Flora Rica	B	B	B	C+	B+	B+	C	B
Flórida Paulista	B	B	B+	B	B	C	C	B
Franca	B+	B+	C	B	B+	C	B+	B
Francisco Morato	B	B+	C+	B+	B	A	B	B
Franco da Rocha	B	B	C+	B+	C+	B+	C+	B
Gastão Vidigal	B	B+	B+	B+	B+	C	C+	B
Getulina	B	B	B+	B+	C+	B+	C	B
Glicério	B+	B+	B	B	B	C	C	B
Guaimbê	B	B+	B	B+	B+	C	C+	B
Guaíra	B+	B	B	B+	B	C	B+	B
Guapiaçu	A	B+	C	B+	B	C	C	B
Guapiara	B+	B	C	B+	C	B+	C	B
Guaraçaí	B	C+	B	B	B	C	B	B
Guaraci	C+	B	C+	B+	C+	C	C	B
Guarani d'Oeste	C	A	B+	B	B	C	C	B
Guararapes	B	B	B	B	B+	C	B	B
Guariba	B+	B+	C	B+	A	B	B	B
Guarujá	B	B	C+	B	B+	C+	B	B
Herculândia	B	B+	C	B+	C+	B	C	B
Holambra	B	B	B	B	B+	C+	C+	B
Hortolândia	B+	B	C	B+	B	B+	B	B
Iacanga	B	B	C	B	B+	C+	B+	B
Iacri	B	B+	C	B	B+	C	B	B
Iaras	B+	B+	C+	B+	C+	C	C	B
Ibaté	B+	B	B	B+	B	C	B	B
Ibitinga	C+	B	C	B+	B	B	C	B
Ibiúna	B	C	B+	B+	C	C	C	B
Icém	B+	A	C	B+	B	C	C+	B
Iepê	B	A	B	B+	C+	C	C	B
Igarapava	B+	B+	C+	B	C	C	C+	B
Igaratá	B	C+	B+	B+	B	C	C	B
Ilhabela	B+	A	C	B	B+	B+	B	B
Ilha Comprida	B+	C+	B	C	C+	B+	B	B
Ilha Solteira	B+	A	C	B+	B+	B+	C+	B
Iperó	B	B	C	B+	B	B+	B	B
Ipeúna	B+	B	B	A	C	C	C	B
Ipiguá	B	B+	B+	B+	C+	C	B	B
Iporanga	B	B	C+	B+	B	C+	C	B
Iracemápolis	B+	B+	A	B	C	B	C	B
Irapuã	C+	B+	B	B	C+	C	C	B
Itaí	C+	C+	C+	B	B+	C	B	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Itajobi	C+	B	B	B+	B+	B	B	B
Itaju	B+	B+	B+	B	B	C	C	B
Itaóca	B	B	C+	B+	C	C	C	B
Itapecerica da Serra	B	C+	C+	B+	B+	B+	B	B
Itapetininga	B	B	C	B	C+	B+	B	B
Itapevi	B	B	C	B+	B+	C	C	B
Itapira	B	B+	C	B	A	B+	C	B
Itapirapuã Paulista	C+	B+	C	B+	B	B+	C	B
Itápolis	B	A	B	B+	C+	C+	C+	B
Itatiba	B+	B+	B	B	B	A	B	B
Itatinga	C+	B	C+	B+	B+	C+	C+	B
Itirapina	B+	B+	B+	B	B	C	B+	B
Itirapuã	B+	B	C	B+	C	C	C	B
Itu	B+	C+	C	B	A	A	B	B
Itupeva	C+	B	B	B	B	B	B	B
Ituverava	B+	B+	C	B	C+	A	C+	B
Jaboticabal	B+	B+	C	C	A	A	B	B
Jacareí	B+	B+	C	B+	B	A	B+	B
Jaci	C+	B+	C	B+	B	C	C+	B
Jacupiranga	B	C	B+	B	C	B	C	B
Jaguariúna	B	B+	C	B+	A	A	C+	B
Jambeiro	C+	B	B	B+	C	B	C	B
Jardinópolis	B+	B	C	B	B+	C	C+	B
Jarinu	B	B+	C	C+	B	B+	B	B
Jaú	B	B+	C	B	B	B	B	B
Joanópolis	B+	B	B+	B+	B+	C+	C	B
João Ramalho	C+	B	B	B+	C+	C	C	B
José Bonifácio	B	B	B+	B	B+	C+	C+	B
Júlio Mesquita	B	B+	B	C+	C+	C	C+	B
Jumirim	B	B+	B	B+	B	C	C+	B
Jundiaí	C	B+	B	B	B	A	B+	B
Junqueirópolis	B+	B	C	B+	B+	C	B	B
Juquiá	C+	B	B	B	C+	B	C	B
Juquitiba	B	C	B	B	C+	B+	C	B
Lagoinha	B+	B+	C	B+	C	B+	C	B
Laranjal Paulista	B	C+	C	B+	B	B	B	B
Lençóis Paulista	B+	B	C	B	A	C	A	B
Limeira	B+	C+	C	B+	B+	B+	B	B
Lindóia	B+	B	C	B	B+	C	C+	B
Lins	B+	A	C	B	A	A	B	B
Lorena	B+	B+	C	B+	B+	A	C	B
Lourdes	B+	A	C+	B+	C+	C	C	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Luiziânia	B	B+	C	B+	B+	C	C	B
Lutécia	C+	B	B	B+	B	C	B	B
Macaubal	C+	B	B	B	C+	C	B+	B
Macedônia	B	A	B+	B+	B	C	B	B
Mairinque	B	C+	B	B+	C+	C	B	B
Manduri	C+	B+	B	B	B	C	C+	B
Maracaí	C	B+	B	B+	B+	B	C+	B
Marapoama	A	B	B	B	C	C	C	B
Mariápolis	C	B	B	B+	B+	C+	C	B
Marinópolis	B+	B+	B	A	C	C	C	B
Martinópolis	B	A	B	B	B	C	B+	B
Matão	B	C+	C	B	B	B+	B	B
Mauá	B	B+	C	C+	A	B	B	B
Mesópolis	B	B+	B+	B+	B	C	C	B
Mineiros do Tietê	B+	B+	C+	B	C+	C	C	B
Miracatu	C	B	B+	B+	B+	B+	C	B
Mirandópolis	B+	B+	C	B+	B	B+	C+	B
Mirante do Paranapanema	B	B+	C+	B	C+	C	B	B
Mirassol	B	B+	C	B	B+	C	B	B
Mirassolândia	C+	B+	B+	B+	C+	C	C+	B
Mococa	B+	B+	C+	C+	B	B+	C+	B
Mogi Guaçu	B+	B+	C	B	B+	B	B	B
Mogi Mirim	B	B	C+	B+	C+	B	B	B
Mombuca	B	B	A	B+	B	C	B	B
Monções	B	B+	B+	A	B	C	C	B
Monte Alto	B	B	C	B	B+	A	B	B
Monte Aprazível	B+	B+	C+	B+	C+	C	C+	B
Monte Azul Paulista	B+	C+	B+	B+	C	C+	B	B
Monte Castelo	B	B+	B	B+	B+	C	C	B
Monteiro Lobato	B	B+	B	B	C+	B	C+	B
Monte Mor	B	B	C	B+	B	B+	C+	B
Morro Agudo	C+	B+	C	B+	B	C	C+	B
Motuca	B	B	B	B+	B	C	B	B
Murutinga do Sul	B	B+	B+	B	B	C+	C	B
Narandiba	B	B+	C	B+	B+	C	C	B
Natividade da Serra	C	B	B	B+	C+	C+	C+	B
Nazaré Paulista	B+	C+	B+	A	C	C	B	B
Neves Paulista	B+	B+	A	B+	C	C	C	B
Nhandeara	C+	B	B+	B+	A	C	B	B
Nova Aliança	C+	B	B+	B	B+	C	C	B
Nova Canaã Paulista	B	B+	B+	B+	B+	C	C	B
Nova Castilho	B	A	B	B+	C+	C	C	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Nova Guataporanga	C+	B+	B+	B+	B+	C	C	B
Nova Odessa	B+	B	C	C+	B+	B+	B	B
Nuporanga	C+	B	B+	B+	C	C	C	B
Ocauçu	B+	B+	C	B	B	C	C	B
Óleo	B	B	C+	B	C+	C	C	B
Onda Verde	C+	A	B+	B+	B	C	C	B
Orindiúva	B+	A	C	B+	C	C	C+	B
Osasco	B	B+	C	B	B+	A	C+	B
Oscar Bressane	B+	B+	B	B	B	C	C	B
Osvaldo Cruz	B	B	C+	B+	B+	B+	C	B
Ourinhos	B+	B	B	B	C	B+	B	B
Ouroeste	B	A	B+	B	B	C	C	B
Pacaembu	C	B	B+	A	B	C	C	B
Palestina	B+	B	B	B	C	C	C	B
Palmares Paulista	C	A	C	B+	B	C	C	B
Palmeira d'Oeste	B	B	B	B	C+	C	C	B
Panorama	B	B	B	B+	B+	C	C+	B
Paraguaçu Paulista	B+	B+	C	B	B	C	C+	B
Paraibuna	C+	C	B+	B+	C+	A	B	B
Paraíso	B+	B+	B	B+	B	C	B	B
Paranapuã	B	A	B	B+	C+	C	C	B
Pariquera-Açu	B	B+	B	B+	B+	A	C+	B
Patrocínio Paulista	B	B	B	B+	B+	B+	C+	B
Paulínia	B	B	B+	B	B+	B+	B	B
Paulistânia	C+	B	C	B+	A	B	C	B
Pederneiras	B+	B	C	B+	B	A	B	B
Pedranópolis	B	B+	C	B+	C+	C	C	B
Pedreira	B+	B+	B	C+	B	A	C+	B
Pedrinhas Paulista	B+	B+	B	A	B	C	C+	B
Penápolis	B+	B	C	B	A	B	B	B
Pereira Barreto	B	B	C	B+	B+	C+	C	B
Piacatu	B+	B	B	B+	B+	C	C	B
Piedade	B+	B+	C	B+	B	B+	C+	B
Pilar do Sul	C+	B+	B	B+	C	B	C+	B
Pindamonhangaba	B	B	B	B	C+	A	B	B
Pindorama	C	B+	B	B+	C	C	C	B
Piquerobi	C	B+	B	B	C	C	C	B
Piquete	B+	B	C	B+	B+	A	C	B
Piracicaba	B	A	C	B+	A	A	B+	B
Piraju	B	B+	C+	A	C+	C	C+	B
Pirajuí	C+	B	B	B	C	C+	B	B
Pirangi	B+	B+	C	B+	A	B	B	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Pirapozinho	B	B	C+	B	C+	C	C+	B
Pirassununga	B	B	C	B	A	B+	B	B
Planalto	B+	B+	C	B	C+	C	C	B
Platina	C+	B	C	B+	B	B	C	B
Poloni	B	B+	B+	B+	C	C	C	B
Pompéia	B+	B	C	B+	B+	C	B	B
Pongáí	B	B	B	B+	A	C+	C	B
Pontes Gestal	C	B+	B	B+	B	C	C	B
Populina	B	B	B+	B+	C+	C	C	B
Porangaba	C+	B+	B+	A	C	A	B	B
Porto Feliz	B	C+	C	B+	B	B+	B	B
Porto Ferreira	B+	B+	C	B+	C	A	C+	B
Pradópolis	C	B	B	B+	B+	B+	C+	B
Pratânia	C	B+	B	B+	C	C	C	B
Promissão	B	B+	B	B	B+	B+	C+	B
Quatá	B	B	C	B+	B+	B	B	B
Rafard	B	C+	B+	B+	B	B+	B+	B
Rancharia	B+	B	C	B	A	C	B	B
Redenção da Serra	B+	B	B	B+	C+	C	C	B
Regente Feijó	B	B	C	B	B+	C	C	B
Reginópolis	B	B+	B	B+	C	C	C+	B
Ribeira	B	B+	B	B	C	B+	C	B
Ribeirão do Sul	B+	B+	B+	B	C+	C	C	B
Ribeirão Grande	C	B+	B+	B	B+	B	C	B
Ribeirão Preto	B+	B+	C	B	A	B	B	B
Rifaina	B	B+	C+	B+	A	B+	C	B
Rincão	B+	B	C	B	B+	C+	B	B
Rinópolis	B	A	C	B	A	C	C	B
Rio Claro	B	B+	C	B	B+	A	B	B
Riolândia	C+	B	B	B+	C	C	C+	B
Riversul	C+	B+	C	B+	A	B+	C	B
Rosana	B+	B+	B	B	B	C	C+	B
Roseira	B	B+	B+	B	C+	C	C+	B
Rubiácea	B	B+	C+	A	B	C	C	B
Rubinéia	B+	A	C	B+	B+	C	C	B
Sagres	C+	C+	B+	B+	C+	C	C	B
Salmourão	B	B	B	B+	C	C	C	B
Salto	C+	B+	B+	B+	B+	B	C+	B
Salto de Pirapora	B	B+	C	B+	A	B+	B	B
Sandovalina	B	B+	C	B	A	C	C	B
Santa Adélia	C+	B+	C	B+	B+	C+	C	B
Santa Albertina	C+	B	B+	B+	C	C	C	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Santa Bárbara d'Oeste	B+	B+	C	B	B	A	B	B
Santa Cruz da Conceição	B+	B+	C	B+	B	C	C	B
Santa Cruz da Esperança	B	B+	C	B	B+	B+	C	B
Santa Cruz das Palmeiras	B	B	C+	B	B	B+	B+	B
Santa Ernestina	C+	B+	C+	B	B+	C	C	B
Santa Fé do Sul	B+	B+	C	A	B+	C	B	B
Santa Gertrudes	B+	B	C	B+	B	C+	C+	B
Santa Lúcia	B+	C+	B+	B	C+	C	C	B
Santa Maria da Serra	B+	B+	A	B+	C	C	C	B
Santa Mercedes	B	B+	C+	B	B	C	C	B
Santana da Ponte Preta	C	B+	B+	B+	B	C	C	B
Santana de Parnaíba	B+	A	C	B+	B+	B+	B+	B
Santa Rita d'Oeste	B+	A	C	B+	C	C+	C+	B
Santa Rita do Passa Quatro	B+	B+	C	B+	C+	B	B	B
Santa Salete	B	B+	B+	B+	C+	C	C	B
Santo Anastácio	B	C	B	B+	B	C	C	B
Santo Antônio da Alegria	B+	B+	C	B+	B	C	C+	B
Santo Antônio do Aracanguá	B	B+	C	B+	B	C	C+	B
Santo Expedito	B	B	B+	B+	B+	C	C	B
Santópolis do Aguapeí	B	B	B	B+	B	C	C	B
São Bento do Sapucaí	B+	C+	C	B+	B+	C+	C+	B
São Caetano do Sul	B	C+	C	C+	B+	B+	B	B
São João da Boa Vista	B+	B	C+	B+	B+	C+	B+	B
São João das Duas Pontes	C	B+	B+	B+	C	C	C	B
São João de Iracema	B+	B+	C	B	B	C+	B	B
São João do Pau d'Alho	B+	B+	C	B+	B+	C	C	B
São Joaquim da Barra	B	B+	C	B	B+	C	B+	B
São José do Barreiro	C+	B+	B	B	C	C	C	B
São Manuel	B+	B	B	B+	B+	C	C+	B
São Miguel Arcanjo	B	C+	B+	B+	B+	C	B	B
São Pedro	B+	B+	C	B+	C+	B+	B+	B
São Pedro do Turvo	B	B+	C+	B+	B	C	C	B
São Roque	A	B+	C	B+	B	B+	B	B
São Sebastião	B	B	C	B	B+	B+	C+	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
São Sebastião da Gramma	C+	B	B	B+	B	C	B	B
São Simão	B	B	C+	B	B+	B+	B	B
Sarapuí	B	C	B+	B	C+	C+	C	B
Serra Azul	C+	B+	B	B	B	B+	C	B
Serra Negra	B+	C+	B+	B+	B	B+	B	B
Sertãozinho	B+	A	C	B	B+	A	B	B
Sete Barras	B+	B	B	B	C+	C+	C	B
Severínia	B	B+	C	B	B	C	B	B
Sorocaba	B+	B+	C	B+	A	C+	B+	B
Sud Mennucci	A	B+	C	B+	B	C+	C+	B
Suzanápolis	B+	B+	C+	B	C	C	C+	B
Tabatinga	B	B	C	B	C+	C	B	B
Taboão da Serra	B+	B	C	B+	B+	A	A	B
Taciba	B	B+	B	B	B	C	C	B
Taguaí	B	B	B	B+	B+	C	C+	B
Taiacu	A	B+	B	B+	C	C	C+	B
Tambaú	B+	B+	B	B+	B	C+	B	B
Tapiraí	B+	B	B+	B+	B	C+	C+	B
Tapiratiba	B	B	C+	B+	B+	B+	C+	B
Taquaral	B	A	B+	B+	C+	C	C	B
Taquaritinga	B+	C+	C	B	B	C+	C	B
Taquarituba	C+	B	C	B+	B+	B+	C+	B
Taquarivaí	B	B+	C+	B+	C+	B	C+	B
Tarabai	B	B	B	B	B	C	C	B
Tarumã	B+	B+	B	B+	B+	C	B	B
Tatuí	B	B+	C	B	A	C	C	B
Taubaté	B+	A	C	B	B+	A	C+	B
Tejupá	B	C+	B	B+	B	C	C	B
Terra Roxa	B+	B	B+	B+	C	C	C	B
Timburi	B	B+	C+	B+	B	C	C	B
Tremembé	C+	C+	B+	C+	C+	A	B	B
Três Fronteiras	B	B+	B	B	B	C	C	B
Tuiuti	B+	B	C	B+	C	C+	C+	B
Tupã	B	B+	C	B	B+	B+	B	B
Tupi Paulista	B	B+	C+	B+	A	C	C	B
Turiúba	C+	B+	B+	B+	C+	C	C	B
Turmalina	B	B+	B+	B	C	C	C	B
Ubarana	B+	B+	B+	B	C	C	C	B
Ubatuba	C+	B	C	B+	B	B+	C+	B
Uchoa	B+	A	B	B	B+	C	C	B
Uru	C+	C+	B	B+	C	C	C	B
Valentim Gentil	C+	B+	B	B+	B	A	C+	B

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Valinhos	B+	B	C	B+	C+	A	B	B
Vargem Grande do Sul	B+	B	C	B	B+	C	B	B
Vargem Grande Paulista	B+	C+	B	B+	B	C	B	B
Vera Cruz	B	B	B	B	B	C	B+	B
Viradouro	B	B+	C	B	B+	B+	B	B
Vista Alegre do Alto	B	B	B+	B+	C	C	C	B
Zacarias	B+	B+	B+	B	C+	C	C	B
Total de Municípios com nota B no IEG-M								399

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C+ (em fase de adequação)

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Aguaí	B	B	C	B+	C	C	C+	C+
Águas de Santa Bárbara	C	B	B	B	C+	C	C+	C+
Analândia	C	B+	C+	B	B	C	C	C+
Anhembi	B+	B	C	B	C+	C	C	C+
Aparecida	C+	B	C	B	C+	B	C	C+
Apiaí	B	C+	C	B	C+	A	C	C+
Araçariguama	B	B	C	B	C	A	C	C+
Arapeí	C	B+	C	B+	C	B+	C	C+
Arealva	C	B	B	B+	C	C	C	C+
Areiópolis	B	B	C	B	C	C	C+	C+
Balbinos	C	B	B	B	C	C	C	C+
Barbosa	C	B	C+	B+	B	C	C+	C+
Barra do Turvo	C	B	B	B	C+	B	C	C+
Barrinha	B	B	C	B+	C	C	C	C+
Batatais	B	B	C	B	C	C	B	C+
Bento de Abreu	C+	B	C	B+	B+	C	C	C+
Bertioga	B	B	C	B	C+	B	C	C+
Biritiba-Mirim	B	C+	C	B+	C	C	C	C+
Boa Esperança do Sul	B	B	B	B+	C	C	C+	C+
Bofete	C+	B	C	B	B	B	C+	C+
Bom Jesus dos Perdões	B	C	C+	B	C	C	C	C+
Bom Sucesso de Itararé	B+	B	C	B+	C	C	C	C+
Borebi	C	B+	B+	B+	B	C	C	C+
Caçapava	B	C+	C	B	C+	B+	B	C+
Cachoeira Paulista	B	C+	C	B	C	C	C+	C+
Caiuá	B	B+	C	B	B	C	B	C+
Cajuru	C+	B	C	B+	C+	C	C+	C+

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Campo Limpo Paulista	B	C+	C	C+	B	A	B	C+
Campos Novos Paulista	C	C+	C	B+	B+	C	C	C+
Cananéia	B+	C+	C	B	C+	C	C	C+
Canitar	B	B+	C	B	C+	C	C	C+
Cássia dos Coqueiros	B	B+	C	B	C	C	C	C+
Catiguá	B	C+	C+	B	B	C	C	C+
Cesário Lange	C+	B	C	B+	B	C	B	C+
Charqueada	B	B	C	B	B	C+	B	C+
Chavantes	C	B	C	B	C	C	B	C+
Coroados	B	B	C	B	C	C	C+	C+
Cosmópolis	C+	B	C	B	B+	C+	C	C+
Cotia	C+	B	C	B	C+	C+	C+	C+
Cristais Paulista	C+	B+	C	B	C	C+	C	C+
Cruzeiro	B	C+	B	C+	C+	B	C	C+
Cubatão	B	C+	C	C+	B	A	C+	C+
Dolcinópolis	C	B	C+	B	C	C	C	C+
Dracena	C	B	C	B	B+	B	C+	C+
Dumont	B	B	C	B	C	C	C	C+
Eldorado	B	C	B	B	C	B	C	C+
Embu-Guaçu	C+	B	C	B	C	C+	C	C+
Estiva Gerbi	B	B	B	B	B+	C	B	C+
Euclides da Cunha Paulista	C+	B	C+	B	B+	C	C	C+
Florínia	C	B	C+	B	C	C	C	C+
Garça	B	B+	C	B	C	C	B	C+
Gavião Peixoto	B+	B+	C	C+	C	C	C	C+
General Salgado	C+	B	C+	B+	C	C+	C	C+
Guará	C	B	C	B	B	C	B+	C+
Guarantã	C+	B+	C	B	C+	C	C	C+
Guarulhos	C+	B+	C	B	B+	B	B+	C+
Guataporá	B	B	C+	B	C+	C	C+	C+
Igaraçu do Tietê	B+	B	C	B	C	C	C	C+
Iguape	C+	C	C+	C+	C	C+	C	C+
Indiana	C+	B	B+	B	C	C	C	C+
Itaberá	C	C	C	B+	B	C	C	C+
Itaporanga	C	B	C	B+	B	C	C	C+
Itapuí	B	B	B	B	C	C	C	C+
Itapura	C+	C+	C	B+	B	C	C	C+
Itaquaquecetuba	B	C+	C	C+	C+	C+	C	C+
Itariri	B	B	C	B+	C	B	C	C+
Itobi	C	B+	B	B+	C	C	C	C+
Jaborandi	C+	B+	C	B	C	C	C	C+

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Lavinia	B	B	C	B	C+	C	C	C+
Lavrinhas	B	C	C	B+	C	A	C	C+
Luís Antônio	B	B	C	B	A	C	C	C+
Lupércio	B	B	B	B	C	C	C	C+
Monte Alegre do Sul	C	B+	C+	C+	C	C	C+	C+
Nantes	B	B	C	B+	C	C	C	C+
Nova Europa	B	A	C	C+	C	C	C	C+
Novais	B	B	C+	B	C	C	C	C+
Nova Luzitânia	C+	B	C	B+	B+	C	C	C+
Oriente	C+	B	C	B+	B	C	C+	C+
Ouro Verde	B	B	B	B+	C	C	C	C+
Paranapanema	C+	B	C	B	B+	C	C+	C+
Parapuã	B	B	C+	B+	C	B	C+	C+
Pardinho	B	C+	C+	B	B	C	B	C+
Parisi	C	B+	B+	B+	C+	B	C	C+
Pedra Bela	C	B	C+	B+	C	C	C	C+
Pedregulho	B	B+	C	C+	B	A	B	C+
Pedro de Toledo	C	C	B	B+	C	C	C	C+
Pereiras	C+	B+	C	B	B+	C	B	C+
Peruíbe	B	C+	C	C+	C+	C	C+	C+
Pinhalzinho	B	C+	C	B+	C	B+	B	C+
Piracaia	B	C+	C+	B+	C	C	C	C+
Pirapora do Bom Jesus	B	B	C+	C+	C	C	C	C+
Poá	C	C+	B	B	B+	A	C+	C+
Pontal	B	B	C	B+	B	C	B	C+
Pontalinda	C+	B	C	B	B+	B	C+	C+
Pracinha	C+	B	B+	B	C	C	C	C+
Presidente Alves	C	B	B+	B	B	C	C	C+
Presidente Bernardes	C	B+	B	C+	C	C	C+	C+
Presidente Epitácio	B	B+	C+	B+	B+	C	B	C+
Queiroz	C	B+	C+	B+	B	C	C	C+
Queluz	B	B+	C	B	C	C+	C	C+
Restinga	C	B+	C	B	B+	C	C	C+
Ribeirão Bonito	C+	B+	C	B+	C	C	C	C+
Ribeirão dos Índios	B	B+	C	B+	C+	C	C	C+
Sales Oliveira	C	B	B	B+	C+	C	C+	C+
Saltinho	B	C+	C	B+	C+	C	C	C+
Salto Grande	C+	C+	B	B	C	C	C	C+
Santa Rosa de Viterbo	C	C+	C	B+	B	C	B	C+
Santo Antônio do Jardim	C+	B	C	B	B	C	C	C+
São Carlos	B	B	C	C+	B	B+	C+	C+
São Francisco	C+	B	C	B+	C	C	C	C+

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
São Lourenço da Serra	C	C+	C	B	C	B	C+	C+
São Luís do Paraitinga	C+	B	C+	B	C	B+	C+	C+
Silveiras	C+	C+	B	B	C	C	C+	C+
Suzano	B+	C+	C	B	B	B	C+	C+
Torrinha	C+	B+	C	B	B	C	B	C+
Trabiju	B	B+	C	B	C	C	C	C+
Ubirajara	B	B	C	B+	B	C	C	C+
Urupês	B	B	C	B	B	C+	C	C+
Vitória Brasil	C+	B+	C	B+	C+	C	C	C+
Total de Municípios com nota C+ no IEG-M								119

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C (baixo nível de adequação)

Município	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov Ti	IEG-M
Adolfo	B	A	B	B	B	C	C+	C
Altair	B	B+	C	B+	B	C	C+	C
Álvares Florence	C+	B+	B+	B	C	C	C	C
Aspásia	B	B+	C+	B	B+	C	C	C
Avaí	C+	C+	C	C+	C	C	C	C
Bananal	C	B+	C	B	C	B	C+	C
Barra do Chapéu	C	B	C+	B	C	B	C	C
Bilac	C	B	C	B+	B+	C	C	C
Cruzália	B	B+	C+	B	A	C	B	C
Emilianópolis	C+	B+	C+	B	C+	C	C	C
Floreal	B+	B+	B	B	B+	A	C	C
Guaiçara	B	C+	C	B	B	B	C+	C
Guaratinguetá	C	B	C	B+	B+	B	B	C
Guzolândia	A	B	B	B+	B+	C	C	C
Ibirarema	B+	B	C+	B	B+	B+	B+	C
Ipaussu	B	B+	C	B	C	C	C+	C
Irapuru	C+	B+	C	B	B	C	B	C
Itapeva	B	B+	C	B	C	A	B	C
Jales	B	B	C	C	A	C	C	C
Jandira	C+	B	C	B	C+	C	C+	C
Leme	C	C+	C	C	C+	B	B	C
Mairiporã	B	C+	C	B	B	B	B	C
Marabá Paulista	C	B+	C	B	C+	C	C	C
Miguelópolis	C	C	B	B	C	C	C+	C
Nipoã	C	C	B	C+	C	C+	C	C
Nova Campina	B	C	C	C+	C+	C	C	C
Nova Independência	C+	A	C+	B	B+	B	C	C

10.

Histórico de resultados do IEG-M

A evolução por faixa de resultado do IEG-M obtida pelos 644 municípios em 2016, 2015 e 2014 foram as seguintes:

Municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado A (altamente efetivo) em 2016

Não houve municípios classificados na faixa de resultados A (altamente efetivo).

Municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B+ (muito efetivo) em 2016

Município	2016	2015	2014	Município	2016	2015	2014
Agudos	B+	B	B+	Louveira	B+	B	B+
Altinópolis	B+	B	B	Lucélia	B+	B	B
Américo Brasiliense	B+	B+	B+	Lucianópolis	B+	B+	B+
Andradina	B+	B	B+	Macatuba	B+	B	B+
Araras	B+	B+	B+	Magda	B+	C+	B
Atibaia	B+	B+	B+	Marília	B+	B	B
Bady Bassitt	B+	B+	B+	Mendonça	B+	B	B+
Bariri	B+	B	B	Meridiano	B+	B	B+
Bocaina	B+	B	B	Mira Estrela	B+	B	B
Boituva	B+	B	B	Mogi das Cruzes	B+	B	B+
Botucatu	B+	B+	B+	Mongaguá	B+	C+	C+
Campos do Jordão	B+	B+	C+	Morungaba	B+	B+	B+
Cerquillo	B+	B+	B+	Nova Granada	B+	B	B+
Colômbia	B+	B	B+	Novo Horizonte	B+	B	B
Cosmorama	B+	B	B+	Olímpia	B+	B+	B
Embaúba	B+	C+	B	Orlândia	B+	B+	B+
Espírito Santo do Turvo	B+	B	B	Palmital	B+	B+	B+
Gabriel Monteiro	B+	B+	B+	Piratininga	B+	B	B
Gália	B+	B+	B+	Pitangueiras	B+	B	B
Guararema	B+	B+	B+	Potirendaba	B+	B	B+
Guareí	B+	B	B	Praia Grande	B+	B+	B
Ibirá	B+	B+	B+	Presidente Prudente	B+	B+	B+
Indaiatuba	B+	B+	B+	Quadra	B+	B+	B+
Indiaporã	B+	B	B+	Quintana	B+	B+	B+
Inúbia Paulista	B+	B+	B+	Registro	B+	C	B+
Ipuã	B+	B+	B+	Ribeirão Corrente	B+	B	B+
Itanhaém	B+	B+	B+	Sales	B+	B	B
Itararé	B+	C+	C+	Santa Branca	B+	B+	B+
Jeriquara	B+	B+	B+	Santa Cruz do Rio Pardo	B+	B+	B+

Município	2016	2015	2014
Santos	B+	C	B+
São Bernardo do Campo	B+	B+	B+
São José do Rio Preto	B+	B+	B
São José dos Campos	B+	B+	B+
Sebastianópolis do Sul	B+	B+	B
Socorro	B+	B+	B+
Tabapuã	B+	B+	B+
Taiúva	B+	B+	B

Município	2016	2015	2014
Tanabi	B+	B	B+
Teodoro Sampaio	B+	B	B
Tietê	B+	B	B+
Torre de Pedra	B+	B+	B+
Valparaíso	B+	B	B+
Várzea Paulista	B+	B	B
Vinhedo	B+	B+	B
Votuporanga	B+	B+	B+

Municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B (efetivo) em 2016

Município	2016	2015	2014
Adamantina	B	B	B
Águas da Prata	B	C+	B
Águas de Lindóia	B	B	B
Águas de São Pedro	B	C+	C+
Alambari	B	B	B+
Alfredo Marcondes	B	B	B
Alto Alegre	B	B	B
Alumínio	B	B	C
Álvares Machado	B	B	B
Álvaro de Carvalho	B	B	B
Alvinlândia	B	B	B
Americana	B	C+	C+
Américo de Campos	B	B	B+
Amparo	B	B	B
Angatuba	B	B	B
Anhumas	B	B	B+
Aparecida d'Oeste	B	B	B
Araçatuba	B	B	B
Araçoiaba da Serra	B	B	B+
Aramina	B	B	B+
Arandu	B	B	B
Araraquara	B	B	B+
Arco-Íris	B	B+	B+
Areias	B	B	B
Ariranha	B	B	B
Artur Nogueira	B	B+	B+
Arujá	B	B	B
Assis	B	B	B+
Auriflama	B	B	B
Avanhandava	B	B	B
Avaré	B	C+	B
Bálsamo	B	B	B

Município	2016	2015	2014
Barão de Antonina	B	C+	B
Barra Bonita	B	B	B
Barretos	B	B	B
Barueri	B	B	B+
Bastos	B	B	B
Bauru	B	B	B
Bebedouro	B	B	B
Bernardino de Campos	B	B	B
Birigui	B	B	B
Borá	B	C+	B+
Boracéia	B	B	B
Borborema	B	B	B
Bragança Paulista	B	C+	B
Braúna	B	B	B
Brejo Alegre	B	B	B+
Brodowski	B	B	B
Brotas	B	B	B
Buri	B	B	B
Buritama	B	B	B
Buritizal	B	B	B
Cabrália Paulista	B	B	B+
Cabreúva	B	B	B
Caconde	B	B	B+
Cafelândia	B	B	B
Caiabu	B	C	B+
Caieiras	B	B	B
Cajamar	B	C+	C+
Cajati	B	B	B+
Cajobi	B	B	B+
Campina do Monte Alegre	B	B	B+
Campinas	B	B	C+
Canas	B	B	B+

Município	2016	2015	2014
Cândido Mota	B	C+	B
Cândido Rodrigues	B	B	B
Capão Bonito	B	B	B+
Capela do Alto	B	B	B
Capivari	B	B	B
Caraguatatuba	B	B	B+
Carapicuíba	B	C	C
Cardoso	B	B	B
Casa Branca	B	C+	B
Castilho	B	B+	B+
Catanduva	B	B	B+
Cedral	B	B	B
Cerqueira César	B	B	B
Clementina	B	B	B
Colina	B	B	B
Conchal	B	B	B
Conchas	B	B	B
Cordeirópolis	B	C+	B
Coronel Macedo	B	B	B
Corumbataí	B	B	B
Cravinhos	B	B+	B
Cunha	B	C+	B
Descalvado	B	C+	B
Diadema	B	B	B
Dirce Reis	B	B	B
Divinolândia	B	B	B
Dobrada	B	B	B
Dois Córregos	B	B	B
Dourado	B	B	B+
Duartina	B	B	B+
Echaporã	B	B	B+
Elias Fausto	B	B	B
Elisiário	B	B	B
Embu das Artes	B	C+	C+
Engenheiro Coelho	B	B	B
Espírito Santo do Pinhal	B	B+	B
Estrela do Norte	B	B	B+
Estrela d'Oeste	B	C+	C+
Fartura	B	B	B+
Fernando Prestes	B	B	B
Fernandópolis	B	B	B
Fernão	B	B	B+
Ferraz de Vasconcelos	B	C+	B
Flora Rica	B	B	B

Município	2016	2015	2014
Flórida Paulista	B	B	B
Franca	B	B	B
Francisco Morato	B	B	B
Franco da Rocha	B	B	B+
Gastão Vidigal	B	B	B+
Getulina	B	B	B+
Glicério	B	B	B
Guaimbê	B	B	B
Guaíra	B	B+	B+
Guapiaçu	B	B	B
Guapiara	B	B	B
Guaraçai	B	B	B+
Guaraci	B	B	B+
Guarani d'Oeste	B	B	B+
Guararapes	B	B	B+
Guariba	B	B	B+
Guarujá	B	B	B+
Herculândia	B	B	B
Holambra	B	B	B
Hortolândia	B	B	B+
Iacanga	B	B	B
Iacri	B	B	B+
Iaras	B	B	B
Ibaté	B	B	B+
Ibitinga	B	B	B
Ibiúna	B	B	B
Icém	B	B	B
Iepê	B	C+	B
Igarapava	B	C+	B+
Igaratá	B	B	B
Ilha Comprida	B	B	B
Ilha Solteira	B	B	B
Ilhabela	B	B	B
Iperó	B	B	B
Ipeúna	B	C+	B+
Ipiguá	B	B	B
Iporanga	B	C	B
Iracemópolis	B	B	B+
Irapuã	B	B	B+
Itaí	B	C	B
Itajobi	B	B	B+
Itaju	B	B+	B+
Itaóca	B	B	B
Itapecerica da Serra	B	C	B

Município	2016	2015	2014
Itapetininga	B	B	B
Itapeví	B	B	C+
Itapira	B	B	B+
Itapirapuã Paulista	B	B	B
Itápolis	B	C+	B
Itatiba	B	B	B+
Itatinga	B	B	B
Itirapina	B	B	B
Itirapuã	B	C+	B
Itu	B	B	B+
Itupeva	B	B	B+
Ituverava	B	C+	B
Jaboticabal	B	B	B
Jacareí	B	B	B
Jaci	B	C+	B
Jacupiranga	B	B	B
Jaguariúna	B	B	B
Jambeiro	B	C+	B+
Jardinópolis	B	B	B
Jarinu	B	B	B
Jaú	B	B	B
Joanópolis	B	B	B
João Ramalho	B	B	B
José Bonifácio	B	B	B+
Júlio Mesquita	B	B	B
Jumirim	B	B	B
Jundiá	B	B	B+
Junqueirópolis	B	B	B
Juquiá	B	B	C+
Juquitiba	B	B	B
Lagoinha	B	B	B
Laranjal Paulista	B	B	B+
Lençóis Paulista	B	B	B+
Limeira	B	B	B
Lindóia	B	B	B
Lins	B	B+	B
Lorena	B	B+	B+
Lourdes	B	C	B
Luiziânia	B	B	B
Lutécia	B	B	B
Macaubal	B	C+	B
Macedônia	B	B	B+
Mairinque	B	C+	B
Manduri	B	B	B

Município	2016	2015	2014
Maracá	B	B	B+
Marapoama	B	B	B
Mariópolis	B	C+	B
Marinópolis	B	B+	B+
Martinópolis	B	B	B+
Matão	B	B	B+
Mauá	B	B	B
Mesópolis	B	B	B
Mineiros do Tietê	B	B	B
Miracatu	B	B	B+
Mirandópolis	B	B	B
Mirante do Paranapanema	B	B	B
Mirassol	B	B	B
Mirassolândia	B	B	B+
Mococa	B	B	B+
Mogi Guaçu	B	B	B
Mogi Mirim	B	B	B+
Mombuca	B	B	B
Monções	B	B	B+
Monte Alto	B	B	B+
Monte Aprazível	B	B	B
Monte Azul Paulista	B	B	B+
Monte Castelo	B	B	B+
Monte Mor	B	B	B
Monteiro Lobato	B	B	B+
Morro Agudo	B	B	B
Motuca	B	B	B
Murutinga do Sul	B	B	B+
Narandiba	B	B	B
Natividade da Serra	B	C+	B
Nazaré Paulista	B	B	B
Neves Paulista	B	B	B
Nhandeara	B	B	B
Nova Aliança	B	B	B+
Nova Canaã Paulista	B	B	B+
Nova Castilho	B	B	B
Nova Guataporanga	B	B	B+
Nova Odessa	B	B	B
Nuporanga	B	B	B
Ocaçu	B	B	B
Óleo	B	B	B
Onda Verde	B	C	C+
Orindiúva	B	B	B
Osasco	B	C+	B

Município	2016	2015	2014
Oscar Bressane	B	B	B+
Oswaldo Cruz	B	B	B+
Ourinhos	B	B	B
Ouroeste	B	B	B
Pacaembu	B	B	B
Palestina	B	C+	B
Palmares Paulista	B	B	B
Palmeira d'Oeste	B	B	B
Panorama	B	B	B
Paraguaçu Paulista	B	B	B+
Paraibuna	B	B	B+
Paraíso	B	B	B
Paranapuã	B	C+	B+
Pariquera-Açu	B	B+	B+
Patrocínio Paulista	B	B	B
Paulínia	B	B	B
Paulistânia	B	B+	B
Pederneiras	B	B	B
Pedranópolis	B	C+	B
Pedreira	B	B	B+
Pedrinhas Paulista	B	B	B+
Penápolis	B	B	B
Pereira Barreto	B	B	B+
Piacatu	B	B	B+
Piedade	B	B	B
Pilar do Sul	B	B	B+
Pindamonhangaba	B	B	B
Pindorama	B	B	B
Piquerobi	B	C+	B
Piquete	B	B	B
Piracicaba	B	B	B+
Piraju	B	B+	B
Pirajuí	B	B	B
Pirangi	B	B	B+
Pirapozinho	B	B	B
Pirassununga	B	B	B
Planalto	B	B	B
Platina	B	B	B
Poloni	B	B	B
Pompéia	B	B+	B+
Pongáí	B	B	B
Pontes Gestal	B	B	B
Populina	B	B+	B
Porangaba	B	B+	B

Município	2016	2015	2014
Porto Feliz	B	B	B
Porto Ferreira	B	B	B
Pradópolis	B	B	B+
Pratânia	B	B	B+
Promissão	B	C+	B
Quatá	B	B	B
Rafard	B	B+	B+
Rancharia	B	B	B
Redenção da Serra	B	B	C+
Regente Feijó	B	B	B+
Reginópolis	B	C	B
Ribeira	B	B	B+
Ribeirão do Sul	B	B	B
Ribeirão Grande	B	C+	B
Ribeirão Preto	B	B	B
Rifaina	B	B	B+
Rincão	B	B	B
Rinópolis	B	B	B+
Rio Claro	B	B	B
Riolândia	B	C+	B+
Riversul	B	B	B
Rosana	B	B	B+
Roseira	B	B	B
Rubiácea	B	B	B
Rubinéia	B	B	B
Sagres	B	C+	B
Salmourão	B	C+	B
Salto	B	B+	B
Salto de Pirapora	B	B	B+
Sandovalina	B	B	B+
Santa Adélia	B	B	B
Santa Albertina	B	B	B+
Santa Bárbara d'Oeste	B	B	B
Santa Cruz da Conceição	B	C+	B+
Santa Cruz da Esperança	B	B	B
Santa Cruz das Palmeiras	B	B	B+
Santa Ernestina	B	C	B
Santa Fé do Sul	B	B	B
Santa Gertrudes	B	B	B+
Santa Lúcia	B	B	B
Santa Maria da Serra	B	B	B
Santa Mercedes	B	B	B+
Santa Rita do Passa Quatro	B	C+	B
Santa Rita d'Oeste	B	B+	B

Município	2016	2015	2014
Santa Salete	B	B	B
Santana da Ponte Preta	B	B	B+
Santana de Parnaíba	B	B	B
Santo Anastácio	B	B	B+
Santo Antônio da Alegria	B	B	B
Santo Antônio do Aracanguá	B	B	B
Santo Expedito	B	C	B+
Santópolis do Aguapeí	B	B	B
São Bento do Sapucaí	B	C+	B
São Caetano do Sul	B	B+	B
São João da Boa Vista	B	B	B+
São João das Duas Pontes	B	B	B
São João de Iracema	B	B	B
São João do Pau d'Alho	B	B	B+
São Joaquim da Barra	B	B	B
São José do Barreiro	B	B	B
São Manuel	B	C+	B
São Miguel Arcanjo	B	B	B+
São Pedro	B	B	B
São Pedro do Turvo	B	B	B+
São Roque	B	B	B
São Sebastião	B	B	B
São Sebastião da Gramma	B	B	B+
São Simão	B	B	B
Sarapuí	B	B	B
Serra Azul	B	C+	B
Serra Negra	B	B	B
Sertãozinho	B	B	B
Sete Barras	B	B	B
Severínia	B	C+	B
Sorocaba	B	B+	C
Sud Mennucci	B	B	B
Suzanápolis	B	B	B
Tabatinga	B	C+	B
Taboão da Serra	B	B	B
Taciba	B	B	B

Município	2016	2015	2014
Taguaí	B	B	B
Taiaçú	B	B	B+
Tambaú	B	B+	B+
Tapiraí	B	B	B+
Tapiratiba	B	C+	B+
Taquaral	B	B	B
Taquaritinga	B	B+	B+
Taquarituba	B	B	B
Taquarivaí	B	B	B
Tarabai	B	B	B+
Tarumã	B	B	B+
Tatuí	B	B	B+
Taubaté	B	B	B
Tejupá	B	B	B
Terra Roxa	B	B	B
Timburi	B	B	B
Tremembé	B	C+	B
Três Fronteiras	B	B	B
Tuiuti	B	B	B
Tupã	B	B	B+
Tupi Paulista	B	B	B+
Turiúba	B	B	B+
Turmalina	B	B	B
Ubarana	B	B	B
Ubatuba	B	B	B
Uchoa	B	B	C+
Uru	B	B	B
Valentim Gentil	B	B	B
Valinhos	B	B+	B+
Vargem Grande do Sul	B	B	B
Vargem Grande Paulista	B	B	B+
Vera Cruz	B	C	B
Viradouro	B	B	B+
Vista Alegre do Alto	B	C+	B
Zacarias	B	C+	B

Municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C+ (em fase de adequação) em 2016

Município	2016	2015	2014
Aguai	C+	C+	B
Águas de Santa Bárbara	C+	C+	B
Analândia	C+	C+	C+
Anhembi	C+	B	B

Município	2016	2015	2014
Aparecida	C+	B	B
Apiáí	C+	B	B
Araçariguama	C+	C+	B
Arapeí	C+	C+	C+

Município	2016	2015	2014
Arealva	C+	B	B+
Areiópolis	C+	C+	C
Balbinos	C+	C+	B
Barbosa	C+	C+	B
Barra do Turvo	C+	C	B
Barrinha	C+	C+	B
Batatais	C+	C+	B
Bento de Abreu	C+	B	B
Bertioga	C+	C+	B
Biritiba-Mirim	C+	C+	B
Boa Esperança do Sul	C+	C+	B
Bofete	C+	B	B
Bom Jesus dos Perdões	C+	B	B
Bom Sucesso de Itararé	C+	B	B
Borebi	C+	B	B
Caçapava	C+	B	B
Cachoeira Paulista	C+	C+	C+
Caiuá	C+	B	B+
Cajuru	C+	C+	B
Campo Limpo Paulista	C+	B	B
Campos Novos Paulista	C+	C+	B+
Cananéia	C+	C+	B
Canitar	C+	B	B
Cássia dos Coqueiros	C+	B	B
Catiguá	C+	B	B
Cesário Lange	C+	B	B
Charqueada	C+	B	B+
Chavantes	C+	B	B
Coroados	C+	B	B+
Cosmópolis	C+	B	B
Cotia	C+	B	B
Cristais Paulista	C+	B	B
Cruzeiro	C+	C+	B
Cubatão	C+	C+	B
Dolcinópolis	C+	C+	B
Dracena	C+	B	B
Dumont	C+	B	B
Eldorado	C+	B	B+
Embu-Guaçu	C+	C+	B
Estiva Gerbi	C+	B	B
Euclides da Cunha Paulista	C+	B	B+
Florínea	C+	B	B
Garça	C+	B	B
Gavião Peixoto	C+	C+	B

Município	2016	2015	2014
General Salgado	C+	B	B
Guará	C+	B	B+
Guarantã	C+	C+	B
Guarulhos	C+	C	B
Guataporá	C+	C+	B
Igaraçu do Tietê	C+	C+	B
Iguape	C+	C+	B+
Indiana	C+	C+	C+
Itaberá	C+	C+	B
Itaporanga	C+	B	B
Itapuí	C+	B	B
Itapura	C+	C+	B
Itaquaquetuba	C+	C+	B
Itariri	C+	B	B
Itobi	C+	C+	B
Jaborandi	C+	C+	B
Lavínia	C+	C+	B
Lavrinhas	C+	B	B+
Luiz Antônio	C+	C+	B
Lupércio	C+	B	B
Monte Alegre do Sul	C+	B	B
Nantes	C+	B	B+
Nova Europa	C+	B	B
Nova Luzitânia	C+	B	B+
Novais	C+	C+	B
Oriente	C+	B	B
Ouro Verde	C+	B	B+
Paranapanema	C+	B	B
Parapuã	C+	B	B+
Pardinho	C+	C+	B
Parisi	C+	B	B
Pedra Bela	C+	B	B
Pedregulho	C+	C+	B
Pedro de Toledo	C+	B	B
Pereiras	C+	B	B+
Peruíbe	C+	B	B
Pinhalzinho	C+	C+	B
Piracaia	C+	B	B
Pirapora do Bom Jesus	C+	C	C
Poá	C+	B	B
Pontal	C+	C+	B
Pontalinda	C+	C+	B+
Pracinha	C+	C+	B
Presidente Alves	C+	C+	B

Município	2016	2015	2014
Presidente Bernardes	C+	C	C+
Presidente Epitácio	C+	B	B
Queiroz	C+	B	B
Queluz	C+	C+	B
Restinga	C+	C+	C+
Ribeirão Bonito	C+	B	B
Ribeirão dos Índios	C+	B	B
Sales Oliveira	C+	C+	B
Saltinho	C+	B	B
Salto Grande	C+	B	B
Santa Rosa de Viterbo	C+	B	B
Santo Antônio do Jardim	C+	B	B

Município	2016	2015	2014
São Carlos	C+	B	C
São Francisco	C+	C+	B
São Lourenço da Serra	C+	B	B
São Luís do Paraitinga	C+	B	B
Silveiras	C+	B	B
Suzano	C+	B	B
Torrinha	C+	C+	C+
Trabiju	C+	C+	C+
Ubirajara	C+	C+	B
Urupês	C+	B	B
Vitória Brasil	C+	B	B

Municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C (baixo nível de adequação) em 2016

Município	2016	2015	2014
Adolfo	C	C	B+
Altair	C	B	B
Álvares Florence	C	C	B
Aspásia	C	B+	B
Avai	C	C	B
Bananal	C	C+	B
Barra do Chapéu	C	C+	B
Bilac	C	B	B
Cruzália	C	B	B+
Emilianópolis	C	C	B
Floreal	C	B+	B
Guaíçara	C	C	B
Guaratinguetá	C	B	B
Guzolândia	C	B	B+
Ibirarema	C	B	B+
Ipaussu	C	C	B
Irapuru	C	B	B
Itapeva	C	B	B
Jales	C	C	B
Jandira	C	C	C
Leme	C	B	B
Mairiporã	C	B	B
Marabá Paulista	C	C	B
Miguelópolis	C	C+	B
Nipoã	C	B	C+
Nova Campina	C	B	B

Município	2016	2015	2014
Nova Independência	C	B	B
Paulicéia	C	C+	B
Paulo de Faria	C	B	C+
Potim	C	C+	C+
Presidente Venceslau	C	C+	C+
Ribeirão Branco	C	C+	B
Ribeirão Pires	C	B	B+
Rio das Pedras	C	C	B
Rio Grande da Serra	C	C+	C+
Sabino	C	B	B
Salesópolis	C	C	C
Santa Clara d'Oeste	C	B	B
Santa Isabel	C	B	B
Santo André	C	C	C+
Santo Antônio de Posse	C	B	B
Santo Antônio do Pinhal	C	B	B
São José da Bela Vista	C	C	B
São José do Rio Pardo	C	C+	B
São Vicente	C	C	B
Sarutaiá	C	B	B
Serrana	C	C	C+
Sumaré	C	C+	B+
União Paulista	C	B	B
Urânia	C	C	C
Vargem	C	C	C+
Votorantim	C	C	C

11.

Considerações finais

A apuração dos resultados do IEG-M/TCESP só foi possível com a interação e participação das Secretarias Estaduais da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Secretaria da Casa Militar/Defesa Civil, do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP, da CETESB, da Fundação TODOS PELA EDUCAÇÃO, do Instituto Brava, de técnicos do Tribunal de Contas e especialistas das diversas áreas para as 7 dimensões que compõem o índice.

Sem esse grandioso conhecimento compartilhado por eles, não seria possível relacionar os diversos aspectos que afetam diretamente a qualidade dos serviços públicos postos à disposição dos seus cidadãos.

Dessa forma, o trabalho colaborativo de todos na finalização do IEG-M/TCESP traz relevantes informações, principalmente ao controle social e aprimoramento da metodologia das ações fiscalizatórias.

12.

Notas

ⁱ O município de Presidente Alves informou 99999 em todos os quesitos sobre infraestrutura escolar e, portanto, foi desconsiderado da análise.

ⁱⁱ Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 terá vigência a partir de 02/01/2016

ⁱⁱⁱ Lei nº 13.005/2014. Estratégia 6.3. “institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;”

^{iv} Em 2014, os municípios Alvinlândia, Francisco Morato e Santa Fé do Sul informaram 999 para o tempo de viagem das rotas de transporte escolar e foram desconsiderados da análise.

^v No ano de 2015, Alvinlândia e Mirassol informaram 999 no tempo de viagem das rotas de transporte escolar e foram desconsiderados da análise.

^{vi} O município de Presidente Alves informou 99999 para o número de professores efetivos e temporários e não foi considerado na análise.

^{vii} Lei nº 13.005/2014. “Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.”

^{viii} Lei nº 13.005/2014. “Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”

^{ix} Lei nº 9394/1996. Art. 24 inciso I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;”

^x CF 1988 Art. 212. “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

^{xi} Lei nº 11.494/2007. Art. 21 § 2º “Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”

^{xii} Lei nº 13.005/2014. “Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.”

^{xiii} Lei nº 13.005/2014. Estratégia 6.3) “institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;”

^{xiv} Lei nº 13.005/2014. “Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.”

^{xv} Lei nº 13.005/2014. Estratégia 6.3) “institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional

de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;"

^{xvi} Dados obtidos na página portal.inep.gov.br

^{xvii} IGP-DI: 5,01% em 2011; 8,11% em 2012; 5,53% em 2013, 3,78% em 2014, 10,68% em 2015 e 7,15% em 2016.

^{xviii} Os municípios que não participaram ou tiveram sua nota anulada no IDEB não foram considerados, assim como aqueles que não encaminharam os dados de gasto na educação via Sistema AUDESP.

^{xix} Portaria MS/GM nº 3.085/2006. "Art. 4º O Sistema de que trata esta Portaria terá expressão concreta, em especial, nos instrumentos básicos resultantes do processo de planejamento nas três esferas de gestão do SUS.

§ 1º São instrumentos básicos do Sistema de Planejamento do SUS:

I - o Plano de Saúde e a respectiva Programação Anual em Saúde; e

II - o Relatório de Gestão. "

^{xx} Resolução CIT nº 04/2012. "3. Responsabilidades no Planejamento e Programação

3.1 Municípios

a. Formular, gerenciar, implementar e avaliar o processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde, a ser elaborado de forma ascendente, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se a política de saúde com as necessidades de saúde da população e a disponibilidade de recursos, em planos de saúde municipais;"

^{xxi} Resolução CIT nº 04/2012. "5. Responsabilidades na Participação e Controle Social

5.1 Municípios

b. Prover as condições materiais, técnicas e administrativas necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que deverá ser organizado em conformidade com a legislação vigente;"

^{xxii} Resolução CIT nº 04/2012. "3. Responsabilidades no Planejamento e Programação

3.1 Municípios

c. Elaborar relatório anual, a ser apresentando e submetido à aprovação do Conselho Municipal de saúde, utilizando a ferramenta SARGSUS ou outra que venha substituí-la;"

^{xxiii} Decreto nº 56.819/2011. "Artigo 10 - O AVCB será expedido pelo Corpo de Bombeiros, desde que as edificações e as áreas de risco estejam com suas medidas de segurança contra incêndio executadas de acordo com a regulamentação do CBPMESP."

^{xxiv} Lei nº 6.437/77. "Art.10. São infrações sanitárias:

II - construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa.

Parágrafo único - Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequadas e à assistência e responsabilidade técnicas."

^{xxv} Resolução CFM nº 1.974/11. "CRITÉRIOS PARA A RELAÇÃO DOS MÉDICOS COM A IMPRENSA (PROGRAMAS DE TV E RÁDIO, JORNAIS, REVISTAS), NO USO DAS REDES SOCIAIS E NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, FÓRUMS, SEMINÁRIOS ETC.)

É vedado ao médico, na relação com a imprensa, na participação em eventos e no uso das redes sociais:

n) consultar, diagnosticar ou prescrever por qualquer meio de comunicação de massa ou a distância;"

^{xxvi} Informações extraídas da página <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/epidemiologicos/hiperdia>

^{xxvii} LC nº 141/2012. "Art. 2º Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos nesta Lei Complementar, considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:

I - sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;

II - estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e

III - sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras

políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

Parágrafo único. Além de atender aos critérios estabelecidos no caput, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde.”

^{xxviii} LC nº 141/2012. “Art. 2º Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos nesta Lei Complementar, considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:

I - sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;

II - estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e

III - sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

Parágrafo único. Além de atender aos critérios estabelecidos no caput, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde.”

^{xxix} Lista CID 10 - Doenças evitáveis por imunização e outras DIP, Gastroenterites infecciosas e

Complicações, Anemia, Deficiências nutricionais, Infecções de ouvido, nariz e

Garganta, Pneumonias bacterianas, asma, bronquites, hipertensão, angina, insuficiência cardíaca, diabetes mellitus, epilepsias, Infecção no rim e trato Urinário, Infecção da pele e tecido

Subcutâneo, Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos e Síndrome da Rubéola

Congênita.

^{xxx} Outros percentuais engloba:

- Municípios com déficit sem cobertura
- Déficit acima de 20% da receita arrecadada
- Superávit acima de 25% da receita arrecadada

^{xxxi} Déficit financeiro ocorre quando o passivo financeiro é maior que o ativo financeiro.

^{xxxii} Informação obtida na página <http://unilivre.org.br/cursos-programacao/85-gestao-da-coleta-seletiva-de-residuos-solidos-urbanos-para-a-reciclagem>.

^{xxxiii} Informações extraídas da página www.ambient.sp.gov.br/municipioverdeazul/.

^{xxxiv} SIDECA = Sistema de Defesa Civil Estadual

^{xxxv} O município pode informar mais de uma tecnologia (internet) utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas).